



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE DE DOUTORADO

**“FAZER PEGAR NOVAMENTE, COMO SE DIZ DAS PLANTAS”:
UM ESTUDO SOBRE ECOLOGIA DAS PRÁTICAS DAS CASAS DE
SEMENTES DA REDE DE INTERCÂMBIO DE SEMENTES NA
REGIÃO DE SOBRAL/CE**

HELENA RODRIGUES LOPES

Sob a orientação da professora
Claudia Job Schmitt

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, para a obtenção do título de **doutora**.

Rio de Janeiro,
Agosto de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864? Lopes, Helena Rodrigues, 1989-
 "Fazer pegar novamente, como se diz das plantas": um
 estudo sobre ecologia de práticas das Casas de
 Sementes da Rede de Intercâmbio de Sementes na região
 de Sobral/CE / Helena Rodrigues Lopes. - São Gotardo,
 2022.
 266 f.: il.

 Orientadora: Claudia Job Schmitt.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós Graduação de Ciências
 Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
 (CPDA/UFRRJ), 2022.

 1. Casa de Sementes. 2. Ecologia de Práticas. 3.
 Biodiversidade. 4. Autonomia. 5. RIS Sobral Ceará. I.
 Schmitt, Claudia Job, 1965-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
 Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
 Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

HELENA RODRIGUES LOPES

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 19/08/2022.

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. MARCELO CARVALHO ROSA (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a ALYNE DE CASTRO COSTA (PUC-RJ)

Prof.^a Dr.^a FLÁVIA CHARÃO MARQUES (UFRGS)



Emitido em 19/08/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15544/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/08/2022 20:22)
CLAUDIA JOB SCHMITT
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###328#1

(Assinado digitalmente em 22/08/2022 13:34)
MARCELO CARVALHO ROSA
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###361#4

(Assinado digitalmente em 22/08/2022 14:38)
THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###515#1

(Assinado digitalmente em 27/03/2023 13:34)
FLAVIA CHARÃO MARQUES
CPF: ###.###.800-##

(Assinado digitalmente em 22/08/2022 10:26)
HELENA RODRIGUES LOPES
Matricula: 2017#####5

(Assinado digitalmente em 27/03/2023 14:03)
ALYNE DE CASTRO COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.827-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 102, ano: 2023, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 27/03/2023 e o código de verificação: 49f5e4351e

*Às Universidades públicas
(especialmente quando me dei conta de que sou a primeira doutora da
minha família).*

AGRADECIMENTOS

Por muitas vezes me imaginei escrevendo estas palavras. Pensava como a escrita delas carregaria um gosto de fim, um sentimento bom da última fatia, o doce que sobra no tacho, o descanso depois do trabalho. Chegou. Aqui estou. Uma caminhada longa que diz não somente sobre uma tese. Sim, uma espécie companheira, nos termos de Donna Haraway. Um fazer ciência, entre danças, choros, alegrias e amizades.

Agradeço à Claudia, orientadora e parceira das aventuras pelo mundo das Ciências Sociais e da agroecologia, que de forma generosa e paciente sempre acolhe minhas incertezas sobre a vida. Sou muito grata pelo nosso encontro, já são quase dez anos!

Aos amigos, amigas, colegas, professores e professoras do CPDA/UFRRJ por tornarem a academia um lugar tão agradável, onde podemos aprender juntas e juntos. Agradeço especialmente a Leonilde, Thereza, Claudia, Renato, Jorge e John pela partilha das disciplinas que cursei. A todos/as os/as colegas do Programa, especialmente, à Lari, Emilia, Luiza, Marcelo e Cris, agradeço a alegria e a dor compartilhada. Chegamos!

Obrigada aos professores Walter, da UFF, e Henrique e Arhur, da UFRJ, e aos/às colegas das disciplinas. Apreendi muito com vocês.

Agradeço muitíssimo à Flavia, Alyne, Thereza e Marcelo que se dispuseram a participar da minha banca de defesa. E, também, à Isabel, que esteve comigo durante a qualificação. É maravilhoso poder pensar junto com vocês!

Agradeço à minha mãe, Mônica, e ao meu pai, Marcelo, para quem nos momentos de maior cansaço corri, procurando casa limpa, comida pronta, amor e tanta paciência. Ao Otávio e Jonas, por quem tenho amor maior. Às minhas avós, Vilma e Lazica, que me acolhem quaisquer sejam as questões, e, por isso, eu as admiro tanto.

Agradeço à Luíza, que é o amor de meus dias. Gosto que compartilhamos cotidianamente o mesmo escritório, lado a lado, e no fim do expediente nada melhor do que estarmos, de novo, lado a lado. Um salve também para nossa Beluguinha, companheira de todas as horas.

Aos amigos que repovoam os sentidos que família tem. Ao Broto e a Silvinha, agradeço por me darem o Yam. Sim, também gosto de vocês para além dele. Ao Varandão – Malu, Zu, Laura, Pati, Flora e Helô – pelas melhores comidas, risadas e pelo karaokê, nem sempre tão bom assim. À Joyce, Eliane, Socorro, Dani, Livia, Carol, Livia, Mafiuls, Stella, Matheus, Augusto, Bicuda, Livia e Tha: cada um/a à sua maneira caminha comigo. Agradeço ao Brendo, meu primeiro coorientando, pela confiança.

Um agradecimento especial ao Bruno e à Josi, parceiros desta travessia. Com vocês tive mais coragem para enfrentar os desafios epistêmicos e, também, ontológicos.

Agradeço à Sandra, que eu conheci agora há pouco, mas que pela sua correção precisa e cuidadosa fez o meu texto mais fluido. Agradeço também ao Fabrício, que leu todo o material no momento da qualificação.

Obrigada aos/às amigos/as da agroecologia Dé, Priscila, Bibi, Flavia, Morgana, Vivi, Sarah, Marcelo, Nati, Deco, Angélica, Lorena, Claude, Di, Sílvio, Paulo, Silvio, Luciano, Gabriel e Adriana, com quem tenho a sorte de partilhar trabalho, amizade e mundos possíveis. Agradeço por acolherem as ausências enquanto eu escrevia.

Todo o meu afeto e agradecimento especial aos/as agricultores/as das Casas de Sementes da RIS Sobral. Muito obrigada pela paciência com as minhas tantas perguntas. Agradeço especialmente à Cleide, Damares, Adriana, Aloízio, José Adécio, Claysson, Tunilda, Eduania, Alexandre, Rita, Leonezia e Antônia. Ali no Ceará meu muito obrigada aos amigos da Cáritas Diocesana de Sobral, Joelton, José Maria e Erivan e aos/às amigos e amigas do Esplar, Malvinier, Elzira, Andrea, Nacélio, Pedro Jorge e Lena. Agradeço também ao David e ao Marcelo, que ajudaram a contar as histórias desta tese.

Agradeço ao CNPq pela bolsa e auxílios concedidos que garantiram a realização desta pesquisa. Compartilho aqui minha defesa inegociável da universidade pública, gratuita e autônoma que, sim, sem dúvidas, muda vidas. Por fim, destaco que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A casa menor da Terra, o amor maior do mundo [...]
(*Casa de páia*, Alvarenga e Ranchinho)

RESUMO

LOPES, Helena Rodrigues. *“Fazer pegar novamente, como se diz das plantas”*: um estudo sobre ecologia das práticas das Casas de Sementes da Rede de Intercâmbio de Sementes da região de Sobral/CE. 2022. 278f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2022.

As Casas de Sementes são locais de armazenamento coletivo de sementes e atuam como pontos de referência da Rede de Intercâmbio de Sementes na região de Sobral, Ceará (RIS Sobral). A RIS Sobral, por sua vez, é uma esfera organizativa na qual agricultores/as, assentados/as da reforma agrária, quilombolas e respectivas organizações representativas, além da Cáritas Diocesana de Sobral, atuam coordenando fazeres e responsabilidades entre os/as participantes e as Casas. Seguindo as Casas de Sementes, o recorte temporal desta pesquisa abrange desde a década de 1970 até os dias de hoje. Os primeiros bancos de Bancos de Sementes, como eram chamados à época, foram criados nos anos 1970, no contexto das lutas pela terra e por direitos sociais no campo. Ancorados em disputas políticas, nos Bancos “nunca se falou só em sementes”. Os/as agricultores/as participantes das Casas de Sementes da RIS Sobral identificam que um dos papéis fundamentais desempenhados por esses espaços se associa à promoção de autonomia, sobretudo, nas palavras deles/as, a “autonomia das sementes do patrão”. Estas constatações inserem as Casas de Sementes em um emaranhado complexo: as sementes armazenadas não são entes isolados e são capazes de promover autonomia em relação às sementes controladas por outrem. A partir da noção de ecologia das práticas discutida por Isabelle Stengers, a pesquisa procurou investigar os vínculos e significados associados à autonomia, nas distintas formas como ela é experienciada pelos atores. Assim, tendo as Casas de Sementes como ponto de entrada, a investigação busca evidenciar os vínculos de interdependência que vão sendo tecidos entre agricultores/as, a Caatinga, a Igreja Católica, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), as Organizações Não Governamentais (ONGs), as biotecnologias, as tecnologias alternativas e as legislações. A tese analisa, sob essa ótica, as muitas lutas e atores que compõem a ecologia das práticas que emerge a partir das relações cotidianas estabelecidas pelos agricultores/as com as Casas de Sementes. A estratégia metodológica da pesquisa adota uma perspectiva etnográfica, lançando mão, também, de outras técnicas de pesquisa, como análise documental e entrevistas semiestruturadas com atores-chaves. Os aprendizados provenientes desse trabalho não apontam para uma ecologia de práticas (enfim) conclusa, mas iluminam o que mantém os atores juntos/as, considerando o sentido de pertencimento construído através das relações cotidianas estabelecidas entre agricultores/as e Casas de sementes, e os muitos vínculos que, não sem divergências e tensões, promovem autonomia e anunciam a continuidade de múltiplas lutas.

Palavras-chave: Sementes. Casa de Sementes. Ecologias de práticas. Autonomia. Biodiversidade. RIS Sobral Ceará.

ABSTRACT

LOPES, Helena Rodrigues. “To take root again as one says of a plant”: a study on the ecology of the practices of the Seed Houses of the Seed Exchange Network in the region of Sobral/CE, Brazil. 2022. 278f. Thesis (PhD in Social Sciences) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2022.

Seed Houses are places for the collective storage of seeds and act as reference points for the Seed Exchange Network in the region of Sobral, Ceará (RIS Sobral, in Portuguese). RIS Sobral, in turn, is an organizational sphere in which farmers, agrarian reform settlers, quilombolas and their representative organizations, in addition to the Cáritas Diocesana de Sobral, coordinate activities and responsibilities between the participants and the Houses. Following the Seed Houses, the time frame of this research covers from the 1970s to the present day. The first Seed Banks, as they were called at the time, were created in the 1970s, in the context of struggles for land and social rights in the countryside. Anchored in political disputes, in the Banks “we never just talked about seeds”. Farmers participating in the RIS Sobral Seed Houses identify that one of the fundamental roles played by these spaces is associated with the promotion of autonomy, above all, in their words, the “autonomy in relation to seeds controlled by the patrão”. These findings place the Seed Houses in a complex tangle: the stored seeds are not isolated entities and can promote autonomy in relation to seeds controlled by others. Based on the notion of ecology of practices discussed by Isabelle Stengers, the research sought to investigate the links and meanings associated with autonomy, in the different ways in which it is experienced by actors. Thus, taking the Seeds Houses as an entry point, the investigation seeks to highlight the interdependence bonds that are being woven between farmers, the Caatinga, the Catholic Church, the Rural Workers Unions (STTRs), the Non-governmental organizations (NGOs), biotechnologies, alternative technologies and legislation. The thesis analyzes, from this perspective, the many struggles and actors that make up the ecology of practices that emerges from the daily relationships established by farmers with the Seed Houses. The methodological strategy of the research adopts an ethnographic perspective and makes use, also, of other research techniques, such as documentary analysis and semi-structured interviews with key actors. The lessons learned from this work do not point to an ecology of practices (ultimately) concluded, but they illuminate what keeps the actors together, considering the sense of belonging built through the daily relationships established between farmers and Seed Houses, and the many bonds that, not without divergences and tensions, promote autonomy and announce the continuity of multiple struggles.

Keywords: Seeds. Seed Houses. Ecology of Practices. Autonomy. Biodiversity. RIS Sobral Ceará.

RESUMÉ

LOPES, Helena Rodrigues. *“Reprendre racine comme on dit des plantes”*: une étude sur l'écologie des pratiques des Maisons de Semences du Réseau d'Échange de Semences dans la Région de Sobral, Ceará, Brésil. 2022. 278f. Thèse (Doctorat en sciences sociales) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2022.

Les Maisons des Semences sont des lieux de stockage collectif des semences et servent de points de référence pour le Réseau d'Échange de Semences de la région de Sobral (RIS Sobral), Ceará. RIS Sobral, à son tour, est une sphère organisationnelle dans laquelle les agriculteurs, les colons de la réforme agraire, les “quilombolas” et leurs organisations représentatives respectives, en plus de Caritas Diocesana de Sobral, agissent en coordonnant les tâches et les responsabilités entre les participants et les communautés. Après les Seed Houses, la période de cette recherche s'étend des années 1970 à nos jours. Les premières Banques de Graines, comme on les appelait à l'époque, ont été créées dans les années 1970, dans un contexte de luttes pour la terre et les droits sociaux dans les campagnes. Ancré dans les querelles politiques, dans les Banks “il n'a jamais été question que de semences”. Les agriculteurs participant aux Maisons des Semences RIS Sobral identifient que l'un des rôles fondamentaux joués par ces espaces est associé à la promotion de l'autonomie, avant tout, selon leurs propres mots, “l'autonomie des semences du patron”. Ces constats insèrent les Maisons de la Semence dans un enchevêtrement complexe: les semences stockées ne sont pas des entités isolées et sont capables de favoriser l'autonomie par rapport aux semences contrôlées par d'autres. S'appuyant sur la notion d'écologie des pratiques évoquée par Isabelle Stengers, la recherche a cherché à interroger les liens et les significations associées à l'autonomie, dans les différentes manières dont elle est vécue par les acteurs. Ainsi, ayant les Maisons de la Semence comme point d'entrée, l'enquête cherche à mettre en évidence les liens d'interdépendance qui se tissent entre les agriculteurs, la Caatinga, l'Église catholique, les Syndicats des Travailleurs et Ouvrières Ruraux (STTR), les Organisations Non Gouvernementales (ONG), biotechnologies, technologies alternatives et législation. La thèse analyse, dans cette perspective, les multiples luttes et acteurs qui composent l'écologie des pratiques qui émergent des relations quotidiennes nouées par les agriculteurs avec les Maisons de la Semence. La stratégie méthodologique de la recherche adopte une perspective ethnographique, faisant également appel à d'autres techniques de recherche, telles que l'analyse de documents et des entretiens semi-structurés avec des acteurs clés. Les enseignements tirés de ce travail ne pointent pas vers une écologie des pratiques (enfin) conclue, mais éclairent sur ce qui maintient les acteurs ensemble, compte tenu du sentiment d'appartenance construit à travers les relations quotidiennes établies entre agriculteurs et maisons de semences, et des liens multiples qui, non sans désaccords et tensions, favorisent l'autonomie et annoncent la continuité de luttes multiples.

Mots-clés: Semences. Maison des Semences. Écologies des Pratiques. Autonomie. Biodiversité. RIS Sobral Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Box 1. Poesia e biotecnologias	163
Figura 1. Localização da RIS Sobral	22
Figura 2. Seguindo as Casa de Semente ou o percurso metodológico no Estado do Ceará.....	61
Figura 3. Poster do filme “O país de São Saruê”	117
Figura 4. Casas de Sementes no tempo, um olhar a partir da RIS Sobral/CE.....	152
Foto 1. Casa de Semente Umbuzeiro, Marco (CE) em outubro de 2017	19
Foto 2. Na sombra, mas não só	29
Foto 3. Fronteiras de sertão na região de Sobral	45
Foto 4. Caatinga no verão	53
Foto 5. Paisagem do assentamento Morgado, Massapê/CE, e Caatinga verde ao fundo.....	57
Foto 6. Arquitetura da sede da Fazenda, Casa do Umbuzeiro, século XVIII no município de Aiuaba/CE	79
Foto 7. Padre Bernardo, no I Encontro da RIS, 1992	90
Foto 8. Antônio Sabino, sua carta e a década de 1970 nos sertões do Ceará.....	105
Foto 9. Banco de sementes e estruturas de armazenamento	125
Foto 10. Momentos do I Encontro da RIS-CE, 1992.....	136
Foto 11. De Banco para Casa.....	140
Foto 12. Comunidade Bulandeira e o primeiro Banco de Sementes da região de Sobral/CE.....	145
Foto 13. Casas de Sementes e autonomia das mulheres	183
Foto 14. As muitas Casas da RIS Sobral/CE	185
Foto 15. “Com vaca e tudo”	191
Foto 16. Assentamento do Morgado, Massapê/CE em julho de 2019	192
Foto 17. Recibos de empréstimo e devolução da RIS Sobral/CE	199
Foto 18. Mangoris	203
Foto 19. “Litros” etiquetados e armazenamento	208
Foto 20. Milho Sabugo Fino e Feijão de Corda armazenados na Casa de Semente Conquista de Nazaré, no assentamento Morgado, em Massapê/CE.....	217
Foto 21. Roçado de vazante (produzindo) e de inverno (já colhido)	220
Foto 22. Roçado do Seu José Adécio: a terra (acima) e a areia (abaixo).....	221
Foto 23. Terezinha, Pedro, seus/as filhos e o roçado	223
Foto 24. Quintais e mulheres da RIS Sobral	226
Foto 25. Casas de Sementes Grão de Trigo na comunidade Sítio Cajueiro, em Forquilha/CE	227
Foto 26. Feira agroecológica do município de Forquilha/CE	228
Foto 27. Rede e redes	237
Foto 28. Futebol das Margaridas, assentamento Morgado, em Massapê/CE	238
Foto 29. As sementes e a RIS Sobral/CE.....	241
Gráfico 1. Número de estabelecimentos agropecuários e condição legal das terras nos municípios de atuação da RIS Sobral	75
Gráfico 2. Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários e condição legal das terras nos municípios de atuação da RIS Sobral	76
Gráfico 3. Quantidade (litros) de sementes armazenadas nas Casas de Sementes da RIS Sobral/CE segundo variedades	214

Quadro 1. Interlocutores/as da pesquisa.....	55
Quadro 2. Documentos consultados na biblioteca do Esplar	114
Quadro 3. Sementes adquiridas e o funcionamento dos Bancos de Sementes entre 1987-1989	124
Quadro 4. Organizações coletivas presentes no I Encontro da RIS-CE, 1992	133
Tabela 1. RIS regionais do Ceará	141
Tabela 2. RIS Sobral/CE	146
Tabela 3. Sementes armazenadas nas Casas de Sementes da RIS Sobral	213
Tabela 4. Variedades de feijão e milho da RIS Sobral	215

LISTA DE SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
BAG	Banco Ativo de Germoplasma
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRBCAA	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga
CPDA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CTAQ	Centro de Tecnologias Alternativas de Quixeramobim
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DETR	Departamento Estadual de Trabalhadores/as Rurais (DETR)
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ENMC	Ensaio Nacional do Milho Crioulo
FAO	<i>Food and Agriculture Organizations</i>
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCVSA	Fórum Cearense pela Vida no Semiárido
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEB	Movimento de Educação de Base
OGM	Organismo Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial para Propriedade Intelectual
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PL	Projeto de Lei
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA	Projeto de Tecnologias Alternativas
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
Rima	Relatórios de impacto ambiental
RIS	Rede de Intercâmbio de Sementes
STTRs	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TAR	Teoria do Ator Rede
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UPOV	União para a Proteção das Obtenções Vegetais

CONVENÇÕES

Sobre palavra rede: utilizarei em maiúsculo, Rede, para me referir a uma organização coletiva que se identifica como tal, e em minúsculo, rede, para uso conceitual ou substantivo – rede de deitar.

Sobre a palavra casa: utilizarei em maiúsculo, Casa, para me referir aos locais de armazenamento coletivo de sementes, e em minúsculo, casa, quando se tratar do substantivo.

Sobre a palavra banco: utilizarei em maiúsculo, Banco, para me referir aos locais de armazenamento coletivo de sementes, e em minúsculo, banco, quando se tratar do substantivo.

“Aspas duplas”: utilizarei nas citações de autores e nas falas dos atores envolvidos na pesquisa.

‘Aspas simples’: utilizarei para expressar uma ideia não literal ou até mesmo uma ironia.

Itálico: utilizarei para palavras em idiomas estrangeiros e como recurso gráfico de atribuição de valores, buscando aproximar algumas palavras mais ‘à carne do que às ideias’.

[Colchetes]: utilizarei para intervir em citações.

(Parênteses): utilizarei para explicitar uma pausa longa na entrevista ou a para indicar passagens incompletas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Prefácio agroecológico.....	17
Problema de pesquisa.....	18
Justificativa	26
Lembretes ou quatro ressalvas.....	28
Organização dos capítulos	30
CAPÍTULO I - “CIÊNCIA EM AÇÃO”: REFLEXÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E POLÍTICAS DO FAZER TESE.....	33
1.1 Sobre as muitas teses que cabem em uma	34
1.2 O lugar de pesquisa: as Casas de Sementes da RIS Sobral e a semente que brotou em mim	44
1.3 Composição do objeto e da metodologia	51
1.4 Objetivos e questões de pesquisa.....	65
CAPÍTULO II - “TERRAS DO PATRÃO” E SEMENTES: REFLEXÕES ECOLÓGICAS SOBRE ASSIMETRIAS DE PODER	67
2.1 “Terras do patrão”: um aprendizado importante sobre sementes	70
2.1.1 Morada e sujeição: debates para uma compreensão temporalmente alargada sobre o “patrão” e suas terras	76
2.3 Bancos de sementes nos sertões dos Inhamuns e Crateús: práticas coletivas a partir da década de 1970	87
2.3.1 Igreja, STTR e um “salãozinho discreto”	88
2.3.2 Práticas coletivas nos Bancos de Sementes: armazenamento e organização política	96
2.3.3 A carta de Antônio Sabino: sementes, criação do Esplar e a assistência técnica “convencional”	100
2.4 Aprendizados ou para seguir pensando	107
CAPÍTULO III - UM EMARANHADO DE VÍNCULOS E AS NOVAS FORMAS DE SER E HABITAR DAS CASAS DE SEMENTES.....	110
3.1 Agricultura, tecnologias alternativas e as conexões com o armazenamento coletivo	111
3.1.1 A ONG Esplar no país de São Saruê	113
3.1.2 “Fazer pensar” ou “banho de realidade”: ‘novos’ Bancos de Sementes no Ceará.....	119
3.2. Redes e a inspiração para ação coletiva.....	130
3.2.1 A emergência da RIS Sobral/CE.....	141
3.2.2 Rede Sementes da Vida e a atuação da ASA.....	148
3.3 “Misturar jegue e cabaça”: leis de sementes, biotecnologias e biodiversidade.....	153
3.3.1 Sementes e a invenção da biodiversidade	166
3.3.2 Transgênicos e mentiras.....	172
3.4 Aprendizados ou para seguir pensando	177
CAPÍTULO IV - “AS MAIS BONITAS”: A VIDA COTIDIANA COMPARTILHADA ENTRE AGRICULTORES/AS E CASAS DE SEMENTES.....	181
4.1 Habitar e os muitos armazenamentos que cabem nas Casas de Sementes	182
4.1.1 O que os nomes também guardam.....	189
4.2 Leis, políticas públicas e manuais: as institucionalidades das Casas de Sementes... ..	195

4.2.1 Mangoris: gestão e princípios comuns.....	202
4.2.2 Adendo sobre o funcionamento das Casas de Sementes: as sementes de caju.....	209
4.3. Da Casa à terra: o ciclo das sementes	210
4.3.1 Abrindo roçados	218
4.3.2 Semear quintais	224
4.3.3 Colheita e comida	229
4.3.4 Seleção de sementes e o retorno para as Casas	232
4.4 Preparando festas: organizando a Rede e as Casas.....	234
4.4.1 Dias de Festa: participação na VIII Festa da Colheita da RIS Sobral	236
4.5 Aprendizados ou para seguir pensando	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	245
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

Prefácio agroecológico

Início esta tese recordando, com alegria, como vim parar aqui. Estava na região Ceará e era minha primeira vez na Caatinga, no Semiárido e no sertão. Minha ida ali era fruto do projeto *Redes de Agroecologia para o desenvolvimento dos territórios* conduzido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹, proposta que envolvia a sistematização das redes de agroecologia que acessaram o edital do Programa Ecoforte (2015-2017)², visando analisar as diferenças de um edital que apoiava ações em rede, ao invés de um empreendimento específico, como uma cooperativa ou uma feira³. Para viabilizar a empreitada de pesquisa, um coletivo de consultores/as foi constituído e eu fui a consultora responsável pelo estudo de caso envolvendo a Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), conhecida como RIS Sobral. Trata-se de um desses acontecimentos não premeditados que acabam mudando a nossa vida.

Depois de alguns dias em campo, conversando, conhecendo roçados, quintais e Casas de Sementes (essas últimas eram o principal destino), percebi que eu estava fazendo um trabalho sobre redes de agroecologia, mas que a palavra agroecologia quase não aparecia. Numa oportunidade, perguntei: “o que é agroecologia para você?”. Dedé respondeu: “Agroecologia é cuidar da natureza, não colocar fogo, não passar veneno”. Ele é um agricultor reconhecido em sua comunidade (Assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE), por dois motivos: se empenha em cultivar e conservar sementes, sendo que algumas variedades já estão sendo reproduzidas, entre plantios e armazenamentos, há mais de 20 anos. Além disso, Dedé prepara seus roçados sem uso de fogo e de agrotóxicos.

A explicação de Dedé escapa do substantivo ou do artigo definido “a” e traz a agroecologia para o plano dos fazeres: “cuidar da natureza”, “não colocar fogo”, “não passar veneno”. Sílvio Gomes de Almeida, em seu artigo “Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro”, discute como a agroecologia se constitui para além de uma ciência

¹ Para saber mais sobre a ANA, ver: <https://agroecologia.org.br/>.

² Apoiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB), pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo Amazônia e construído no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), com participação direta da ANA. Para maiores informações, consultar Schmitt *et al.* (2020a): “Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte”.

³ Ver publicação completa do processo de sistematização no qual Claudia Schmitt e eu, além de uma série de outros/as pesquisadores/as e consultores/as, estivemos envolvidos/as durante 2017-2020: Schmitt *et al.* (2020b).

que tem por objetivo promover processos de transição para uma agricultura sustentável, como uma ciência dos lugares, combinando o que se faz com as condições de onde se faz, sejam elas sociais ou ecológicas. Para o autor, o conceito geral de agroecologia:

[...] só ganha, assim, plena significação quando é objetivado em condições específicas e ao se aprimorar e se reconstruir permanentemente no confronto com a própria realidade. Ao se objetivar e *fazer corpo* com as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de Agroecologia se torna *concreto* e só nessa medida poderá ser reconhecido como funcional e apropriado pelos que o manejam. Sem essa passagem do geral ao específico, o conceito permanece opaco como teoria transformadora, e se desvirtua como um conjunto normativo cristalizado e indistinto, sem vínculos com as práticas sociais concretas, enfim, uma ideia à procura de ilustrações na realidade. (GOMES DE ALMEIDA, 2009, p. 76, destaques do original)

O caminho trilhado para tomar as Casas de Sementes da RIS Sobral como objeto desta tese foi (e segue sendo) o da agroecologia. É daí que vem grande parte do meu fazer ciência, que só se realiza pela partilha generosa das práticas cotidianas dos/as agricultores/as, essa ciência dos lugares. Assumo a agroecologia como a porta de entrada desta tese, seja porque foi por meio dela que conheci a RIS Sobral ou porque é emaranhada a esta história que me sinto forte para enfrentar a barbárie. Tudo isso tem implicações políticas e metodológicas, uma vez que se a entrada desta pesquisa fosse outra, talvez seria bem diferente a tese que aqui apresento. Nas palavras de Riobaldo na obra de João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, “assim eu acho, assim é que eu conto” (ROSA, 1968, p. 77 e 78).

Problema de pesquisa

As Casas de Sementes da RIS Sobral têm muitas formas e usos. Para além das especificidades discutidas com cuidado ao longo da tese, compartilham de uma objetividade imediata, “armazenar sementes”. Quase sempre as sementes são acondicionadas em garrafas *pet*, e as transparentes são consideradas melhores por permitirem maior visibilidade e identificação de sinais de possíveis doenças, como furos e avarias. Assim me explicaram os/as agricultores/as participantes das Casas, também reconhecidos/as como sócios/as.

As Casas de Sementes estão localizadas nas comunidades rurais e, também, em bairros nas cidades. Estão conectadas a processos organizativos locais, incluindo as associações comunitárias, os grupos de mulheres e de jovens, as cooperativas e associações. Algumas funcionam em edificações feitas exclusivamente para esse fim (Foto 1) e se assemelham mesmo à planta arquitetônica de uma casa, com paredes, portas, janelas e uma sala ampla. Outras estão

instaladas em construções antigas, que nos assentamentos ou nas comunidades rurais já serviram para outros usos. Outras são prateleiras de metal dispostas na casa de algum membro/a da comunidade, na capela ou na “sede da antiga fazenda”, sobretudo, no caso dos assentamentos.

Foto 1. Casa de Semente Umbuzeiro, Marco (CE) em outubro de 2017



Fonte: Arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

O armazenamento ‘entra em ação’ na chegada das chuvas, entre os meses de janeiro e março, período identificado pelos/as agricultores/as da RIS Sobral como inverno⁴. Inicia-se o momento de empréstimos de sementes. Os/as agricultores/as retiram, então, das Casas em que são sócios/as, sementes que utilizarão no plantio, seja nos roçados ou nos quintais. Trata-se,

⁴ Esta não é uma referência exclusiva dos/as agricultores/as da RIS Sobral. É compartilhada entre os/as residentes do Semiárido, conforme discutido ao longo dos Capítulos I e II.

sobretudo, de variedades de milho, feijão, fava, jerimum, melancia. Após a colheita, entre junho e julho, parte da produção (os “grãos”) é armazenada e utilizada como alimento das famílias e das criações. Outra parte, uma quantidade menor (as “sementes”), retorna às Casas.

De acordo com os/as agricultores/as da RIS Sobral, o tipo de armazenamento que acontece nas Casas de Sementes é importante porque em outros momentos – em referência, sobretudo, à década de 1980 e às duas secas que aí aconteceram (1981 e 1983) (CAMPOS, 2004) – as sementes foram utilizadas como alimento. Isso aponta para os limites impostos, sobretudo, pelos longos períodos de estiagem, que acabavam com os estoques de alimentos e de sementes. Ao mesmo tempo, reforça uma espécie de necessidade de constituição de vínculos pelas Casas de Sementes, conectando-as à produção de alimentos, às condições de produção da agricultura, como disponibilidade de terra e água, que incidem diretamente sobre as possibilidades de vida dos/as agricultores/as.

Além de permitir a produção de alimentos e a disponibilidade de sementes no momento do plantio, as Casas desempenham cotidianamente distintas atribuições na vida dos/as agricultores/as. Nas comunidades, as Casas são pontos de encontro para as reuniões que tratam de sementes e de quaisquer outros aspectos que mereçam discussão coletiva, como acesso a serviços públicos de saúde e educação. As mulheres me explicaram a importância das Casas como um lugar de encontro delas, onde falam sobre sementes, mas também sobre a vida e os desafios enfrentados em casa, com o marido, a família, os/as filhos/as. Algumas Casas também são espaços de beneficiamento de alimentos pelas mulheres e contam com geladeira e fogão para preparo e acondicionamento da produção a ser comercializada nas feiras locais e através de mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outra dimensão frequentemente referida diz sobre os comprovantes, “recibos”, de empréstimo e devolução de sementes emitidos pela Casa a cada agricultor/a que toma e devolve sementes durante a safra. Esses documentos são utilizados como “provas” da condição de agricultor/a no momento de requisição da aposentadoria rural junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Seguindo as Casas, a água sempre foi uma constante nas conversas. A região de Sobral/CE está circunscrita ao Semiárido brasileiro⁵, que de forma generalista se caracteriza

⁵ Desde a atuação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959 e que teve como um de seus participantes o economista Celso Furtado, já se falava em Semiárido. Contudo, a definição legal só aconteceu em 1989, delimitando a área de atuação da Sudene com pluviometria menor do que 800mm (MENESES, 2018). A classificação foi revista em 2005 a partir do trabalho do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. A revisão envolveu além das características pluviométricas anteriores, o índice de aridez e o risco de seca maior de 60%. A partir disso

pelo baixo índice de pluviosidade anual, solos rasos e presença de rios intermitentes. Assim, falar em estoque de sementes envolvia, quase que invariavelmente, considerar, também, o estoque de água das chuvas possibilitado pela construção de cisternas. Essas cisternas se tornaram uma presença, na paisagem do Semiárido, através do trabalho desenvolvido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)⁶, especialmente, devido à execução das políticas públicas de cisternas e outras tecnologias de estocagem de água: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), ambos discutidos em maiores detalhes ao longo da pesquisa. Tal aspecto suscita que as práticas de estoques desenvolvidas pelos/as agricultores/as, permeadas pelos recursos advindos de políticas públicas, são parte das formas de habitar o Semiárido, amenizando as dificuldades da travessia do período de estiagem.

A existência das Casas pode ser lida como coletiva, tanto pelos processos que acontecem em cada uma quanto pelo espaço organizativo do qual são parte. Refiro-me aqui à RIS Sobral, que atua numa espécie de retroalimentação, na qual as Casas fortalecem a Rede e vice-versa.

A RIS Sobral foi “oficialmente criada em 2003”, como me explicaram os/as sócios/as. Reúne hoje 82 Casas de Sementes, em 11 municípios da região Noroeste do Ceará. Participam da Rede agricultores/as, assentados/as da reforma agrária e quilombolas, além de organizações como associações comunitárias, grupos de mulheres e de jovens, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e a Cáritas Diocesana de Sobral⁷. Em um levantamento realizado em 2018 pelas organizações da Rede, foram identificados mais de 2.000 sócios/as e um estoque de sementes de aproximadamente 13 mil garrafas *pet* que acondicionavam sementes de 17 variedades de milho, 34 variedades de feijão, além de diversos tipos de favas, frutíferas e espécies nativas. A Figura 1 apresenta a localização da RIS Sobral⁸, com destaque para os municípios envolvidos e divisões político-administrativas do Ceará e do Nordeste:

outros 102 municípios integraram o Semiárido, totalizando 1.133 e uma área de 969.589,4 km² (BRASIL, 2005a).

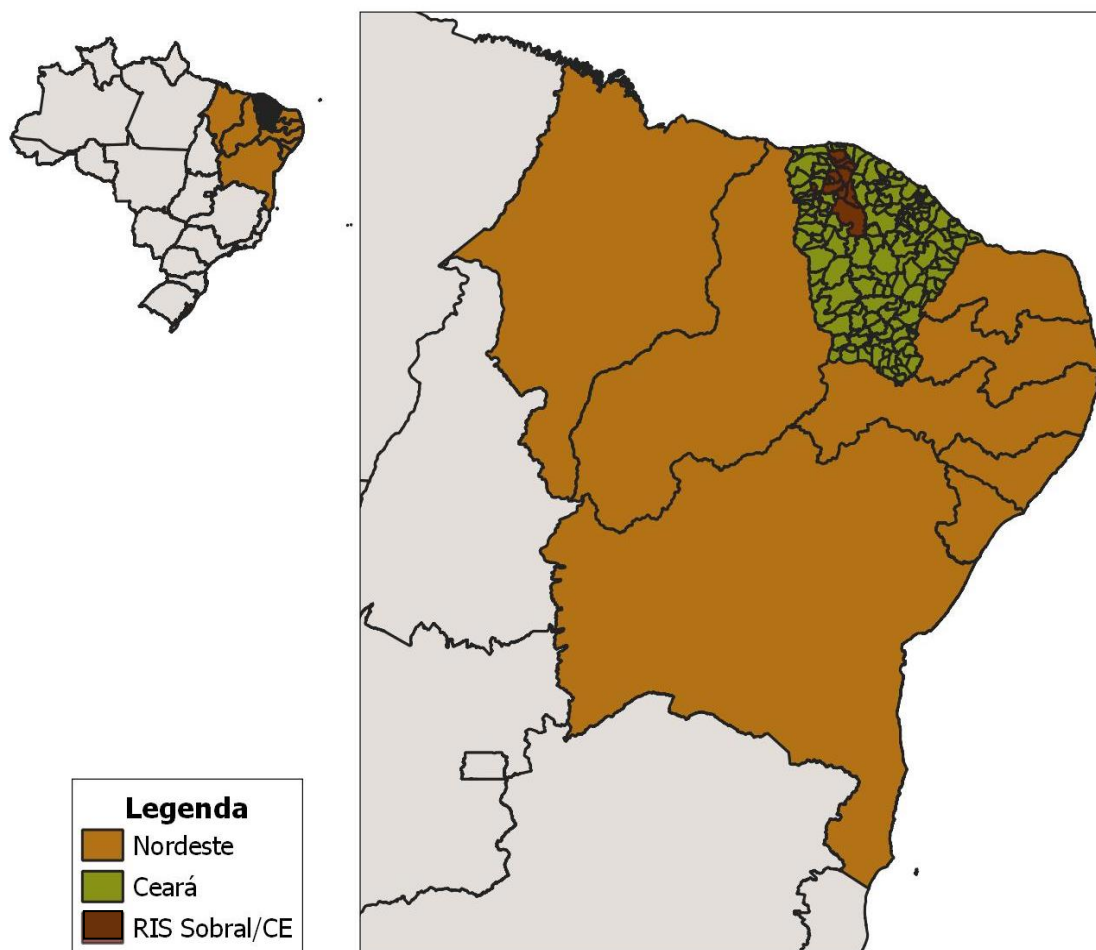
⁶ É uma rede que envolve organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos, cooperativas, associações) que atuam no Semiárido e pautam políticas públicas de “convivência com o Semiárido”. A ASA é a principal executora das políticas públicas de cisternas, seja a de primeira água, para o consumo humano, o P1MC, ou de segunda água, para uso na agricultura e nas criações animais, o P1+2. Para maiores informações, ver: <https://www.asabrasil.org.br/>.

É importante destacar que a “convivência com o Semiárido” é parte de um processo histórico mais amplo de lutas no Semiárido em contraposição ao “combate à seca”, orientação Estatal de políticas públicas que prevaleceu ao menos durante todo o século XX e tem nas grandes obras hídricas sua principal representação, como a construção de estradas e a política de açudagem.

⁷ A Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e caracteriza-se por ser uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica e que atua na promoção dos direitos humanos. A Cáritas Brasileira foi fundada em 1956 e é umas 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. A Cáritas Diocesana de Sobral, atua no âmbito da Diocese de Sobral, Ceará, e foi fundada em 1983.

⁸ Trata-se de uma primeira espacialização. Ao longo do Capítulo I discutirei sobre o assunto com mais detalhes.

Figura 1. Localização da RIS Sobral



Fonte: elaborada pela autora através do software QGIS.

Essas informações fornecem um primeiro panorama das muitas e distintas atividades desempenhadas nas Casas de Sementes, articulando sementes e agricultores/as. Contudo, essa breve descrição que busca aproximar o/a leitor/a do universo do contexto de pesquisa é apenas um pedaço de uma história complexa. Uma importante expressão disso foi a afirmação de que “as Casas de Sementes trouxeram autonomia das sementes do patrão”, proferida em diferentes oportunidades pelos/as sócios/as da RIS Sobral. Como me foi explicado, isso acontecia porque antes das Casas de Sementes e das práticas de armazenamento coletivo, para acessar a semente era preciso “trabalhar primeiro para o patrão” e, então, após o pagamento em dinheiro ou até mesmo em semente, o roçado da família poderia ser cultivado. As chuvas adentravam a história à medida que, para cultivar um roçado, era preciso da terra molhada – das chuvas –, e ter que “trabalhar primeiro para o patrão” poderia significar a perda de tal temporalidade. A essa personagem, “patrão”, “patrões”, assomaram-se ainda informações sobre a concentração de

terras na região em estudo, sobretudo, quando os/as agricultores/as compartilharam que “90% dos sócios da RIS Sobral vivem em terra de patrão”. Esses indícios colocavam em questão quais temáticas poderiam ser importantes no âmbito de um estudo associado às Casas de Sementes na região.

A estruturação da RIS Sobral data de 2003, mas os movimentos de constituição das Casas de Sementes são bem anteriores. Seguindo os relatos dos/as agricultores/as, o foco espacial e temporal da investigação foi sendo direcionado, da região de Sobral/CE para os sertões de Crateús e dos Inhamuns⁹, no Ceará, na década de 1970. Esse trânsito ganhou solidez em função de outros dois encontros. O primeiro foi com o “pessoal do Esplar”¹⁰, Organização Não Governamental (ONG), com sede em Fortaleza/CE, frequentemente referida quando o assunto era o início das ações com as Casas de Sementes. O segundo foi a leitura do livro *Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais do Semiárido*, de Paula Almeida e Ângela Cordeiro (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002). Dentre as páginas e discussões mobilizadas, as autoras tratam da gênese dos Bancos de Sementes¹¹, remetendo o diálogo à década de setenta e aos dois sertões cearenses, além da atuação da Igreja Católica e dos STTRs, e utilizando como referências bibliográficas documentos históricos do Esplar como relatórios de atividades, eventos e projetos.

Dimensões vão se associando às Casas de Sementes da RIS Sobral, colocando em evidência a importância de pensar não exclusivamente sobre elas, mas os diferentes fios aos quais estão emaranhadas, que combinam sua presença cotidiana na vida dos/as agricultores/as, a década de 1970 nos sertões de Crateús e dos Inhamuns, o “patrão” e suas terras, e a importância da água e das cisternas. Ao mesmo tempo, uma série de atores coletivos vai também se tornando parte desses laços, seja emergindo a partir deles ou os tecendo por matizes variadas, como os STTRs, a Igreja Católica, a Cáritas Diocesana de Sobral/CE, o Esplar, a ASA.

Se as Casas de Sementes não podem ser tratadas de forma independente – já que sua existência acompanha as múltiplas formas nas quais os/as agricultores/as habitam a região em estudo, constituem histórias, parcerias e enfrentam assimetrias como o acesso à terra –, a “autonomia das sementes do patrão” também só pode ser pensada assim. A questão ampla que

⁹ São hoje duas microrregiões do estado do Ceará.

¹⁰ Era assim que os sócios/as da RIS Sobral se referiam quando eu perguntava como se iniciou na região o armazenamento coletivo de sementes.

¹¹ No Ceará os Bancos deixaram de ter essa nomenclatura em um evento coletivo da década de 1990 e passaram a ser chamados de Casas, discussão analisada no Capítulo III. Em outros estados do e regiões do Brasil o termo Banco é utilizado, como é o caso da Paraíba.

se desdobra poderia ser explicitada da seguinte forma: como as Casas de Sementes da RIS Sobral, em uma dinâmica que se estende da emergência dos primeiros Bancos na década de 1970 até a atual vida cotidiana dos/as agricultores/as, foram produzindo “autonomia das sementes do patrão”? Tal questão indica, de forma quase direta, a necessidade de compreender a presença do “patrão”, assim como as especificidades em jogo na década de 1970, as conexões com os chamados Bancos de Sementes e os atores coletivos que vão adentrando e se enredando nessa autonomia. Finalmente, caminha para a apreensão de como isso vai permeando ou sendo permeado pelos fazeres cotidianos dos/as agricultores/as e associados às Casas de Sementes.

Reside aí um dos importantes desafios desta tese: a tentativa de responder tal questão e aquilo que ela vai suscitando, tendo como guia principal as Casas de Sementes da RIS/Sobral. Não se trata da possibilidade de ‘dar conta’ de todo o processo histórico do armazenamento coletivo, que assume distintas feições no Semiárido e no próprio Ceará, ou de uma compreensão profunda sobre os “patrões” e o controle secular sob as terras que eles têm exercido. A proposta é entender, por exemplo, o “patrão” na relação com as sementes, ou seja, como essa personagem entra nessa trama e por que ou como se promove a “autonomia das sementes” considerando um recurso que, pelo menos em princípio, é controlado por ele. É olhar para as Casas de Sementes da RIS Sobral e identificar a quem ou ao que mais se relaciona a referida autonomia. Como ONGs como o Esplar se associam a tal processo, o que estava em questão?

Sob essa perspectiva a noção de autonomia vai se adensando ao longo da pesquisa, tendo como referência principal os sentidos, as narrativas e fazeres dos/as agricultores/as das Casas de Sementes da RIS Sobral. Assim, menos do que uma definição *a priori* de autonomia, a pesquisa busca seguir junto aos atores das Casas de Sementes as muitas formas de sua emergência. Em termos de conceito, a discussão ganha contornos fundamentais a partir da ecologia das práticas trabalhada por Stengers (2005; 2010a; 2015; 2018).

A noção elaborada pela autora é orientada à compreensão do que os atores pensam, fazem, sentem juntos/as e do(s) porquê(s) se colocam coletivamente diante de determinada causa, considerando a importância que ocupa em suas vidas. Dessa forma, a ecologia das práticas não se aplica a descrições generalistas produzidas independentemente dos/as praticantes¹² e das particularidades locais onde as práticas são desenvolvidas. A perspectiva adotada por Stengers parte da ideia de que nenhuma prática é como outra qualquer (STENGERS, 2005). Quando se toma as Casas de Sementes da RIS Sobral a partir de uma ecologia das práticas, o olhar recai sob a causa coletiva – as muitas ligações estabelecidas ao

¹² Termo utilizado pela autora.

longo do tempo que constituem significados, subjetivos ou materiais, à “autonomia das sementes do patrão”. Assim, a perspectiva analítica da ecologia das práticas cumpre uma função também metodológica, indicando ‘até onde’ é possível chegar a partir de uma determinada ecologia.

Outro ponto a considerar é que a ecologia das práticas não se realiza dissociada de um *meio*, de um ambiente específico, ou seja, não pode ser tomada como equivalente. Ele confere às práticas e aos praticantes possibilidades de ser ou de se tornar. Como explica Stengers (2005), o meio não implica dependência funcional, pois “não há organismos de um lado e meio ambiente do outro: o que há é uma sobreposição de agenciamento mútuos” (LATOURE, 2020, p. 93). Isso abre um debate relativo ao ‘onde’ as Casas de Sementes da RIS Sobral habitam, colocando em foco, por exemplo, o motivo pelo qual se torna importante a organização de armazenamentos coletivos ali. Como as Casas de Sementes da RIS Sobral estabelecem conexões com a chuva, o sol, a disponibilidade hídrica e as estações do ano? Como os agricultores/as compartilham, nos termos colocados por Stengers (2005), do meio onde habitam?

A partir dessas discussões, imprimo contornos conceituais à questão mais ampla anteriormente apresentada. Busco investigar a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, considerando o que ‘entra em causa’ para os/as agricultores/as e os atores coletivos e o meio no qual emerge a “autonomia das sementes do patrão”. Uso aqui a palavra “emerge” para chamar a atenção de que não são acontecimentos em cadeia, previamente calculados que, então, finalmente, promovem autonomia. Na verdade, trata-se da autonomia enquanto parte de um processo amplo, marcado por divergências e tensões, se afastando de um arranjo que poderia ser visto, ao final, como imune a conflitos ou de “uma paz que se pretenderia final” (STENGERS, p. 447, 2018). A “autonomia das sementes do patrão”, por exemplo, habita um meio no qual muitos/as agricultores/as ainda vivem em suas terras, outros/as tantos/as possuem relação de trabalho com ele e outros/as não querem “nem saber de patrão” depois da conquista da terra.

Stengers (2005) designa, a partir do conceito de *attachment* de Bruno Latour, traduzido como vínculos (LATOURE, 2015; 2020), as ligações que mantêm os praticantes juntos/as numa ecologia das práticas, que pelas responsabilidades e partilhas assumidas constituem valores e sentidos de pertencimento. As obrigações e a tessitura de vínculos são compreendidas por Stengers (2009), assim como o meio, como aspectos não equivalentes, que não podem ser generalizados e que precisam ser apreendidos nas especificidades da ecologia das práticas. Tais

discussões fornecem um ambiente analítico profícuo. O que entra em cena é a qualidade ou a natureza desses vínculos e como eles engendram possibilidades distintas numa determinada ecologia das práticas. Assim, o que se coloca a partir disso é que a compreensão cuidadosa dos vínculos da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, ao mesmo tempo que permite identificar os distintos praticantes ao longo do tempo, possibilita, também, apreender as transformações que vão se colocando.

As muitas coisas que as Casas de Sementes da RIS Sobral têm feito, imersas na vida cotidiana dos/as agricultores/as, na sua gênese na década de 1970, na promoção da “autonomia das sementes do patrão”, além de articulações com diferentes atores coletivos, representam aqui o problema de pesquisa da tese. Trato de investigar a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, considerando o meio no qual ela se realiza, assim como os vínculos que compõem sua existência e permitem aos/as agricultores/as viverem a “autonomia das sementes do patrão”.

Justificativa

“Utopia, dirão! Mas quem o disser nos condena à barbárie. E é à barbárie que nos condenam também as narrativas e especulações em que estamos literalmente afogados [...]”

(No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima, Isabelle Stengers)

“O coração dos aflitos pipoca dentro do peito [...]”

(Coração bobo, Alceu Valença)

Acredito que a maioria dos/as leitores/as desta tese concordará que os tempos não estão fáceis. Dentre os muitos exemplos que poderia citar, atenho-me a um que se conecta diretamente à agricultura ou à produção de alimentos colocada ‘em ação’ nas Casas de Sementes da RIS Sobral: a insegurança alimentar. Segundo Inquérito realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)¹³, entre novembro de 2021 e abril de 2022, aproximadamente 15% da população do Brasil estava em situação de insegurança alimentar grave, passando fome. Em termos de números absolutos, no Nordeste reside grande parte da população em situação de insegurança alimentar, 12.127 milhões de pessoas. Assim, como destacado sobre as conexões estabelecidas pelas Casas de Sementes no que se refere à região semiárida, a fome é acompanhada da insegurança hídrica

¹³ Para mais informações, ver: <http://olheparaafome.com.br/>.

que, no Nordeste, afetou mais de 41% dos domicílios, segundo ainda o estudo da Rede PENSSAN.

O cenário é ainda mais estarrecedor quando se constata que a situação de fome é maior no campo¹⁴ do que na cidade, não em números absolutos, saltando de 15% para 18,6%. Tais dados apontam para as desigualdades abissais do Brasil, país que brada sua vocação agrícola e safras recordes de soja e milho, enquanto mais de 33 milhões de pessoas passam fome¹⁵. Parece ambíguo haver maior presença da fome nas áreas rurais, uma vez que ali deveria existir condições de produção. Todavia, os dados reforçam a condição de pobreza ou extrema pobreza à qual estão submetidas essas populações, ao mesmo tempo que explicita que não basta estar ‘no rural’ para produzir alimentos. É preciso acesso à água, à terra, às matas, a sementes e mudas, a uma assistência técnica adequada.

Seguindo as discussões de Stengers (2015, p. 126), a autora afirma que “precisamos desesperadamente de outras histórias [...], histórias que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensá-las juntos”. É a isso que a tese se propõe a contar a partir da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, que, em sua particularidade, tem arregimentado vínculos que propiciam outras formas de habitar esse mesmo Nordeste rural anteriormente referido. Trata-se, aqui, de suscitar possibilidades de outras saídas às crises que atravessam a existência não só da humanidade, mas de todos os seres que aqui vivem.

Compreender essa ecologia das práticas é umas das possibilidades de “fazer pegar novamente”, como se diz das plantas. Remete à capacidade de pensar e agir juntos” (STENGERS, 2005, p. 148). Não se trata, sem dúvidas, de uma solução uníssona e de uma vez por todas, mas de aprender sobre fazeres, sentidos e sentimentos que têm constituído propostas para além das alternativas infernais, aquelas que não deixam escolhas senão a resignação¹⁶, seja à ciência, ao Estado ou ao capital (STENGERS, 2005; RIVAT; BERLAN, 2015).

O que me salta aos olhos e se desenha aqui como justificativa é como a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral tem promovido, não sem divergências, a “autonomia das sementes do padrão”, que só pode ser pensada a partir dos múltiplos vínculos.

¹⁴ Refere-se a domicílios de agricultores/as familiares ou produtores/as familiares, conforme destacado na pesquisa.

¹⁵ Para maiores informações, ver: <https://diplomatieque.org.br/agro-um-mau-negocio>

¹⁶ Nas palavras de Sztutman (2018, p. 348), “poderíamos com facilidade proliferar exemplos, tendo como referência a realidade brasileira mais recente: ou a reforma da previdência ou a falência do Estado; ou Belo Monte ou a crise da energia; ou o freio à imigração ou o colapso social; ou a indústria farmacêutica ou o fim do financiamento das pesquisas”.

Essa autonomia precisa de Casa, mas também de água, de terra, de chuva, de comida, de partilha de conhecimentos, de parcerias, amizades e de muita luta. Os engendramentos produzidos no âmbito da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral explicita como é preciso aprender com aqueles/as que têm se desafiado a “fazer pegar novamente”, armazenando sementes, produzindo alimentos e tantos outros vínculos ainda que diante de assimetrias, pois, para alguns/as, a barbárie já começou há muito tempo. É preciso aprender com quem tem cotidianamente demonstrado outras formas de habitar e povoar o mundo e a enfrentar as diversas crises que atravessam a existência.

Lembretes ou quatro ressalvas

Apresento três ressalvas importantes que devem ser consideradas ao longo da leitura da tese. Essas servem a mim como lembretes relativos a determinadas impasses e decisões tomadas e como explicações aos/às leitores/as.

O primeiro lembrete é em relação à voz da narrativa da tese, a primeira pessoa do singular. A preocupação maior é que tal escolha não seja tida como uma tomada de posição egoísta ou de “autoridade etnográfica” nos termos de Clifford (2002), como se finalmente chegasse ao que interessa – a voz da autora autorizada a compartilhar os seus aprendizados¹⁷. Ao contrário, a proposta foi de me implicar naquilo que me ensinaram os/as interlocutores/as, autores e tantas outras pessoas que se somaram nessa jornada, assumindo a responsabilidade daquilo que digo ao longo das páginas. Reconheço, assim, que o que aqui se apresenta diz também sobre mim, sobre como eu experiencio o mundo, minhas crenças e esperanças.

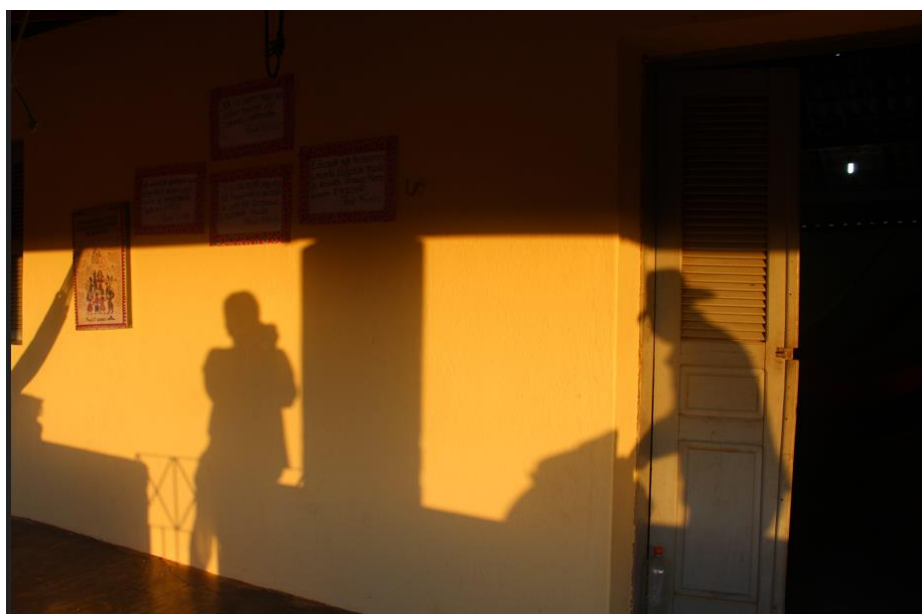
A imagem que me vem é parte do filme *Jogo de Cena* de Eduardo Coutinho, no qual atrizes interpretam personagens fictícias ou da vida real e essas últimas, em certos momentos, ‘interpretam’ a si mesmas, de forma que não se sabe a quem pertence a narrativa, se às atrizes ou às personagens. Sem querer entrar na celeuma de real e ficcional, o que me soa interessante é a dificuldade de representar um “personagem real”. Fernanda Torres, uma das atrizes do filme, observa “com um personagem real, a realidade um pouco esfrega na sua cara onde você poderia estar e não chegou...” (PENONI; KOGUT, 2017, p. 25). É sabido que meu papel não é de atriz ou de interpretar outras pessoas, mas reside um tanto em interpretar realidades e produzir, a partir daí uma narrativa científica. A primeira voz do singular é o lembrete de que isso é sempre

¹⁷ As discussões metodológicas serão aprofundadas no capítulo I.

inacabado e que diz sobre minhas formas particulares de compreensão, ainda que só faça sentido em meio à composição coletiva que é o fazer ciência de uma tese.

A fotografia na sequência (Foto 2) pode ser lida como uma tentativa de explicitar essa combinação de pesquisador/a, interlocutores/as, vida real e interpretação. Quem aperta o botão que tira a fotografia sou eu, a mesma que assume a tarefa desafiadora de dizer sobre o mundo do ‘outro’, não sem implicação, porque as sombras também compartilham da mesma parede:

Foto 2. Na sombra, mas não só



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Falando nos/as envolvidos/as na pesquisa, reside aí a segunda ressalva. De forma analítica, utilizo ao longo de grande parte do texto a categoria ator/atores, referindo-me a pessoas ou a outros entes, água, sementes, plantas, animais, por exemplo. A literatura que mobilizei ao longo da tese não utiliza flexão de gênero na palavra ator/atores, por isso tomei a decisão de não a flexionar, diferente das categorias apreendidas em campo (sócios/as, agricultores/as). Assim, identifiquei como importante, em determinados contextos, despir as palavras de seus conceitos. A proposta envolve tornar a leitura menos hermética e transparecer por meio do texto que não se trata de grandes divagações teóricas, mas de pessoas de carne e osso, de homens, mulheres, de sementes que dentro do corpo são alimentos, de água que mata a sede.

Ainda nessa ótica, adotei também ao longo do texto a palavra “agricultores/as” para me referir aos/às sócios/as da RIS Sobral e das Casas de Sementes. É a partir desse termo que eles/as se autoidentificam e identificam também uns/as aos/às outros/as. A participação na Rede

envolve, por exemplo, outros atores como assentados/as e quilombolas, que foram, quando necessário, tratados como tais. Contudo, também são “agricultores/as”, o que permitiu o uso de forma mais generalizada para me referir aos atores da pesquisa.

A terceira ressalva, por fim, é sobre o uso de dados oficiais produzidos pelo Estado como as divisões territoriais político-administrativas, informações censitárias e estatísticas.

A RIS Sobral abriga municípios que estão inseridos na mesorregião Noroeste e nas microrregiões de Sobral e Litoral do Camucim e Acaraú, conforme definição de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os/as sócios/as da Rede, contudo, a definição se dá em termos de “região de Sobral”, o que pode ser compreendido tanto pela dimensão de polo que o município de Sobral/CE ocupa, quanto pelo trabalho com as sementes realizado pela Cáritas Diocesana de Sobral desde meados da década de 1990.

Um segundo aspecto se refere às leituras que fiz sobre o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Dentre as categorias censitárias é utilizada a de “agricultura familiar” respaldada pelo Decreto 9.064/2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (IBGE, 2019). Contudo, conforme pude identificar em campo, os/as sócios/as da RIS Sobral não se identificam cotidianamente como agricultores/as familiares, mas como agricultores e agricultoras. Assim, o uso de estatísticas oficiais como uma fonte de informação sobre o contexto de pesquisa parte de aproximações. Essas se tornam possíveis pela compreensão de que a agricultura familiar extrapola as definições previstas pelo Estado, dizendo respeito, também, a combinações sociais, econômicas e ecológicas, na qual a família é responsável pelos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento agrícola (WANDERLEY, 1999). Tais aspectos são evidentes entre os/as sócios/as da Rede.

Organização dos capítulos

A tese está organizada em quatro capítulos que, combinados, buscam constituir a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral e o meio no qual ela habita. Tomo como referência temporal a criação do primeiro Banco de Sementes na década de 1970 e os múltiplos processos vivenciados no âmbito do armazenamento coletivo da RIS Sobral desde aí, como o envolvimento da Igreja Católica, das ONGs, dos STTRs. Sob essa ótica, busco suscitar como a “autonomia das sementes do patrão” se realiza, não somente pelo acesso às sementes ou pela independência das sementes do “patrão”, mas pela constituição de vínculos que, de

qualidades distintas, compõem sentidos plurais a essa autonomia. O que se coloca em questão é que a autonomia não pode ser tratada como ‘independência’ de vínculos, mas pela possibilidade de criação de novos, tensionando, inclusive, aqueles que poderiam desintegrar uma determinada ecologia das práticas. Na forma como propõe Stengers a autonomia numa ecologia de práticas é constituída por relações de interdependência, do reconhecimento em se tornar em referência ao outro, sejam humanos ou não: “[...] reativar a interdependência, é fazer a experiência que só pode ser feita com outros, graças a outros e ao risco de outros” (STENGERS, 2020, s/p).

No Capítulo I discuto como essa espécie de estabilidade que a pesquisa agora apresenta passou por inúmeros processos e transformações. Não foi de uma única vez que o objeto foi desenhado e se tornou, então, passível de investigação. Ao contrário, ele é parte do próprio fazer pesquisa. Foi sendo modelado, quase artesanalmente, durante minha formação no doutorado, entre colegas e professores/as, e especialmente nas idas a campo. Como parte de um exercício de aprendizados múltiplos, de pensar e tornar a pensar, apresento como foi sendo também organizada a metodologia da tese, que combinou etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

No Capítulo II, dedico-me a pensar sobre os chamados “patrões” ou, mais especificamente, as “terras do patrão”, abrindo um debate sobre as relações de poder a partir de uma abordagem ecológica. Não se trata de uma proposta de identificação individualizada dos “patrões”, menos ainda, ideal, mas de uma leitura que os identifica como uma personagem quase onipresente ou que ronda a todo tempo a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. Busco discutir sobre as assimetrias de poder entre “patrões” e agricultores/as, destacando os limites e possibilidades de se tornar diante de um determinado meio, que se caracteriza, por exemplo, pelo controle dos cursos hídricos pelos “patrões”. Identificando os vínculos que as sementes tecem em meio a tais assimetrias e como isso se dá imerso em um processo histórico, o debate é conduzido à década de 1970, quando por atuação da Igreja Católica e dos STTRs foram criados os primeiros Bancos de Sementes. Esse momento revela conexões fundamentais entre o armazenamento coletivo, a luta pela terra e por direitos sociais e a presença dos “patrões”. O capítulo é marcado por uma combinação de temporalidades, chamando atenção para as mudanças vivenciadas, assim como para certas permanências, ainda que revistas.

No Capítulo III analiso os distintos vínculos associados à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. Dedico-me a pensar como a própria noção de RIS e de RIS Sobral

é uma emergência dessa ecologia, devido aos desafios enfrentados pelos/as agricultores/as no acesso às sementes, o armazenamento coletivo passa a ser objeto de ação de atores coletivos como o Esplar. Contudo, o Esplar não vem sozinho. Além das parcerias já tecidas pelos Bancos, como com os STTRs e a Igreja Católica, que também se transformam desde à década de 1970, entram em cena as chamadas tecnologias alternativas, em contraposição à modernização da agricultura vigente; a defesa da biodiversidade e a luta contra as biotecnologias, dimensões associadas ainda aos arranjos mobilizados na esfera internacional. Essas dimensões possuem suas especificidades, ao mesmo tempo que se formam mutuamente. No âmbito da ecologia das práticas, passam a estabelecer, por meio dos vínculos ‘novas’ formas de fazer aos/as praticantes, experienciadas, contudo, de formas divergentes, já que nem tudo ‘cola’ na vida cotidiana dos/as agricultores/as.

O Capítulo IV, embora seja o último, é também, de certa forma, o começo, pois foi em grande parte dessa esfera – no encontro com agricultores/as em suas casas, roçados e quintais – que as primeiras dúvidas e reflexões desta tese foram semeadas. Identifico esse capítulo como responsável por apresentar as muitas cores da paisagem da Caatinga quando se toma como dimensão de análise o armazenamento coletivo realizado nas Casas de Sementes nas comunidades. Discuto como a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral se entremeia à vida cotidiana dos/as agricultores/as, o que entra em jogo nessa esfera, as práticas que desde ali também constituem vínculos, pertencimentos e a própria “autonomia das sementes do padrão”.

CAPÍTULO I

“CIÊNCIA EM AÇÃO”: REFLEXÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E POLÍTICAS DO FAZER TESE

Apresento nesta seção como a pesquisa de tese foi composta. Exercito, dessa forma, meu olhar para minha trajetória como pesquisadora, destacando encontros importantes, seja no âmbito da academia, no movimento da agroecologia ou nos aprendizados com os/as agricultores/as. Busco colocar a tese em perspectiva, salientando o corpo que ela agora possui, assim como os trechos sinuosos percorridos, as dúvidas, as mudanças e decisões tomadas. Tais dimensões não se dão em um ‘terreno vazio’, dizem também sobre minha própria vida, as causas que acredito e aquilo que defendo. Assim, a escolha teórica e do campo de pesquisa não é neutra, ao contrário, diz sobre uma tomada de posição política interessada em fazer ressoar determinadas discussões científicas e lutas socioecológicas.

O principal debate deste capítulo se associa a uma espécie de conexão entre atores, sobretudo, os/as agricultores/as e as Casas de Sementes da RIS Sobral, e autores/as. Discuto especialmente como os fazeres nas Casas de Sementes são apreendidos a partir da perspectiva analítica da ecologia das práticas. O objeto de pesquisa dessa tese se desenha tendo como referência a “autonomia das sementes do padrão” promovida pelas Casas de Sementes da RIS Sobral, como me foi dito pelos/as agricultores/as. Parto da ideia, todavia, de que essa autonomia não diz respeito às Casas em si, mas ao que elas foram capazes de conectar historicamente e de forma dinâmica. Destaco, por exemplo, a afirmação sobre a criação dos primeiros Bancos, ainda na década de 1970, de como esses nunca se limitaram às sementes. A ecologia das práticas torna-se assim um referencial profícuo ao permitir compreender os laços que as Casas foram estabelecendo ao longo do tempo e por aquilo que cotidianamente mantêm os atores juntos, ainda que entre tensões e divergências.

Sob essa ótica, ao mesmo tempo em que a proposta não polariza as dimensões global e local, ela se vale das continuidades entre atores e o meio onde habitam, permitindo um olhar atento à esfera da vida e às conexões mais longas, espacialmente ou temporalmente. A “autonomia das sementes do padrão”, lida a partir da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, apresenta-se como um emaranhado de interdependências que produzem múltiplos sentidos e materialidades entre aquilo que os atores fazem, sentem e pensam juntos. De forma ampla, poderia afirmar que o desafio aqui colocado é desenrolar alguns desses fios buscando compreender não só suas características, mas sua tessitura.

1.1 Sobre as muitas teses que cabem em uma

Embora haja dificuldade de encontrar um começo preciso, poderia dizer que esta pesquisa teve início em um projeto de doutorado que se propunha a estudar diferentes concepções de natureza a partir de dois arranjos de agricultura: um baseado em práticas convencionais e outro em práticas agroecológicas. Esta proposta, que foi apresentada por ocasião da seleção para o doutorado no CPDA/UFRRJ em 2016, tinha como contexto empírico a região de Barbacena/MG, onde realizei a investigação que subsidiou minha dissertação de mestrado. Este objetivo inicial se transformou com a viagem à área de atuação da RIS Sobral no segundo semestre de 2017. Não em relação ao tema, segui interessada nos debates que se propõem a pensar sobre a natureza, mas devido à complementariedade mútua que experienciei ali entre agricultores/as, Casas de Sementes e o local onde habitam – sua fauna, flora, a chegada das chuvas, o período de estiagem e o saber fazer agricultura. Não quero afirmar com isso que tais complementariedades não eram presentes na região de Barbacena/MG, contudo o intenso processo de modernização da agricultura ali vivenciado tem solapado a relação entre agricultores/as e a natureza.

Desde minha entrada no CPDA/UFRRJ, ainda no mestrado, em 2013, e no meu trânsito entre as Ciências Biológicas e Ciências Sociais, interessei-me em pensar as muitas formas como natureza e sociedade estão relacionadas. Ao longo do caminho, os estudos sobre a ciência e tecnologia foram se achegando, e é interessante que talvez esta tenha sido a primeira dimensão ‘mais’ conceitual para pensar este anseio de compreender as relações que se estabelecem entre natureza e sociedade. Foi marcante o encontro com os debates propostos no âmbito da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), com o aporte de autores como Bruno Latour, David Bloor, Isabelle Stengers, Donna Haraway, além de alguns dos ‘antecessores’ que habitam esse campo e que se propuseram a pensar as relações entre sociedade e o conhecimento científico como Karl Mannheim e Thomas Kuhn¹⁸.

Minha dissertação de mestrado se inscreveu nessa perspectiva, buscando compreender os agrotóxicos como tecnologias, imersas em uma extensa rede capaz de produzir inúmeras traduções e adaptações sucessivas, tanto de significados, quanto das próprias materialidades

¹⁸ Destaco aqui algumas referências que foram importantes nessa caminhada como *A vida de laboratório: a construção dos fatos científicos* de Bruno Latour e Steve Woolgar; *Ciência em ação: como seguir cientistas mundo afora* de Bruno Latour; *Jamais fomos modernos* de Bruno Latour; *Conhecimento e imaginário social* de David Bloor (BLOOR, 2009) (original publicado em 1976); *O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX* de Donna Haraway (HARAWAY, 2000) (original publicado em 1991); *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima* de Isabelle Stengers; *A estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn (KUHN, 2017) (original publicado em 1962).

envolvidas (LATOUR, 2011a). Assim, esses produtos que em muitas situações são percebidos como de uso legítimo, encerrados em uma caixa-preta¹⁹, são também compreendidos pelos/as agricultores/as como perigosos, requerendo usos específicos, a depender da lavoura a ser pulverizada, da idade das plantas e do histórico das famílias (LOPES, 2015).

Dentre os aprendizados de doutorado, gostaria de destacar uma nova forma de aprender a ler, que não se limita ao conteúdo, mas que se atenta à episteme ou às intenções de mundos às quais os/as autores/as estão implicados/as quando se propõem a escrever a partir de determinadas lentes. Cursar a disciplina *Epistemologia das Ciências e das Técnicas*, com Henrique Cuckierman e Arthur Leal na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi uma oportunidade de mergulhar nos fazeres da ciência, em como as práticas científicas são capazes de mobilizar naturezas e sociedades e traduzi-las numa versão finalista, uma narrativa-tapete. O termo é trabalhado por Cuckierman (2012), tomando como referência a constituição de um mundo objetivo pela ciência, que tem na sua base a emergência de uma natureza de realidade única. Por sua vez, a diversidade de percepções sobre a natureza, como aquela constituída pelos povos das florestas e do campo, seria, assim, relegada ao plano cultural ou das representações.

Refletir sobre o ‘papel’ ou os ‘papéis’ da ciência é, para mim, uma tarefa importante, tanto pelas transformações geradas a partir da incorporação do conhecimento científico no âmbito da agricultura, como no caso dos agrotóxicos e das manipulações genética das sementes, quanto porque, bióloga, ouvi em algumas oportunidades que a Sociologia, a História e a Filosofia não eram realmente ciências, já que não são “passíveis de comprovação” ou porque “não produzem fatos”. Algumas vezes essas afirmações me pareceram ofensivas, mas o estudo das epistemologias me fez ver isso de forma diferente.

Uma dimensão interessante da disciplina cursada na UFRJ é que, em sua maioria, meus colegas eram engenheiros/as, estudantes da área de computação ou das ciências exatas. Não eram praticantes das Ciências Sociais, estando vinculados sobretudo ao que poderia chamar de ‘ciências positivistas’, ao mesmo tempo em que procuravam refletir sobre as suas próprias práticas a partir de análises provocadas pelos/as autores/as da CTS. A ciência ‘neutra’, com suas “narrativas-tapete”, não fazia sentido ali entre os/as colegas, pois os limites da validação dos fatos ou enunciados científicos eram assumidos por todos/as. Isso não invocava, contudo, depreciação do conteúdo científico, mas reconhecimento dos processos coletivos de fazer,

¹⁹ Estágio hermeticamente fechado das tecnologias, em que já não se sabe mais o que entra e o que sai, encapsulando quaisquer controvérsias (LATOUR, 2011).

sentir²⁰ e errar, nos quais este conhecimento se encontra inserido. A releitura de duas obras de Bruno Latour foi definidora nesse percurso: *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros mundo afora*²¹ (LATOURE, 2011a) e *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*²² (LATOURE, 2016). Esses dois livros tratam tanto da importância de politizar o fazer científico, quanto da necessidade de acionar conhecimentos científicos e tantos outros saberes no enfrentamento das crises climática e ecológica que assolam a existência²³.

Um momento importante de reflexão teórica sobre natureza e sociedade e de sistematização, ainda que preliminar, das muitas inquietações que a ida à região de Sobral/CE havia suscitado em mim foi minha participação e de Claudia Schmitt, em 2018, no *Workshop Desafios analíticos contemporâneos: pós-desenvolvimento e modernidades*, organizado em conjunto pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Nessa oportunidade, tivemos a possibilidade de debater com uma série de pesquisadores/as sobre a temática das Casas de Sementes e as formas de pensá-las²⁴. O aspecto mais marcante dessa participação foi o aprendizado sobre a importância de saber apreender, por meio da pesquisa, a vida das pessoas, aquilo que de uma forma ou de outra é importante para elas e como isso se associa à constituição de mundos. Carrego daí duas lembranças. A primeira é o “verde diferente” que Ricardinho, interlocutor da pesquisa de tese de Felipe Vargas, identificava no dossel da Floresta Amazônica para diferenciar espécies de árvores (VARGAS, 2017). A segunda é a discussão sobre corporalidade a partir da vida vivida pelos corpos das mulheres Kalunga e como elas se sentiam ao verem a si mesmas em fotografias (EVANGELISTA, 2018).

O afloramento dessas sensibilidades e o aprender a ler para além do conteúdo dos textos me ensinou que fazer ciência envolve uma busca por constituir realidades, ratificando que a

²⁰ Refiro-me aqui a uma espécie de intuição quanto àquilo que deve ser feito, mas não se sabe muito bem qual a razão. E também no que se refere aos sentimentos, à alegria de um novo aprendizado, à tristeza de quando algo dá errado, às boas lembranças dos grupos de pesquisa e conhecimentos partilhados.

²¹ A primeira edição é em inglês e de 1998.

²² A primeira edição é em francês e de 2010.

²³ Para uma análise dos desafios que se colocam diante a era que vivemos, ver o relatório da Comissão The Lancet (2019): “A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas”.

²⁴ O Workshop se desdobrou na organização de um número especial da revista *Desenvolvimento Rural*. Na oportunidade, Claudia e eu, em parceria com José Maria Vasconcelos, interlocutor da Cáritas Diocesana de Sobral (CE), experimentamos abordar as sementes e suas vitalidades a partir das práticas, ordenamentos e fluxos que tanto possibilitam a emergência material e discursiva desses entes, quanto são influenciadas pelos agenciamentos que eles fazem emergir (LOPES *et al.*, 2019).

ciência nada tem de neutra, seja nas ‘ciências positivistas’, seja nas Ciências Sociais, passando por Émile Durkheim e o fato social, Karl Marx e o materialismo dialético ou o *habitus* de Pierre Bourdieu. Na disciplina de *Epistemologias das Ciências Sociais*, ministrada no CPDA/UFRRJ por Claudia Schmitt, Thereza Menezes e Leonilde Medeiros, tive a oportunidade de perceber como as Ciências Sociais constituem mundos. Uma dimensão que ficou para mim é que nesse fazer científico o objeto de estudo é um ser falante e cheio de opinião, o que coloca as Ciências Sociais numa posição de ter que assumir certa relatividade de seu feito, ainda que isso ocorra de forma parcial. Ao contrário, as ‘ciências positivistas’ estariam blindadas à sociedade pelo seu corpo de *experts* que, manipulando a natureza, finalmente apresentam ao mundo mundano ‘aquilo que a natureza é’, um objeto silencioso, resultante da mobilização de uma rede extensa. Uma realidade artificial que se apresenta, todavia, como entidade objetiva (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Em contraposição a uma natureza de realidade única, destaco como as discussões aqui propostas se abrem para uma simetria generalizada, conforme discutido em Latour e Woolgar (1997) no livro *A vida de laboratório: a construção dos fatos científicos*²⁵ e em *Jamais fomos modernos*²⁶ de Bruno Latour (2011b). Nessa abordagem, conforme discutem os autores, atores humanos e não humanos estão imbricados no fazer científico, e considerá-los de forma simétrica é o que permite compreender do que essa ciência é feita. Essa consideração aponta para uma inflexão na ciência e, também, no mundo moderno, aquele que teria realizado por fim a grande divisão entre natureza e sociedade, cultura e sociedade, sujeito e objeto²⁷ (LATOUR, 2011b). Sob essa perspectiva, o princípio da simetria generalizada se estende não somente à ciência, quando tomada como objeto de estudo, mas a uma proposta epistêmica e metodológica de compreender o mundo em que habitamos. O que se coloca em questão é que a divisão entre natureza e sociedade que parece cercar toda a vida na Terra talvez não faça sentido, requerendo, assim, proposições dispostas a pensar essa ‘não separação’. Latour (2016) discute, por exemplo, que todas as coisas e pessoas vivem no *multiverso*, em contraposição ao *universo*, e que a partir dessa concepção ou dessa abertura é possível descobrir:

²⁵ A primeira edição é em inglês e de 1979.

²⁶ A primeira edição é em francês e de 1991.

²⁷ Segundo explica Descola (2016, p. 41), “é preciso estar atento ao fato de que não foi o desenvolvimento das ciências que mudou a ideia que temos de natureza, mas, ao contrário: o desenvolvimento científico somente foi possível quando a natureza passou a ser algo exterior aos humanos, processo este que ocorreu na Europa do final da Renascença. Na sequência, um movimento divergente se declarou, de forma que a Europa e, mais tarde, o mundo ocidental se destacaram do restante do mundo”.

[...] maneiras diversas e frequentemente contraditórias de dar sua unidade ou suas unidades a esse pluriverso. Em vez de partir da ideia evidente de uma natureza unificada, o que vai se situar em primeiro plano é o *trabalho de unificação* realizado mediante o esquema da natureza (mas também mediante *muitos outros esquemas*). (LATOUR, 2016, p. 185, destaques do original)

Em termos de metodológicos – mas não somente, uma vez que também se trata de uma abordagem teórica (MILANÊS, 2021; SCHIMITT, 2011) –, Latour e outros autores, como John Law e Michel Callon, têm trabalhado a simetria generalizada por meio da Teoria do Ator-Rede (TAR)²⁸. O livro *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*²⁹ (LATOUR, 2012) reúne as bases conceituais da TAR, especialmente buscando uma apreensão do mundo a partir das controvérsias, tomando como ponto de partida a ideia de que atores humanos e não humanos são dotados de agência e juntos compõem associações, agregados, inescapavelmente transitórios³⁰. O agir é um dos pontos centrais da TAR. Trata-se de uma sociologia dos verbos, fazer, sentir, pensar, objetar e não dos substantivos, natureza, social, poder.

O acrônimo TAR em inglês é ANT (*Actor Network-Theory*), palavra que traduzida para o português significa formiga. Esse jogo de letras e palavras suscita que pensar com a TAR é saber estabelecer relações com mundos que não são os nossos, que por serem constituídos a partir de referências distintas requerem categorias leves, que se orientem mais por surpresas do que por definições. O chamado às formigas é uma prova de atenção aos agentes não humanos e aos muitos mundos possíveis. Para ver de perto as formigas em ação seria preciso uma espécie de lupa, já que os olhos humanos parecem desacostumados a essa escala, pequena demais para ter importância. A proposição da Teoria do Ator-Rede se vale desse ‘olhar de perto’, uma lente analítica em chave menor³¹, como propõe Stengers (2005), dedicada às composições estabelecidas entre humanos e não humanos, assim como às naturezas e sociedades que emergem dessas associações, arranjos possíveis de mundos.

Esses aprendizados não me deixavam dúvidas de que essa devia ser a abordagem da tese para pensar as sementes e o armazenamento das Casas de Sementes da RIS Sobral, ou seja, compreender as emergências de naturezas e sociedades a partir das relações estabelecidas entre os/as agricultores/as, suas práticas e as sementes. Uma preocupação recorrente compartilhada entre minha orientadora Cláudia Schmitt e eu em nossas conversas, era de como fazer esse

²⁸ Vale destacar a consideração de Blanco, Arce e Fisher. (2015). Para os autores, Bruno Latour acaba colocando muita ênfase nos objetivos e subestimando as subjetividades dos sujeitos.

²⁹ A edição original é em inglês e de 2005.

³⁰ Ao longo do texto apresentarei como fui me encontrando também com as discussões mais recentes de Bruno Latour, como a ideia dos *attachment*.

³¹ No original, *minor key*.

debate sem, contudo, construir uma redoma, uma definição estável daquilo que os atores fazem baseada em uma lógica de causa e efeito. Uma aproximação inspiradora neste momento se deu com os estudos de Mario Blaser, especialmente em função de suas reflexões e experiências na relação com os povos indígenas, acompanhando seus recorrentes encontros com o mundo moderno, seja na figura do Estado, das leis ou dos conhecimentos especializados.

No livro *Un relato de globalización desde el Chaco*, (BLASER, 2013), e no artigo *Uma outra cosmopolítica é possível?* (BLASER, 2018), o autor desenvolve uma análise de que os conflitos enfrentados pelos povos indígenas não têm suas raízes em desencontros entre diferentes culturas, ou seja, não colocam em confronto formas diferentes de conceber o mundo, mas, sim, realidades completamente diferentes, com suas naturezas e culturas. Nos termos de Blaser (2018, p. 20), são “conflitos ontológicos” nos quais determinados mundos impedem a existência de outros, ou exercem o que ele define como política razoável, uma espécie de tolerância – sempre, contudo, por um triz. Embora os/as agricultores/as das Casas de Sementes da RIS Sobral vivenciem de formas distintas esses conflitos, os estudos de Mario Blaser fomentam debates que também são parte da realidade dos/as agricultores/as, como o cerceamento de direitos por meio de arranjos legais discriminatórios, as restrições no acesso à terra e a bens comuns e a serviços que deveriam ter um caráter público.

Elaborei a primeira versão desta tese tendo como referência a definição de ontologia proposta por Blaser, cuja principal chave analítica tem como foco as relações que se estabelecem entre três dimensões: práticas, histórias e formas de interpretar o mundo. Blaser (2018) toma como objeto os conflitos constituídos em torno do caribu, o *atiku*, para o povo indígena Innu e o *caribou* para os euro-canadense. Seguindo essa ideia, busquei pensar os conflitos entre o mundo das sementes dos/as agricultores/as da RIS Sobral e o mundo das “sementes da modernidade” ou das “sementes da indústria”. Na banca de qualificação, Flávia Charão, Thereza Menezes, Isabel Carvalho e minha orientadora, Claudia Schmitt, me ajudaram a pensar que ao tentar compor essas ontologias, acabei subestimando o que as pessoas, sobretudo os/as agricultores/as, fazem, sentem e buscam junto às sementes. Além disso, no esforço por sustentar a existência bem definida desses dois mundos, complexos em demasia, acabei não conseguindo olhar para as franjas ou para as interseções, o que me afastou de algo que acredito ser fundamental: compreender junto aos/as agricultores/as como eles/as *vivem* em seu cotidiano a relação com as Casas de Sementes, combinando diferentes mundos ou transitando entre as fronteiras.

Refletindo agora, compreendo que meu texto da banca de qualificação reproduziu exatamente a preocupação anterior que Claudia e eu tínhamos. Hoje, quando a tese já tem um novo corpo, consigo olhar em perspectiva e vejo, contudo, que naquele momento me era importante estabilizar certas dimensões. Eu precisava de alguns ‘mundos’ que eu pudesse ver, tocar e falar sobre. Vale destacar que tal hesitação, como identificado na banca, não é responsabilidade da teoria de Blaser (2013; 2018), mas do uso que fiz das ideias do autor e da forma como tentei estabilizar um problema que, talvez, diferentemente de Blaser, necessitava de outras lentes. Além da minha gratidão pelas reflexões, afirmo aqui a importância do exame de qualificação enquanto parte do fazer da tese.

Dois caminhos, ou possibilidades, foram aventados nessa banca. Primeiro: aprofundar as ontologias, mergulhando nas discussões da Filosofia e nas controvérsias entre os ‘dois’ mundos em questão. Segundo: analisar por meio das práticas associadas às Casas de Sementes desenvolvidas pelos/as agricultores/as, o que entra em jogo nessa composição, como são tecidas relações entre os atores envolvidos/as e como naturezas e sociedades emergem nesta trama. Senti que havia um acordo tácito sobre a escolha do segundo caminho, o qual foi acentuado pela possibilidade de diálogos entre o trabalho proposto e a ecologia das práticas de Isabelle Stengers.

Apesar de algumas leituras anteriores de Isabelle Stengers, esta foi uma empreitada que demandou calma, porque um dos propósitos da autora é, justamente, deslocar o pensamento, provocar reflexões a partir de lugares não convencionais, criando embaraços e desejos de saber mais. Um dos textos que fundamentou o corpo atual desta tese foi *Introductory notes on an ecology of practices*³² (STENGERS, 2005). Trata-se de um artigo denso, embora curto, que se propõe a uma crítica à grande divisão estabelecida pelos modernos e pela ciência moderna entre a natureza e a sociedade. Discute, ao mesmo tempo, uma nova forma de compor com Gaia, de vivenciar de forma ‘ativa’ a crise ecológica e climática que nos envolve, possibilidade que a autora propõe a partir do temo ecologia das práticas.

A densidade, contudo, não era somente parte do artigo. A partir da perspectiva da ecologia das práticas, a autora suscita debates e fazeres para descolonizar a ciência moderna, provocando um ““anarquismo ecológico”, trânsito por entre meios heterogêneos, como a arte, a ciência e a filosofia; algo capaz de conectar a Virgem Maria ao Neutrino do laboratório, estes não humanos que nos fazem agir e pensar” (SZTUTMAN, 2018, p. 345). É sob essa ótica que

³² Notas introdutórias a uma ecologia das práticas, tradução minha.

Isabelle Stengers organizou a coleção *Cosmopolitics I e II*³³ (STENGERS, 2010a; 2010b)³⁴. A ecologia das práticas tem como proposta examinar as ciências modernas a partir de suas práticas, especialmente a Física, tensionando sua sustentação enquanto uma verdade unívoca e constituidora de uma realidade que se aplicaria indiscriminadamente sobre todos/as e, também, sobre as ciências.

Afastando-se da possibilidade de uma realidade única, aquela concernida pela ciência moderna, e trazendo para o debate as condições políticas do fazer ciência, Stengers (2005; 2010a) discute que a ecologia das práticas envolve relações sempre parciais entre humanos e não humanos, que criam juntos formas de fazer, sentir, pensar, mudar. Para a autora não interessa, assim, descrições ideais das práticas, já que não podem ser replicadas de forma indistinta. As práticas sempre dizem sobre quem as pratica, estando associadas a um meio particular. Sob essa ótica, a ‘ecologia’ cobra uma atenção específica, colocando em debate as singularidades dos locais onde essas práticas habitam, o *oikos*³⁵.

A ecologia das práticas não existe sem uma casa ou sem um *oikos*, ela habita um determinado meio e a própria ciência deve ser pensada a partir daí. O conceito de meio exercitado em Stengers (2005), assim como nas discussões de *A proposição cosmopolítica* (STENGERS, 2018), é proveniente dos debates do filósofo francês Gilles Deleuze sobre ‘pensar pelo meio’. No português, a palavra meio, assim como no francês, *milieu*, possui duplo significado que se associa tanto ao ambiente quanto ao que não está nos extremos, mas no entre. É sob essa dupla significação que o conceito ganha vida:

‘Através do meio’ significaria sem definições fundamentadas ou sem um horizonte ideal. ‘Com o meio’ significaria que nenhuma teoria dá a você o poder de desemaranhar algo de seu entorno/meio particular, isto é, ir além ou em direção de algo que seríamos capazes de reconhecer e apreender apesar das aparências particulares. (STENGERS, 2005, p. 187)

Costa (2017, p. 32) discute que as proposições de Isabelle Stengers são recusas ativas de abordar “qualquer recurso ou critério que transcenda determinada questão e o meio concreto que ela emerge”. Isso significa que *meio* e *ecologia das práticas* são inseparáveis, ou seja, o que os seres fazem ou as existências que constituem mutuamente não podem ser compreendidas independentemente de onde habitam. Assim é que na ecologia das práticas está em questão a

³³ As primeiras edições são em francês, e ambas de 2003.

³⁴ A referência principal da tese é a obra *Cosmopolitics I*.

³⁵ A palavra ecologia vem de *Ökologie*, termo cunhado por Ernest Haeckel no século XIX, que é junção de duas palavras gregas *oiko*” que significa casa e *logos*, estudo.

relação entre os atores, humanos ou não, e um meio particular, considerando que “não se pode, claro, dizer que seja o meio que determine a forma; mas não é por ser mais tortuosa que a relação da forma com o meio seja menos decisiva” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 86). Segundo a autora, como discutido em *Reativar o animismo* (STENGERS, 2017a)³⁶, considerar tais interdependências, não no sentido de dependência funcional, é assumir a responsabilidade de que “não estamos sozinhos no mundo” (p. 15) e que não cabe tomar como verdade a existência ou a realidade de determinados seres em detrimento de outros³⁷. Ao contrário, a autora alerta sobre a importância da insistência em resistir ao desmembramento ou à separação.

Stengers (2005) afirma que a ecologia das práticas é uma ferramenta para pensar e uma ferramenta nunca é neutra, depende das mãos de quem usa. A autora destaca que aos/às pensadores/as da ecologia das práticas cabe assumir uma dimensão política e ética que propõe, ao invés de dizer como determinado mundo funciona, apreender as práticas e seu meio. A ecologia das práticas não resulta em um mundo estável ou comum. As formulações constituídas entre os atores não dizem sobre uma convergência, que poderia ser reproduzida indiscriminadamente, a articulação é sempre local e diz sobre aquelas realizações ou conquistas particulares frente às divergências que persistem. Considerando tais dimensões, é importante assumir, aqui, uma espécie de relativismo epistêmico do fazer científico ou do uso da ferramenta da ecologia das práticas: estudar um contexto é ser afetado por ele. Assim, o texto, objeto último da pesquisa, é uma espécie de estabilização de mundos ao longo das páginas, fruto de uma escolha ativamente política. Como indica Stengers (2017a), não somos mais os/as mesmos/as ao final de um texto porque somos parte dos agenciamentos que o tornam possível e que se voltam também ao mundo que pertencemos.

Todo esse aparato conceitual e político foi ‘mais bem digerido’ pelo exercício de “pensar com”, como gosta de dizer Stengers, a partir de uma tessitura de leitura coletiva que envolveu a pesquisadora Josiane Wedig, o pesquisador Bruno Prado e eu, além de Claudia Schmitt, que de coração aberto embarcou na jornada. O pensar junto me deu segurança para conectar a ecologia das práticas ao armazenamento coletivo nas Casas de Sementes, performadas pelos/as sócios/as da RIS Sobral.

Uma luz importante da tese se acendeu na releitura de *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*³⁸ (STENGERS, 2015). Esse livro pode ser considerado uma obra

³⁶ A primeira publicação é em inglês e de 2011.

³⁷ Refere-se aos seres não humanos, mas também aos mais que humanos, como espíritos, seres mágicos e feitiçarias.

³⁸ A edição original é em francês e de 2009.

de envergadura mais política, como coloca Sztutman (2018), na qual Stengers aborda as controvérsias do cultivo de sementes transgênicas (Organismos Geneticamente Modificados – OGM) na França, levantando questões (ou apresentando reflexões) sobre as crises ecológica e climática. A autora indica como ponto de ação a necessidade urgente de experimentar novas formas de compor com Gaia, potencializando uma ecologia das práticas capaz de emergir das especificidades de cada lugar, a partir daquilo que faz sentido aos praticantes:

Para além das generalidades que relacionam o império dos OGMs, que não passa do da agricultura industrial, com uma série de catástrofes quase programadas, não há generalidade que permita definir as necessidades de uma agricultura “diferente”, que saiba compor com Gaia, mas também parar de envenenar a Terra concreta e seus múltiplos habitantes sem deixar de alimentar bocas humanas cada vez mais numerosas. Não que seja impossível, mas as possibilidades devem ser formuladas caso a caso, região por região, e principalmente de maneira a conferir um lugar crucial aos saberes das populações interessadas. O veneno aqui, seria subestimar o desafio constituído pelo aprendizado, também caso a caso, do que isso requer, sem postular uma boa vontade geral. As conexões devem ser criadas, sempre precárias, jamais adquiridas de uma vez por todas. (STENGERS, 2005, p. 122)

Embora minha pesquisa não se associe diretamente às sementes transgênicas, ela se propõe a compreender as possíveis agriculturas, discutindo a partir da região de Sobral/CE como sementes e agricultores/as foram capazes de constituir a partir do armazenamento coletivo nas Casas de Sementes uma ecologia das práticas, capaz de permitir existências complementares e a “autonomia das sementes do padrão”³⁹. A tese aqui apresentada exercita uma ecologia das práticas, uma ferramenta para “pensar com”, ao mesmo tempo que busca apreender a ecologia das práticas das Casas de Sementes, um movimento duplo para reafirmar a vitalidade de outras formas de fazer ciência e de habitar o mundo. De acordo com Stengers (2005), colocar atenção naquilo que os seres fazem juntos é celebrar um evento cósmico, uma relação de pertença, sempre parcial e embebida de divergências, que não pode ser produzida à vontade, mas diz respeito àquilo que coletivamente se faz emergir:

Não se trata de se dirigir a eles [aos múltiplos seres], mas de agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa “em presença” da questão insistente que eles fazem existir. Dar a essa insistência um nome, cosmos, inventar a maneira mediante a qual a “política”, que é a nossa assinatura, poderia fazer existir seu “duplo cósmico” [*doublure cosmique*], as repercussões disso que vai ser decidido, disso que constrói suas razões legítimas, sobre isso que permanece surdo a essa legitimidade, eis a proposição cosmopolítica. (STENGERS, 2018, p.448, destaques do original)

Talvez seja pretencioso demais imaginar que a tese possa contribuir para a cosmopolítica das Ciências Sociais ou da Sociologia. Todavia, não tenho dúvidas de que os/as agricultores/as

³⁹ Discutido em maiores detalhes na seção 1.3.

constituem cotidianamente, por meio da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, uma das formas de compor com Gaia, de fazer “pegar novamente”, suscitando uma realização cosmopolítica que não acaba aí, por ser capaz de animar tantas outras. Talvez nisto resida o maior valor desta tese: ajudar a contar essa história.

1.2 O lugar de pesquisa: as Casas de Sementes da RIS Sobral e a semente que brotou em mim

Dedico-me aqui a fazer primeiras aproximações com o meio no qual a ecologia das práticas das Casas de Sementes é parte. Um primeiro ponto é que a referência à região de Sobral/CE não tem por base as divisões político-administrativas que informam a ação estatal. Na verdade, o modo como esta região foi considerada nesse trabalho tem como ponto de partida as próprias definições construídas pelos/as sócios/as RIS Sobral⁴⁰. Por exemplo, a definição dos 11 municípios que integram a RIS Sobral (ver Mapa 1) diz respeito diretamente àqueles que possuem Casas de Sementes e que se integram às ações da RIS Sobral, ainda que a atuação de cada um assumam contornos um pouco diferentes⁴¹.

Contudo, análises e dimensões complementares foram sendo associadas à região da RIS Sobral. Quando Stengers (2005; 2018) traz para o debate a ideia de que a ecologia das práticas se dá em referência direta ao *oikos*, isso não significa dizer que o meio é insensível a múltiplos atravessamentos que estão para além de um local específico. O que se pretende com tal afirmação é ressaltar que a centralidade está em apreender as formas através das quais os/as praticantes da ecologia das práticas constituem pertencimentos a partir de uma dada causa ou como atuam a partir daquilo que importa para eles/as, implicando valores e sentidos àquilo que é feito.

Logo no início da minha relação com os/as agricultores/s da RIS Sobral aprendi que a essa região se associam ao menos três referências: o sertão, o Semiárido e a Caatinga. E talvez um dos maiores aprendizados seja que na vida cotidiana deles/as essas palavras – ou, mais especificamente, ao que elas se referem – não são dimensões tão facilmente delimitáveis. O sertão, em muitas conversas, foi tratado como um lugar distante ou em contraposição ao

⁴⁰ Para uma reflexão mais aprofundada ver a seção “Quatro ressalvas”.

⁴¹ Para citar um exemplo: o município de Pacujá é parte da RIS Sobral, no sentido de que a Casa de Sementes de lá foi construída por meio dessa ação coletiva. Contudo, alguns/as sócios/as compreendem que eles não se articulam efetivamente à Rede, não vão às reuniões, às festas ou eventos, não contribuindo para o funcionamento da Rede; outros sócios/as, embora colaborem com isso, não veem nisso um problema, uma vez que eles/as estão lá cuidando das sementes.

ambiente da cidade. “É hora de voltar pro meu sertão”, disse-me uma vez Cleide, agricultora e representante do STTR de Forquilha, quando o dia ia finalizando e já não era mais hora de trabalhar. O sertão era o lugar de descanso, chegada e acalanto. Outra referência é a que trata do “sertão” como um lugar de difícil acesso, no qual os serviços não chegam: “você acha que chega essas coisas lá naquele sertão?”, proferiam os/as agricultores/as em um momento de conversa coletiva na sede da Cáritas Diocesana de Sobral. Além disso, as divergências permanecem. Para alguns agricultores/as, a região de Sobral/CE não pode ser considerada um “sertão mesmo”, principalmente quando comparada a outras áreas “mais secas do estado”, onde estariam o “sertão verdadeiro” e “toda a cultura do couro”⁴². A imagem na sequência (Foto 2), feita em outubro de 2017 nas proximidades dos municípios de Marco/CE e Bela Cruz/CE, apresenta uma expressão visual da coexistência entre uma vegetação seca em continuidade com uma mais verde.

Foto 3. Fronteiras de sertão na região de Sobral



Fonte: Arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Por sua vez, a maior referência sobre o Semiárido que pude identificar durante a pesquisa é sem dúvidas sua relação com as cisternas. É na atuação da ASA e na execução das políticas públicas de cisternas, P1MC e P1+2, que as referências sobre o Semiárido são frequentemente acionadas pelos/as agricultores/as da RIS Sobral. A importância da cisterna não

⁴² Trata-se de uma referência ao ciclo econômico iniciado na segunda metade do século XVIII, movido pela pecuária e especialmente pelos processos de beneficiamento do couro, charqueada, como a fabricação de selas, roupas, sapatos, gibões, malas, baús, chapéus, além da carne-seca (charque). A pecuária teria sido a atividade econômica do estado previamente ao algodão, contudo foi drasticamente reduzida pelas secas de 1777-1778 e 1790-1793 (GIRÃO, 1996).

é trivial; é referida, na verdade, como uma “das melhores coisas que já aconteceu aqui no sertão”. Se para alguns serviços o sertão pode ser um lugar distante, não foi o caso da construção das cisternas ou das políticas públicas executadas pela ASA. O desenvolvimento de uma tecnologia de armazenamento de água numa região em que os rios, em sua maioria, são intermitentes, e que as chuvas são concentradas em um período curto do ano, significa a possibilidade de atravessar com segurança o período de estiagem. Além da água, as sementes também são identificadas como estando associadas ao Semiárido e à ASA, contudo, não de forma tão veemente quanto as cisternas. Para os/as agricultores/as da RIS Sobral, Semiárido e sementes se conectam por meio do Programa Sementes do Semiárido, associado tanto à construção de Casas de Sementes na região quanto ao estabelecimento de ações coletivas e de governança, conforme detalhado no Capítulo III.

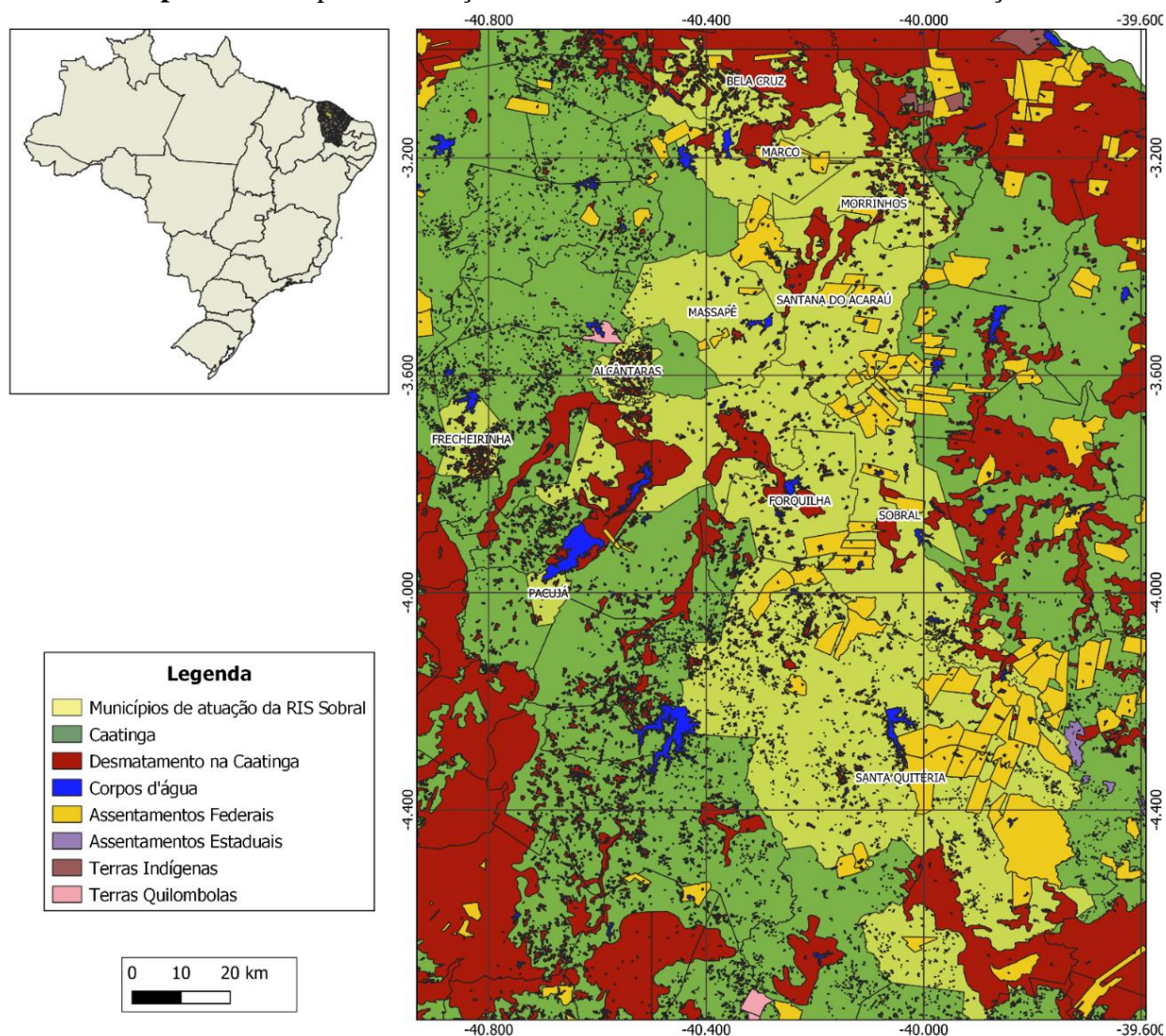
O bioma predominante no Semiárido é a Caatinga⁴³, palavra que em Tupi significa *ka'a*, mata, e *tinga*, branca. Essa característica é associada sobretudo ao período da estiagem, quando grande parte da vegetação perde as folhas e as gramíneas estão secas. Ao mesmo tempo, a Caatinga muda muito, como me explicaram os/as agricultores/as da RIS Sobral. Em outubro de 2017, quando a mata estava realmente branca, diziam-me que eu não acreditaria quando a visse toda “verdinha”. Assim, também me alertavam, dizendo que é preciso conhecê-la, não pode ir se “embrenhando”. É cheia de animais peçonhentos, cobras e lagartos venenosos, além de plantas espinhentas que podem cortar e machucar. Fui aprendendo a identificar as plantas e seus usos: “a espinhenta é a Jurema” (*Mimosa hostilis*); “a madeira das cercas, dos currais e do paiol, pau duro, é a Sabiá” (*Mimosa caesalpiniiifolia Benth.*); “pode não ter nada, mas Marmeleiro tem e é boa para casa de taipa” (*Croton sonderianus*); “na seca, Mandacaru dá para alimentar a criação e tem muita água dentro, na seca dá para comer” (*Cereus jamacaru*); “na seca brava dá para queimar o Xique-Xique e dar para a criação” (*Pilosocereus polygonus*); “Pau-Branco é o bom de fogo” (*Auxemma oncocalyx*). Os solos são em grande parte “fracos”, devido à pouca disponibilidade de matéria orgânica. Os mais férteis coincidem, geralmente, com as “terras do patrão”, onde estão também os rios, nascentes e açudes. Estes últimos podem ter sido

⁴³ O bioma é constituído por oito ecorregiões, definidas de acordo com suas particularidades, como os tipos de vegetação, os endemismos e espécies características da flora, a explicação dos limites, os fatores controladores dos sistemas ecológicos e o estado da conservação. No estado do Ceará a maioria do estado encontra-se inscrito na ecorregião “Depressão Sertaneja Setentrional”. Esta é caracterizada por vastas superfícies planas, sendo o regime climático quente e semiárido, com temperaturas constantes elevadas e na maior parte do estado a precipitação média anual é inferior a 700 mm/ano, sendo que essas chuvas estão concentradas em dois ou mais meses do ano. O trimestre chuvoso restringe-se aos meses de fevereiro a abril nas áreas mais secas, enquanto na faixa costeira ou nos brejos de altitude se estende janeiro a julho. A vegetação dessa porção da Caatinga é chamada de hiperxerófila, própria de solos rasos com plantas de baixo e médio porte (CNRBCAA, 2004; BRANDÃO; FREITAS, 2014).

construídos pelos proprietários, mas também pelo próprio Estado, ainda que em propriedade privada.

No Mapa 1 busco apresentar, a partir das divisões político-administrativas, a área de atuação da RIS Sobral, destacando as áreas desmatadas da Caatinga, que como já foi observado, se intensificam nos trechos próximos aos cursos d'água.

Mapa 1. Municípios de atuação da RIS Sobral e detalhes da área de atuação



Fonte: elaborada pela autora através do software QGIS.

Outra dimensão importante no mapa se refere aos distintos processos de ocupação da terra na região, como fica evidenciado pela localização dos assentamentos federais e estaduais, e pelas Terras Indígenas e Quilombolas demarcadas. Ao se tratar de categorias produzidas pelo Estado é possível que elas não sejam condizentes com as formas como os atores definem e

compreendem o meio onde habitam, por exemplo, é bem provável que as Terra Indígenas sejam superiores do que as apresentadas abaixo, assim como o próprio desmatamento da Caatinga.

Conforme destacado anteriormente, minha primeira visita ao Ceará foi realizada em outubro de 2017, durante o verão, estação que nessa região é marcada, especialmente, pela ausência de chuvas. As Casas de Sementes estavam cheias de materiais estocados, que aguardavam o anúncio em nuvens das próximas chuvas de inverno, entre fevereiro e março, para serem distribuídos. As cisternas estavam carregadas de água, usadas de forma cuidadosa para alimentar pessoas, animais e plantas. Humanos e não humanos, ali, sabiam esperar, não passivamente, mas sabiamente, pois haviam combinado esforços na preparação de estoques que lhes permitiriam atravessar o período de estiagem. Conversando com agricultores/as sobre a importância do armazenamento, compreendi que a formação dos estoques vinha sendo garantida de forma efetiva, no caso da água, desde a instalação das cisternas por meio do P1MC e, no caso das sementes, pela constituição das Casa de Sementes.

Casas e cisternas asseguravam, em complementariedade, a reprodução da vida, por meio do acesso à água e às sementes, alimentos das famílias. Esse arranjo pode ser identificado, conforme explicaram os/as agricultores/as da RIS Sobral, como possibilidade material de viver no campo, “porque antes as pessoas morriam na seca”, como recordado pela agricultora Dona Suzete, hoje com cerca de 80 anos, residente na comunidade da Bulandeira, no município de Santa do Acaraú/CE. Em outro momento, em uma conversa com o agricultor Dedé, residente no Assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE, que tem assegurado a reprodução de determinadas sementes por mais de 20 anos em um ciclo de cultivos e colheitas, perguntei qual era a importância de armazenar sementes. Ele respondeu: “a gente armazena semente para plantar, mas se a fome apertar a gente usa para comer”.

A importância das Casas de Sementes, assim como as complementariedades estabelecidas com o meio onde habitam, foi reforçada nas conversas e entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Cleide, agricultora e integrante do STTR de Forquilha/CE, disse em uma das nossas conversas: “as Casas de Sementes trouxeram autonomia, pois antes o acesso às sementes dependia do patrão”, afirmação que foi se repetindo nas muitas conversas com os/as agricultores/as. Na visita à comunidade de Cacimbinha, Forquilha/CE, por exemplo, os/as agricultores/as me explicaram como se dava a relação com o “patrão” e suas sementes: “antes [anos 1970, 1980], além da renda para o patrão, um terço da produção ou até mais, para plantar tínhamos que trabalhar primeiro para ele para receber, dinheiro ou semente, e, então, fazer nosso roçado”.

As conversas e aprendizados em diálogo com os/as agricultores/as me suscitavam indagações de como o armazenamento coletivo era capaz de estabelecer múltiplas relações, articulando práticas agrícolas e de produção de alimentos, explicitadas em afirmações colhidas de forma esparsa como “o milho dessa semente é macio” ou “essa semente é de plantar porque cozinha rápido”. Falava-se também em formas de utilização da água, criação de animais, além de sentimentos e sentidos profundos como “autonomia”.

Algumas observações feitas ao longo desse percurso, ao mesmo tempo em que podem ser lidas como ingenuidades de minha parte, também traduzem espécies de ganhos de método para a tese, ao permitirem um pensar pelo estranhamento. Era minha primeira viagem ao sertão, a primeira incursão na Caatinga, e eu queria me embrenhar em cada canto (depois soube que não era tão simples, como já destacado), saber dos cheiros, das cores e paixões que movem a vida ali. Trata-se de uma espécie de desaceleração dos raciocínios, de criar sensibilidades um pouco diferentes das costumeiras para enfrentar as questões e problemas que se colocam (STENGERS, 2005; COSTA, 2017). Quase tudo era diferente de minhas referências – as plantas, o céu, o sol, a forma de cultivar, os açudes, a água nas cisternas, as definições das estações do ano, o coentro, o feijão de corda. De forma complementar, muita gente me ‘estranhava de volta’ e acreditava que eu não conseguiria sequer descascar um ovo cozido, quem diria andar pelos roçados, e sempre queriam que eu cortasse a fila na hora das refeições coletivas. Além disso, mesmo eu afirmando repetidas vezes que eu era de Minas Gerais, diziam-me – ou “mangavam”: “você tem que usar óculos escuros, Helena, você é do Rio de Janeiro”. Era o início de uma boa relação.

As sementes, armazenadas nas Casas de Sementes, que despontavam dessa paisagem nova me faziam lembrar das sementes que outrora estudei na graduação em Ciências Biológicas, na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Apesar das disciplinas de botânica e dos estudos das angiospermas abordarem o milho e o feijão, reconhecendo seu pertencimento a dois grandes grupos, as monocotiledôneas e as dicotiledôneas (PACHECO, 2022), a forma como o curso de Biologia é estruturado não considera, de modo geral, a importância dessas plantas na vida das pessoas. Contudo, essa ausência de complementariedades entre pessoas e plantas não fazia sentido com as experiências vividas na RIS Sobral e me parecia instigante saber das morfologias organizadas por agricultores/as no trato cotidiano com a sementes. As sementes se apresentavam como uma emergência associada aos fazeres dos/as agricultores/as, uma combinação fluida de natureza e sociedade, autorizando, inclusive, impasses de definição. A própria polissemia de designações das sementes pelos/as

agricultores/as – “sementes da luta”, “da gente”, “do povo”, “naturais”, “de gerações”, “da vida” – de certa forma já anunciava a inviabilidade de construção de fronteiras entre os mundos natural e social, e coloca, ao contrário, a importância de pensar pelo meio. Donna Haraway, que dentre suas muitas especialidades é também bióloga, apresenta na passagem algumas perguntas que permitem questionar epistemes viciadas de olhar o mundo, deslocando a atenção ao que “está em jogo” ou ao que importa para os/as praticantes, como argumenta Stengers (2005), ao invés de soluções fatalistas que insistem em dualismos:

Meu interesse tem se voltado para aquilo que acaba contando como natureza e para quem acaba habitando as categorias naturais. Mais do que isso, interesse-me por aquilo que está em jogo no julgamento sobre a natureza e por aquilo que está em jogo na manutenção das fronteiras entre o que é chamado de natureza e o que é chamado de cultura na nossa sociedade. E como os valores se invertem? Como funciona esse dualismo, entre natureza e sociedade ou natureza e cultura, tão importante em nossa história cultural e em nossa política? (HARAWAY; GOODEVE, 2015, p. 49)

De forma distinta, e reconhecendo, também, os limites que cabem na definição de uma palavra, o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz em sua designação a fluidez entre natureza e sociedade que as sementes carregam:

semente. [do lat. Semente.] **S. f. 1. Bot.** Estrutura dos fanerógamos que conduz o embrião. Provém do óvulo fecundado e está incluída no fruto. Quase sempre é envolvida por um tegumento, a *testa*; pode sê-lo, ainda, por um segundo tegumento, o *tegme*, ou ser nua, o que é raro. Por dentro dos tegumentos há só o embrião, ou este se acompanha de endosperma. **2. V. esperma. 3. Fig.** Germe, causa, origem; sementeira, sêmen: *Lançou entre os amigos a semente da desconfiança.* **4. Pop.** Fruto do girassol (1). [Não raro, a semente possui apêndices muito variados, tais como: pelos, asas, glândulas, arilo, etc. Quando germina, o embrião cresce e forma a nova planta.] **Semente perispermada.** Semente provida de esperma. **Ficar para semente.** Viver muito além da média. [Cf. *cemente*, do v. *cementar*, e *cimente*, do v. *cimentar*.]

Para mim, foi encantador ler que “ficar para semente” quer dizer “viver muito além da média”, e me fez pensar como no caso das sementes da RIS Sobral, essa expressão estaria associada historicamente ao armazenamento coletivo e às Casas de Sementes. Quais seriam os viveres associados às Casas de Sementes? Como a autonomia das sementes do “patrão”, anteriormente referida, estaria associada a esse viver e às distintas formas de experienciá-lo? Ao mesmo tempo, “ficar para semente” e o viver “além da média” também se associam à morte, uma vida que está para além das materialidades ou das condições orgânicas. Se de um lado existe a beleza de atravessar os tempos e permanecer *vivo*, de outro existe aquilo que acaba, que mesmo que *presente* não volta mais⁴⁴.

⁴⁴ Não posso deixar de dizer que se trata de uma concepção muito específica, ainda que em constante transformação, de ‘ser no mundo’ que é parte de mim.

Ainda que num misto de tristeza, isso também me remetia à força que as sementes carregam. Diante da covardia e impunidade do assassinato em 2018 da vereadora do Rio de Janeiro/RJ Marielle Franco, “Marielle virou semente”, dizeres que afirmam que suas lutas não foram em vão e que hão de brotar. “Eles não sabiam que Margarida era semente” é a afirmação que saúda o legado de Margarida Alves, camponesa e líder sindical assassinada em 1983 na Paraíba. “Ficar para semente” diz sobre viver muito e sobre a vida que está por vir, mesmo que na morte.

Essas afirmações expressam como as sementes se integram ao ciclo da vida, combinando subjetividades e materialidades, natureza e sociedade, que no cotidiano dos/as agricultores/as não são simplesmente separáveis. As Casas de Sementes passam também a habitar esse entremeio: na década de 1980 as pessoas morriam devido à seca; a instalação das cisternas é um acontecimento memorável; é preciso conhecer as plantas da Caatinga e as “terras do patrão”; sementes são para plantar e para comer. Essas dimensões sugerem que a “autonomia das sementes do patrão” proporcionada pelas Casas de Sementes precisa de mais laços para ser compreendida.

1.3 Composição do objeto e da metodologia

As duas etapas de trabalho de campo que dão sustentação a esta tese assumiram desenhos diferentes. Atenho-me, de início, a refletir sobre o papel mediador da ANA no meu encontro com a RIS Sobral. Para nós, pesquisadores/as que atuavam em conjunto com a Articulação, a visita não objetivava avaliação, mas estimular uma reflexão coletiva sobre a implementação e os resultados alcançados por um projeto, apoiado através do Programa Ecoforte, e que tinha enquanto objetivo fortalecer redes de agroecologia. Porém, na RIS Sobral, a minha presença representava “a ANA vai vir aqui”. Em algumas conversas, em um momento posterior, em que uma relação de confiança já havia se estabelecido, disseram-me que estavam temerosos/as da minha presença, mas que viram por fim que eu era uma “boa pessoa”. Destaco, contudo, que meu sentimento é de que não deixei de ser ‘a avaliadora’.

A RIS Sobral que se apresentou para mim nesse primeiro momento foi uma rede sem rugosidades. Conheci, poderia dizer, ‘tudo o que tinha de melhor’. É como se tivessem sido afastadas de mim, em boa medida, as possíveis controvérsias ou as contradições existentes. As interações que permearam a minha chegada ao campo acabaram se materializando em uma vivência que assumiu contornos bastante específicos. Não considero os registros feitos nesse

momento como parte da etnografia que deu origem à tese, pois o meu estar ali era movido por outros objetivos e as dinâmicas às quais eu deveria me atentar eram aquelas previstas pelo projeto. Chamarei essa primeira fase do trabalho de campo de aproximação etnográfica, sobretudo por ela se inscrever nessa dialética entre experiência e interpretação, esse vai-e-vem constante do trabalho etnográfico, que possui tanto uma função crítica quanto epistemológica e moral (DESCOLA; SCARSO, 2016).

Esse primeiro período de estadia foi de oito dias. Foram dias intensos, nos quais conheci muitas pessoas, em diferentes contextos, visitando suas casas, interagindo nas feiras, participando em atividades coletivas e nas Casas de Sementes. A palavra ‘visita’ será utilizada ao longo de todo o texto para designar o encontro com pessoas ou grupo de pessoas em distintas circunstâncias e localidades, o que pode envolver comer juntos/as, dançar, jogar futebol, tomar café, organizar sementes, falar sobre a vida, conhecer o agroecossistema, identificar a fauna e flora da Caatinga, dormir na rede, contar histórias. Esses encontros e visitas só foram possíveis graças à parceria estabelecida com um representante da Cáritas Diocesana de Sobral à época, o amigo Joelton.

Na paisagem de verão dessa primeira visita, as árvores da Caatinga – Pau-Branco, Mulungu, Xixá e Sabiá – guardavam sua existência na completa ausência de folhas entremeadas pelos cactos Xique-Xique e Mandacaru. Avistava-se, a todo momento, as cercas feitas da madeira da árvore Sabiá, que contornam quintais, currais e casas, sendo que as moradias possuíam, quase sempre, um alpendre cheio de armadores para as redes. Em alguns lugares se via os roçados já colhidos; manchas verdes dos cajueiros se destacavam na paisagem; as cisternas se misturam com o solo e; em qualquer casa que chegássemos, a primeira coisa ouvida era “passa para dentro”, seguida de um copo de água gelada. Agricultores/as estavam tranquilos/as, mas havia uma ansiedade em mim. Eu havia ido até ali para investigar sobre sementes e agriculturas, mas ninguém estava plantando. Acontece – me explicou Sofia, uma menina de oito anos – que “Deus não manda chuva no verão”, pelo menos não no Semiárido. Havia, assim, o compartilhamento de um estado de espera pelas próximas chuvas, quando o plantio seria retomado.

Foto 4. Caatinga no verão



Fonte: Arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Perguntas sobre a importância de armazenar sementes guiavam muitas das minhas conversas. Nessa tessitura de assuntos, a figura do “patrão” foi ganhando cada vez mais densidade, no sentido de que para falar sobre Casas de Sementes carecia lembrar de um tempo em que as sementes não estavam disponíveis, mas sob o domínio dos “patrões”. Ao controlarem a terra e o trabalho, já que os agricultores/as viviam e/ou trabalhavam em terras de outros, os “patrões” definiam quando se daria a distribuição das sementes e quais seriam as condições. Ao mesmo tempo em que era preciso acionar essa personagem para contar como as Casas de Sementes trouxeram autonomia em relação às sementes controladas pelos donos das terras, ela era, também, um ente da atualidade. Conforme me explicou a agricultora Cleide e representante do STTR de Forquilha (CE), “mais de 90% dos/as agricultores/as da RIS vivem em terra de patrões”. Assim, ainda que assentados/as, comunidades quilombolas⁴⁵ e agricultores/as com a propriedade da terra estejam envolvidos/as na RIS Sobral, a afirmação de Cleide parecia chamar a atenção para uma espécie de presença constante dos “patrões”, o que me colocava várias dúvidas sobre o que representariam as chamadas “terras do patrão” e quais seriam, por sua vez, suas implicações espaço-temporais ou como essa personagem incidia na vida dos/as agricultores/as e na sua relação com as Casas de Sementes.

Outro ponto que permeava as conversas durante a visita propiciada pelo trabalho de pesquisa-ação coordenado pela ANA era de que ao se tratar da história da RIS Sobral e como se iniciou o processo de armazenamento coletivo de sementes, os/as sócios/as se referiam comumente à importância da ONG Esplar, sigla de Escritório de Pesquisa, Planejamento e

⁴⁵ A única comunidade quilombola participante da RIS Sobral é Batoque, em Pacujá/CE, certificada pela Fundação Palmares em 2014.

Assessoria em Desenvolvimento Rural. À época, eu me limitei a armazenar essa informação comigo.

Ao findar o trabalho de campo relacionado à pesquisa conduzida pela ANA, algo curioso aconteceu: o meu mencionado encontro com o livro *Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais do Semiárido* de Paula Almeida e Ângela Cordeiro (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002). As autoras apresentam em seu trabalho um resgate das múltiplas ações de armazenamento coletivo e conservação genética e cultural das sementes na Paraíba, conhecidas no estado como “sementes da paixão”. A maior descoberta associada ao livro, porém, foi uma espécie de contextualização, na qual as autoras discutem os primeiros movimentos de armazenamento coletivo de sementes no Semiárido e remetem sua gênese ao Ceará, mais especificamente aos sertões de Crateús e dos Inhamuns⁴⁶, utilizando como fontes bibliográficas documentos do Esplar. Esse achado reforçou a necessidade da visita à ONG já mencionada pelos/as sócios/as da RIS Sobral.

Com o interesse de compreender melhor o armazenamento nas Casas de Sementes e a partir das pistas fornecidas sobre o Esplar e a história do armazenamento coletivo em Almeida e Cordeiro (2002), voltei ao Ceará em julho de 2019, para uma estadia que durou aproximadamente 25 dias. A partir de mediações de amigos/as da ANA, escrevi para as assessoras⁴⁷ da ONG Malvinier e Magnólia, que fizeram as costuras necessárias para que eu conhecesse todos/as que ali trabalham ou que são parte da história do armazenamento coletivo de sementes no Ceará. Essa data do trabalho de campo foi intencional. Na oportunidade da pesquisa da ANA, os/as agricultores/as me disseram que eu precisava voltar antes da seca, ainda no inverno, para ver como a Caatinga fica diferente. Além disso, os meses de junho e julho são especiais porque correspondem ao período no qual a RIS Sobral promove um dos três grandes encontros anuais entre seus/as sócios/as, a Festa da Colheita, com duração de três dias, realizada em uma comunidade anfitriã. Fui, assim, estabelecendo um itinerário para o trabalho de campo.

A relação de amizade com Cleide, Erivan, Tunilda, Joelton, Eduania, Damares, Aloízio, Alexandre e José Maria permitiu, além da receptividade nas duas etapas de trabalho de campo, seguir conversando à distância, especialmente por aplicativos de celular. Assim, pude ‘ter notícias’ sobre como estavam as coisas na RIS Sobral.

Antes de seguir para os detalhes da segunda etapa de campo, é preciso fazer uma parada para contextualizar os/as principais interlocutores/as da pesquisa que, inclusive, já apareceram

⁴⁶ Esses nomes identificam, hoje, duas microrregiões do Estado do Ceará, nos termos definidos pelo IBGE.

⁴⁷ A noção de assessor/a também se associa a ser educador/a e técnico/a.

nas páginas anteriores. Para mim, que os conheço e sei onde cada um vive e um pouco do que fazem, fica fácil transitar de ‘nome em nome’ ou de ‘lugar em lugar’, contudo para o/a leitor/a isso pode se tornar difícil. Resisti durante um tempo em fazer um quadro que localizasse cada um/a, pois me parecia injusto com a vida que sempre transborda certos regramentos. Assim, já me antecipo e peço desculpas pela minha descrição incompleta – assumo riscos e responsabilidades por isso.

Tal proposta, porém, me pareceu a saída mais didática para quem lê, ainda que não resolva de uma vez por todas quem são as personagens que vão sendo caracterizadas, a partir de suas participações ao longo da pesquisa e do texto. A ideia é fornecer um panorama geral, propiciando ao/à leitor/a o acesso a um instrumento de sistematização que possa ser consultado em caso de dúvida, permitindo identificar as diferentes vozes (ver Quadro 1).

Quadro 1. Interlocutores/as da pesquisa

Interlocutores/as	Comunidade	Município
Tunilda e Eduania são respectivamente mãe e filha. Tunilda é agricultora e participante da RIS Sobral. Eduania é uma jovem, estudante de mestrado. Ambas são participantes da Casa de Sementes Estevão Nascimento e da RIS Sobral.	Bairro Bandeira Branca	Massapê/CE
Antônia e Leomezia são agricultoras e moradoras do assentamento Morgado e participantes da Casa de Semente Conquista de Nazaré e da RIS Sobral.	Assentamento Morgado	
Cleide, agricultora, responsável pela Secretaria de Mulheres no STTR de Forquilha/CE e participante da RIS Sobral.	-	
José Adécio é pai de Maria de Fátima a avô materno de Damares, os/as três são agricultores/as. Adriana e Maria da Glória são também agricultoras. Todas elas participam da Casa de Semente Grão de Trigo e da RIS Sobral.	Sítio Cajueiro	Forquilha/CE
Aluízio, Dedé e Cleysson são agricultores e participantes da Casa de Sementes Francisco Otaciano de Moraes e da RIS Sobral.	Assentamento Ingá	Santa do Acaraú/CE
Pedro e Terezinha são um casal de agricultores/as e participantes da RIS Sobral.	Comunidade Sapó de Cima	
Rita e Alexandre são mãe e filho, agricultores/as, e participantes da Casa de Sementes Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da RIS Sobral. Alexandre é um jovem e estudante de enfermagem.	Assentamento Leite	Bela Cruz/CE
José Maria é assessor da Cáritas Diocesana de Sobral/CE, organização participante da RIS Sobral. Erivan e Joelton são ex-assessores da Cáritas Diocesana de Sobral/CE e estiveram envolvidos com a RIS Sobral em diferentes momentos.	-	Sobral/CE
Marcelo é analista da Embrapa Caprinos e Ovinos	-	Sobral/CE
Magnólia, Malvinier, Pedro Jorge, Andreia e Nacélio são ambos/as assessores/as do Esplar. Pedro Jorge, agrônomo, é o fundador da ONG ainda nos anos 1970. Magnólia, advogada, e Malvinier, técnica em economia doméstica, ambas têm trabalhado ali desde o final dos anos 1980. Nacélio é agrônomo e assessor desde 2013 e Andreia é zootecnista e assessora desde 2013.	-	Fortaleza/CE
Elzira é agrônoma e foi assessora do Esplar entre as décadas de 1980 e 1990.	-	

Fonte: organizado pela autora.

Além das pessoas e comunidades citadas, visitei outros locais, onde fiz conversas coletivas, que serão acionadas ao longo do texto, ainda que não seja possível identificar nominalmente os/as participantes desses momentos. Os nomes dos agricultores/as e assessores/as apresentados são verdadeiros, uma vez que isso foi acordado ao longo da pesquisa, contudo os sobrenomes, ainda que alguns tenham sido identificados, não foram explicitados, sobretudo, porque se trata mais de criar uma ambiência ao/à leitor/a sobre a forma como as pessoas se tratam.

Vale destacar que organizei o Quadro 1 tomando como referência as localidades visitadas, por isso tanto os/as agricultores/as, quanto as distintas gerações de assessores/as do Esplar e da Cáritas aparecem em uma mesma linha. As visitas às comunidades não aconteceram de forma premeditada, são expressões de convites que fui recebendo a partir das pessoas que conheci na primeira etapa do trabalho de campo e das andanças pela região durante a segunda etapa, seja nas próprias comunidades, onde me diziam para visitar alguma outra, ou nos espaços dos STTRs, da Cáritas e durante o preparo e participação na Festa da Colheita.

A metodologia utilizada da segunda etapa do trabalho de campo foi orientada por uma perspectiva etnográfica. Segundo Descola (2016), essa é uma das partes do trabalho antropológico, na qual o/a pesquisador/a vai até algum lugar e partilha a vida de um povo a fim de descrevê-la. Seguindo as referências metodológicas de Das (2012), a etnografia é uma possibilidade de nos atentarmos ao modo como o trabalho cotidiano das pessoas reformula o mundo em que vivemos. Esses povos ou conjuntos de pessoas são pequenas sociedades sobre as quais o método etnográfico se debruça no intuito de partilhar o cotidiano, buscando compreender como essas pessoas organizam entre si “sistemas que elas inventaram para levar uma existência comum” (DESCOLA, 2016, p. 32).

Nessa segunda etapa, recordo-me que reencontrei o agricultor Aluízio, residente no assentamento Ingá, Santana do Acaraú/CE, na Festa da Colheita realizada na comunidade Morgado, em Massapê/CE, e uma das primeiras conversas que tivemos foi sobre como a paisagem da Caatinga estava diferente da última vez que havíamos nos encontrado. O inverno havia “sido bom”, por isso, mesmo sendo julho, a vegetação ainda estava verde. Foi, além de saudoso, enriquecedor reencontrar as pessoas que eu havia conhecido em 2017, porque as diferentes condições sazonais traziam novos olhares e aprendizados sobre o armazenamento das sementes. Em julho, por exemplo, as Casas de Sementes estão com os estoques reduzidos, pois os/as agricultores/as estão ainda finalizando as colheitas e iniciando a seleção das sementes que serão novamente armazenadas. Não tive como objetivo rever todos/as agricultores/as da

primeira etapa do trabalho de campo, mas devido à Festa da Colheita, isso em certa medida aconteceu.

Foto 5. Paisagem do assentamento Morgado, Massapê/CE, e Caatinga verde ao fundo



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Enquanto itinerário, essa etapa envolveu, mais uma vez, visitas a agricultores/as e Casas de Sementes, além da participação na Festa da Colheita. A minha presença a campo, nesse momento, foi importante também para compreender em maiores detalhes como acontece no cotidiano o armazenamento de sementes nas Casas, as temporalidades, as responsabilidades e as histórias que atravessam esses fazeres, sobretudo aquelas associadas à capacidade das Casas em promover a identificada “autonomia das sementes do patrão”, considerando as relações com os “patrões” como mediadores do acesso à terra e à água. Além disso, era importante compreender a atuação de outros/as atores associados às sementes e ao armazenamento coletivo, como representantes do Estado, ONGs, STTRs e movimentos sociais.

Combinada à perspectiva etnográfica, a investigação se valeu também de entrevistas com atores-chave, especialmente, técnicos ou ex-técnicos de ONGs, pesquisadores/as, representantes do Estado, de STTRs e movimentos sociais e de pesquisa documental. De forma não premeditada, esses dois enfoques foram se tornando cruciais para o desenvolvimento da pesquisa⁴⁸. Na visita realizada ao Esplar, posso dizer que uma nova porta se abriu graças à

⁴⁸ Além, evidentemente, da qualidade do material e dos relatos, que oportunizaram uma riqueza analítica à pesquisa, um outro aspecto precisa ser destacado – a pandemia de Covid-19 deflagrada em 2020. A ideia inicial envolvia uma terceira etapa etnográfica com objetivo de aprofundar em determinadas questões, sobretudo após a qualificação, o que não foi possível em função da pandemia. Por isso, a análise documental, o acompanhamento das dinâmicas da RIS Sobral através de alguns atores-chave e as entrevistas à distância ganharam maiores dimensões ao longo da elaboração do texto.

biblioteca da ONG e às pessoas com as quais tive a oportunidade de interagir. Um lugar completamente organizado, com relatórios, fotografias, livros e cartilhas dispostos e catalogados, aos cuidados da bibliotecária Lena. Ali, na biblioteca, Lena e Malvinier, assessora do Esplar, apresentaram-me, em papéis, vários momentos da história das Casas e Bancos de Sementes no estado, registrados em fotografias, relatórios, projetos, cartilhas e manuais. Elas mesmas figuravam em fotos da década de 1980 e 1990, jovens com seus vinte e poucos anos. Foi quase instantâneo o resgate de uma série de lembranças.

A pesquisadora Olívia Cunha, no texto *Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografia dos/nos arquivos* (CUNHA, 2005), discute que em grande parte das vezes as pesquisas de campo realizadas pelos/as antropólogos/as envolvem visitas a arquivos. Apesar disso, os artefatos ali abrigados têm sido concebidos tradicionalmente como externos e até mesmo opostos à etnografia, devido à impossibilidade de “estar lá”⁴⁹. A autora discute que o arquivo é também local de diálogos, de compreensão de regimes de verdade próprios dos arquivos⁵⁰, que são reavivados por perguntas específicas e convidam a novas narrativas. As questões levantadas por Cunha (2005) abrem caminhos para “reflexões provisórias sobre as ambiguidades e tensões derivadas da experiência etnográfica vivenciada num *campo* igualmente marcado pelos encontros e relações diversas de conhecimento – o arquivo” (CUNHA, 2005, p. 16, grifos do original).

Em *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*, esta mesma autora (Cunha, 2004) propõe que o arquivo deve ser pensado não como um produto final, mas como um fluxo dinâmico de informações e interpretações que emergem como resultado de procedimentos sucessivos que buscam constituir e ordenar conhecimentos pelas mãos dos/as arquivistas, daqueles/as que escrevem os documentos, assim como pelos/as usuários/as. Nesses termos, o arquivo é entrecortado por temporalidades distintas: trata-se do presente, das interações que se estabelecem em um determinado momento entre pessoas e documentos, ao mesmo tempo que as leituras conduzem à produção de memórias e à possibilidade de novas narrativas. Assim, de certa forma, a tese aqui apresentada também se constitui como um esforço de ordenar esses conhecimentos, de atribuir sentidos às histórias que foram surgindo à medida em que fui conectando os documentos, os registros de campo e as entrevistas. Eu fiz várias cópias de

⁴⁹ Trata-se de uma crítica à expressão de Clifford Geertz “eu estive lá, portanto sou testemunha do que vi e ouvi” presente no livro *Obra e Vida: o antropólogo como autor*, escrito por Geertz em 1988 (OLIVEIRA, 1995). A inadmissão da dúvida associada ao “estar lá”, também extensiva a autores como Malinowski, foi discutida em termos da autoridade etnográfica por James Clifford em seu livro *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, de 1988.

⁵⁰ Refere-se tanto ao que é ou não arquivado como a forma como o arquivo é constituído/organizado.

documentos da biblioteca do Esplar e muitas vezes os coloquei no chão do meu escritório, buscando ordená-los, construindo diferentes arranjos. Grifava partes, subtraía outras, combinava esses vários registros impressos com outros materiais do campo e ficava desesperada quando algum, porventura, desaparecia entre os outros.

O terceiro instrumento metodológico utilizado na tese envolveu entrevistas semiestruturadas com atores-chave⁵¹. Esses atores foram se apresentando a mim durante o fazer da tese entre frases como “você precisa falar com Pedro Jorge”, “tem o Marcelo da Embrapa⁵²” ou “a pessoa mais indicada é o César Barreira”. Ao mesmo tempo, a partir da revisão da literatura e da leitura de documentos do Esplar, fui identificando uma série de pessoas, que, citados/as ao longo das páginas, poderiam contribuir para a compreensão das práticas coletivas de armazenamento nas Casas de Sementes. Nas palavras de Cunha (2005), o encontro entre artefatos do arquivo, aqueles/as que ajudaram a constituí-lo e leitores/as envolve uma forma sensível de diálogo e de produzir memória por meio das lembranças. Acredito que isso pôde ser experienciado ao longo do desenvolvimento desta tese.

Na entrevista realizada com Elzira, agrônoma e assessora do Esplar nas décadas de 1980 e 1990 – hoje com aproximadamente 60 anos –, isso aparece de uma forma interessante. Uma das primeiras perguntas que ela me fez foi: “você foi na biblioteca?”. A resposta “sim” e a partilha do que eu ali havia encontrado guiou a conversa. As referências a determinadas passagens, contidas nos documentos, foram acionando lembranças que compõem essa memória entrecortada por temporalidades distintas, nos termos de Cunha (2004; 2005). No meu primeiro contato na sede do Esplar com Pedro Jorge, hoje com aproximadamente 80 anos, fundador e ainda assessor da ONG, ele me perguntou: “você leu a carta escrita de próprio punho e enviada ao Esplar por um agricultor em 1976?” – mencionando uma referência fundamental para compreender a história das Casas de Sementes. Ainda que de forma introdutória, destaco essas duas passagens para demonstrar a *presença* desses documentos, chamando a atenção de que a produção de memórias envolve esse tempo imperfeito, composto da experiência vivida e da experiência lembrada (CUNHA, 2004; 2005).

⁵¹ As entrevistas foram conduzidas de forma presencial e remota. Na segunda etapa do trabalho de campo por exemplo, eu conheci Erivan, ex-assessor da Cáritas Diocesana de Sobral, e o assessor do Esplar, Pedro Jorge, mas não consegui conversar com eles de forma cuidadosa. Esperava que isso fosse feito numa última ida a campo, que não se viabilizou devido à pandemia, por isso fiz a entrevista com ambos de forma remota. O mesmo aconteceu com ex-assessora do Esplar, Elzira. Além disso, a pesquisa foi requerendo conversas com atores que não estavam na região imediata do trabalho de campo, como foi o caso da entrevista com David Hathaway.

⁵² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Entre os materiais encontrados na biblioteca do Esplar, gostaria de salientar um, em especial, devido à sua contribuição na definição do objeto da tese. Refiro-me ao “Relatório do I Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS-CE)”, realizado em 1992 (ESPLAR, 1992), referência bibliográfica do trabalho de Almeida e Cordeiro (2002). Porém, não se trata da RIS da região de Sobral, o que foi uma descoberta para mim. Na verdade, a RIS emerge primeiramente como uma rede estadual e a partir daí são constituídas as regionais, como a RIS Sobral, tema que trato com detalhes no Capítulo III. O documento, com aproximadamente 80 páginas, pode ser considerado uma transcrição do Encontro e conta com uma seção intitulada “Bancos de sementes da década de 70 na região de Crateús”, na qual o pároco na região na década de 1970, Padre Bernardo Holmes⁵³, o agricultor e integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Paulo Siqueira Tenório, juntamente com o agricultor Francisco Vieira da Silva, contam como iniciaram o trabalho com os Bancos de Sementes. Ali, entre as linhas, uma informação no relatório se repetia em distintas vozes, de agricultores/as, sindicalistas e técnicos/as, afirmando coletivamente que os Bancos, assim como sua criação: “nunca” foram só sobre sementes ou “nunca se falou só sobre sementes” (ESPLAR, 1992, p. 16) – palavras de Padre Holmes grafadas no documento.

O I Encontro da RIS foi realizado no hoje município de Madalena/CE, à época distrito de Quixeramobim/CE. A sede do Esplar era em Fortaleza/CE, a criação dos Bancos remetia aos sertões de Crateús e dos Inhamuns, o Encontro foi realizado em Quixeramobim/CE ou Madalena/CE e cheguei a todas essas informações porque estava pesquisando sobre a RIS da região de Sobral. Existia aí uma espécie de combinação territorial, que sugeria à pesquisa que as particularidades locais da RIS Sobral se conectavam a várias outras localidades. Na Figura 2 apresento uma síntese do itinerário do trabalho de campo no Ceará, buscando também demonstrar a espacialidade que as Casas de Sementes da RIS Sobral foram colocando à pesquisa.

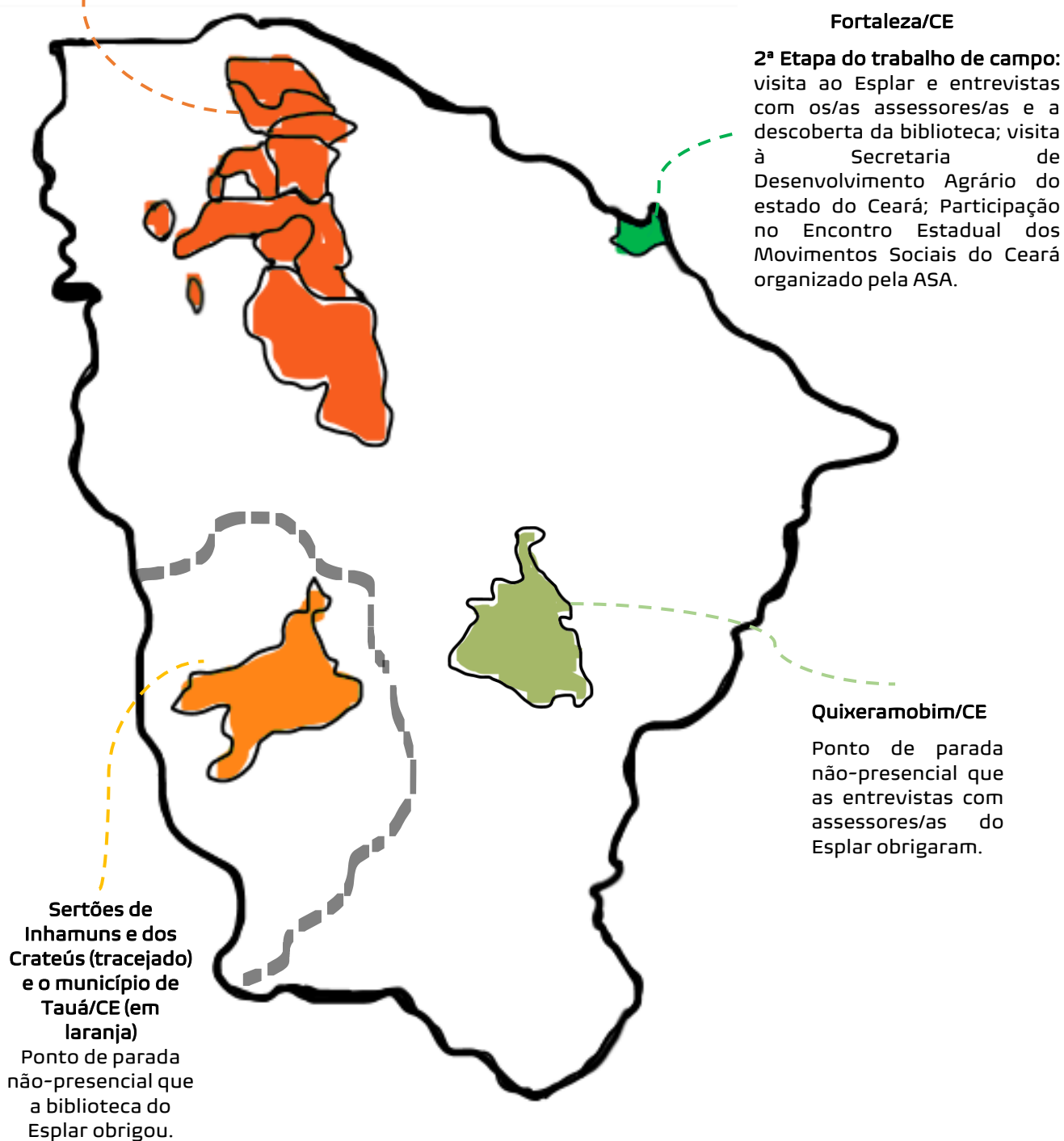
⁵³ Pedro Jorge, assessor e fundador do Esplar, conhece o padre Bernardo Holmes. Soube, por meio dele, que o pároco está vivo e segue atuando como padre. Tentei vários contatos com ele, mas infelizmente não tive respostas.

Figura 2. Seguindo as Casa de Semente ou o percurso metodológico no Estado do Ceará

Municípios de atuação da RIS Sobral

1ª Etapa do trabalho de campo: visitas às Casas de Sementes, à Cáritas Diocesana de Sobral, aos roçados e quintais, e aos STTRs, no âmbito da pesquisa-ação conduzida pela ANA.

2ª Etapa do trabalho de campo: visitas às Casas de Sementes, aos roçados e quintais, aos STTRs, e à Embrapa; e participação na Festa Regional da Colheita.



Fonte: elaborado pela autora.

O trabalho de campo, os aprendizados com os/as agricultores/as sobre as sementes, o sertão, a Caatinga e os/as distintos interlocutores/as que foram se associando à caminhada, especialmente os/as assessores/as e ex-assessores/as do Esplar e da Cáritas Diocesana de Sobral, foram constituindo a RIS Sobral como local de estudo e as Casas de Sementes como objeto principal. A afirmação de que os Bancos nunca envolveram somente a problemática das sementes me conduziu a pensar que a referida “autonomia das sementes do patrão” e a própria relação com o “patrão” ou com as “terra do patrão”, a histórica e a atual, não poderiam ser compreendidas exclusivamente nas Casa de Sementes, o que foi reforçado também pela espacialidade que desde o início a RIS Sobral e as Casas de Sementes cobravam. Era preciso olhar para as diferentes relações, no sentido de que se “nunca se falou só em sementes”. Sobre o que mais se fala? O que mais é feito ou quem mais se envolve nos fazeres associados às Casas de Sementes? Como os “patrões” ou seus vestígios são identificados pelos/as agricultores/as?

A existência conjunta entre a vida cotidiana dos/as agricultores/as, as sementes, as Casas, os “patrões”, os processos históricos que conduziram a pesquisa à década de 1970 numa outra região do estado e a atuação do Esplar foram constituindo uma espécie de eixo orientador da tese, à medida que o próprio campo foi ecoando as muitas conexões que engendravam as Casas de Sementes. Os “patrões” não faziam parte, em princípio, do itinerário da pesquisa, mas sua presença insistente nos relatos dos/as agricultores/as exigiu atenção e tratamento do tema.

Essas conexões passaram a suscitar que a referida “autonomia das sementes do patrão”, apresentada pelos/as agricultores/as, estaria associada não somente ao acesso das sementes, garantido pelas Casas de Sementes, mas à ecologia das práticas à qual elas pertencem, com suas obrigações e responsabilidades. Vale destacar o que Stengers (2010a, p. 55) introduz sobre as obrigações no âmbito da ecologia das práticas:

O termo “obrigação” também reflete um princípio de não equivalência, ao mesmo tempo em que afeta os “comportamentos típicos” ou formas de proceder próprias dos praticantes, ou a diferença entre aquilo que, na sua própria prática e nas dos seus colegas, irá excitar, satisfazer, decepcionar ou ser rejeitado como inaceitável. A obrigação refere-se ao fato de que uma prática impõe aos seus participantes certos riscos e desafios que criam o valor da sua atividade.

Seguindo esse debate, partindo do conceito de *attachment* de Bruno Latour (2015a), Stengers (2005; 2010a) discute uma das dimensões fundamentais da ecologia das práticas, o pertencimento. Segundo a autora, o agir, o sentir e o pensar das pessoas se dá porque elas pertencem, porque constituem por meio de vínculos “identidades práticas para as práticas” (STENGERS, 2005, p. 186, tradução minha). Isso é interessante e faz bastante sentido no caso

das sementes e dos/as agricultores/as da RIS Sobral. As sementes em nenhum momento do trabalho de campo precisaram ser explicadas aos/as agricultores/as, é como se existisse um pertencimento imanente, o que tenho tratado como uma complementaridade mútua entre agricultores/as e sementes.

A partir das discussões sobre pertencimento e vínculos, Stengers (2005) abre também o debate sobre autonomia. De acordo com Latour (2015), a constituição dos vínculos se associa com autonomia à medida que a qualidade dessas ligações é o que “nos faz ser”, considerando ao mesmo tempo as possibilidades que se revelam nessas relações. Para o autor, a autonomia não se dá pela ausência de vínculos, uma emancipação enfim, mas pela qualidade desses vínculos. Na substituição dos “laços mórbidos” por novos vínculos, novas interdependências, reside a possibilidade de autonomia.

Isabelle Stengers, no *texto Autonomy and the Intrusion of Gaia* (STENGERS, 2017b), destaca como a autonomia só pode ser compreendida num processo de interdependência, nas condições criativas que emanam de cada situação particular por *meio* das práticas. Em *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*⁵⁴ de Bruno Latour, o autor discute que a forma de enfrentar as crises colocadas ao planeta passa pelo reconhecimento do “valor recém-descoberto da dependência”, e que gerar a condição de vida para todos os terrestres, não só os humanos, baseia-se na ideia de “cultivar vínculos, operações que são ainda mais difíceis porque os seres animados não são limitados por fronteiras e não param de sobrepor, de se emaranhar uns nos outros” (LATOURE, 2020, p. 101). É sob essa ótica que a autora compreende a autonomia, num significado prático de conferir poder de sentir e pensar e decidir juntos/as o que determinada situação requer, de poder constituir vínculos de qualidades distintas, e não como uma flor que “desabrocha num cenário devastado” (STENGERS, 2017b, p.399).

Bruno Latour e Isabelle Stengers compartilham que a autonomia é parte de uma trama marcada por interdependências entre os diferentes seres, sejam eles humanos ou não humanos. Essa definição tem implicações conceituais e políticas. A título de explicação, Stengers (2015) apresenta que a humanidade e todos os seres que habitam a Terra vivem entre duas histórias. A primeira, associada à flecha do tempo, nos termos de Latour (2011b), tem o ritmo marcado pela superação do atraso, a conquista do progresso e pela necessidade contínua de crescimento, ainda que acumulando vítimas diariamente. História que se baliza pela ideia de que não há outras saídas, que é preciso aceitar e se mobilizar para a garantia do crescimento econômico, a única solução possível. A segunda, por sua vez, é nítida em relação ao problema ao qual tudo e

⁵⁴ A primeira edição é em francês e de 2017.

todos/as estão expostos/as, devido à barbárie produzida pela primeira história, ainda que não haja respostas suficientemente nítidas ou acabadas. Nessa perspectiva, a autora afirma que ‘precisamos’ desesperadamente de outras histórias, que se valham da pluralidade, não propriamente das respostas, mas da possibilidade prática de construção dessas.

À primeira história, Stengers (2005) adiciona a epopeia da emancipação humana. A grande narrativa na qual o chamado Homem teria aprendido a pensar por si só, se diferenciando do restante do mundo de forma aviltante, seja pelo desprezo dos povos e civilizações que não condiziam com os parâmetros estabelecidos por essa história ou pelo domínio imposto à natureza. Seguindo a flecha do tempo, a autonomia humana ou o ideal da emancipação seria a possibilidade de se desvincular, de se tornar livre de quaisquer laços. Todavia, isso não ocorre. Ainda que em completa negação, a emancipação só é experienciada por meio da constituição de laços, conforme discute Latour (2015). Laços inclusive mórbidos, nos quais a autonomia de alguns é vivenciada em detrimento da vida de outros/as. A completa distinção bradada na primeira história entre homem e natureza ou entre passado e futuro não se sustenta (LATOUR, 2011b). O cerne da suposta autonomia aí vivenciada se deve, sim, ao estabelecimento de vínculos que têm, contudo, deixado pelo caminho rastros de destruição.

A autonomia ou as autonomias aqui em análise não seguem o ideal da primeira história, ao contrário, são possibilidades de constituir outras narrativas⁵⁵. Na ecologia das práticas, a promoção de autonomia se associa a interdependências. É na investigação dos múltiplos vínculos ou das interdependências associados à ecologia das práticas das Casas de Sementes que defino o objeto desta pesquisa. Dedico-me à compreensão do que entra em jogo na “autonomia das sementes do padrão”, ao ‘que’ ou a ‘quem’ mais se conectam os Bancos, assim chamados na década de 1970.

Por fim, mas não para encerrar, vale dizer que o objeto desta tese é parte de uma composição gradual, associada a encontros, aprendizados em campo, discussões teóricas e metodológicas. Nas palavras de Stengers (2017a, p. 10), “escrever nos faz sentir que as ideias não são do autor, mas que elas exigem uma espécie de contorção cerebral, isto é, corporal, que frustra quaisquer intenções pré-formadas”. A proposição da autora implica que o objeto não tem simplesmente fim, mas que ele vai se dobrando à medida que não pode deixar de carregar

⁵⁵ O debate sobre autonomia ocupa lugar importante na agenda da chamada Sociologia Rural. Algumas análises importantes são encontradas, por exemplo, em *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização* (PLOEG, 2008). Para uma análise mais diretamente associada às sementes e ao armazenamento coletivo, ver: BARBOSA, 2014; ZIEGLER *et al.*, 2015a; ZIEGLER *et al.*, 2015b; BARBOSA *et al.*, 2013; BARBOSA *et al.*, 2015; INSAURRALDE *et al.*, 2020.

junto de si sua dimensão coletiva, essa prática de ‘levar a sério’ outras formas de habitar e povoar o mundo.

1.4 Objetivos e questões de pesquisa

Seguindo o objeto anteriormente apresentado, composto a partir de diferentes movimentos, como os aprendizados com os/as agricultores/as da RIS Sobral, as muitas conversas com os atores-chave, a leitura de materiais e documentos, além de sucessivas aproximações com os debates teóricos e metodológicos, a pesquisa possui como objetivo analisar a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral a partir da investigação dos vínculos estabelecidos e de como estes vão constituindo ou fazendo emergir a referida “autonomia das sementes do patrão”, atentando-se aí aos processos históricos e às relações cotidianas tecidas entre Casas de Sementes e agricultores/as. A partir dessas considerações, as perguntas que guiam a tese podem ser apresentadas nos seguintes termos:

- i. Como os “patrões” ou as “terras dos patrões” estão associados à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral?
- ii. Como, com o ‘que’ ou com ‘quem’ são estabelecidos vínculos associados à promoção/emergência da “autonomia das sementes do patrão”?
- iii. Como as Casas de Sementes da RIS Sobral habitam a vida dos/as agricultores/as e constituem, desde a esfera do cotidiano, essa ecologia das práticas?

É objetivo desta tese colaborar com o denominado campo agroecológico, estabelecendo diálogos entre a ecologia das práticas e a “ciência dos lugares” (GOMES DE ALMEIDA, 2009). Espero, assim, que a tese possa contribuir para a elaboração de agendas futuras de pesquisa, dedicadas a pensar a inseparabilidade entre natureza e sociedade a partir das práticas cotidianas dos/as agricultores/as, ou do que Stengers (2005) discute a partir das relações de interdependência entre o meio e a ecologia das práticas.

Nesses termos, espero que o trabalho seja capaz de ‘fazer circular’ a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, animando reflexões, discussões e o fazer político a partir de vínculos que historicamente têm demonstrado outras formas de habitar e povoar o mundo, as quais se tornam cotidianamente mais urgentes diante das devastações ecológica, climática e até mesmo democrática.

No que se refere diretamente à RIS Sobral, é objetivo desta tese organizar e sistematizar informações e dados que possam ser úteis para as ações desenvolvidas pelos distintos atores que se articulam à RIS Sobral. Durante o trabalho de campo estive atenta a possíveis elementos de cooperação, na tentativa de que a pesquisa se constituísse como subsídio às ações da Rede e que fizesse sentido para os/as envolvidos/as. Uma das estratégias foi sistematizar dimensões quantitativas (número de espécies, variedades, qualidade do estoque, quantidade estocada, número de sócios/as, número de Casas de Sementes, relações estabelecidas entre as diferentes Casas) e qualitativas (governança da Rede, estrutura financeira, princípios, atuação das mulheres, processos históricos associados).

Em termos de contribuição mais objetiva, tenho como desejo e compromisso a organização de uma espécie de cartilha, com fotografias e informações mais visuais e gráficas que possibilitem uma melhor circulação das informações levantadas e do conhecimento coletivamente produzido. A fim de efetivar esses caminhos, ficou acordado entre mim e os atores da RIS Sobral que faremos a devolutiva da pesquisa da tese em um dos três grandes eventos anuais organizados pela Rede. Tal acordo também foi feito com os/as assessores/as do Esplar e da Cáritas Diocesana de Sobral/CE, que contribuíram ativamente para o desenvolvimento da tese.

CAPÍTULO II

“TERRAS DO PATRÃO” E SEMENTES: REFLEXÕES ECOLÓGICAS SOBRE ASSIMETRIAS DE PODER

Como anteriormente relatado, a pesquisa que aqui apresento não tinha, a princípio, a intenção de se ater a debates associados ao que se poderia, de forma ampla, identificar como acesso à terra no Ceará, ou mesmo no Semiárido. Contudo, ao longo do trabalho de campo, as sementes e seus vínculos com os/as agricultores/as da RIS Sobral foram, de certa forma, cobrando do estudo uma maior atenção a este debate.

A proposta do capítulo não se direciona a uma compreensão exaustiva de como as lutas pela terra ocorreram nesta região ao longo de vários séculos, das diferentes formas de organização camponesa, ou das controvérsias presentes em cada momento histórico, como realizado em Brito (2013). Atenho-me, aqui, às relações que, seguindo as sementes, especialmente as cultivadas no roçado pelos/as agricultores/as, como o milho, o feijão e o jerimum, e os fazeres associadas às Casas de Sementes, exigiram contornos e compreensões mais aprofundados. Destaco, nesse movimento, dois focos importantes: a presença das “terras do patrão” na vida dos/as agricultores/as, objeto de quase todas as conversas que tive em campo; e a criação do primeiro Banco de Sementes do estado do Ceará na década de 1970, nos sertões cearenses de Crateús e dos Inhamuns.

A partir dessa combinação analiso as várias formas de viver nas “terras do patrão”, tanto no que se refere ao que foi apreendido no cotidiano dos/as agricultores/as da RIS Sobral, quanto a partir de uma reflexão histórica. A fim de manter a investigação guiada pelas sementes, busco evidenciar como essas estiveram associadas à composição deste arranjo, sobretudo, antes da criação das Casas de Sementes, quanto eram utilizadas como moedas de barganha no âmbito das relações de trabalho. A criação do primeiro Banco de Sementes na década de 1970, por sua vez, traz para a pesquisa a emergência das sementes e sua indisponibilidade a cada plantio como um problema coletivo enfrentado pelos/as agricultores/as nos sertões dos Crateús e dos Inhamuns, que, contudo, se apoiava em um debate maior de acesso a direitos pela população camponesa, como acesso à terra e aos serviços públicos.

De forma relacional, as muitas formas de viver nas “terras do patrão” e a emergência em determinado contexto do primeiro Banco de Semente ajudam a pensar não só o acesso à terra pelos/as agricultores/as, mas as conexões que eles/as estabelecem

com tudo aquilo que ali habita. A constituição mútua entre agricultores/as e sementes é dependente das possibilidades de se relacionar com o meio, o que identifico, no contexto deste trabalho, como uma abordagem ecológica das relações de poder. A referência a um componente ecológico se justifica no esforço por iluminar a inseparabilidade das discussões sobre acesso à terra e tudo que aí está, seja ‘sobre’ ou ‘sob’. Coloco em evidência, além das sementes, os cursos d’água, rios, nascentes e açudes, a vegetação da Caatinga, o solo e a produção dos/as agricultores/as, seja nos roçados ou nos quintais, bens intimamente associados à produção e reprodução da vida dos/as agricultores/as. Quando se identifica a vitalidade que reside ‘na terra’, é perceptível também como determinados controles podem limitar as possibilidades da vida ali.

Esse último apontamento nos conduz às condições assimétricas de poder relativas não somente ao acesso à terra. Como aprendi com os/as agricultores/as da RIS Sobral, compreender as relações com a terra requer também uma atenção redobrada à água, associada, no Semiárido, diretamente à seca. Isso se revela na medida em que o controle da terra pelos “patrões” se estende aos cursos hídricos, o que pode implicar privações no acesso à água, intensificadas em contextos de secas.

No contexto de atuação da RIS Sobral, os/as agricultores/as identificam que grande parte das terras estão sob domínio dos “patrões”. O uso desse termo (“patrão”) não se limita somente aos/as agricultores/as que são ou foram empregados/as ou trabalhadores/as de determinado proprietário⁵⁶, trata-se de uma referência ampla a quem controla a terra e, assim, também as relações de trabalho. Além disso, em alguns casos, os/as agricultores/as e suas famílias vivem em casas que se encontram localizadas nas “terras do patrão”. Dependem dele, portanto, para ter acesso à água, permissão para abrir um roçado ou para criar determinados animais. Em caso de necessidade de comprovação de residência para acesso a algum serviço público necessitam da emissão prévia de documentos pelo proprietário de terras. O domínio do “patrão” sobre a natureza é também uma forma de manter, reciprocamente, o controle sobre o trabalho e sobre as possibilidades de viver em um determinado lugar.

As relações de poder são pensadas, aqui, a partir da constituição de determinados tipos de vínculos, considerando os limites e possibilidades de compartilhamento de certas fazeres, as distintas realidades, comportamentos e expressões que emergem pela

⁵⁶ Tais combinações explicam por que tais termos – “agricultores/as”, “trabalhadores/as” e “empregados/as” – são utilizadas em algumas passagens da tese como sinônimos.

combinação de atores e o meio do qual são parte (MÜLLER M., 2015). Nessa lógica, busco analisar a partir da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral como são constituídos vínculos que combinam historicamente as relações entre sementes, terra e agricultores/as, suscitando as assimetrias e as lutas travadas por direitos como as mobilizadas na criação do primeiro Banco de Semente na década de 1970. Stengers (2010a; 2018) discute a relação com o meio a partir da ideia de *ethos*, no sentido de trazer para o debate esse conjunto de hábitos e referências comuns como parte da capacidade ‘de se tornar’ frente de um determinado meio, reforçando a tomada das relações ecológicas e de poder como inseparáveis. Nas palavras da autora,

Quem diz inseparabilidade não diz dependência funcional. Um *ethos* não é uma função do seu meio ambiente, do seu *oikos*, ele sempre será o *ethos* do ser que se revela capaz dele. Nós não o transformaremos de modo previsível transformando o meio ambiente. Mas nenhum *ethos* é, em si mesmo, detentor da sua própria significação, mestre de suas razões. Nós não sabemos de que um ser é capaz, do que pode se tornar capaz. O meio ambiente, poderíamos dizer, propõe, mas é o ser que dispõe dessa proposição, que lhe dá ou lhe nega uma significação “etológica”. (STENGERS, 2018, p. 449)

As sementes entram nessa equação de controle ou de possibilidades de “se tornar”. É importante lembrar que, em outros momentos os/as agricultores/as também já dependeram das “sementes do patrão”, o que conduz a análise especialmente à década de 1970 nos sertões de Crateús e dos Inhamuns, à atuação da Igreja Católica, dos STTRs e à criação do primeiro Banco de Sementes do Ceará. Idealizado como possibilidade de garantir sementes e de abrir espaços de diálogos sobre as múltiplas relações de controle estabelecidas entre padrões e agricultores/as, a constituição dos Bancos e de Casas de Sementes é identificada ainda hoje pelos/as sócios/as da RIS Sobral como um episódio que trouxe uma maior autonomia em relação às “sementes do patrão”. Essa autonomia, no entanto, como debatido ao longo de toda a tese, não começa nem termina nos Bancos e Casas. Ela circula, na verdade, na ecologia das práticas, combinando, inclusive, distintas formas de ser experienciada, como evidenciada na garantia por direitos sociais no campo, na presença do Estado, seja distribuindo sementes ou regulando legislações, e na possibilidade de poder cultivar o feijão, o milho e outros “legumes” nos roçados na chegada das chuvas, sem o intermédio dos “padrões”.

Ao longo do capítulo, apresento o complexo sistema de controle sobre a terra e ao que nela habita estabelecido pelo “patrão”, que tem, contudo, no momento do inverno ou da chegada das chuvas um aprofundamento. Nas palavras dos/as agricultores/as da RIS Sobral, “aí se instalava a dependência”, buscando destacar a intensificação do controle do

proprietário sobre o trabalho e o meio no período chuvoso. Os termos “correria”, “desespero” e “corrida” são utilizadas para rememorar a chegada do inverno, quando era preciso primeiro plantar o roçado do “patrão” e só depois iniciar os plantios próprios. Isso se dava porque o pagamento, em dinheiro ou em semente, só vinha depois do trabalho feito, valendo observar, no entanto, que a “chuva não espera”, conforme me foi explicado.

A partir das “terras do patrão” e das motivações que levaram à criação do primeiro Banco de Sementes, ainda na década de 1970, trago para a discussão uma reflexão sobre as relações de poder, no sentido etoecológico, ou seja, das possibilidades de ser e se tornar na relação com um determinado meio, considerando aí as possíveis mudanças na qualidade ou natureza dos vínculos estabelecidos na ecologia das práticas das Casas de Sementes.

2.1 “Terras do patrão”: um aprendizado importante sobre sementes

[Sobre “patrões”]

Perdeu o cheiro

Que tem os homens

Quando trabalham [...]

(Atrás poeira, Ivan Lins)

Em diferentes momentos, ao longo do trabalho de campo ouvi dizer que a maioria dos sócios da RIS viviam em “terras do patrão”. Essa informação emergia em frases do tipo: “90% dos sócios/as da RIS vivem em terras do patrão”, “acredito que deve ser mais de 60% dos sócios/as em terras do patrão”, “é muita gente que vive ainda”. Não se trata, neste trabalho, de chegar a uma quantificação exata do número de agricultores/as vinculados/as à RIS que estão sob tais condições. O fio dessa seção é tecido pela presença constante na narrativa dos agricultores/as, assessores/as do Esplar e da Cáritas de Sobral dos distintos significados associados às “terras do patrão” e às relações estabelecidas entre agricultores/as, “patrões” e o meio onde habitam. Busco, assim, a partir da região em estudo, explorar como é viver nas terras de outrem. Aliada à questão da terra, existe ainda uma segunda percepção expressa por “o problema não é a seca, mas a cerca”, proferida em distintos espaços associados ao Semiárido em que pude participar durante o desenvolvimento da tese, como no Encontro Estadual dos Movimentos Sociais do Ceará, em 2019, na Festa da Colheita, nos STTRs e nas tantas conversas com assessores/as do Esplar e da Cáritas Diocesana de Sobral/CE.

A referência à cerca me foi explicada, por exemplo, em uma conversa com Aloízio, agricultor e morador do Assentamento Ingá em Santana do Acaraú/CE. Ele me contava sobre um processo de ocupação de terras que estava ocorrendo naquele município liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar das barracas de lona instaladas no local há quase quatro anos, não conseguiam acessar água, já que o “dono” cercou o açude (com cercas e homens), não permitindo que nenhum balde de água fosse tirado dali, o que requeria que o abastecimento do acampamento fosse feito por caminhão-pipa. Para Aloízio, isso reforça que existe quantidade de terra e de água suficiente na região para que as famílias agricultoras realizem suas atividades e possam viver dignamente, mas tais possibilidades são limitadas pelo controle e cerceamento dos bens (da terra e da água) pelos “patrões”, “donos”, “proprietários”, categorias empregadas como sinônimos.

É importante destacar que Aloízio vive em um assentamento e não em “terras do patrão”, o que coloca em evidência que essas não dizem respeito, somente, a quem ali vive. Seguem, na verdade, presentes no cotidiano das famílias de várias formas: na contínua luta para que outras famílias – incluindo parentes e amigos/as - possam ter direito à terra; nas histórias de constituição dos próprios assentamentos; nas relações de trabalho que podem continuar existindo com os “patrões” mesmo após a garantia da terra.

Evidentemente, como identificado a campo, as famílias que residem nas “terras do patrão” vivenciam condições específicas. Como me explicaram os/as sócios/as da RIS Sobral, essas terras, além de pertencerem ao “proprietário”, são também locais de trabalho e moradia, onde se educam os filhos, onde são cultivados roçados e quintais para subsistência e em caso de excedente, para a comercialização sejam em feiras, de “porta em porta” ou através de políticas públicas, e onde estão também as criações animais, como cabras, galinhas e gado.

Nesses termos, quando se vive em um lugar que pertence a outrem e, sobretudo, quando esse outro alguém é um “patrão”, existe um arranjo possível de fazeres, que é restrito às condições impostas não pelo meio, mas pela possibilidade de se relacionar com ele. Tais limites foram expressos em uma conversa coletiva com os/as agricultores/s da comunidade de Cacimbinha, em Forquilha/CE, na qual me foi apresentado que “de primeiro a gente tinha [sementes de] pepino, melancia, jerimum, mandioca, gergelim, fava, arroz, algodão. O que fez a gente ir perdendo [sementes] foi a falta de terra e a seca, a seca de 1980, de 1981 até 1983”. Como me foi explicado, a “falta” se refere ao controle de grande parte das terras pelos “patrões”, principalmente das terras férteis, onde se

consegue alcançar melhores níveis de produção, como aquelas mais próximas aos cursos hídricos, como os rios e açudes.

No Semiárido, o acesso à terra e à água estão estreitamente associados, como sugere um agricultor da RIS Sobral: “na terra do patrão estão plantando tudo irrigado com açude, mas ele não deixa tirar água para molhar uma planta aqui em casa”. A passagem anterior foi registrada a partir da fala de um agricultor que vive nas “terras do patrão” e mostra como o domínio da terra também impõe determinados ordenamentos no que diz respeito ao acesso e uso da água. As “terras do patrão” são onde se irriga as plantações com água do açude, e “aqui em casa” é onde “não deixa tirar água para molhar uma planta”. Percebe-se que viver nessas terras envolve um meio e um *ethos* específico, um tipo de relação ecológica constituída também por um não ter ou pela “falta”, seja de terra, de sementes ou de água. Vale frisar que, apesar do exemplo anterior, se referir diretamente à água para irrigação, tal privação pode dizer respeito até mesmo à água de beber, quando, por exemplo, o “patrão” não aceita que sejam instaladas cisternas na casa dos/as agricultores/as que residem em sua propriedade.

Durante a pesquisa de campo foi possível identificar diferentes formas de viver e se relacionar com as “terras do patrão”. Há agricultores/as que vivem em uma “terra do patrão”, mas trabalham em outra e, cotidianamente, deslocam-se até lá para exercerem suas atividades, seja na lavoura (caju, carnaúba, roçados), na pecuária ou caprinocultura. Assim como há aqueles que vivem e trabalham na mesma propriedade. Ambas as descrições se aproximam do termo “parceiro”⁵⁷, mediado por um contrato e pelo pagamento de renda, todavia ele não é empregado comumente pelos/as agricultores/as.

Uma outra forma de habitar a “terra do patrão” é morar e trabalhar em uma área pertencente a um “dono” e possuir um terreno próprio ou alugado onde, a cada safra, é formado um roçado. Esses terrenos algumas vezes se localizam dentro das áreas urbanas,

⁵⁷ A parceria rural é prevista pelo Estatuto da Terra, editado em 1964. No parágrafo primeiro é descrita como “contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: I - caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; II - dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do caput deste artigo; III - variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural. Para uma discussão aprofundada sobre o Estatuto da Terra e as lutas associadas à reforma agrária no Brasil, ver Bruno (1995).

sendo que em alguns municípios a divisão entre campo e cidade quase não é visualmente perceptível.

Há agricultores/as que vivem em assentamentos, sejam estaduais ou federais, e que cotidianamente trabalham nas “terras do patrão” como empregados/as, especialmente em atividades sazonais, como é o caso da safra da carnaúba.

A forma mais comum de habitar as “terras do patrão” identificada pelos/as sócios/as da RIS Sobral encontra-se vinculada às chamadas “terras cedidas”. Trata-se de famílias que estão há gerações vivendo naquela área, em fazendas que passaram por inúmeras transformações, foram produtoras de algodão, de gado, de caprinos e de carnaúba, mas atualmente já não têm atividades produtivas desenvolvidas sob a gestão dos “donos” das terras. Os “proprietários” autorizam, a quem outrora foi empregado/a, seguir vivendo ali. Pude identificar que há contratos informais estabelecidos entre o “patrão” e os/as moradores/as, como me explicaram os/as agricultores/as da comunidade Cacimbinha no município de Forquilha/CE: “é preciso deixar a forragem” e não é permitido construir casas de alvenaria ou instalar cisternas. De certa forma, esses contratos são identificados como mais brandos do que os exigidos em momentos ápices das fazendas, quando os/as agricultores/as deveriam pagar o “patrão” com parte da produção dos roçados ou das criações animais.

Segundo os/as sócios/as da RIS Sobral, todavia, as exigências contratuais, quase sempre informais, como me foi explicado, são variáveis, pois o comportamento do “patrão” acompanha o preço da terra. Conforme me explicaram, também na comunidade Cacimbinha, em épocas de alta do preço, há uma restrição do que eles/as podem fazer: “eles [patrões] ficam mais preocupados com o que estamos plantando, construindo e comprando”, e, ao contrário, em época de baixa, “eles não importam muito com o que estamos fazendo”⁵⁸.

As restrições de construção, seja das casas de alvenaria ou das cisternas, foram encontradas no campo em diferentes relatos, em afirmações como “se construir cisterna ou casa de tijolo o patrão tem medo de que a terra fique para a gente”, “ele não deixa construir cisterna aqui não”. O que pude apreender é que essas imposições feitas pelo “proprietário” a quem vive em suas terras envolve, pelo menos, dois aspectos. O primeiro

⁵⁸ A oscilação de preços não se refere a um evento específico ou localizado. De acordo com os relatos colhidos a campo é parte de uma flutuação mais ampliada, como a vivenciada, por exemplo, partir de 2008, devido à valorização das exportações agrícolas e o aumento do preço das terras (LEITE; SAUER, 2012).

se associa à preocupação do “patrão” de que a construção e as benfeitorias possam ser utilizadas como argumento jurídico para evidenciar a posse da terra, no contexto de uma ação judicial.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que, em caso de expulsão dos/as agricultores/as e de suas famílias, o que poderia levar os agricultores/as a acionar o STTR com objetivo a requerer direitos por via judicial, o “patrão” teria que arcar com as benfeitorias, o que demandaria desembolso de dinheiro no caso de uma negociação desfavorável ao proprietário da terra no contexto de uma negociação trabalhista (GOMES DE ALENCAR *et al.*, 2013)⁵⁹.

Assim, embora não exista, na grande maioria dos casos, um contrato formalizado entre os/as agricultores/as que vivem nas “terras cedidas” e os “patrões”, condutas tácitas vão sendo estabelecidas: deixar a forragem, obedecer aos limites impostos à construção de benfeitorias ou no que se refere ao acesso à infraestrutura disponível, como no caso dos açudes. Um dos pontos importantes dessa disposição contratual é que ela é do tipo particular. ou seja, é feita a partir de acordos estabelecidos individualmente entre os “proprietários” e agricultores/as e, em grande parte dos casos, informalmente.

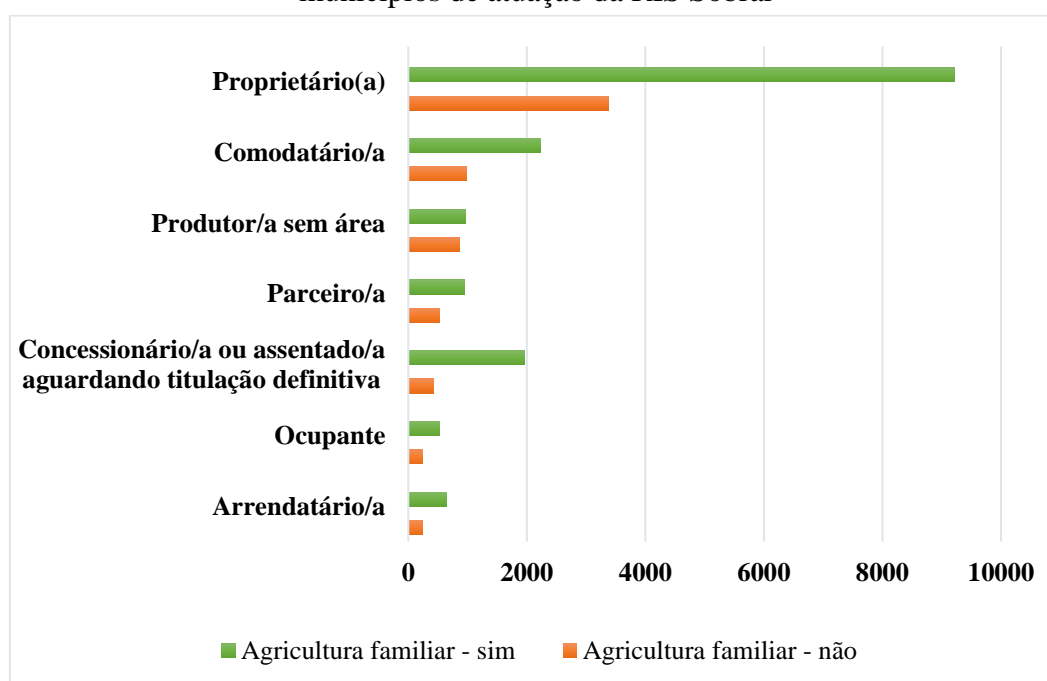
A categoria “terras cedidas” não existe enquanto objeto de trabalho do IBGE, o que limita uma análise direta a partir dos dados do recenseamento agropecuários realizado em 2017. Contudo, ao olhar para os dados do Censo Agropecuário, chama a atenção ser a segunda maior categoria relativa à condição legal das terras da agricultura familiar⁶⁰, seja no Ceará (~10%) ou no conjunto dos 12 municípios da RIS (~13%), a de comodatários, precedida, em ambos os casos pela de proprietários. De acordo com as definições técnicas do Manual do Recenseador do IBGE referente ao Censo Agropecuário realizado em 2017, o regime de comodato se refere à propriedade de terceiros, estabelecida por “um contrato, verbal ou escrito, no qual o proprietário cede o direito de uso de sua terra ao produtor. Este é um contrato unilateral, porque somente o comodatário assume as obrigações. A gratuidade é o que distingue o comodato da locação” (IBGE, 2017, p. 60).

⁵⁹ Essa publicação se refere a uma edição comemorativa dos 50 da Federação dos Trabalhadores/as Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), intitulada *O Pulsar da Vida no Campo: FETRAECE 50 anos*.

⁶⁰ Não é possível afirmar que os/as sócios/as da RIS Sobral se enquadrem indubitavelmente como agricultores/as familiares nos termos que definem a Lei 11.326/2006 e o Decreto 9.064/2017, bases do Censo Agropecuário de 2017. Contudo, as percepções a campo permitem aproximações com o que é previsto legalmente.

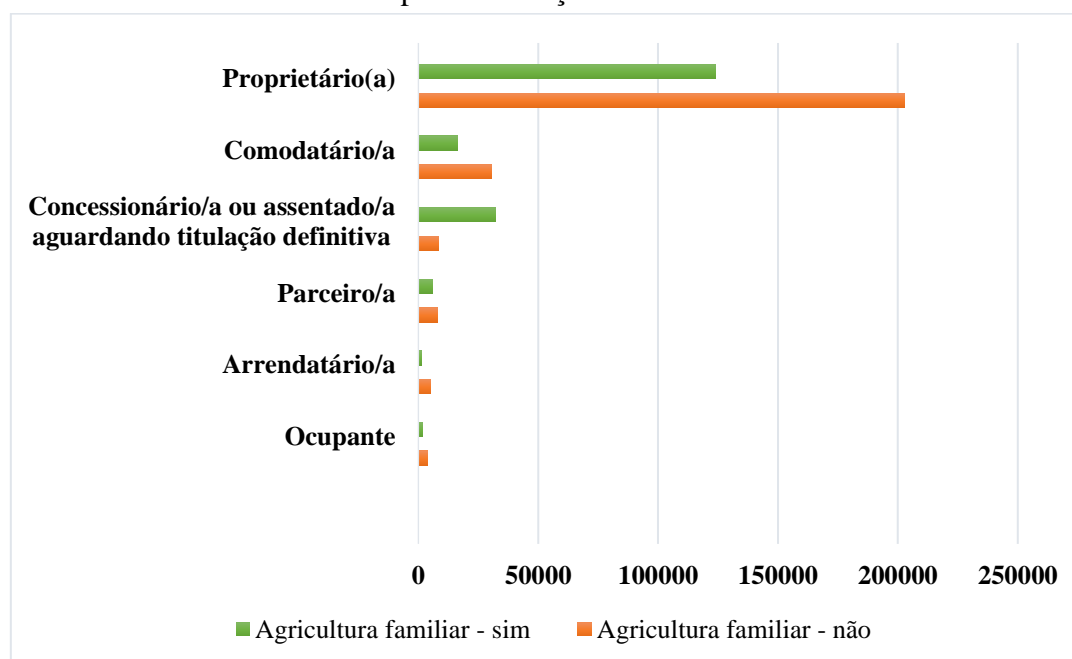
As semelhanças identificadas entre as categorias utilizadas no Censo Agropecuário e pelos/as agricultores/as da RIS Sobral permitem alguns exercícios de aproximação. Sob essa perspectiva sistematizei os dados, (IBGE, 2017), considerando os 12 municípios de atuação da RIS Sobral (ver Mapa 01), as categorias de condição legal das terras e o tamanho das propriedades, em hectares. Isso permitiu uma melhor visualização da ocupação de terras na região em estudo, colocando luzes na contraposição, sobretudo, no que se refere a agricultura familiar e não familiar, conforme destacado nos gráficos abaixo.

Gráfico 1. Número de estabelecimentos agropecuários e condição legal das terras nos municípios de atuação da RIS Sobral



Fonte: IBGE (2017), elaborado pela autora.

Gráfico 2. Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários e condição legal das terras nos municípios de atuação da RIS Sobral



Fonte: IBGE (2017), elaborado pela autora.

As reflexões propiciadas em IBGE (2017) indicam como comparativamente o número de proprietários de terras, agricultura não familiar, é inferior ao de agricultura familiar no que se refere ao número de estabelecimentos, relação que se inverte quando se trata da área ocupada. Ponto que permite apreender que grande parte da terra está sob o domínio de um número ínfimo de proprietários associados a uma agricultura não familiar. Tal análise, ainda que frutos de aproximações, contribui para compor o cenário de concentração de terra destacado pelos/as agricultores/as participantes da RIS Sobral, assim como permite através de números uma visualização de como as “terras do patrão” povoam a região em estudo por meio de muitos hectares, se estendendo à terra e ao que nela vive.

2.1.1 Morada e sujeição: debates para uma compreensão temporalmente alargada sobre o “patrão” e suas terras

Não é possível definir de forma precisa ‘quem’ é o “patrão” recorrentemente referido pelos/as sócios/as da RIS Sobral. A menção a essa personagem durante as distintas conversas sugere, na verdade, uma presença onipresente, como indicada por uma coleção de frases colhidas em campo: “o patrão cerca o rio e não deixa usar”, “mal acabou

de colher o roçado, o patrão já põe o gado dentro”, “nunca tivemos desavenças com o patrão”, “não teve nenhum conflito com o patrão” “o patrão é bom e sempre ajuda”. A dificuldade de definir claramente quem são esses “donos” das terras não implica que a atuação do “patrão” não seja objetiva e não tenha reflexos diretos na vida dos/as agricultores/as. Como observa Cleide, agricultora e responsável pela Secretaria de Mulheres do STTR de Forquilha:

Qualquer papel que a gente precisa, para comprovar que somos agricultores/as, antes precisamos falar com o patrão, porque a terra está no nome dele. Tem patrão que é muito bom e sempre ajuda. Mas têm outros que não e aí começa a correria, pois aí temos que ir atrás de um que ajuda e arrumar os papéis como se vivêssemos em outro lugar [...] (Relato, julho de 2019)

Rememorando tais passagens e o próprio trabalho de campo, recordo-me de que muitas vezes eu ficava em dúvida se o “patrão” era ‘bom’ ou ‘ruim’. Devido aos meus posicionamentos, de defesa da agricultura familiar e da reforma agrária na promoção de vida digna no campo, eu tendia a achar que o patrão estava mais para ‘ruim’ do que para ‘bom’. Detive-me a pensar em como esse personagem se torna objeto de diferentes tipos de valoração moral.

O “patrão” não é uma invenção dos dias de hoje, é parte do processo secular de ocupação dos sertões (SILVA, 2006; MELO, 2015; JUCÁ NETO, 2012). Recuperando, em linhas gerais, a trajetória da ocupação dos sertões e as especificidades históricas tanto do Ceará como da região em estudo, busco aqui constituir uma compreensão temporal mais alargada sobre o “patrão”, tendo nas referências compartilhadas por meus/as interlocutores/as, no campo, meu principal ponto de apoio. Na literatura referente ao campesinato brasileiro este debate tem sido tratado a partir da ideia de “formas tuteladas de condição camponesa” (NEVES, 2008). Colocando em evidência a exploração da força de trabalho e a subordinação, econômica e política, imposta pelos proprietários aos/as trabalhadores/as, que teria sido adotada de forma extensiva ao longo de toda primeira metade do século XX.

De forma ampla, a ocupação dos sertões pelos colonizadores brancos remonta ao século XVII e teria acontecido ao menos um século depois que se iniciou o povoamento da região litorânea do Nordeste brasileiro. Um dos principais impulsionadores da ocupação foi a busca por áreas para a instalação de fazendas de gado, cuja atividade estava proibida por lei no litoral, que deveria se dedicar somente ao cultivo da cana-de-açúcar. A ocupação holandesa (1624-1654) contribuiu, também, para que os colonizadores

portugueses do litoral, em fuga, adentrassem o sertão (SILVA, 2006). Seguindo os cursos dos rios, no caso do Ceará, das ribeiras do Jaguaribe e do Acaraú, as fazendas foram povoando os sertões. As fazendas de criação de gado foram por um longo período a base econômica cearense, mas a entrada do algodão potencializou um fluxo de capitais, vinculados ao setor agroindustrial, para o Ceará, embora isso aconteça de maneira gradual (CUNHA, 2018). A produção de algodão disseminou-se como uma alternativa de geração de riqueza para os proprietários das fazendas de gado, sobretudo, devido a sua adaptabilidade ao clima. O algodão demandava, todavia, maior quantidade de trabalho do que o gado. Conforme Braga Neto (2019), essa característica foi definidora na ocupação dos sertões do Ceará, já que a implantação de grandes fazendas dedicadas ao cultivo de algodão, envolvia também um número crescente de trabalhadores/as⁶¹.

Ainda que de forma sucinta, a descrição apresentada acima fornece subsídios de como a fazenda, seja de criação de gado ou de produção de algodão, foi sendo integrada à paisagem sertaneja do Ceará e se tornou (ao menos até a primeira metade do século XVIII) a sede do povoamento, da unidade familiar, da atividade produtiva, criando condições propícias à apropriação capitalista da renda da terra no sertão. Como afirma Jucá Neto (2012, p. 135), a fazenda foi:

[...] a sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias, com poderes quase que absolutos, e da rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial. Cumpriu, ainda, o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros na luta pela posse das terras. Em seu espaço, presenciou-se o processo de miscigenação e aculturação entre índios e brancos, de fundamental importância para a formação da sociedade cearense.

⁶¹ Desde a Revolução Industrial, a Inglaterra era o maior consumidor de algodão para alimentar a indústria têxtil. Com a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos, país que era o principal fornecedor da Inglaterra, a economia do algodão se intensifica no Brasil e no Ceará. No caso desse estado, por exemplo, a produção saltou de 124,8 toneladas em 1845-1846 para 1.403,30 em 1864-1865, em um contexto que o preço, devido à diminuição da oferta norte-americana, havia quase duplicado no mercado internacional (CUNHA, 2018).

Foto 6. Arquitetura da sede da Fazenda, Casa do Umbuzeiro, século XVIII no município de Aiuaba/CE



Fonte: Jucá Neto (2012).

Melo (2015) destaca que foi precisamente a partir do final do século XIX, com a Proclamação da República em 1889, que o controle da terra entrou em vigor por meio de artefatos institucionalizados, tendo a figura do coronel como ator principal desse domínio. De acordo com Prieto (2019), um dos mecanismos fundamentais nesse sentido foi a estadualização das terras devolutas⁶², uma política fundiária coordenada por frações de classe dos proprietários de terras – elites agrárias compostas por grandes proprietários, além de grileiros – que favoreceu dinâmicas locais de mandonismo numa trama que conectava coronéis, governadores e a Presidência da República⁶³. Pietro (2019, p. 45) destaca os beneficiários diretos do arranjo que entrava em vigência:

A grilagem pela via da falsificação de documentos necessitava da convivência dos donos ou funcionários dos cartórios, que também acabavam tendo participação no lucrativo negócio – e, claro, essa documentação “legitimada” só podia ocorrer com a anuência dos chefes políticos dos municípios. Constata-se, então, a eficiência do coronelismo brasileiro e o atraso travestido de modernidade no processo de apropriação e formação do território capitalista

⁶² Trata-se do que ficou expresso na Lei de Terras de 1850.

⁶³ Para Leal (2012) o coronelismo é sob essa ótica uma espécie de compromisso, uma troca de proveitos, entre os chefes locais e sua influência decadente e o poder público. Trama que só pode ser compreendida, como destaca o autor, com atenção à estrutura agrária do Brasil que tem permitido a presença de um poder privado ainda que com um regime de base representativa.

no país pela classe dos grandes proprietários de terra: ou seja, a grilagem produzindo simultaneamente os termos da classe em si e para si.

Durante o trabalho de campo, o termo “coronéis” apareceu em alguns momentos como referência à família Ferreira Gomes, seja em conversas com os/as agricultores/as, com os/as assessores do Esplar ou com os ex-assessores da Cáritas, Joelton e Erivan. Os Ferreira Gomes são integrantes de uma família de políticos influente na região, representada por figuras como Cid Gomes e Ciro Gomes, ambos radicados no município de Sobral/CE. De acordo com Monte (2019), a família é de origem portuguesa e chegou ao Brasil ainda no século XVIII, tornando-se importante proprietária de terra e de criação de gado, especialmente na região de Sobral/CE. Ao longo dos séculos, passou a assumir funções públicas, o que perdura até os dias atuais. Vale salientar, por exemplo, que após a instalação da República, o primeiro prefeito de Sobral foi Vicente Cesar Ferreira Gomes, em 1890. Em 1982, foi prefeito o Tenente Coronel José Ferreira Gomes (MONTE, 2019).

Nas conversas com Erivan, ex-assessor da Cáritas Diocesana de Sobral e importante interlocutor da pesquisa, ele identifica uma relação entre o coronelismo que se instalou na região ainda nos primeiros anos da República e as complexidades de acesso à terra que ainda permanecem, que, para ele, representam atualizações de controle da terra e do Estado. Essas menções permitem aproximações entre os coronéis – de certa forma, figuras de um outro período histórico – e o “patrão” referido pelos/as sócios/as da RIS Sobral:

Aqui no Ceará isso é revelado. A questão fundiária e a questão do espectro de como as pessoas reivindicam seu direito do acesso à terra se dá conforme um processo colonial, inclusive, do tipo mais recente. No Sertão dos Inhamuns e dos Crateús, lá é uma forma de fazer organização política. Por quê? Porque teve uma Igreja daquela história da Teologia da Libertação, teve um bispo na época da Ditadura Militar, que fez muito trabalho de base, o Dom Frágoso. Ele organizou os camponeses e as camponesas, bateu na Ditadura Militar, foi quase preso, conhecia muitos padres daquela região. Eu me acostumei na região de Sobral, mas eu sei que é complicado. Eu lembro que nós tentamos aqui organizar uma articulação para realizar o Grito dos Excluídos na época que cheguei aqui, mas isso infelizmente não rolou. As pessoas são muito ligadas aos Ferreira Gomes e a Igreja nunca deu uma brecha pra discutir uma questão mais social da organização do povo. Não existe isso. [...]. Aqui na região de Sobral [...] é uma coisa fechada. (Entrevista, agosto de 2021)

A dificuldade de organizar politicamente os/as camponeses/as e os limites de indisposição com uma família envolvida diretamente com o Estado, ou seja, que coordena

recursos públicos e controla terras, ainda que isso se dê em meio a descontinuidades⁶⁴, oferece algumas pistas para pensar a figura do “patrão”. Assumo, sem dúvidas, que nem todo “patrão” está vinculado a uma família tão influente como os Ferreira Gomes, mas ainda assim, essa figura assume importante papel na vida dos/as agricultores/as. Para essa investigação, recorro às discussões de Mello (2011), que tem como foco a primeira ocupação de terras pelo MST no Ceará em 1989, no atual município de Madalena/CE. O autor organiza sua análise a partir da experiência social dos atores e da categoria tempo, tendo como referências duas temporalidades elaboradas a partir do trabalho empírico – “o tempo do patrão” e “quando os assentados chegaram”. O primeiro se refere ao período prévio à ocupação, colocando em discussão as relações de moradia e sujeição. O segundo, por sua vez, associa-se à mobilização social e à ação sindical e pastoral que tem nas ocupações de terra, na década de 1980, uma estratégia importante.

Ao se referir ao “tempo do patrão”, Mello (2011) traz para o debate as relações estabelecidas entre os/as que foram moradores/as e empregados/as da Fazenda Reunidas São Joaquim, e o “patrão”, o General Wicar Parente de Paula Pessoa. Assim como identificado nas narrativas dos integrantes da RIS Sobral, o autor reúne relatos sobre o “patrão” que combinam “um velho carrasco” com um “velho meio bom”. Para o autor, não se trata de uma imagem ambígua, mas de dimensões simultâneas incorporadas a uma mesma personagem, que de forma refinada, permitem as articulações necessárias para o estabelecimento do mando tradicional no sertão.

O “patrão” é padrinho, provedor e chefe, conforme discutido no trabalho de Mello (2011). A ambiguidade associada a essa figura é o que explica, para o autor, a ausência ou a pouca expressão de conflitos na Fazenda no “tempo dos patrões”. Havia limites para que os agricultores/as pudessem se indispor com o fazendeiro que tem domínio sobre o lugar onde a família mora, controlando, também, outros recursos vitais. Estão em jogo, também, valores morais, nos termos propostos pelo estudioso das relações de poder nos sertões cearense, César Barreira⁶⁵, no livro intitulado *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão* (BARREIRA, 1992). Dedicado às décadas de 1970 e 1980, o autor

⁶⁴ A título de curiosidade vale a leitura da matéria de 2007 de Daniela Pinheiro na Revista Piauí que apresenta reações de membros dos Ferreira Gomes ao serem chamados de “coronéis” ou oligarcas (PINHEIRO, 2007).

⁶⁵ Faço aqui um agradecimento especial ao César Barreira pelas boas ideias que trocamos em uma conversa online sobre os sertões cearenses e minha proposta de pesquisa. Dentre as contribuições, destaco os aprendizados sobre a relação entre moradia e as “terras do patrão”. Agradeço ainda à professora Regina Bruno, que gentilmente ‘fez a ponte’ entre mim e César.

chama atenção para o fato de que valores como a honestidade, a lealdade, a gratidão e o respeito à propriedade do outro são parte da identidade camponesa sertaneja. Durante a visita ao assentamento Lagoa João de Sá, Marco/CE, onde se localiza a Casa de Sementes Umbuzeiro, pude compreender alguns destes elementos. Ali, os/as agricultores/as residentes destacavam de forma enfática como não houve nenhum tipo de atrito com o antigo “dono” da terra, “não teve nenhum conflito, não”, me disseram. Conforme salientaram o “patrão” queria vender a terra⁶⁶ e segue sendo, nos dias de hoje uma figura presente, ofertando trabalho remunerado em outras terras, como nas plantações de carnaúba ou no trato das criações animais. Além disso, o “patrão” é quem compra a produção sazonal de caju do assentamento, mediando também as relações econômicas.

Seguindo as discussões, vale trazer aqui uma reflexão colocada pelo ex-assessor da Cáritas, Erivan. O relato dele é composto de uma experiência vivenciada entre 2015-2017, próximo, no entanto, com a consideração anterior de Barreira (1992) relativa às décadas de 1970/1980:

Eu lembro que uma vez na comunidade Mumbaba, só para te exemplificar como o povo pensa a questão da terra ou não pensa, porque foi ensinado a pensar de uma forma totalmente diferente. Na Casa de Semente fomos lá para fazer uma reunião, inclusive chamamos uma pessoa do MST para fazer uma discussão, porque eles estavam lá num processo de reflexão, inclusive, de comprar uma terra, a questão da Reforma Agrária Solidária do Governo do Ceará, desde a era Tasso Jereissati. A gente foi pra lá fazer uma reflexão. Das várias comunidades que não têm terra e tem a Casa de Sementes e são animados uma delas é Mumbaba, essa comunidade que tem aqui entre Sobral e Massapê. Então fizemos uma reunião bem legal com uma mística bem bonita, botamos as sementes no meio começamos a discutir e tal. O menino do MST fez toda a reflexão do acesso à terra como um direito, e no final da reunião depois que tinha acabado, essa história da gente dizer que a terra é um direito, e ocupar não é uma questão de você ser um invasor, mas a gente deve lutar, e sementes tem a ver com isso [...] aí no final da reunião uma senhora veio, depois de uma reflexão grande, de uma manhã toda, ela veio e disse assim, “como é que a gente vai entrar dentro de uma terra alheia?” Eu pensei “poxa vida, tem muito chão pra andar pra poder a gente ir tentando reconstruir e desconstruir”. (Entrevista, agosto de 2021)

As semelhanças entre tempos distintos apontam para a manutenção de uma estrutura de controle da terra, que vai, todavia, também sendo tensionada. Segundo Barreira (1992), ainda que o poder tradicional no sertão nordestino se faça presente, impondo relações assimétricas aparentemente eternas, há um rompimento de ordens,

⁶⁶ A referência é ao programa ao programa cearense “Reforma Agrária Solidária”, implementado em 1996, no qual o governo do estado por meio de órgão específico compra a terra do proprietário e a repassa aos/às agricultores através de um sistema de crédito a ser financiado pelo Banco do Brasil ou pelo Banco do Nordeste.

manifesto nos conflitos sociais do campo, sobretudo, a partir da década de 1970 e que redefiniram as práticas de proprietários de terras e dos/as camponeses/as. A colocação do autor ganha contornos pelo relato anteriormente apresentado pelo agricultor Aloízio no processo de ocupação de terras em Santana do Acaraú/CE e pela história compartilhada no assentamento Leite em Bela Cruz/CE. Nesse assentamento, onde se localiza a Casa de Sementes Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os/as moradores/as relatam a luta travada para se libertar do jugo dos “patrões” e “de ter que ficar plantando roçado e cajueiros, tudo pra eles”, sofrendo “em todo inverno a pressão de ter que colher o fruto dos roçados, até antes da hora, para eles soltarem as criações”, como compartilhou comigo Alexandre, jovem e residente do assentamento.

Neste assentamento, através do acesso ao Crédito Fundiário, as famílias compraram uma área de 601 ha, onde hoje residem 15 famílias. Quando chegaram na terra, em 2005, não havia nenhuma casa de alvenaria e com a terra comprada ficaram vivendo acampados em barracas de lona. Era inverno e chovia a ponto de as barracas não suportarem. Segundo Alexandre, uma memória desse tempo é o relato de um dos moradores que teve que esconder sua sobrinha dentro do guarda-roupa, por não haver outro lugar no qual ela ficasse protegida da chuva e do frio. “Produzir toda renda do patrão”, “colher os frutos do roçado fora do tempo”, “ficar em barraca de lona” foram situações ‘suficientes’ para que os/as residentes do assentamento cortassem quaisquer laços com “patrões” e se orgulharem ao afirmarem que “hoje podemos trabalhar a terra e o que a gente produz é para gente”.

A partir de um olhar histórico sobre a conformação das relações de poder no Semiárido cearense, Barreira (1992) chama a atenção para o fato de que a presença dos/as pequenos/as agricultores/as nas “terras do patrão” se deu por meio da combinação de moradia e trabalho, o que o autor define como “parceiro-morador”. Essa discussão se aproxima do que Moacir Palmeira analisa em *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional* (PALMEIRA, 2009)⁶⁷. O autor toma como referência as noções de *casa* e *trabalho* manejadas pelos atores sociais nas áreas de engenho da Zona da Mata Pernambucana, em meados da década de 1950. Embora seja importante identificar as especificidades das relações que se constituem em cada localidade, considerando, por exemplo, a relação tecida entre o meio e as pessoas que o habitam, a pesquisa de Palmeira (2009) permite aproximações interessantes para o estudo da região

⁶⁷ Publicado pela primeira vez em 1977.

aqui analisada, guardadas as diferenças. O autor chama a atenção sobre como a morada não se refere somente à residência, mas a uma ligação particular com um engenho e, assim, com um “patrão” ou “proprietário”. Tomando como referência o Ceará, Barreira (1992) explica como essa pertença se expressa nesse estado. Em conversa, um de seus interlocutores afirma:

Eu acho melhor ser morador e dizer assim eu tenho um patrão do que viver independente sem patrão. Pra mim eu acho melhor porque eu tô vendo aí como é. O caboclo pobre num tem garantia de nada. Se ele num tiver uma garantia pelo patrão de que ele tá valendo? Caboclo pobre feito jumento solto nos tabuleiros para mim não dá. (BARREIRA, 1992, p. 23)

Analisando as regras contratuais (formais e informais) ou ao que cabe ao morar, Palmeira (2009) discute que existe uma espécie de acordo tácito, que quase beira a obviedade, de que a concessão da casa envolve, também, as áreas coextensivas do terreiro, do quintal, do chão de terra ou do fundo de casa. Nas pesquisas do autor, os/as trabalhadores/as dos engenhos identificam como um desrespeito intolerável a não concessão ou a invasão de suas áreas de cultivos pelos proprietários. Existe um imperativo associado à casa traduzido nas palavras de um dos interlocutores de Palmeira (2009, p. 206) – “em todo lugar que eu moro, eu planto”.

Morar e plantar se confundem como práticas relacionadas às condições do viver. Assim, a busca por trabalho é antes uma busca por casa, uma casa de morada, ou seja, que permita o sustento da família, o trabalho e o usufruto (PALMEIRA, 2009). A morada se associa ao roçado, que pode estar ou não situado em uma área extensiva à casa. Trata-se de um lugar de produção de subsistência, de segurança alimentar da família, mas também, no caso de excedentes, de cultivo de produtos para a comercialização, ainda que essa seja, em certos casos, controlada pelos “patrões”, que chegam a definir como e para quem será realizada a venda (MELLO, 2011; BESERRA, 2015).

Os roçados são áreas associadas ao cultivo de culturas temporárias, como milho, feijão e jerimum, o que é um dos marcadores de diferença, por exemplo, em relação ao quintal e ao terreiro, onde estão as culturas permanentes, como as árvores frutíferas⁶⁸. Em recordações sobre os tempos dos pais, mães e avôs, os/as agricultores/as da RIS Sobral rememoram que o contrato mais comum estabelecido com os “patrões” tinha como objeto a produção no roçado, sobretudo, o milho e o feijão, além da forragem. A porcentagem

⁶⁸ Trata-se de uma divisão do tipo ideal, apenas para orientar a compreensão dos diferentes sistemas produtivos.

mais comum, como me explicaram, era de 30%, ou seja aproximadamente 1/3 de toda a produção se destinava ao “patrão”. Todavia, esta taxa não era fixa e poderia variar, chegando até mesmo a 50%, quando o “proprietário” possuía interesse por uma cultura específica.

A contrapartida da casa e dos subsistemas associados envolve, por sua vez, a obrigatoriedade de trabalhar para o “patrão” de forma gratuita, a sujeição (PALMEIRA, 2009). De volta às discussões colocadas em Mello (2011), ele indica que o termo sujeição era utilizado pelos/as agricultores/as e moradores/as da Fazenda Reunidas São Joaquim, em Quixeramobim/CE, para designar o tempo de trabalho para o “patrão” ou os compromissos assumidos para com esse, devido à concessão da moradia. Na investigação conduzida por esse autor, e, também por Barreira (1992), a quantidade de dias contratuais era variada: dois, três ou quatro dias. Porém, no cotidiano, o trabalho estabelecido pelo “patrão” precisava de muito mais tempo para ser realizado, chegando até mesmo a semanas seguidas.

A imprecisão dos contratos tecidos no interior das fazendas implicava domínio sobre o tempo dos/as agricultores/as pelos “patrões”. Uma das formas de compreender o mandonismo tradicional é pela combinação sutil entre moradia e sujeição que, articulando casa e trabalho, ou seja, produção de alimentos, acesso aos bens e renda, amplia as margens de controle dos “proprietários” sobre os trabalhadores/as. Barreira (1992) chama atenção que a falta de limites precisos nos contratos e nas relações estabelecidas contribuíram cotidianamente para manipulações e arbítrios por parte dos proprietários.

A moradia e a sujeição foram objeto de disputas e conflitos no campo (BARREIRA, 1992). Um dos dispositivos importantes neste sentido foi o Estatuto da Terra, editado em 1964⁶⁹. De um lado, este novo marco regulatório estabelecia direitos, como a regulação do pagamento da renda (definido entre 10% e 30%) e o reconhecimento do “direito do morador”, que deveria ser indenizado, em caso de expulsão, pelo trabalho incorporado à terra. De outro, não conseguiu enfrentar o poder dos grandes proprietários de terra, que fizeram valer no texto final uma compreensão de problema rural ao invés de um problema agrário. Ponto que implicou numa redução do debate a problemas econômicos ou de cunho desenvolvimentista e não na falta de acesso à terra pelos agricultores/as ou trabalhadores/as rurais (BRUNO, 1995; MEDEIROS, 1994).

⁶⁹ Refere-se à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

A institucionalização do Estatuto da Terra mantém um certo nível de indefinição, ou de dúvida, em relação ao funcionamento dos contratos estabelecidos anteriormente somente dentro das fazendas, no “mundo de dentro”, no domínio privado (BARREIRA, 1992). Esse novo marco regulatório impunha a presença de novos mediadores, a “lei”, o “sindicato”, a Igreja, a justiça, para além da figura do “patrão”, ao mesmo tempo que abria margens para que os/as trabalhadores/as representassem a si mesmos/as, sobretudo, diante do Estado. Segundo o autor, negociações começam a se estabelecer dentro das fazendas e também fora, ao levarem as questões para fora das porteiras, recorrendo a novas intermediações. Nas palavras de Barreira (1992, p. 88), por exemplo:

“O levar a questão ao Sindicato” representa, em parte, uma ruptura com os laços de dominação com o dono da terra, “uma perda do medo” e uma demonstração que os limites da fazenda estão sendo ultrapassados. As amarrações com os patrões estão sendo quebradas. Podemos dizer que o reconhecimento dos “direitos” já demonstra um processo de ruptura com as formas de dominação tradicional.

Seguindo as análises do autor, vale salientar que não se trata apenas da institucionalização em si, mas dos processos necessários para que as demandas camponesas cheguem ao Estado e sejam reconhecidas por ele. Assim, o que se identifica é uma abertura política ao próprio Estado, ainda que tênue, diante de uma possibilidade que era outrora completamente mediada pelos “patrões”.

Os diferentes elementos apresentados ao longo da seção, sobretudo, a partir das referências históricas de como os grandes proprietários de terra se constituíram como uma figura importante no Semiárido, têm como objetivo ancorar uma compreensão alargada do que ainda hoje é identificado pelos/as agricultores/as da RIS Sobral a partir do termo “patrões”. Evidentemente a forma como as relações são tecidas na atualidade entre os/as agricultores/as e os “donos” de terra são distintas do que as da primeira metade do século XX. Como destacado por Barreira (1992) as conquistas de direitos sociais no campo têm angariado outras representações daqueles/as que ainda vivem nas “terras do patrão”. Todavia, essa personagem ainda possui enraizamentos na vida dos/as agricultores/as, combinando ao longo do tempo características de quem “ajuda” e de quem “não deixa”. Assim, ao seguir as sementes e investigar sobre a ecologia das práticas das Casas de Sementes, foi fundamental adentrar os sentidos associados às “terras do patrão” e ao próprio “patrão”, visto que, ainda hoje, a distribuição e o acesso dos bens da natureza se dão de forma assimétrica e é na “autonomia das sementes do patrão” que os/as agricultores/as identificam um dos principais fazeres do armazenamento coletivo.

Na seção seguinte, dedico-me a compreender como as sementes entram em jogo nessa distribuição assimétrica e os vínculos que foram sendo estabelecidos entre elas, a Igreja, as lutas pela terra e por direitos sociais no campo e o que levou à criação do primeiro Banco de Sementes do Ceará, nos quais, contudo, “nunca se falou só em sementes” (ESPLAR, 1992, p. 16).

2.3 Bancos de sementes nos sertões dos Inhamuns e Crateús: práticas coletivas a partir da década de 1970

A abertura desta seção poderia remeter o leitor diretamente à década de 1970 e aos sertões dos Inhamuns e Crateús. Antes, contudo, torna-se necessária uma primeira parada na biblioteca do Esplar em Fortaleza/CE, um lugar pequeno e bem iluminado, com prateleiras, mesas e cadeiras, onde Lena foi a minha principal interlocutora. Quando eu cheguei ali, trazia comigo fragmentos de histórias coletadas durante o trabalho de campo: “tudo começou em Tauá”, “tinha o Padre Holmes”, “teve o pessoal do Esplar”. A leitura do trabalho de Ângela Cordeiro e Paula Almeida *Sementes da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido* (CORDEIRO; ALMEIDA, 2002), e que também remetia a essas personagens e acontecimentos, havia me despertado muita curiosidade. Malvinier, assessora do Esplar desde à década de 1980, que me acompanhava durante a visita ao Esplar, me apresentou à Lena. Falou de minha pesquisa, e perguntou se havia na biblioteca o relatório do I Encontro da Rede de Sementes do Ceará (RIS-CE), realizado em 1992. A resposta afirmativa me causou alegria. Lena foi até a prateleira e me trouxe uma série de relatórios e uma caixa de fotos, todas legendadas.

A leitura do relatório de 1992 foi fascinante. Tratava-se de uma verdadeira transcrição do Encontro, que teve como um dos eixos o resgate histórico do armazenamento coletivo nos Bancos de Sementes iniciado na década de 1970. Havia páginas seguidas transcrevendo falas do (para mim) famoso padre Holmes, explicando o porquê do início do trabalho com as sementes, seguidas de depoimentos de sindicalistas, representantes da CPT e agricultores. Juntamente com o relatório, Malvinier me mostrou um conjunto de fotos, lembrando do momento e das pessoas que ali estavam. Na entrevista que fiz com Elzira, ex-assessora do Esplar, uma das primeiras perguntas que ela me fez foi “você leu o relatório? Um mais cheinho? Se leu vai encontrar ali várias respostas da sua pesquisa”. O fato de eu já ter lido o documento me permitiu abrir toda

uma linha de conversas. Para além do conteúdo, o relatório era bom para conversar, bom para lembrar. A presença dos documentos enchia de vida o passado, num processo ativo de produção de memória entre a experiência dos tempos idos e a experiência lembrada (CUNHA, 2004; 2005).

É importante reiterar que processos de memória podem ser dolorosos, como sugerido nos estudos de Das (1999), mas ali foram motivos de alegria. As conversas continham um misto de saudade. Disse Elzira: “que saudade desse povo todo!”, embora “lembrar”, como dito por Pedro Jorge, seja “cansativo” e requeira esforços.

2.3.1 Igreja, STTR e um “salãozinho discreto”

Beserra (2002) destaca que o cenário político de luta pela terra no Ceará na década de 1970 não pode ser entendido de uma única vez, demandando um olhar caso a caso. Segundo a autora, por exemplo, em algumas regiões cearenses a Igreja atuava junto aos STTRs, ajudando, inclusive, a fundá-los. Em outras, se aliava aos “patrões” ou a políticos locais e atuava em articulação com os chamados Sindicatos “pelegos”⁷⁰. É importante destacar que, durante a década de 1970, os STTRs foram também alvos dos interventores do regime ditatorial⁷¹.

O município de Tauá/CE foi uma das localidades em que a Igreja se uniu aos/às camponeses/as e iniciou um intenso processo de sindicalização. Uma das figuras centrais foi o bispo e camponês, Antônio Fragoso, identificado como ‘comunista’ pelos setores políticos e religiosos mais conservadores. De acordo com Gomes de Alencar *et al.* (2013), o Bispo D. Fragoso foi responsável, ao longo da década de 1960, pela criação de uma série de sindicatos nos Sertões de Crateús e dos Inhamuns.

A mobilidade compulsória imposta a Dom Fragoso do Maranhão para o sertão de Crateús, foi um esforço de alas da Igreja Católica maranhense, buscando transferir o bispo comunista e subversivo para o fim do mundo (BRITO, 2013). Desse modo, ele ficaria, como uma figura pública, na periferia das atenções. Em 28 de abril de 1964, o Bispo iniciou seu episcopado em Crateús⁷², praticando e promovendo, através das CEBs, a

⁷⁰ Categoria nativa – indica sindicatos que eram dominados pelos “patrões” ou estavam atuando para beneficiá-los.

⁷¹ Dentre os sindicatos criados entre 1962-1963, 26 sofreram intervenções a partir de 1964, assim como a FETRAECE que foi dirigida por interventores entre 1964-1967 e depois entre 1973-1974 (GOMES DE ALENCAR *et al.*, 2013).

⁷² Município vizinho à Tauá/CE e localizado nos sertões dos Inhamuns e dos Crateús.

chamada Teologia da Enxada⁷³. O Bispo e seus seminaristas pregavam “o evangelho empregado à vida do povo” (BESERRA, 2002, p. 67) e percorriam as comunidades rurais, os roçados, as casas de farinhas, as missas ou as festas, contando a história de ocupação e dominação do sertão. A pesquisa realizada por Brito (2013) foi organizada a partir da análise de cartas escritas por Dom Fragoso, assim como dos materiais que denunciavam as ações ‘subversivas’ por ele praticadas. O autor apresenta, a partir dos prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de 1973, o enquadramento de Dom Fragoso pelas forças de segurança:

Antônio Batista Fragoso, mais conhecido por “DOM FRAGOSO”, bispo de CRATEÚS, pleiteou “visto de saída” e seu passaporte. O atestado de antecedentes expedido pela DPS/FZ contém notas que o implicam como elemento contrário ao regime político ora vigente no país. Apesar de não ter sido ainda processado, o referido Bispo tem dado sobejas demonstrações de seu caráter subversivo. Além disso, tem normalmente se ausentado do país, em média três vezes por ano, em viagens ao exterior, o que não acontece com os demais prelados da Igreja Católica Apostólica Romana. (BRITO, 2013, p. 21, destaques do original)

Segundo as análises do autor, essas figuras religiosas se transformavam em verdadeiros advogados das vítimas, entravam em conflitos com os grandes proprietários de terra, com as polícias locais, com os governos dos estados, com o Exército e, assim, com o próprio Estado.

A Foto 6, tirada em 1992 no I Encontro da RIS-CE, capturou a imagem do Padre Bernardo Holmes. Ele nasceu na Irlanda em 1940 e foi ordenado Redentorista da Igreja Católica em 1970, neste mesmo país. Transferiu-se, posteriormente, para o Brasil, sendo reconhecido como um dos responsáveis pela estruturação das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) no estado do Ceará (CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS, 2018). No relatório produzido pelo Esplar na oportunidade do I Encontro (ESPLAR, 1992)⁷⁴ estão relatadas as memórias do religioso sobre a criação dos Bancos de Sementes nesses dois sertões, ainda na década de 1970. Nas palavras de Padre Bernardo:

⁷³ Em 1977 a editora Vozes publicou um livro *Teologia da Enxada. Uma experiência da Igreja no Nordeste*, que buscou sistematizar as várias dimensões dessa teologia. Os protagonistas foram jovens seminaristas descontentes com a formação que recebiam e que buscavam outros tipos de aprendizado, através de práticas de enraizamento cristão. Esses jovens, em grande parte, de origem rural, sentiam uma grande distância entre uma abordagem teológica mais intelectualizada e as demandas de ação pastoral que emergiam do cotidiano do povo, especialmente a partir das populações pobres residentes nas periferias urbanas e do meio rural. Mantinham uma relação com a “Igreja dos Pobres” que abarcava, entre vários outros aspectos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Teologia da Libertação (CALADO, 2018).

⁷⁴ As características do I Encontro, como a proposta e os/as envolvidos/as, serão tratadas com maiores detalhes no Capítulo III.

Quando eu cheguei em Tauá em 1974, já estava iniciada essa experiência de bancos de sementes. Eu vou contar algumas coisas como eu vi. Não como agricultor, mas como Padre lá da Paróquia. O meu jeito de olhar as coisas é como Padre. Nós tínhamos e ainda hoje eu tenho a preocupação de sempre procurar trabalhar a partir das necessidades do povo. O que é mesmo que o povo está sofrendo, o que está sentindo, quais são suas necessidades. E tentando fazer nosso trabalho pastoral a partir daquilo (ESPLAR, 1992, p.13).

Foto 7. Padre Bernardo, no I Encontro da RIS, 1992



Pe. Bernardo rememora o início do trabalho com bancos comunitários de sementes na década de 70.

Fonte: Acervo da biblioteca do Esplar.

Na fotografia, é possível identificar um quadro de giz onde se lê, à esquerda: “1 - Por que começou? [o armazenamento de sementes] Tauá - 1970”. A explicação do Padre, ao mesmo tempo que aponta para as especificidades da região, também permite uma leitura mais ampla dos conflitos sociais presentes no meio rural brasileiro na década de 1970, em um contexto marcado pela Ditadura civil-miliar e pelos processos desencadeados pela modernização da agricultura. Respondendo à sua pergunta, o religioso responde:

Eu queria lembrar que nós estamos na região de Tauá e estamos em 1970. Tauá é talvez a área mais seca do Brasil. E também é a área onde tem a maior concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Muita gente trabalhando na terra sem possuir nada. Trabalhando arrendado; moradores; mas sem possuir terra. (ESPLAR, 1992, p. 14)

As dimensões apontadas atualizam para a década de 1970 o arranjo do mandonismo tradicional que persiste no sertão, ainda que com modificações, desde o século XVII. Nele, a terra é controlada pelos “latifundiários”, “patrões”, “proprietários” ou “coronéis”, assim como àquilo que pertence ao “mundo de dentro” da fazenda, incluindo a água, o solo, as sementes, ou seja, tudo o que se produz na terra por meio do trabalho. Como me explicaram os/as agricultores/as da RIS Sobral, essas condições não podem ser tratadas sem considerar as secas, o que ficou evidente para mim quando o agricultor Aloízio, anteriormente apresentado, disse “aqui no Ceará, Helena, falta tudo, só não falta seca”. As secas se impõem de formas distintas quando se considera as possibilidades de relação com o meio.

As “terras do patrão” estão, em grande parte, associadas aos cursos hídricos (como rios, açudes, nascentes), o que permite especificidades quando a seca chega. Em períodos de secas prolongadas, as fontes de água, podem reduzir drasticamente ou até desaparecer, sejam elas rios, “olhos d’água” ou açudes. Na primeira etapa do trabalho de campo, durante minha visita ao Assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE, os/as moradores me apresentaram o açude dali que estava completamente vazio, fruto da seca de 2012-2017⁷⁵. As crianças estavam andando de bicicleta dentro dele.

Quando se observa a relação intrínseca entre controle da terra e da água evidencia-se que a seca não pode ser tratada exclusivamente como um problema climático (BRAGA NETO, 2017; SILVA, 2006). A partir de investigações sobre as fazendas de criar (dedicadas à pecuária bovina e à caprinocultura) no semiárido nordestino, Meneses (2018) chama a atenção para os investimentos que esses estabelecimentos receberam nas décadas de 1970 e 1980 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), traduzidos em significativos volumes de crédito, bem como no financiamento de serviços de assistência técnica e obras de engenharia. Contudo, como também coloca o autor, tais processos possuem raízes em movimentos anteriores, como é o caso da criação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)⁷⁶. Um dos importantes e conhecidos atores da Sudene neste mesmo período é o economista Celso Furtado⁷⁷, por

⁷⁵ A seca afeta as regiões do Semiárido de maneiras distintas, por isso, a temporalidade pode não se aplicar de forma geral. Em algumas regiões, inclusive, identifica-se que a seca permanece.

⁷⁶ Criado em 1909 primeiro como Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), inspirada na assistência técnica promovida pelo *U.S. Bureau of Reclamations*, que atuava com irrigação em larga escala nas regiões áridas dos Estados Unidos (SILVA, 2006).

⁷⁷ Destaca-se, sobretudo, sua atuação na elaboração do documento “Uma Política para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste”, 1959, no âmbito GTDN, que propunha leituras desenvolvimentistas e propostas de ação com base na disparidade regional do Brasil, trazendo para o debate dados sobre

sua defesa da necessidade de incorporação de perspectivas socioeconômicas ao problema da seca ou àquilo que ela acarretava. Tratava-se de uma perspectiva que apontava, também, as fragilidades e a ineficácia das medidas aplicadas pelo governo, seja nas ações emergenciais de combate às secas ou nas obras hídricas (SILVA, 2006). Em entrevista a Tavares, Andrade e Pereira (1998), Celso Furtado afirma como os grandes proprietários se beneficiaram historicamente devido ao acesso a enormes extensões de terra, e ao controle e implantação de infraestruturas hídricas, viabilizados pelo próprio Estado, que propiciou benesses como as obras de combate à seca e a construção de estradas e açudes. O controle das obras de combate à seca por esses atores, ao menos desde o início do século XX, com a criação do DNOCS, permitiu que grande parte dos açudes, viabilizados por recursos públicos, fosse construída em terras privadas, transformando água em barganha política (MELO, 2015).

Não se trata, no entanto, de minimizar os impactos da seca como um fenômeno climático. Braga Neto (2017) discute que ambos/as “patrões” e trabalhadores/as eram afetados e tinham que migrar, mas enquanto o trabalhador/a migrava sem destino certo, conforme retratado no livro *O Quinze* de Raquel de Queiroz (1999); o “patrão” tinha, muitas vezes, mais de uma terra, casa na capital e quando finalmente chovia podia retornar à fazenda. A assimetria de acesso à terra e a outros bens é relatada pelo agricultor Paulo Siqueira e integrante da CPT, da região de Tauá/CE e em memória à década de 1970, destacando ainda como as sementes se entremeavam a este contexto, as quais desapareciam devido à seca pela impossibilidade de desenvolvimento dos cultivos ou por serem utilizadas como alimentos em momentos de necessidade.

Naquele tempo não tinha semente nenhuma para plantar. O agricultor tinha que correr pra qualquer lado para conseguir na hora da chuva plantar na sua roça. E daí vinha a exploração. A gente lembra que tinha pessoas que emprestava uma lata de feijão para receber duas ou até três, quatro a seis meses depois. Quem não tinha semente era obrigado a pagar ou não plantava. (ESPLAR, 1992, p. 16)

A partir das colocações, identifica-se um sistema de manutenção da relação “patrão” e trabalhador/a por meio das sementes, impondo controles à condição orgânica elementar de alimentar-se. “Correr para todo lado” representava a possibilidade de cultivar quando as chuvas ainda estavam caindo, o que por sua vez garantiria a produção

geração de renda, carga tributária, a cobertura do setor público, a estrutura fundiária, produção de alimentos e fluxos populacionais (MENESES, 2018).

e, assim, o alimento à família. Identifico duas formas principais, ainda que complementares, pelas quais os “patrões” usavam as sementes e a chegada das chuvas como instrumento de poder: i) obrigando os/as agricultores/as a trabalhar para conseguir dinheiro/sementes; ii) emprestando sementes em sistema de dívidas.

As palavras do agricultor Antônio Sabino, expressas em uma carta enviada a assessores/as do Esplar em 1976, explicitam a situação:

Então, o que fazia? [quando o inverno chegava] Ia na casa dum proprietário aventureiro que sempre guarda para essa ocasião. Acontece, então, que chove pela noite, o pobre levanta pelas 5h da manhã e vai lá. Chega e diz: “seu fulano, me arrume um legumezinho para eu plantar”. Ele responde: “trouxe a enxada para trabalhar?”. Ele [o agricultor] diz: “não”. O proprietário fala: “pois vá buscar que de tarde leva [as sementes]”. (ESPLAR, 2015)

A franqueza nas palavras do agricultor apresenta uma espécie de crueldade do que é depender de outrem para produzir seu próprio alimento, enquanto aponta, ainda, como isso se engendra às especificidades do *meio sertão*, onde “a chuva não espera”. Apesar de uma realidade dura, um sentimento de gratidão é também envolvido, pois, finalmente, o/a agricultor/a tinha as sementes em mãos para o plantio. Uma dívida moral era contraída. Em outras histórias, uma dívida material é, também, constituída, quando as sementes eram concedidas num sistema de empréstimo, antecedendo a prestação de serviços ou de entrega de produção. Barreira (1992, p. 24), tomando como referência as décadas de 1970 e 1980, discute que o sistema de dívidas, de forma abrangente, dificilmente poderia ser pago, e para ele este é um dos principais reforços à dependência:

O camponês não conseguir “pagar o fornecimento” pode ser um fator real e pode, também, ser forjado pelo dono da terra. Como o morador geralmente não tem controle nem do montante antecipado, nem do volume produzido, o proprietário diz que “transferiu a dívida para o próximo ano”, alegando que o “saldo da dívida não deu para cumprir o que foi adiantado”. Essa “transferência da dívida” é sempre uma porta aberta para todo tipo de manipulação. Serve para reforçar a “gratidão” que existe do camponês para com o dono da terra, e, com consequência, para aumentar o controle deste sobre aquele. É uma situação que será sempre lembrada, principalmente quando o camponês exigir algum direito.

Padre Holmes, em sua leitura sobre a situação das sementes e dos/as agricultores/as em Tauá/CE, apresenta uma narrativa bastante similar à de Barreira (1992):

Essa dependência era financeira, porque o pessoal às vezes pedia dinheiro emprestado e depois do tempo da safra tinha que vender tudo de volta para o patrão. Ficava naquele ciclo vicioso: pegava aquele dinheiro emprestado,

corria aquele juro, quando chegava o tempo da safra o que vendia só da dava para pagar o patrão, e às vezes, nem dava. Além disso era uma dependência do tempo. Porque lá em Tauá, e não só em Tauá, quando a chuva vem, o pessoal fica doido para plantar no primeiro dia. E quem não tinha semente, tinha que ir atrás, e às vezes tinha que trabalhar, dois, três dias pro patrão, pra ganhar a semente. Já quando iam plantar a terra não estava mais molhada. Perdeu-se a chuva. (ESPLAR, 1992, p. 14)

Nos termos de Stengers *et al.* (2016), é possível identificar uma verdadeira produção de vítimas ou de silenciamentos, o que corrobora a análise de Barreira (1992), para quem as dívidas, além do grau de dependência, produziam medo. No caso das sementes, o medo poderia ser compreendido como associado a não produzir, a não ter alimentos, trazendo, portanto, um aprofundamento na relação de dependência. São essas condições que, como apresenta Padre Holmes, motivavam o trabalho coletivo que acontecia nos sertões dos Inhamuns e de Crateús, e qualquer coisa que fosse “quebrando aquele cabresto curto, a gente trabalhava”. Quase que de forma lógica, complementa: “se o pessoal tivesse a semente, aí não precisava pedir dinheiro emprestado ao patrão. E aí poderia trabalhar com um pouco mais de liberdade” (ESPLAR, 1992, p. 14).

Todavia, “quebrar o cabresto curto” não é tarefa fácil, sobretudo em um contexto de vigilância e repressão no qual o Batalhão de Emergência⁷⁸ atuava desorganizando a ação coletiva:

O vigário de Tauá [Dom Frágoso] foi preso e expulso do país. Houve um inquérito da Polícia Militar em toda área. Cícero Santana foi preso na Várzea do Boi, trazido para Fortaleza e interrogado na Polícia Federal. Luizinha Camurça, Raimundo Freire, um bocado de gente na Serra Grande, em Poranga, passaram 50 dias presos em [19]73. Um tempo de muita perseguição. E os caminhos se fechando. Tinha gente que até queimou a Bíblia em Tauá. Com medo da polícia descobrir que tinha Bíblia em casa. Um clima de medo e repressão, não tinha mais espaço. (ESPLAR, 1992, p. 14)

Perseguição e prisões de religiosos e trabalhadores/as rurais e Bíblias sendo queimadas parecem cenas de filmes. Aqui, porém, representam esforços de contenções a quaisquer possibilidades de mudança fundiária. Nas análises de Martins (1984), a solução do governo militar pressupunha uma despolitização da luta pela terra, baseando-se em estratégias que impeçam qualquer transformação desta em uma luta política, sobretudo, em uma luta político partidária, que eventualmente poderia levar a disputas do Estado.

Em um cenário de tensão e identificada a necessidade imediata das sementes, os religiosos e os líderes sindicalistas chegaram à conclusão de que estava nelas o ‘gancho’

⁷⁸ Refere-se à ação do Exército, responsável por vigiar as obras da seca, assim como as organizações políticas.

para a luta. Nas palavras de Padre Homes, “a gente sonhava que a partir dessa luta das sementes se podia chegar a uma luta sindical. Porque os sindicatos eram pelegos naquele tempo” (ESPLAR, 1992, p. 15). As sementes eram compreendidas como bons pretextos porque representavam um problema anual real enfrentado pelos/as trabalhadores/as, a dependência das sementes do “patrão”. Ao mesmo tempo que havia uma espécie de verniz da neutralidade política, tratava-se de garantir alimentos, “legumes”⁷⁹, o que poderia funcionar como um disfarce à constante vigilância. Começaram assim as reuniões, todos os sábados, “num salãozinho discreto lá no Alto Brilhante, cada um trazia um pouquinho de feijão, de jerimum, o que tinha para partilhar na hora do almoço” (ESPLAR, 1992, p. 26). Nesses encontros se conversava “de tudo”, conforme relatos do Relatório de 1992: questões específicas sobre as sementes, onde consegui-las, como armazená-las; os desafios da seleção; a dificuldade de conseguir ferramentas; análises da conjuntura municipal; quem eram os “donos” da terra; o mapa fundiário da região; o Estatuto da Terra e suas obrigações.

Outra aliança com as sementes, além dos Bancos, foi uma ação de grande estímulo aos/as agricultores/as para o desenvolvimento de seus cultivos. Nos termos do relatório do Esplar (1992), “a campanha era plantar”. O objetivo da ação era garantir tanto a manutenção da posse pelos/as agricultores/as quanto a ocupação de terras por aqueles/as trabalhadores/as que não tinham nenhum tipo de posse e que estavam sendo dominadas por empresas vindas de Fortaleza/CE para a expansão da produção de caju. As Delegacias Sindicais⁸⁰ e a CPT, em parceria com a Diocese, compraram sementes de caju, algodão, milho e feijão e distribuíram aos/as agricultores/as. Além de incentivar os/as agricultores/as a plantar e colher alimentos a fim de garantir a “dignidade do povo”, a estratégia era dificultar eventuais despejos “porque à medida que elas [sementes e mudas] fossem chegando na idade de produzir, a empresa teria que indenizar o trabalhador antes de expulsar” (ESPLAR, 1992, p. 17). Segundo um dos líderes sindicalistas da região de Tauá à época, isso tornava mais cara a indenização, e que, em alguns casos, impediu que o processo de despejo ocorresse.

⁷⁹ Categoria presente no relatório e utilizada pelos/as agricultores/a da RIS Sobral para se referirem a variedades cultivadas nos roçados, tais como milho, feijão, fava, jerimum, batata doce e mandioca.

⁸⁰ São núcleos de trabalhadores/as sindicalizados/as que trabalham ligados às diretorias sindicais, ou não, conforme analisado na seção. São formadas nos distritos municipais e em propriedades rurais.

2.3.2 Práticas coletivas nos Bancos de Sementes: armazenamento e organização política

Iniciada a ação com as sementes, era preciso consegui-las, assim como criar as condições de armazenamento, empréstimo e devolução. Foi o delegado sindical do distrito de Barra Nova em Tauá/CE, referido no Relatório do I Encontro da RIS (1992) como Alexandrino, que conseguiu as primeiras sementes de “legumes” para os/as agricultores/as. As sementes foram compradas nos comércios locais em parceria com a Diocese de Crateús. O armazenamento, por sua vez, foi feito na casa de Alexandrino. Diversos Bancos foram criados depois nas Delegacias Sindicais, que eram o maior contato, naquele momento, com o “povão”. A gerência, na maioria dos casos, também ficava a cargo das Delegacias, embora alguns Bancos tenham sido estabelecidos nas comunidades. Contudo, é importante frisar que:

Essas três pessoas [da Delegacia e responsável pelo Banco de Sementes] não tinham só a finalidade de despachar sementes. Era para fazer tudo. Elas juntavam o grupo para discutir seus problemas, questão sindical e tudo. A questão da terra, a invasão, fazer defesa da posse da terra. A finalidade de ter quem coordenasse, era essa. *Não era só questão das sementes. Era a questão das lutas também.* (ESPLAR, 1992, p. 28) (destaques meus)

O instrumento comumente utilizado para controle do estoque nos Bancos era um caderno no qual se anotava o nome das pessoas e a quantidade de “legumes” que elas levavam; quando devolviam, também era anotado. Segundo o relato do agricultor Francisco da Silva, isso se dava envolvendo pouca burocracia (ESPLAR, 1999). Como apresentado por Padre Holmes no mesmo documento, isso era também uma estratégia, porque as pessoas não queriam se juntar, estavam com medo, e se houvesse exigências excessivas poderiam se afastar.

Chama a atenção no relatório a grande quantidade de menções às dificuldades de vasilhames adequados para guardar as sementes, tanto em casa, no armazenamento doméstico, quanto nos Bancos. No que se refere ao armazenamento doméstico, uma das passagens destaca como a indisposição de recipientes para acondicionar as sementes fazia com que elas perdessem a qualidade e não germinassem na hora do plantio (ESPLAR, 1992). Quando se iniciou a estratégia dos Bancos, o desafio também se apresentava, pois, embora conseguissem comprar as sementes, não havia financiamentos para os recipientes. As sementes, muitas vezes armazenadas em sacos, eram atacadas pelo gorgulho – também chamado de caruncho de grãos – e por borboletas. Para controlar possíveis ataques,

diversas estratégias eram utilizadas como colocar as sementes em galões adicionando uma última camada de cinzas e vedar a boca do recipiente com cera de abelha e o uso de “venenos” como gesarol⁸¹ sobre os sacos.

Em épocas de boas safras, os/as sócios/as do Banco chegaram a vender coletivamente parte das sementes para os comércios locais e utilizaram o dinheiro para a compra de zinco e produção de tambores para armazenamento. Além disso, conforme destacado em diversas passagens do Relatório (ESPLAR, 1992), havia uma grande dificuldade no momento de devolução das sementes. Dentre os motivos, pode-se destacar a improdutividade da safra, como foi o caso do ano de 1976 devido à seca intensa, e a compreensão por parte de algumas pessoas de que se tratava de “verbas do Governo”, então não era preciso devolver. Contudo, em momentos de safras produtiva, havia responsabilidade entre os/as sócios/as em devolver, inclusive com acréscimos, como apresentando em Esplar (1992).

Associado a isso, quando as sementes eram devolvidas, uma questão de ordem diferente entrava em cena: as variedades. No primeiro ano do Banco apenas uma variedade era emprestada, porém, na devolução, uma diversidade retornava. As sementes se misturavam nos vasilhames, porque se colocadas separadas em pequenas quantidades ficavam mais expostas ao gorgulho (ESPLAR, 1992). Essas variedades eram fruto de compras nos comércios locais, sementes do armazenamento doméstico e de sementes distribuídas pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Ceará (ANCAR-CE), hoje, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce)⁸². As variedades possuem suas especificidades, como o momento do inverno a ser cultivado, a hora de colher, os tipos de usos, e isso se esvaía quando eram misturadas no mesmo recipiente. No entanto, a diversidade que emergia também levantava curiosidade, às vezes, era uma semente que um/a agricultor/a nunca havia cultivado e passava a gostar, como é o caso do “feijão milagroso”, identificado no Relatório de 1992.

Os/as presentes no I Encontro da RIS também debatiam sobre o processo de seleção de sementes a serem armazenadas nos Bancos. Aí também surgiram controvérsias. Os relatos transitam entre não se importar – “[...] as pessoas achavam que em ser semente, tanto fazia ser de um jeito como de outro” –, assim como em “a semente a gente guarda na qualidade de plantar. Nós mesmos têm de 100 a 200 litros de milho do

⁸¹ Inseticida em pó, hoje proibido.

⁸² A ANCAR no Ceará foi criada em 1954 e a responsável pela distribuição de sementes através do Programa Hora de Plantar.

ano atrasado guardado. Esse milho é graúdo e está separado. O milho miudinho, a gente guardou noutro canto. Ninguém mistura” (ESPLAR, 1992, p. 25). Ambas as falas são do agricultor e Delegado Sindical à época Francisco da Silva. Elas chamam a atenção por se constituírem em processos coletivos de aprendizado, quando ele mesmo complementa: “hoje a gente vê que as pessoas estão ficando mais inteligentes nos compromissos, nos caprichos, e procuram selecionar uma semente melhor” (p. 25).

Os arranjos organizativos dos Bancos relatados no Relatório estão envoltos às dificuldades de uma ação que se iniciava em um momento que requeria cautela. Para se reunir era preciso se esconder dentro de “sangradouros de açude” ou nas matas, ou se juntar aos sábados em um “salãozinho discreto”. Além disso, foi levantada uma série de questões técnicas, como a mistura das variedades, a ausência de vasilhames para o armazenamento adequado, os processos de seleção e devolução. Paulo Tenório, agricultor e integrante da CPT, ao mesmo tempo, destaca:

Quais os resultados que isso trouxe? Ainda hoje continuam em algumas regiões os bancos de sementes. Houve uma maior preocupação com o associativismo [...] outro resultado que foi bom, é que o pessoal passou a se preocupar mais com a questão da seleção das sementes. Vão aparecendo sementes e o pessoal vai juntando, vai criando sementes novas e fazendo as seleções. Outra coisa que teve o resultado bom foi a discussão sobre o cooperativismo na nossa região. Além da questão sindical que foi muito forte. A nossa região hoje é uma região onde existe-se pode dizer – um sindicato cada vez, mais combativo e mais preocupado com as questões dos trabalhadores. Tanto as questões relacionadas à produção, como à comercialização, como também as questões da terra [...]. (ESPLAR, 1992, p. 17)

Nas análises de Padre Holmes sobre os resultados dos Bancos de Sementes, diversas complexidades são levantadas: “nós estávamos tentando resolver o problema da semente. Sem poder resolver o problema das terras, da chuva, das ferramentas, do financiamento” (ESPLAR, 1992, p. 16). Nessa lógica, para o religioso, os Bancos não foram realmente efetivos, porque a situação de miséria continuava e muitas pessoas eram obrigadas a migrar. Apesar do trabalho empenhado na região, os desafios eram muito maiores. Contudo, acrescenta:

Houve aumento da consciência. Nunca se falou só em sementes. Se falava na terra, na renda, em quem manda no município, na política, no sindicato. Tudo se misturando. Aliviou muito a situação de muitos trabalhadores. Os que souberam pegar 5 litros de feijão bom e plantar e ter uma boa safra, devolveram 10 litros, e com isso iam vivendo. [...] A raiz da luta sindical tá aí. Não é a única. Mas é uma raiz muito importante. E até da luta partidária. Depois disso muitos começaram a se lançar candidatos. Foi toda uma experiência de organização que levou os trabalhadores a quererem tomar o sindicato e a lançar

candidatos a vereador, pra ocupar os espaços políticos e sindical. (ESPLAR, 1992, p. 16)

Na já referida carta do agricultor Antônio Sabino, os resultados dos Bancos também são apresentados:

O Banco de semente começou por meio destas pessoas que andam fazendo reunião. Então, viram as necessidades das famílias pobres que comentavam a situação nas faltas de inverno e quando chegava o outro inverno não tinha alimento para plantar. [...] Então, esse pessoal, sabendo que os pobres sofriam por estas partes, conseguiram o banco de sementes para facilitar. Eu mesmo achei muito bom. Isso porque tomei emprestado cinco litros de milho para dar oito mais. Destes 5 litros, colhi mais de mil litros porque aproveitei as primeiras chuvas e, por isso, estou muito satisfeito com estas orientações deste pessoal que procura ajudar o pobre. Eles também nos trazem uma Lei da Renda⁸³ e o Estatuto da Terra, que nos orientam muita coisa.

As palavras do agricultor, mais uma vez, trazem a combinação da fertilidade do solo que consegue combinar sementes e política, no qual se colheu mais de “mil litros” orientados por direitos sociais, como é o caso do Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, e não somente pelas regras empreendidas pelo “patrão”. A partir dos relatos dos/as sócios/as da RIS Sobral proferidos nos dias de hoje, os Bancos de Sementes trouxeram “autonomia das sementes do patrão”. Portanto, ainda que grande parcela de terra ainda esteja sob domínio dos “patrões”, conforme debatido ao longo deste capítulo, mudanças se manifestaram, nos termos de Barreira (1992). É importante ter em mente que não depender das sementes do “patrão” não era uma escolha e que o Banco abria essa possibilidade, apesar do medo que envolvia o contexto da década de 1970 e do receio das retaliações dos “patrões” devido aos/às trabalhadores/as estarem se aliando a Sindicatos, Delegacias e Padres comunistas. No trabalho de Barreira (1992, p. 24), um dos seus interlocutores, rememorando às lutas no campo da década de 1970, destaca que “se não fosse o medo a gente já tinha mudado muita coisa”.

O Banco foi um vínculo de autonomia, quando historicamente o “patrão” foi quem representava, ainda que de forma controversa, qualquer possibilidade do/a trabalhador/a ter liberdade: era preciso pertencer a algum “patrão” para *ser*. Para Stengers (2015, p. 181), a autonomia envolve “conferir provas por vir, de criar espaços de fazer sentir, pensar e ousar dizer [...] de maneira a tornar perceptível e legítima a heterogeneidade dos modos

⁸³ Nas palavras de Pedro Jorge, técnico do Esplar hoje e à época: “era o folheto a “lei da Renda” produzido pela Diocese de Crateús que tinha em versos o Estatuto da Terra, orientando os trabalhadores sobre como deveriam se organizar para lutar pelo pagamento de uma renda mais baixa pelo uso da terra” (ESPLAR, 1992, p. 19).

de engajamento de cada um, e daquilo que eles se sentem capazes”. Assim, conforme destacado por Padre Holmes, ainda que de forma precária porque o arranjo da terra não foi profundamente modificado, os Bancos permitiram outras formas de se relacionar com as sementes. A constituição desses vínculos e, sobretudo, a qualidade desses laços possibilitou outras formas de *fazer ser*, de aprender e ser afetados/as por eles, de reconhecer os limites impostos, assim como a possibilidade de constituir e lutar pelo *meio* adequado para novas práticas (LATOUR, 2015). Práticas já iniciadas pela coragem de frequentar o Alto Brilhante, de tomar emprestadas sementes que não pertenciam aos “patrões”, enquanto grande parte da vida se associava a eles.

Por fim, outro ponto merece ser ressaltado: se uma das raízes da luta sindical é identificada nas ações com os Bancos de Sementes, os STTRs permanecem sendo um dos laços fundamentais na manutenção dos Bancos ainda hoje. Conforme destacaram os/as sócios/as da RIS Sobral: “onde os STTRs são fortes, as Casas de Sementes são fortes”.

2.3.3 A carta de Antônio Sabino: sementes, criação do Esplar e a assistência técnica “convencional”

Ao longo da pesquisa e do trabalho de campo, a política pública cearense a Hora de Plantar foi diversas vezes suscitada. Durante as conversas com os/as sócios da RIS Sobral, por exemplo, essa política era tratada como algo distante. Perguntas feitas por mim como “você possui acesso a outros tipos de sementes?” eram respondidas de forma quase desinteressada como: “tem o Programa Hora de Plantar”. A narrativa compartilhada entre os sócios/as era a ironia de que embora a política pública possua tal nome, as sementes distribuídas recorrentemente chegavam atrasadas, mesmo sabendo que a “chuva não espera”. Esse atraso persistente instaurou ao longo do tempo uma espécie de descrédito em relação à política⁸⁴.

A política pública Hora de Plantar faz parte dos arranjos da modernização da agricultura no Ceará e foi criada em 1987, com o nome de Arrancada da Produção. Na seção anterior apresentei como é possível identificar, com base no Relatório do I Encontro da RIS, que em alguns casos a não devolução de sementes aos Bancos estava associada ao fato de os/as envolvidos/as identificarem-nas como “do governo”. “Vamos comer e

⁸⁴ Vale destacar que outras políticas, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Bolsa Família, são tidas como políticas que “mudaram a vida para melhor”, nas palavras dos/as agricultores/as da RIS Sobral.

gastar isso. É nosso mesmo, não precisa devolver não” (ESPLAR, 1992, p. 20). Em parte, essa compreensão se refere ao programa Arrancada da Produção e, também, a ações mais generalistas que, diante das secas intensas, por exemplo, faziam chegar doações de sementes aos STTRs, o que se dava de forma completamente esporádica. No relatório, os/as agricultores/as avaliam o Programa de forma ampliada, estendendo a análise à atuação da ANCAR-CE. Segundo o agricultor e sindicalista Paulo Tenório, a prática era baseada em assistencialismo, em apenas transferir as sementes, o que causava dificuldades ao trabalho coletivo em curso. Segundo o relato do agricultor Raimundo Januário, a ANCAR-CE não se associava ativamente aos Bancos de Sementes porque “eles queriam mais que a seleção fosse feita por eles [a partir das sementes compradas pelo Governo do estado do Ceará] e não queria muito considerar as sementes que a gente tinha na localidade” (ESPLAR, 1992, p. 26). De acordo com os/as agricultores/as da RIS Sobral, isso ainda permanece, sobretudo pela divisão que os/as técnicos/as da Ematerce estabelecem entre grãos e sementes, colocando no campo dos grãos as sementes que os/as agricultores/as manuseiam e armazenam, enquanto sementes são as distribuídas pelo Programa Hora de Plantar. Isso é inaceitável para os/as agricultores/as da Rede, que revidam: “grão é a semente deles”.

Historicamente, os/as agricultores/as acessaram os grãos da ANCAR-CE. O primeiro motivo, obviamente, é plantar, que além de garantir a produção de alimentos em momento de chuva oportuna, promove também a constituição de estoques. Vale destacar o caso do Milho Ibra, um híbrido⁸⁵ distribuído pela Empresa de assistência técnica na década de 1980, que em processos cumulativos de plantio, armazenamento e seleção manteve sua qualidade reprodutiva. Outras sementes da ANCAR-CE também foram incorporadas aos fluxos dos Bancos, conforme coletado em campo, como é o caso do Feijão da ANCAR (distribuído na década de 1980) e do Milho Baé (proveniente de uma distribuição de 1992). Tanto a campo, quanto no Relatório do I Encontro da RIS, há relatos, além do uso para plantio, de que as sementes “do Governo” eram utilizadas como alimento, sobretudo nos momentos de seca. Na conversa com um agricultor da comunidade de Cacimbinha, Forquilha/CE, ele rememora que as sementes vinham

⁸⁵ Sementes melhoradas pelo cruzamento de raças, visando a características pré-definidas, podem ser armazenadas e cultivadas em safra posterior, porém perdem o “vigor híbrido”, uma vez que as características das sementes não são completamente repassadas (MAGNAVACA; PARENTONI, 1990).

“rosas”, tratadas com “venenos”, e que para comê-las era necessário “escaldá-las primeiro”.

As sementes distribuídas, hoje, pela Ematerce, são ainda “rosas” e abrem chaves de leitura sobre o processo de modernização da agricultura desencadeado desde o golpe de 1964. A entrevista realizada com a agrônoma e ex-assessora do Esplar, Elzira, abre pistas de como isso ocorreu no Ceará. Ela destaca que durante sua graduação em Agronomia na década de 1970 na Universidade Federal do Ceará (UFC), o ensino era voltado ao processo de mecanização da agricultura, ao uso de agrotóxicos e de adubos químicos e da implementação de monoculturas, tendo como eixo orientador a Revolução Verde (cf. PATEL, 2012). Elzira, à época, estudante da UFC, já participativa de um grupo de agricultura alternativa⁸⁶, “como eram chamados à época”, destaca. Segundo a interlocutora referências importantes eram, por exemplo, a atuação da Associação dos Agrônomos de São Paulo e a luta pelo receituário agrônomo⁸⁷. Em entrevista concedida à edição comemorativa dos 40 anos do Esplar, Elzira destaca que a “a faculdade tinha horror da gente”, rememorando um caso em que convidaram José Lutzenberger⁸⁸ para compartilhar com os/as estudantes os malefícios do uso de agrotóxicos. Em nossa conversa, ela destacou como se construía pelos/as professores/as um discurso de desqualificação de fazeres e conhecimentos que se contrapusessem ao modelo da Revolução Verde, eles/as diziam, relembra, que “compostagem e diversificação da produção eram brincadeiras de jardim”.

Se Elzira pôde experienciar a agricultura alternativa ainda na sua graduação, a história do assessor do Esplar, Pedro Jorge, na UFC, no começo da década de 1960, é diferente. A partir de nossas conversas e seguindo as pistas da entrevista concedida à edição comemorativa acima referida, Pedro Jorge em suas lembranças de juventude, considerava-se um “cara de direita”, “no mínimo conservador”, porém, reitera que esteve engajado em uma série de lutas através do Diretório Central do Estudantes (DCE) e da Juventude Universitária Católica (JUC). O técnico recorda como a vida na Universidade

⁸⁶ Trata-se de um movimento de contraposição ao modelo de agricultura promovido pela Revolução Verde. O tema é discutido em detalhes no Capítulo III.

⁸⁷ É o documento emitido por um engenheiro agrônomo, no qual se preconiza o recurso terapêutico, preventivo ou curativo para esclarecer e orientar os/as agricultores/as sobre como proceder ao utilizar agrotóxicos e/ou outras medidas da defesa sanitária vegetal. Foi constituído como parte da luta contra os agrotóxicos e seus malefícios na década de 1970, envolvendo técnicos/as, agrônomos, agricultores/as e ambientalistas (ALVES FILHO, 2000).

⁸⁸ Agrônomo, ambientalista e um dos pioneiros do movimento ecológico brasileiro. Uma de suas importantes obras é o livro *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*, publicado em 1976.

se transformou após o golpe de 1964 e como chegou a ser intimado pela UFC por ter participado de um Congresso dos Estudantes de Agronomia, “como se isso fosse qualquer coisa de mal” (ESPLAR, 2015, p. 12). Em seus tempos de estudante, Pedro Jorge explica que no Ceará a Revolução Verde ainda não era presente, embora já houvesse ensino sobre o uso de defensivos, como eram chamados os agrotóxicos, me explicou. Foi em seu mestrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV) que ele se deparou com o “pacote verde”, em suas palavras.

De volta ao Ceará, dedicou 10 anos de sua atuação na ANCAR receitando “veneno e adubação”, “um agrônomo absolutamente convencional”, ele afirma. Nas suas viagens aos municípios e comunidades cearenses, Pedro Jorge conheceu formas diferentes de fazer e apoiar a “pequena produção”. Dentre as experiências, ele destaca o trabalho da Paróquia de Aratuba/CE⁸⁹. Como discutido em Beserra (2002), na região de Aratuba/CE, padres e bispos de uniram em uma peregrinação de sítio em sítio para conviverem mais próximos aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as, incentivando reuniões e organização política. Dentre os principais temas dos momentos coletivos estavam as discussões da produção e, então, divisão da renda com os “patrões”. Na região ainda não havia sindicatos devido à ameaça constante dos “patrões” de expulsão dos/as agricultores/as em caso de filiação ou envolvimento. Assim, a Igreja tinha um papel fundamental na luta camponesa, como também identificado em relação aos sertões de Crateús e dos Inhamuns. Diferente do que se percebe em Tauá/CE a partir do relatório (ESPLAR, 1992), os/as técnicos/as da ANCAR tiveram importante papel, apoiando as organizações populares de Aratuba/CE, sobretudo no que se refere à criação do STTR, fundado no ano de 1970 pela atuação das agriculturas, que entendiam que contra elas os “patrões” “nada podiam fazer” (BESERRA, 2015, p. 63).

Na avaliação de Pedro Jorge e, especialmente, a partir da proximidade com o trabalho da Paróquia de Aratuba/CE, sua concepção de agricultura e de produção foi se transformando:

Foi preciso eu chegar a perceber que cada vez mais a produtividade não crescia. Enquanto eu recomendava 10 quilos de fungicida e 10 litros de inseticida, no total de 20 para cada hectare, eles [técnicos das ANCAR] já tinham dobrado isso para 40. Doenças e pragas que no meu tempo, não apareciam, estavam aparecendo. Os agricultores estavam gastando mais. (ESPLAR, 2015, p. 14)

⁸⁹ Localiza-se na mesorregião Norte cearense, dista 132 km de Fortaleza/CE e 198km de Sobral/CE.

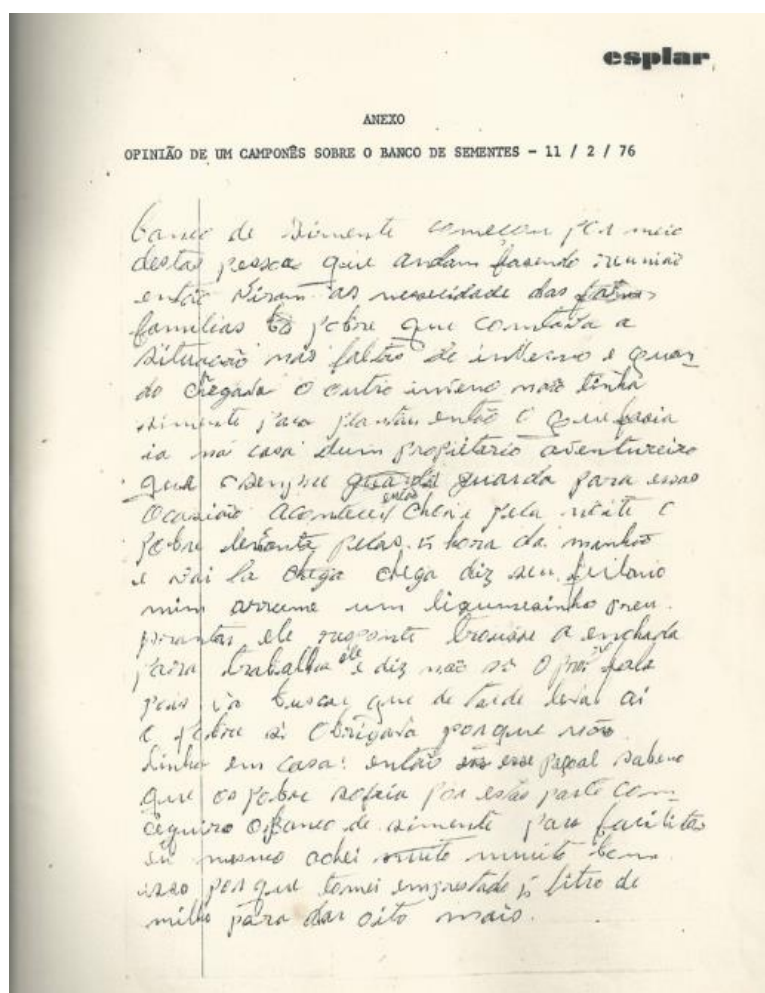
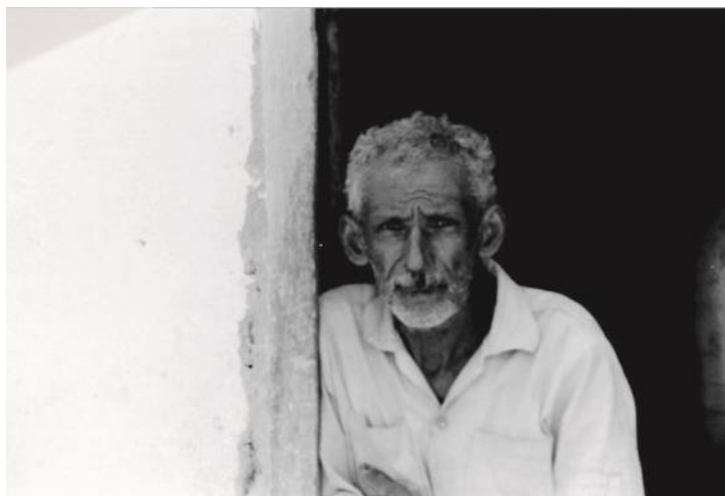
Os aprendizados em Aratuba/CE e a relação que ali já existia com a cooperação internacional, devido à atuação da Igreja, como é o caso da Oxfam⁹⁰ e da Embaixada do Canadá, abriram novas possibilidades. Na entrevista concedida em Esplar (2015), Pedro Jorge apresenta que o primeiro-secretário da embaixada canadense, que acabou se tornando um amigo dele, era um entusiasta da ideia de criarem uma ONG, e “aí começou desde 1972 meter isso na minha cabeça” (p. 15). Em 1974 a porta do Esplar no município de Fortaleza/CE foi aberta, não como uma ONG, mas como um escritório, o Escritório, de Pesquisa, Planejamento e Assessoria em Desenvolvimento Rural, uma estratégia, como me explicou Pedro Jorge, para não chamar a atenção dos militares.

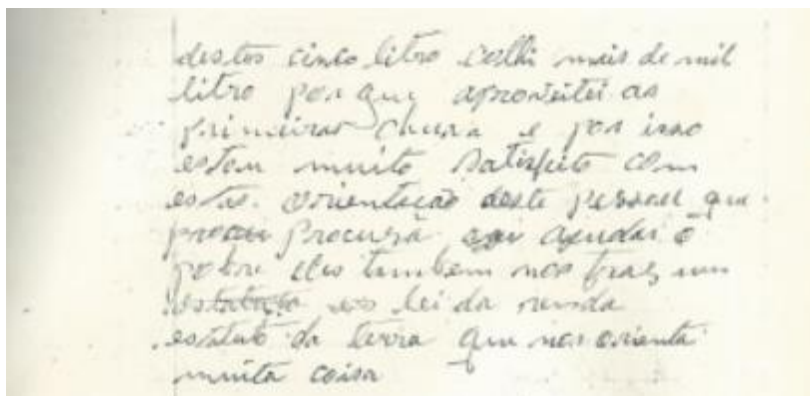
O primeiro trabalho realizado pelo Esplar foi a avaliação do Projeto “Educação Pré-Cooperativista”, desenvolvido pela Diocese de Crateús/CE em várias de suas paróquias, que tinha entre as ações a constituição dos Bancos de Sementes. A visita do Esplar à Diocese de Crateús/CE foi a oportunidade na qual o agricultor Antônio Sabino escreveu a carta ao Esplar contando sobre a importância do Banco de Sementes em sua vida, conforme apresentada anteriormente e abaixo na íntegra. Como colocado no Capítulo I, uma das perguntas iniciais que Pedro Jorge me fez quando conversamos foi: “você viu a carta escrita de próprio punho pelo Antônio Sabino e enviada ao Esplar em 1976?”. Respondi: “infelizmente não vi a original, mas a reproduzida no site”. E ele acrescentou: “é ali que estão todas as suas respostas sobre as sementes, sindicalismo”. Em outro momento, quando conversei com o professor César Barreira, ele me disse, “é Pedro Jorge quem sabe toda essa história, converse com ele o máximo que puder”.

Abaixo reproduzo a carta disponível no *Facebook* do Esplar, dividida em duas partes, acompanhada de uma fotografia do agricultor feita por Pedro Jorge:

⁹⁰ Organização fundada na Inglaterra em 1942 no contexto da Segunda Guerra Mundial. Atualmente está presente em mais de 70 países. Para maiores informações, ver: <https://www.oxfam.org/en/our-history>. O tema da cooperação internacional será objeto de discussão do Capítulo III.

Foto 8. Antônio Sabino, sua carta e a década de 1970 nos sertões do Ceará





Fonte: Facebook do Esplar.

A carta de Antônio Sabino reúne as muitas lutas que os Bancos de Sementes conseguiram conectar a partir da década de 1970, a autonomia das sementes dos “patrões”, o reconhecimento de direitos sociais no campo, as restrições impostas pela seca, a concentração das terras, a criação dos sindicatos, a parceria com padres e bispos populares. Se os “Bancos caíram e se ergueram muitas vezes”, conforme grafado no Relatório de 1992, a presença deles, assim como as lutas associadas, são iminentes à vida cotidiana das comunidades, conforme experienciei com os sócios/as da RIS Sobral.

A história dos/as técnicos/as do Esplar, como Ezira e Pedro Jorge, permitem capturar alguns elementos da modernização da agricultura no Ceará, sobretudo, de como ela foi incutida ainda quando eram estudantes, transformando-os/as em profissionais, “conservadores” ou “convencionais”, como destacado por Pedro Jorge, que defensor da agroecologia hoje, receitava agrotóxicos nos seus primeiros anos de trabalho⁹¹. Ao mesmo tempo, traz à tona dois elementos fundamentais do processo de resistência a este tipo de agricultura. Primeiro, o encontro de técnicos/as convencionais com o trabalho conduzido por bispos e padres populares que possuíam uma compreensão distinta de agricultura e, também, da vida camponesa, como apresentado pela atuação do Bispo Dom Frágoso, do Padre Holmes e da paróquia de Aratuba/CE. Para Pedro Jorge, essa última é definidora de um senso crítico e político adquirido por ele. Segundo, a emergência da agricultura alternativa, que Elzira experimentou ainda na UFC, e que por meio de um movimento de caráter nacional, conforme discutido no Capítulo III, fomentou novos vínculos na ecologia das práticas das Casas de Sementes.

⁹¹ Vale destacar que a luta contra o uso de agrotóxicos pelo movimento ambientalista na década de 1970 no Brasil é um dos importantes elos do movimento da agricultura alternativa e do que virá a se conformar como movimento agroecológico. Para uma discussão aprofundada, ver Luzzi (2007).

2.4 Aprendizados ou para seguir pensando

Ao longo deste capítulo busquei levantar discussões sobre o meio que as Casas de Sementes habitam, destacando as relações assimétricas de distribuição de poder que limitavam, por exemplo, que os/as agricultores/as cultivassem os roçados no período das chuvas, porque precisavam previamente trabalhar para o “patrão” para então acessar as sementes. As assimetrias começaram a aparecer nesta pesquisa a partir da tentativa de compreender como os/as sócios/as da RIS Sobral identificam a importância das Casas de Sementes e a promoção de autonomia. Essas conversas trouxeram para o centro do debate a personagem do “patrão” – especialmente, as “terras do patrão” – e a história dos primeiros Bancos de Semente, conduzindo a tese à década de 1970 nos sertões de Crateús e dos Inhamuns, ao município de Tauá/CE e à atuação da Igreja Católica e do movimento sindical rural. Se hoje grande parte dos/as sócio/as da RIS Sobral ainda vive em “terra de patrão”, a emergência dos Bancos também só pode ser compreendida por meio das relações com a terra e com os “patrões”.

Insere-se nesse contexto uma dimensão sutil, o controle da ecologia da produção da vida pelos “patrões”, uma vez que, ainda que assimetricamente, eles também permitiam o acesso à terra, água, sementes e trabalho aos/às agricultores/as. Ambiguidade que também é parte das características do “patrão”, quem ajuda e, ao mesmo tempo, “não deixa”.

Vale destacar também a atuação do Estado. Não se trata de “patrões” agindo individualmente, e sim com respaldo do Estado e, muitas vezes, ocupando-o. Isso é identificado tanto no período do chamado “coronelismo”⁹² quanto no uso de infraestruturas e serviços públicos de abastecimento de água de forma privada (MELO, 2015; PIETRO, 2019; MENESES, 2018). Ao mesmo tempo, é perceptível as transformações que a presença do Estado aporta nas “terras do patrão”, a partir da década de 1960/1970, sobretudo, na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e no reconhecimento de direitos sociais no campo. Como discute Barreira (1992) novos intermediários vão se associando à vida dos/as agricultores/as, possibilitando, inclusive, que eles/as representem a si mesmos/as frente ao Estado e na sociedade de forma mais ampla, o que esteve por um longo período dominado pelos “patrões”.

⁹² O coronelismo não se encerrou no século XIX: estende-se aos dias de hoje, ainda que revisto, como indicado pelo ex-assessor da Cáritas Erivan nas análises sobre a região de Sobral/CE.

Com base em Stengers (2005; 2017), essas constatações implicam que a ecologia das práticas não pode ser apreendida independentemente do seu meio. Isso não significa dizer que o meio ‘tenha poder’ ou condições determinísticas, mas que os envolvimento possíveis dos/as agricultores/as com a água, com a terra, com as sementes e com os “patrões” implicam formas distintas de estar vivo. As condições eto-ecológicas dessa ecologia das práticas são assim conformadas *em meio* às assimetrias vividas, inclusive por uma espécie de ‘ausência’ de meio, expressa pela “falta de terra”, “falta de semente” e “falta de água”.

O uso de uma abordagem ecológica para pensar as relações de poder se revela importante para a análise, sobretudo, quando o acesso à terra, analisado a partir do trabalho de campo e das memórias sobre a criação dos primeiros Bancos de Sementes, aponta limites e possibilidades de reprodução da vida. No âmbito das “sementes do patrão” isso se torna evidente, uma vez que para acessá-las era preciso “trabalhar primeiro para o patrão”. Para se alimentar é preciso, antes, trabalhar. Contudo, o desenvolvimento das sementes como o feijão e o milho nos roçados precisa de água e de chuva, no caso da região semiárida, e a “chuva não espera”. A não formação dos roçados anunciava problemas para a próxima safra, a falta de sementes e o ter que trabalhar para o “patrão” primeiro e só depois acessá-las.

A falta de sementes ou “naquele tempo não tinha semente nenhuma para plantar” é compreendida nessa ecologia de relações assimétricas combinando terra, água e trabalho. Além disso, outra delicadeza entra em jogo: mesmo quando os/as agricultores/as conseguiam plantar e colher, em situações de fome acabavam usando as sementes como alimento, diminuindo seus estoques domésticos de sementes. Isso era agravado nos períodos de seca prolongada, quando durante várias safras se tornava inviável plantar, devido à restrição de água, seja da chuva, dos cursos hídricos ou dos reservatórios.

A partir dessa ecologia, a emergência das Casas de Sementes, ou dos Bancos, como chamados à época, não se propôs a resolver a indisponibilidade das sementes em si, mas a utilizá-la como uma espécie de caleidoscópio, no qual aquele problema “real anual enfrentado pelo trabalhador” pudesse ser solucionado e passasse, ao mesmo tempo, a ser visto na sua condição relacional e nas formas desiguais de distribuição de poder. Isso permite compreender por que, a partir dos Bancos, temas como acesso à terra, pagamento da renda, concentração fundiária e controle dos “patrões” sobre os sindicatos, foram emergindo.

O arranjo complexo que foi colocado aos Bancos talvez explique o porquê de Padre Holmes, na década de 1970, não os considerar efetivos. Apesar de gerarem soluções para as sementes, outras batalhas não puderam ser travadas, como o acesso à terra e à água. No entanto, o armazenamento coletivo abriu novas ações e debates, como também aponta o Padre, tais como o fortalecimento sindical e a continuidade de alguns destes Bancos, além do espraio deles para outras regiões.

Como parte do processo de compreensão da ecologia das práticas das Casas de Sementes, as conversas e aprendizados com os/as agricultores/as da RIS Sobral, assim como os assessores/as da Cáritas e do Esplar, requereram uma compreensão aprofundada das relações ecológicas e de poder que compõem o meio, sendo o próprio Esplar constituído a partir de tais referências. Ao mesmo tempo, a ecologia das práticas da qual as Casas são parte não é um mundo coeso, mas, ao contrário, precisa seguir lidando com as “terras do patrão” e com as assimetrias ainda em curso e que irão reaparecer, inclusive, ao longo de toda a tese.

Ao evidenciar as condições etoecológicas, o debate aqui proposto aponta para as limitações do habitar este meio e, ao mesmo tempo, reitera as novas formas de habitá-lo que foram sendo constituídas, seja pelas inflexões colocadas, como a luta por direitos sociais, evidenciada pelo Estatuto da Terra e pelo do Trabalhador Rural, ou pela garantia de sementes à cada safra através do armazenamento coletivo. Seguindo as “terras do patrão”, a organização dos Bancos na década de 1970 e o que Barreira (1992) discute sobre o “mundo de dentro”, aquele limitado pelo mandonismo do “patrão”, parece-me que o fazer nas Casas de Sementes é uma das possibilidades de transbordamento por meio da constituição de outros vínculos, que se iniciam ainda na década de 1970, com a Igreja, os STTRs e com os próprios Bancos, mas não param aí, como será discutido no capítulo seguinte. Nessa tecitura ecológica e na presença de assimetrias ainda hoje existentes, a “autonomia das sementes do patrão” vai ganhando corpo, colocando na ordem dos dias as transformações e tensionamentos do próprio meio e das capacidades de se revelar diante dele.

CAPÍTULO III

UM EMARANHADO DE VÍNCULOS E AS NOVAS FORMAS DE SER E HABITAR DAS CASAS DE SEMENTES

Dedico-me neste capítulo a analisar a tecitura de múltiplos vínculos que passaram a se conectar, a partir da década de 1980, às Casas de Sementes, ampliando o acesso dos/as agricultores/as a materiais destinados ao plantio, que até então estavam, em boa medida, sob o controle dos “patrões”.

O processo de redemocratização política do país, sobretudo a partir da Lei de Anistia, promulgada em agosto de 1979, abriu novas possibilidades de ação, com o retorno de pessoas do exílio, o enraizamento de diversas iniciativas de educação popular e organização de base, a criação de organizações da sociedade civil, especialmente as de desenvolvimento rural, e a criação e circulação de novas ideias e ideais. Nessa ótica, fica evidente que para apreender a ecologia de práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral foi necessário um debate ampliado, extrapolando as ações exercitadas em um contexto mais local. Não se trata de criar uma dicotomia entre local e global, pois como abordado ao longo do capítulo essas dimensões são vividas de forma complementar na ecologia das práticas das Casas de Sementes.

É importante frisar, ao mesmo tempo, que os laços com as lutas pela democratização, o trabalho de base, a atuação de setores progressistas da Igreja Católica e com a criação de organizações da sociedade civil, não emergem inerentes ao armazenamento coletivo de sementes. Como parte de um escopo de atuação ampliada, estes laços ganham, na verdade, contornos e significados próprios quando vão sendo tecidos na ecologia de práticas das Casas de Sementes. Compreendo-os, assim, como vínculos longos que ao serem emaranhados às Casas de Sementes ganham cores, espessuras e texturas particulares.

Detenho-me a analisar três dimensões que, ainda que singulares, estão fortemente articuladas – as tecnologias alternativas; a ação em rede, enquanto uma proposta metodológica e de atuação coletiva; e a entrada das biotecnologias e da biodiversidade na temática das sementes. Tomando-as como referência, devido aos relatos encontrados a campo, aos documentos e entrevistas que subsidiam a tese, e percorrendo a década de 1980 até os anos 2010, o capítulo buscou registrar os vínculos que vão sendo incorporados, então, à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral.

Como já ressaltado, além de deslocamentos temporais, o emaranhado de laços aqui em análise obriga, também, a deslocamentos espaciais. Seria pretencioso dizer que esses novos arranjos reformulam as assimetrias do meio no qual a ecologia das Casas de Sementes em análise se insere. Contudo, é possível afirmar que a partir dos vínculos criados e das novas relações de interdependência estabelecidas, transbordando relações circunscritas às terras do “patrão”, outras possibilidades de questionamento sobre as formas de viver e habitar o Semiárido cearense são suscitadas, reforçando a autonomia em relação às “sementes do patrão”.

3.1 Agricultura, tecnologias alternativas e as conexões com o armazenamento coletivo

Pedro Jorge, assessor e fundador do Esplar, pondera que para compreender o trabalho dos Bancos de Sementes no Ceará é preciso retornar à década de 1970 e às ações promovidas pela Diocese de Tauá/CE nos sertões de Crateús e Inhamuns. Sob essa mesma ótica, quando se trata da emergência da agricultura alternativa, Petersen e Gomes de Almeida (2006) destacam como a Igreja Católica, com a presença de Dioceses progressistas, das CEBs e do trabalho da CPT, foram fundamentais na dinamização de práticas de uma agricultura mais alinhada à realidade dos/as pequenos/as agricultores/as. A criação dos primeiros Bancos de sementes, para além de suas dimensões no que diz respeito à organização política deste campesinato, pode ser lida também sob essa ótica. Vale lembrar que técnicas agrícolas foram, também, disseminadas pela ação das CEBs, dos STTRs e da CPT, como a adubação orgânica, os adubos verdes e outras práticas de conservação do solo, o uso e valorização de plantas medicinais e o controle biológico para insetos e doenças (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

No contexto brasileiro, a emergência da agricultura alternativa teve início ainda na década de 1970, fortemente associada às denúncias dos malefícios causados pelos agrotóxicos à saúde humana e ao ambiente. A partir da década de 1980, este movimento ganha uma maior organicidade. Um dos destaques foi a realização, em 1981, do 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBBA)⁹³ em Curitiba/PR (LUZZI, 2009).

⁹³ A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) foi um dos importantes atores coletivos na organização do Encontro. A Federação teve uma atuação importante no âmbito da promoção da agricultura alternativa entre os estudantes de agronomia. Nas conversas com a ex-assessora do Esplar, Elzira, ela compartilhou comigo como sua aproximação com a agricultura alternativa, ainda na graduação de Agronomia, deu-se pela atuação da Feab.

Como explica Landim (2002), não foi ao acaso esse novo tipo de engajamento, evidenciado a partir da década de 1980. A autora discute que diversas pessoas e entidades, sobretudo aquelas com tendência ‘à esquerda’, que estiveram silenciadas durante a Ditadura militar por meio de perseguições, prisões ou clandestinidade, avistaram novos delineamentos com os processos da abertura democrática, especialmente a partir da Lei de Anistia promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, em agosto de 1979. A ‘chegada’ desses novos atores “especialistas na política e também com disposição para uma profissão militante” (LANDIM, 2002, p. 228) contribuiu para o adensamento do “trabalho de base”, de “educação popular”, de “promoção social” que já vinha sendo realizado pelas CEBs, por alas progressistas da Igreja Católica e pelos Centros (que posteriormente passaram a ser identificados como ONGs).

Petersen e Gomes de Almeida (2006, p. 18) corroboram as análises de Landim (2002) e ressaltam:

Embora as práticas de experimentação voltadas para fazer frente aos problemas produtivos e econômicos vivenciados pelas famílias de produtores tenham se disseminado na década de 1970, sobretudo como expressão da capacidade de iniciativa das CEBs, a construção sistemática de uma agricultura alternativa ao modelo da Revolução Verde só veio a se delinear nos primeiros anos da década de 1980, a partir do encontro dessas dinâmicas locais inovadoras com um setor mais intelectualizado da sociedade que vinha elaborando uma crítica aos processos de transformação da agricultura no país.

Os autores discutem, ainda, como essa nova agricultura vai se encorpando através dos centros de pesquisa que se detinham a pensar tecnologias distintas daquelas disseminadas pelo pacote da Revolução Verde. Destaca-se o trabalho da Embrapa⁹⁴ no desenvolvimento de tecnologias de fixação biológica de nitrogênio no cultivo de espécies leguminosas, os avanços associados ao controle biológico da lagarta da soja e as pesquisas envolvendo a utilização da adubação verde realizadas por diversas instituições de pesquisa no Centro-Sul do Brasil.

Em 1983, após um período marcado por um esforço de identificação e sistematização de experiências em agricultura alternativa, envolvendo assessorias técnicas e diferentes organizações locais com atuação junto aos pequenos/as agricultores/as, foi inaugurado o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado

⁹⁴ Destaca-se a atuação da Embrapa Agrobiologia, à época identificada como Unidade de Pesquisa em Biologia do Solo.

institucionalmente à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)⁹⁵. De forma ampla, o escopo da ação do PTA partia do pressuposto de que os/as agricultores/as deveriam se constituir como agentes de “transformação social” e de que o “conhecimento popular” por eles/as produzidos precisava ser valorizado pelos/as técnicos/as (PETERSEN; GOMES DE ALMEIDA, 2006, p. 20). O Projeto contou com equipes locais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Todavia, havia uma espécie de diferenciação entre esse segmento mais intelectualizado que compunha a chamada ‘assistência técnica’, cuja formação tinha por base conhecimentos produzidos pelas universidades e centros de pesquisa, e os conhecimentos práticos dos/as pequenos/as agricultores/as, propiciou, nas palavras dos autores, um encontro de mundos.

Ao longo desta seção busco reconstituir algumas das tensões presentes no encontro entre esses mundos, tendo como fio condutor o modo como a problemática das sementes foi sendo incorporada à agenda do PTA, considerando, sobretudo, a atuação do Esplar no campo das tecnologias alternativas junto às comunidades rurais no Ceará.

3.1.1 A ONG Esplar no país de São Saruê

A agrônoma e ex-assessora do Esplar, Elzira, é uma importante interlocutora deste capítulo, especialmente por ter atuado, a partir dos anos 1980, como responsável pelas ações desenvolvidas pelo Esplar relacionadas à agricultura, às tecnologias alternativas e aos Bancos de Sementes. Ela é reconhecida na ONG como uma guardiã da memória desse período, de quando os Bancos se tornaram parte da ação da entidade. Logo no início da nossa conversa, Elzira destacou que é preciso entender as especificidades das ações nas quais ela esteve envolvida enquanto integrante do Esplar. O “trabalho da década de 1970, era no tempo da Ditadura, era uma forma de conseguir chegar nas pessoas, quando o Esplar entrou nessa história [das sementes], em 1988, 1989, já é outro contexto”, me alertou.

O acervo da biblioteca do Esplar foi fundamental nesse exercício de aproximação com a trajetória do trabalho com as sementes e na identificação dos vínculos que foram se associando à ecologia das práticas aqui investigada. A fim de facilitar a leitura,

⁹⁵ Foi criada em 1961 e ancorou uma série de projetos de entidades que depois se tornariam ONGs (LANDIM, 2002). Maiores informações sobre a Fase estão disponíveis em: <https://fase.org.br/pt/quem-somos/quem-somos/>.

apresento o Quadro 2, que reúne uma série de textos que serão referenciados ao longo do capítulo, incluindo sobretudo projetos e relatórios de atividades.

Quadro 2. Documentos consultados na biblioteca do Esplar

Título	Agências de financiamento	Citação
Projeto: Sistema Coletivo para Guarda e Fomento de Sementes (1987-1989)	OXFAM	Esplar (1989)
Projeto Sementes - Programa de resgate, conservação e controle de recursos genéticos	NOVIB	Esplar (1990)
I Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS-CE), 1992	NOVIB	Esplar (1992)
Projeto Sementes - Relatório de Atividades	NOVIB	Esplar (1994a)
II Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará, dezembro de 1993	NOVIB	Esplar (1994b)
VIII Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará, dezembro de 1999	NOVIB	Esplar (2000)
Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria	-	Esplar (2015)

Fonte: organizado pela autora.

As agências de financiamento não aparecem no quadro acima por acaso, na verdade, elas apontam para um tipo específico de recursos que passa ser aportado no Brasil⁹⁶. Petersen e Gomes de Almeida (2006) e Landim (2002) identificam como a ação das CEBs e da CPT, por exemplo, foram fundamentais, tanto no âmbito de parcerias para a criação das ONGs, quanto no desenvolvimento do trabalho com as tecnologias alternativas. Haddad (2014) explica que ambas, CEBs e CPT, tinham como apoio financeiro e político às alas progressistas da Igreja Católica, enquanto as ONGs passaram a acessar recursos da cooperação internacional, principalmente a europeia. Na esfera do cotidiano, contudo, os recursos acabavam sendo combinados, uma vez que os/as envolvidos/as nas ações eram os pequenos/as agricultores/as empobrecidos/as. Além disso, como destaca o autor, a convergência acontecia também devido às bases metodológicas:

Essas novas formas do agir político tinham em comum metodologias de trabalho com os setores populares, orientadas para aumentar a tomada de consciência sobre os problemas vividos pela população e ampliar a sua organização, para a defesa dos seus interesses e contra o regime repressivo. Quase sempre a referência pedagógica dessas metodologias de trabalho tinha

⁹⁶ Vale destacar a presença dessas organizações nas discussões do Capítulo II, especialmente, na seção 2.3.3.

Apesar da ação combinada de recursos e metodologias, é importante destacar como a cooperação europeia passa a estar presente em projetos de apoio a tecnologias alternativas, Bancos de Sementes e no próprio discurso político, como a crítica à modernização da agricultura no país, parte do repertório das recém-criadas ONGs de assessoria técnica aos/às pequenos/as agricultores/as. De forma ampliada, ao menos dois fatores influenciaram diretamente a expansão deste tipo de apoio: as duas guerras mundiais e o processo de descolonização da África. De acordo com Simões (2012), esse arco histórico se associa diretamente ao adjetivo “para o desenvolvimento”. Ao chamar atenção para o contexto da Ditadura no Brasil (1964-1985) e da Guerra Fria (1947-1991), o autor coloca em debate, por exemplo, como o desenvolvimento neste período se valeu da modernização ou da integração dos chamados ‘países subdesenvolvidos’ à economia global. Trata-se, ainda que de forma generalista, de um modelo excludente e que no meio rural valeu-se da industrialização da agricultura e da difusão de tecnologias.

Ainda que aliada à ideologia de desenvolvimento dos países do Norte global, a cooperação internacional também figurou como uma aliada importante. Um elemento recorrente nas entrevistas realizadas em Haddad (2014) é que havia, no contexto da década de 1970, nas agências de cooperação internacional um ambiente amistoso, de abertura política e solidariedade com a situação antidemocrática vivenciada na América Latina. Segundo uma das entrevistadas, Anneke Jansen, que trabalhava na Oxfam Novib “o diretor geral da holandesa Novib, à época, tinha uma visão muito política sobre o papel que a agência poderia cumprir nas lutas contra a ditadura que ocorria no Brasil, havendo, inclusive, “fundos secretos” que eram utilizados para ações de caráter mais político” (HADDAD, 2014, p. 131).

Sob este sentido, é possível perceber a entrada da cooperação internacional na cena política do país, aliando-se, nos termos de Landim (2002), às pessoas e entidades ‘à esquerda’. Dentre as conversas que tivemos, Elzira compartilhou comigo como chegou ao Esplar e às sementes. A história se confunde com as mudanças institucionais ocorridas na entidade na década de 1980 e também com suas tendências ‘à esquerda’. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi estruturado no Ceará neste período, entre 1979 e 1981, sendo que a irmã de Elzira era militante do Partido. Em um final de semana Pedro Jorge, fundador do Esplar, esteve na casa delas procurando pessoas que pudessem fazer uma viagem, que tinha por objetivo promover novas filiações e a formação de Comitês Municipais. Elzira,

já simpatizava com o PT e se dispôs a ir. Em entrevista concedida à Evelyn Ferreira em comemoração aos 40 anos do Esplar, Elzira apresenta:

A gente começou esse processo de formação do Partido dos Trabalhadores, principalmente no interior com os [hoje] agricultores familiares, fazendo discussões sobre a situação desses agricultores e filiando as pessoas para a formação de Comitês Municipais. A gente fazia reuniões nas casas de agricultores, à noite, à luz de lamparina [...]. À noite às vezes eu cochilava porque a lamparina tem luz fraquinha, né? (ESPLAR, 2015, p. 29)

Nesse período, o Esplar estava fechado por falta de recursos. Mas os trabalhos de formação no âmbito do PT haviam acendido novas possibilidades, como conta Elzira. Entre os militantes havia um grupo interessado em desenvolver ações no campo de “educação popular”, entendida como uma forma de reativar o Esplar e buscar novas possibilidades de financiamento através da cooperação internacional. Com essa proposta, o Esplar, que surge primeiramente como um escritório de prestação de serviços técnicos, passou a se constituir como uma ONG, uma organização sem fins lucrativos.

O panorama anteriormente fornecido por Landim (2002), de criação de ONGs em diferentes regiões e estados do Brasil, contribui na percepção da atuação do Esplar como parte de um movimento de caráter nacional. Ao mesmo tempo, porém, as especificidades ou as condições do mundo rural no Ceará e no Semiárido são fundamentais para compreender o início do trabalho da entidade: “é preciso imaginar outros tempos”, como destacou Elzira. Nas palavras dela, “as comunidades que a gente trabalhava, o Semiárido [...] era desmonetarizado”.

A afirmação de Elzira me remete à visita que fiz à comunidade Sítio Cajueiro, em Forquilha/CE. Na volta do roçado, a agricultora Adriana e eu estávamos conversando sobre assuntos diversos e ela me disse: “as pessoas da cidade acham que agricultora é uma mulher toda rasgada, derrubada, mas não é verdade. No tempo dos nossos pais tudo era mais difícil, não tinha dinheiro para comprar um banco, para comprar um pote. Hoje as coisas estão melhores”. As falas vão apontando para um Semiárido em transformação, sobretudo no que se refere à qualidade de vida, seja no acesso à renda, a utensílios do lar ou à disputa de imagens constituídas de forma estereotipada.

Em *O país de São Saruê* (1971/1979), filme dirigido por Vladimir Carvalho, Elzira encontra uma referência para descrever o contexto de atuação dos técnicos do Esplar naquele período:

Aí tem um outro aspecto dessa ecologia que é assim, é muito interessante. Não sei se você viu o filme, mostrei pro Pedro Jorge ele ficou saudosos demais, ficou

enlouquecido, o filme, No país de São Saruê. Esse filme o Pedro Jorge ficou [...] Eu vejo uma coisa, vejo, esqueço. O Pedro Jorge foi atrás achou o cara que fez o filme conseguiu cópia, ele é louco pelo filme. Eu disse a ele “o Pedro Jorge aqui tem duas coisas que você vai agradar, uma que é o algodão, e outra que, a filmagem, é feita nos anos 1970, que é o interior como a gente viveu”, eu, você e tal. Então assim, chama no país de São Saruê. Ele é muito interessante porque passa nos anos 1970, nas comunidades, nos interiores [...]. (Entrevista, março de 2021)

O poster do filme (Figura 3) corrobora as referências apresentadas por Elzira:

Figura 3. Poster do filme “O país de São Saruê”



Fonte: Manuscrito UFPB (2012).

Vale destacar alguns aspectos associados ao filme e ao contexto ressaltado por Elzira como sendo fundamental para compreender a atuação do Esplar e de todo trabalho que seria realizado no que diz respeito ao armazenamento coletivo de sementes. Grande parte do enredo do filme se passa na região do vale do Rio do Peixe, no estado da Paraíba. Muitos agricultores/as e garimpeiros/as relatam as estratégias desenvolvidas para habitar a região, sobretudo em um contexto de estiagem prolongada. O filme não traz uma referência direta ao Ceará, mas, sim, a uma condição de seca que, com suas

particularidades, incide sobre os sertões e o Semiárido como um todo. Essa dimensão explica, por exemplo, a frase contida no cartaz: “Um filme do Nordeste”.

O nome “O país de São Saruê” também entra nesta trama como uma forma de estabelecer uma conexão entre o lugar onde a história se passa e a vida do povo sertanejo e nordestino de forma mais ampla. Foi inspirado no poema de Manoel Camilo dos Santos⁹⁷, “Viagem ao País de São Saruê, uma terra mítica, cheia de riqueza e fartura: “lá eu vi rios de leite/barreiras de carne assada/lagoas de mel de abelha”. A descrição pode soar contrastante com a fotografia e as narrativas do filme, contudo, também sugere que o sertão ou o Nordeste, menos do que um lugar pobre, era abandonado. O filme sofreu censuras: “[...] eles publicaram no Diário Oficial da República por ferir os interesses e a dignidade nacionais. Eu fiquei entre pasmo e às vezes eu ficava até me achando, danou-se, uma Ditadura com toda essa parafernália, construção bélica deles, proibir esse filmezinho [...]”⁹⁸. Finalizado em 1971, só foi exibido em 1979 no Festival de Cinema de Brasília, onde recebeu o Prêmio Especial do Juri.

O “filmezinho” que desafiou a Ditadura ao expor uma face do sertão que não deve ser vista, é o cenário necessário para acompanhar a história da atuação do Esplar no início da década de 1980. Nas conversas com Pedro Jorge e Elzira, ambos me explicaram que entre os/as envolvidos/as na criação da ONG havia ao menos dois grupos que divergiam em relação ao que deveria ser a “linha política da ONG” (ESPLAR, 2015, p. 32). Um que defendia o envolvimento da entidade nas lutas associadas ao processo de redemocratização de forma ampla⁹⁹ e outro que queria atuar na perspectiva do “sindicalismo combativo” que, através de um trabalho de educação popular, visava fortalecer lideranças e agricultores/as para disputar eleições contra os “sindicatos pelegos”. A segunda linha foi a escolhida e, de acordo com Elzira, as pessoas que estavam mais interessadas em se envolver no processo político sob uma ótica mais abrangente saíram da ONG, por entenderem que era melhor travar essas lutas em outro lugar do que abrir uma disputa interna dentro do Esplar.

⁹⁷ Nascido em 1905 no município de Guarabira/PA, além de poeta, foi cantador violeiro, tipógrafo, xilógrafo, datilógrafo, horoscopista, escritor e editor. Para maiores informações, ver Fundação Casa de Rui Barbosa (2022).

⁹⁸ Palavras do diretor do filme, Vladimir Carvalho, proferidas durante uma palestra (DIASSIS PIRES, 2014).

⁹⁹ Diz sobre um grupo que defendia a organização partidária, visando o lançamento de candidatos/as na disputa do Estado, sobretudo, no processo eleitoral.

Com a ONG fundada, abriu-se uma discussão sobre quais projetos poderiam ser elaborados. Segundo Elzira, os dois principais focos de interesse eram a educação popular e a agricultura alternativa. “E aí, por uma questão de, sei lá, destino, sorte ou coincidência, apareceu aqui [em 1984] o Jean Marc Von der Weid¹⁰⁰, procurando uma organização para fazer um diagnóstico sobre agricultura familiar [utilizando um termo atual] visando trabalhar com agricultura alternativa” (ESPLAR, 2015, p. 32). Jean procurou por Pedro Jorge, que era uma referência no Ceará na atuação junto aos/as pequenos/as agricultores/as. Como se recorda Elzira, o Esplar estava recém-fundado como uma ONG, o que deixou Jean preocupado, mas como não havia tantas opções, “acabamos assumindo”.

3.1.2 “Fazer pensar” ou “banho de realidade”: ‘novos’ Bancos de Sementes no Ceará

O Projeto PTA envolveu as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país e se expressava localmente por meio da criação dos Centro de Tecnologias Alternativas (CTAs), objetivando a propagação de novas práticas tecnológicas (PETERSEN; GOMES DE ALMEIDA, 2006). Do encontro entre Jean Marc e o Esplar, conforme discutido anteriormente, foi constituído o Centro de Tecnologias Alternativas de Quixeramobim (CTAQ), como um núcleo do PTA no Ceará¹⁰¹. Se, para vários profissionais, o PTA instalava uma perspectiva metodológica inédita de fazer agricultura em estreita parceria com os/as pequenos/as agricultores/as, para alguns/as agrônomos que já tinham algum nível de envolvimento com a agricultura alternativa, os Centros representavam a possibilidade de colocar em prática conhecimentos que eram tratados com desprezo na universidade. Elzira se recorda como no CTAQ foi possível exercitar e aprender sobre a “viabilidade de uma cobertura morta”, de “uma compostagem”, “de uma adubação verde”.

¹⁰⁰ Jean Marc Von der Weid é engenheiro químico. Juntamente com o agrônomo e atual coordenador executivo da organização não governamental AS-PTA, Silvio Gomes de Almeida, foi um dos responsáveis pela criação do Projeto PTA. Eles se conheceram no período em que viveram como exilados na França. A primeira experiência de assessoria que prestaram juntos aos/as agricultores foi no município de Paraty/RJ, em 1980, anterior à adoção da própria ideia de tecnologias alternativas no Brasil (DIAS, 2004).

¹⁰¹ O apoio financeiro para constituição no âmbito do Projeto PTA foi proveniente do Centro Alemão para Tecnologias Alternativas (GATE/GTZ) e da Fundação Interamericana (IAF).

Os/as técnicos/as ou assessores/as das ONGs de assessoria para a agricultura são, sob esse ponto de vista, atores centrais do desenvolvimento das tecnologias alternativas. Além de responsáveis pelo contato constante com os/as pequenos/as agricultores/as, estão eles/as mesmos/as se transformando pelo encontro de mundos propositado por essas tecnologias, como a crítica à Revolução Verde e as limitações pedagógicas do curso de agronomia e o aprendizado com a forma pela qual os/as agricultores/as constituem inteligências coletivas para seus fazeres agrícolas. Como me explicou Elzira, tudo isso era uma possibilidade que não existia anteriormente para aqueles/as que, porventura, não se sentissem completamente confortáveis sendo um/a agrônomo/a no senso estrito. O Projeto PTA revelava-se, assim, como um espaço real para se fazer e pensar uma agricultura diferente, para ser um agrônomo/a diferente.

Todavia, conforme Elzira me explicou, isso não excluía a existência de tensões. Nas palavras dela, havia ao menos dois grupos distintos atuando na equipe do Esplar nesse período: os defensores das “tecnologias alternativas” e os “humanistas”. O primeiro estava envolvido com as tecnologias alternativas, sendo acusado de tecnicista pelo segundo, que se percebia como militante, empenhado em um trabalho “essencialmente político”. Ao que tudo indica, o ponto nevrálgico do conflito era o acesso à terra. Os “humanistas” tinham como agenda prioritária a reforma agrária, enquanto o grupo das tecnologias alternativas estava voltado a pensar práticas tecnológicas condizentes com a realidade dos/as pequenos/as agricultores/as. Como me explicou minha interlocutora, embora as discussões fossem “ferrenhas”, na ação, essas distintas vertentes acabavam se encontrando, possibilitando convergências entre a disseminação das tecnologias alternativas, a assessoria aos/as agricultores/as, aos/as trabalhadores rurais e aos sem-terra e os debates sobre acesso à terra.

Elzira observou que, para ela, não há dúvida de que as disputas envolvendo diferentes propostas tecnológicas, não se resumem a discussões técnicas; ao contrário, carregam consigo componentes ideológicos e políticos. Sob essa ótica, os CTAs não se caracterizavam como espaços de desenvolvimento de conhecimentos exclusivamente técnicos. Metodologicamente, compreendia-se que o agente da transformação social e das experimentações conduzidas nos Centros eram os/as agricultores/as, o que deveria orientar uma produção compartilhada de conhecimentos entre assessores/as e agricultores/as. Essa possibilidade de aprendizado mútuo – que de certa forma era inédita, tanto para assessores/as, quanto para agricultores/as – é uma das importantes contribuições metodológicas exercitadas nos Centros. Capacidades criativas e coletivas

foram potencializadas com o objetivo de enfrentar os obstáculos colocados à agricultura de base familiar naquele momento, ainda que vários limites e desafios tenham continuamente também emergido.

Na experiência do CTAQ foram articulados grupos de agricultores/as de diferentes regiões do Ceará, que iam até o Centro participar de atividades de formação e experimentação. Como me explicou Elzira, o trabalho se iniciou com 20 grupos, quantidade que, todavia, era ínfima diante da realidade da agricultura de base familiar e camponesa existente no Ceará. Assim,

A nossa estratégia pensada era seguinte, nós fazemos capacitações porque a gente não pode ir em cada comunidade, não temos pessoal e capacidade de estar nesses lugares todos ao mesmo tempo, então, a gente chama os líderes e a gente capacita o pessoal e aí o pessoal volta para as comunidades, essa era nossa ideia romântica, e lá eles vão divulgar os conhecimentos. Esquecendo nós, ou não sabendo nós, ou sendo ingênuos, que conhecimento é a mercadoria mais valorizada no mundo moderno, quem tem usa para subir. É rara uma criatura que vê uma oportunidade e adquire o conhecimento e volta para a comunidade, ela vai para frente, assim aconteceu com nossos líderes agricultores, o povo que foi capacitado ou virou liderança sindical, foi pra CUT [Central Única dos Trabalhadores], não sei para onde. Claro, de certo ponto de vista, de contestar o sistema, certo, mas não foi o que a gente tinha planejado, que achamos que iria acontecer. Essas pessoas usaram essa oportunidade de conhecimento para ascensão social. Nessa época não tinha vaga na universidade, muita gente que fez curso com a gente acabou entrando em faculdade, se inteirou e fez um supletivo [...]. Do ponto de vista nosso, se a gente fosse olhar, você planejou isso, e chegou aqui, nunca chegamos. (Entrevista, março de 2021)

A avaliação de Elzira vai ao encontro das análises de Monteiro e Londres (2017) e Petersen e Gomes de Almeida (2006) que apontam que, ainda que a concepção geral do trabalho com as tecnologias alternativas fosse avessa ao difusionismo, este acabou sendo orientado, nesta fase inicial, por um enfoque voltado à replicação ou à “transferência de tecnologias”. Nas palavras de Elzira, o “que aconteceu é que a realidade deu um verdadeiro banho na gente”. Segundo os/as autores/as acima mencionados, grande parte do trabalho do Projeto PTA, principalmente no seu início, voltava-se à identificação, sistematização e disseminação de um conjunto de práticas qualificadas como tecnologias alternativas, que em certos casos não se encaixavam com as racionalidades técnicas e econômicas que orientavam a atuação dos agricultores/as nas comunidades, sendo pouco ou nada ajustadas às realidades locais. Metodologicamente, conforme relatado por Elzira, havia os/as agricultores/as “multiplicadores/as” ou “formadores/as”, responsáveis por difundir os conhecimentos produzidos nos CTAs às suas comunidades. O que acontecia, contudo, é que esses/as agricultores/as acabavam se diferenciando em seus contextos de

origem, passando a ser identificados/as como assessorias, ao passo que os/as demais agricultores/as continuavam sendo tratados/as como receptores/as passivos dos conhecimentos.

Ao mesmo tempo, no entanto, o esforço investido na identificação e sistematização dessas tecnologias cumpriu o papel de divulgação dessas práticas tecnológicas para um público mais amplo. Esse trabalho contribuiu, também, para reforçar a ideia de que era possível conceber ‘uma outra agricultura’, para além daquela formatada nos moldes da Revolução Verde (MONTEIRO; LONDRES, 2017). Houve ainda avanços importantes na adoção e adaptação dessas tecnologias. No caso dos Bancos de Sementes, Elzira descreve, por exemplo, como eles conseguiram se sustentar em determinadas comunidades devido ao trabalho coletivo. Alguns desses espaços de armazenamento, implantados à época, seguem funcionando até os dias de hoje.

Conforme me explicou Elzira, as ações desenvolvidas no campo das tecnologias alternativas e o CTAQ se conectaram às sementes a partir de um diagnóstico realizado junto aos grupos de agricultores/as envolvidos/as no Centro, o qual indicou, entre os desafios enfrentados por eles/as: a garantia de acesso às sementes; a reposição de estoques; e a gestão dos Bancos, especialmente o controle de entrada e saída de sementes e a seleção de espécies e variedades. As fragilidades elencadas pelo diagnóstico serviram como insumo para uma conversa que Elzira teve em Recife/PE com a responsável pela agência de cooperação internacional Oxfam. Nas palavras dela:

A história dos chamados Bancos de Sementes, era 1988, não lembro as datas exatas, Malvinier é que tem na cabeça. Tem vez que eu aumento, tem vez que eu diminuo. Tinha sido um ano seco e a gente tinha um trabalho com a fundação Oxfam, eles tinham um escritório que funcionava em Recife, o nome dela, da responsável, era [nome]. Numa reunião no Esplar para discutir um projeto que a gente tinha, na hora que terminou a reunião, a gente ficou conversando e ela disse “estou com um problema sério” porque na Oxfam [...] [querem] que a gente compre comida porque sabe que teve uma seca e eu não queria comprar comida porque é clientelismo e tal. Eu disse, existe um caminho que não é oferecer um prato de feijão, mas o que pessoal precisa muito é sementes porque eles não vão ter para plantar no ano que vem, aí vão passar fome. Aí ele pediu para eu fazer um projeto, eu fiz, eles aprovaram e aí começamos a fazer isso que a gente chama de Casas de Sementes. (Entrevista, março de 2021)

O projeto elaborado a partir do diagnóstico realizado no CTAQ e alinhado com a possibilidade de financiamento via Oxfam foi intitulado “Sistema coletivo para guarda e fomento de sementes”. Foi executado entre 1987 e 1989 e envolvia dez municípios do estado do Ceará: Tauá, Crato, Nova Olinda, Russas, Baturité, Canindé, Madalena,

Quixeramobim, Coreaú e Parambu¹⁰². Esta iniciativa abarcava pelo menos três frentes de atuação: i) aquisição de sementes e estruturação de Bancos de sementes; ii) recuperação e valorização de conhecimentos nas comunidades sobre variedades de sementes locais, buscando sistematizar os saberes e práticas agrícolas mobilizados pelos/as agricultores/as, assim como resgatar variedades de diferentes cultivos; iii) armazenamento e elaboração de estratégias específicas para a garantia do poder germinativo das sementes.

Essas três dimensões envolviam uma combinação de desafios. Em primeira instância, buscava-se enfrentar as dificuldades de acesso à semente, questão que já tinha visibilidade desde a década de 1970, como foi abordado no contexto das lutas travadas nos sertões dos Inhamuns e de Crateús. Em segundo lugar, traziam à cena um conjunto de estratégias sociotécnicas que visavam articular, de um lado, conhecimentos científicos sobre o potencial germinativo das diferentes espécies e variedades e relacionados a técnicas de armazenamento e, de outro, os saberes práticos dos/as agricultores/as construídos em suas vivências com as sementes ao longo de gerações. Essa dimensão se refere diretamente aos aprendizados exercitados durante o projeto PTA, envolvendo o compartilhamento de conhecimentos entre agricultores/as e assessores/as na produção de respostas aos desafios enfrentados no cotidiano da agricultura de base familiar. O objetivo citado na sequência, elaborado no âmbito da proposta, reflete as preocupações existentes, naquele momento, e chama a atenção para a diretriz metodológica utilizada:

Através de um processo educativo, resgatar o costume de guardar sementes, acreditando que, com o controle da produção e seleção de sementes adaptadas às condições regionais, esses agricultores, a curto, médio e longo prazos, estariam garantindo o acesso a este insumo básico e, conseqüentemente, ampliando seus espaços de autonomia.

É importante destacar como a palavra “autonomia” já aparece no objetivo do primeiro projeto sobre armazenamento coletivo elaborado pelo Esplar. Essa referência sugere, de um lado, uma espécie de continuidade em relação às lutas que deram origem à construção dos Bancos de Sementes no período anterior e que tinham como um de seus principais objetivos a busca de “autonomia” em relação às sementes do patrão. Ao mesmo tempo, aponta para a construção de novas agendas, como, por exemplo, a qualificação das práticas de armazenamento coletivo utilizadas pelas comunidades.

¹⁰² A escolha dos municípios deve-se a relações prévias que o Esplar possuía com as organizações de base nessas localidades, como alas progressistas da Igreja Católica, as CEBs, a CPT e os STTRs.

A “falta de sementes” que havia sido identificada pelos técnicos, fez com que uma das primeiras ações do projeto fosse justamente a aquisição de sementes. No Quadro 3 apresento algumas das espécies e variedades compradas com recursos do projeto¹⁰³, descrevendo também, ainda que de forma bastante resumida, as estratégias de gestão dos Bancos desenvolvidas no âmbito desta iniciativa em três comunidades do município de Coreau/CE, localizado na Zona Norte do Ceará, região onde hoje atua a RIS Sobral.

Quadro 3. Sementes adquiridas e o funcionamento dos Bancos de Sementes entre 1987-1989

Região	Mun.	Localidade	Sementes compradas	Funcionamento
Zona Norte	Coreau	Cunhassu	50 g (mamão havaí); 200 g (beterraba); 100g (cebolinha); 200g (cenoura); 100g (cebola); 100g (Melancia); 500l de Feijão; 100kg de algodão; 800l de arroz; 1200l (milho); 25 mudas (laranja), 05 mudas (limão), 10 mudas (tangerina)	<ul style="list-style-type: none"> - O grupo elaborou sozinho as normas de funcionamento que foram chamadas de Regimento Interno. - Vinte famílias compõem o Banco que é administrado por duas pessoas. - Combinou-se uma devolução com 20% de acréscimo.
		Sede	100l (milho); 102l (feijão); 41l (arroz); 5 kg (algodão)	<ul style="list-style-type: none"> - O Grupo elaborou as normas de funcionamento na presença do técnico do ESPLAR. - Nove famílias receberam as sementes e aceitaram devolver com 50% de acréscimo. - Administração exercida por duas pessoas que fizeram Cursos.
		Sítio Penedo	70l (arroz); 200l (milho); 145l (feijão, 12kg (algodão), 23kg (mocó)	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de 14 famílias que foi ampliado para 16 e hoje somente com 7 que se comprometeram recomeçar. - A devolução foi feita apenas por 3 pessoas. - Não foi boa a produção de feijão.

Fonte: Relatório de Atividades apresentado à NOVIB (1989), organizado pela autora.

A constituição de um estoque primeiro, a partir das demandas de cada comunidade, era a garantia de poder plantar na próxima safra de forma autônoma, sem a necessidade de recorrer aos “patrões”. Além disso, o Projeto previa a resolução de outras duas questões

¹⁰³ As espécies e variedades a serem compradas foram decididas coletivamente entre os/as envolvidos/as com os Bancos em cada comunidade.

identificadas como gargalos pelos/as agricultores/as: o armazenamento adequado, por meio da aquisição, por exemplo, de tambores de 200 litros que funcionavam como silos metálicos, e a construção da estrutura das edificações que abrigariam os Bancos. As fotografias ajudam a contextualizar o ambiente em que se dava a atuação do Esplar na assessoria aos Bancos de semente naquela fase inicial (Foto 9).

Foto 9. Banco de sementes e estruturas de armazenamento



Fonte: Acervo histórico do ESPLAR.

Quando perguntei à Elzira como se dava a criação dos Bancos de Sementes nas comunidades, ela explicou que é preciso compreender que nem todos os códigos comunitários são acessados por quem é de fora. Ou seja, é preciso pensar os Bancos considerando as complexidades em que estão imersas as comunidades: “se por um lado você tem que essas comunidades têm tradições de cooperação que as vezes a gente não entende ou nem percebe que existe, [...] tanto por um lado de socorro daquelas pessoas,

de solidariedade, tem o outro lado, do individualismo”. Em detalhes, a entrevistada relembra:

Teve coisa assim de o povo ir armado, faca, e eu no meio, vão me matar aqui. Teve uma [construção de Bancos de Sementes] que os caras estavam tudo armado e digo "pode deixar as facas de lado". Eu tinha uma certa vantagem, como eu era mulher, eu era magrinha e tal, então, eles não iam avançar para cima de mim. Mas, assim, tinha que tentar descobrir o que estava por trás do conflito, muitas coisas do costume local ou muita coisa de disputas locais. Essa das facas era de disputa local, a gente estava em uma região de Parambu, uma zona de ocupação do final dos anos 1980. Era mato, era floresta, e sem acesso, sem água, porque é o platô da Serra a Ibiapaba, da parte seca da serra da Ibiapaba, areia quente, como se fosse uma duna, e aquilo foi ocupado, uma parte por agricultores sem-terra, e outra parte pelo agronegócio, o cara do caju. É aí uma região que há anos eles nunca definiram aonde fica a fronteira Ceará e Piauí, aí tem uma confusão danada, tem hora que é Piauí, tem hora que é Ceará. Lá nessa comunidade, eles falavam, e eu achava muito estranho, porque diziam "porque esse povo lá do Ceará" e eu dizia "a gente tá no Ceará". A briga era de vereadores, quem era do lado do vereador que era do município de Piauí e quem era mais próximo do município de Parambu, que era município do Ceará. E aí a gente simplesmente ficou no meio do tiroteio, aí eu digo "valha-me deus nossa senhora". Foram várias vezes. Teve um, lá no Cariri, que era assim, uma comunidade bem tradicional até hoje. O Cariri é uma zona de ocupação antiga, inclusive, uma parte do Cariri cearense era zona de cana, de engenho, ou seja, muito mais tradicional, lá são uns sítiozinhos. Aí teve uma reunião lá no Crato, no município de Santa Fé, sei que lá dava para ver o Caldeirão do Beato Zé Lourenço. A briga foi feia, uma confusão do cão. A história era assim, eles não têm terra, então o dono, o pessoal da comunidade, porque a exigência para ter a Casa de Semente é que tivesse um local pra você construir o prédio, aí o cara disse assim "não, pois eu dou o local, pode construir aqui". Era o proprietário, um dos sócios da Casa de Semente, um sítiozinho pequenininho. Aí a briga todinha é porque um dos caras queria que ele fizesse um corredor, por onde pessoal passasse para poder ficar caracterizado que não estava dentro do sítio do homem. Aí o homem disse que era uma desconfiança, que ele tinha cedido de boa fé e ele não ia fazer isso. Foi uma confusão, sendo que eles não te colocam isso assim, eu descobri isso matutando, arrodando, porque o centro da briga era a entrega das sementes, porque as pessoas estavam entregando sementes de péssima qualidade. Eu fui arrodando, arrodando, arrodando e aí fui descobrir que, na verdade, era que o cara não queria que o outro tivesse a importância de sediar, por exemplo, porque ele ia ser um cara importante porque a sede da Casa de Semente ficava lá no sítiozinho dele. (Entrevista, março de 2021)

Os acontecimentos narrados por Elzira apontam que no interior das comunidades havia relações de poder que podiam, também nas palavras dela, “inviabilizar a construção de um Banco. Caso um líder se sentisse desprestigiado, ele ia fazer aquele Banco de Sementes desandar”. Ao estudar as lutas camponesas e as práticas coletivas associadas às sementes, inúmeras vezes me deparei com um desejo de coerência extremo. As disputas deveriam se dar entre “patrões” e trabalhadores/as ou entre “patrões” e agricultores/as, não entre agricultores/as dentro de suas comunidades. Vive-se em contradição, mas se espera daqueles com quem se constrói a pesquisa uma conduta uníssona, quase blindada.

Esse foi um aprendizado importante a partir dos debates suscitados por Isabelle Stengers, no sentido de que a prática epistêmica está imersa em transformações e que é nesse devir que reside sua capacidade de poder compor com tantas outras, o que se aplica da mesma forma aos mundos que nos propomos a olhar. Stengers (2018) fala sério quando assinala que a cosmopolítica não é um conto de fadas: não se trata de projetar composições sem rugosidades, mas de honrar as divergências que não cessam de emergir.

Diferentemente do que se poderia tomar como “diferenças de opinião”, as divergências se caracterizam por não pertencerem a uma pessoa: “são antes o que faz um aspecto desse mundo ter importância” (STENGERS, 2015, p. 39). Essa perspectiva, em que determinada situação se torna digna de fazer pensar, refletir, produzir dúvidas e hesitações, pertence a uma dimensão concreta daqueles que estão ali juntos/as. Não se trata de conceber o Banco como algo único, ao qual todos/as referenciam, mas, ao contrário, de reconhecer as divergências que eles fazem existir e na presença delas constituir novas formas de agir. A partir das palavras de Elzira, percebe-se como os Bancos de Sementes são lugares experimentais de erros e acertos, sendo também inescapavelmente políticos. Dizem sobre as disputas entre “patrões” e agricultores/as, como discutido no Capítulo II, mas também sobre os desafios cotidianos que atravessam o viver dos/as agricultores/as e aquilo que eles/as entendem como importante. Não são capazes de produzir respostas gerais, mas sua disposição coletiva, influenciada pelos próprios vínculos estabelecidos, permite aventar a construção de respostas para problemas contextualizados. Em referência às múltiplas respostas possíveis e à cultura experimental dos Bancos, Elzira complementa:

Era muita complexidade que a gente nem tinha muita consciência de como era, quando a gente pegava um conflito desse, a gente tentava arrumar ali, ver como que era, mas dizer que a gente assim tinha consciência, de como tinha que enfrentar isso, isso, a gente não tinha. E era no papo, ou no grito, não é? E assim, as experiências foram para caminhos muito distintos [...] dependendo de cada local as coisas tomaram rumos muito diferentes porque a gente sabe onde começa, mas nunca onde vai terminar. (Entrevista, março de 2021)

A forma como Elzira narra os acontecimentos traz para o plano da ação a necessidade contínua de inspirações criativas, ressaltando que a realidade é sempre muito mais complexa do que a intervenção proposta. É como se a realidade cobrasse de volta. Agricultores/as e sementes estão vivos/as o tempo todo. Isso reitera como o armazenamento coletivo de sementes é um desafio político e ecológico, que combina facas, gritos, fronteiras entre estados, acesso à terra, roçados e disponibilidade hídrica. Na

fala da interlocutora é possível identificar também um forte componente coletivo grafado, sobretudo, em “a gente”. É uma referência ao trabalho realizado pelos/as assessores/as do Esplar, que estavam também se formando nesse processo, enfrentando problemas jamais ensinados nos cursos de agronomia.

No Quadro 1 apresentei as espécies e variedades que foram adquiridas por meio do primeiro projeto com Bancos executado pelo Esplar. As sementes recebidas em 1989 foram cultivadas no inverno e, em 1990, os/as assessores/as do Esplar e os/as agricultores/as começaram a constatar que, embora as sementes distribuídas fossem de uma variedade só, as que retornavam aos Bancos eram de distintas variedades. Isso acontecia pelo fato de que, mesmo que com inúmeras restrições, em função dos “patrões”, da falta de terras e das sucessivas secas, a prática do armazenamento doméstico não havia deixado de existir.

Dessa forma, as sementes armazenadas pelos/as agricultores/as em suas casas eram cultivadas quando as chuvas caíam. Além disso, eles/as também acessavam outras variedades adquiridas nos comércios locais ou através da política pública Hora de Plantar. O momento da devolução se tornou, então, uma questão. A mistura entre diferentes tipos de sementes resultava, na visão dos assessores/as, em ao menos duas preocupações. Em primeiro lugar, poderia afetar negativamente os resultados alcançados pelos agricultores/as durante a safra, uma vez que cada uma dessas variedades possuía características singulares no que diz respeito à germinação, demandando manejos específicos. Os/as assessores/as vislumbravam, também, um risco de que as sementes armazenadas no nível doméstico pudessem desaparecer. Algumas delas vinham sendo cultivadas há gerações, estando já completamente adaptadas às condições da paisagem sertaneja. Ao serem cultivadas nos roçados conjuntamente a variedades híbridas ou convencionais, elas poderiam ser contaminadas¹⁰⁴, sobretudo, as de polinização aberta como o milho.

As constatações anteriormente apresentadas mobilizaram os/as assessores/as do Esplar a escreverem um novo projeto. A elaboração de diferentes projetos a partir das vivências conjuntas com os/as agricultores/as pode ser pensada como expressão de um processo coletivo de aprendizagem. Sementes, agricultores/as e assessores/as

¹⁰⁴ Transferência de características de uma planta para a outra sem nenhum tipo de controle. Se uma variedade de milho cultivada e melhorada pelos/as agricultores/as for contaminada por uma variedade híbrida ela pode, por exemplo, perder sua capacidade de germinação nas gerações seguintes, atributo das plantas híbridas.

experimentavam um processo de reinterpretação mútua. Um outro ponto se destaca daí, as estratégias que sistematicamente os/as agricultores/as constituíram ao longo do tempo visando salvaguardar suas sementes. Isso é interessante porque em distintos momentos da história do armazenamento coletivo de sementes, o desafio do estoque doméstico foi evidenciado, tido, pelos próprios/as agricultores/as, muitas vezes, como perdido, devido às secas e à falta de terra. No entanto, ainda que em quantidades ínfimas, as sementes eram armazenadas pelos/as agricultores/as em suas casas e nas condições ecológicas apropriadas tornavam a brotar.

O novo escopo de projeto propunha: i) acompanhamento dos Bancos já em funcionamento e a criação de 12 novos bancos; ii) formação “técnico-científica” dos/as agricultores/as nas áreas de gestão e planejamento; iii) o resgate e sistematização dos conhecimentos/populares tradicionais, no que se refere tanto às práticas de manejo quanto às características das variedades. Um quarto eixo, chamado de “articulação”, previa fazer circular entre os Bancos as informações acerca da importância “da preservação e controle dos recursos genéticos de origem vegetal” (ESPLAR, 1990, p. 5).

Aos poucos, novos conceitos foram introduzidos no âmbito das práticas de armazenamento, como “preservação” e “recursos genéticos”. Elzira explicou que essas dimensões eram novas não só para os/as agricultores/as, mas também para os/as assessores/as que atuavam junto às comunidades rurais. Ela se recorda de como havia uma confusão entre “poder de germinação” e “melhoramento genético”¹⁰⁵. Embora afirmassem que estavam avaliando os critérios de melhoramento, estavam, na verdade, avaliando a capacidade de germinação de uma semente. Para Elzira, isso dizia respeito a um desconhecimento dos técnicos em relação ao próprio trabalho que eles/as estavam realizando e que “tudo isso teve que ser aprendido”¹⁰⁶.

Aprender, aqui, pode ser lido a partir da ideia de “fazer pensar” (STENGERS, 2015, p. 129), que se dá em referência direta ao meio, suas condições e especificidades. Distingue-se, assim, de uma abordagem cartesiana imersa na noção de *res cogitans* que

¹⁰⁵ Nessa passagem o uso do termo refere-se ao processo de seleção de determinado atributo das plantas realizado *on-farm*, por exemplo, quando os agricultores/as ou os assessores/as vão selecionando variedades e características mais bem adaptadas ao meio. No caso do milho é observada a formação da espiga, a quantidade de grãos em cada linha, e o tamanho do pé, para citar alguns exemplos. O debate é feito em maiores detalhes no Capítulo IV.

¹⁰⁶ Nessa passagem é possível identificar como o trabalho realizado pelos/as assessores/as do Esplar e no âmbito do Projeto PTA se conectava, também, a debates associados à preservação dos recursos genéticos, colocados em cena, sobretudo, a partir da Eco-92. O tema é tratado de forma específica na seção 3.3.

representa o mundo do pensamento e das ideias, enquanto a *res extensas* se refere ao mundo da matéria, embora entendida como uma extensão das ideias (LATOURE, 2016). ‘Pensar pelo meio’, afasta-se, assim, da condição ideal, se orienta, ao contrário, pelas especificidades que dizem respeito a *onde* e com *quem* se está, sejam humanos ou não humanos. Trata-se de estabelecer vínculos com o que faz pensar, com as hesitações que passam a ser suscitadas – as sementes armazenadas nas casas dos/as agricultores/as e o risco de serem contaminadas por variedades convencionais; as estratégias constituídas pelos/as agricultores/as para salvaguardar sementes; os aprendizados de armazenamento nos Bancos mobilizadas pelos/as assessores; e a contínua formação entre assessores/as e agricultores/as.

3.2. Redes e a inspiração para ação coletiva

Para Elzira e Pedro Jorge, o filme *O país de São Saruê* remete ao contexto em que se dava o trabalho desenvolvido pelo Esplar nas décadas de 1970, 1980 e, até mesmo, em 1990. De acordo com Elzira, além da paisagem, o cenário do filme diz muito sobre o contexto de atuação do Esplar e os desafios metodológicos que se perpassavam o trabalho desenvolvido pela entidade. Segundo ela, havia naquele tempo, no Ceará, poucas entidades se dedicando a assessoria técnica aos/as agricultores/as e por isso o trabalho no CTAQ era importante. Ali era possível reunir agricultores/as de vários lugares do estado, assim como assessores/as que estivessem interessados/as em trabalhar com agricultura alternativa. Na perspectiva dela, isso caracterizava que embora estivessem fazendo ações localizadas, seja no Centro ou na constituição de Bancos nas comunidades, o estado do Ceará era uma referência importante, na construção de uma identidade coletiva e de todo um conjunto de capacidades, articulando um conjunto heterogêneo de experiências localizadas. Nas palavras dela, era “um Banco aqui e outro lá”

Quando perguntei para Elzira o porquê da formação de redes e sobre a necessidade de estabelecer algum nível de articulação e coordenação entre os Bancos, ela respondeu:

Na época essa história de ser [rede] estadual, regional, é que na época as ONGs estavam começando, estava começando a rede que ficou conhecida como PTA. Estava no ar essa discussão do modelo tecnológico e a gente era a instituição no Ceará que fazia isso¹⁰⁷. Na época não tinha assim, cada estado tinha um

¹⁰⁷ Vale destacar nessa ótica que no caso do Ceará, a Revolução Verde, um dos principais objetos de contraposição da agricultura alternativa e da Rede PTA, não era vivenciada de forma tão intensa pelos/as agricultores/as como as “terras do patrão”. Todavia, a disputa no âmbito do modelo da Revolução Verde

núcleo, não tinha, você tinha localidades que tinham algum tipo de organização e a gente ia lá completar o trabalho, por isso que era uma coisa estadual. Você tinha uma [organização] no Cariri, uma em Sobral. Você não tinha como hoje 500 organizações em cada local, tinha associações que batalhavam por uma coisa, outra lá. A gente [Esplar] juntava esse pessoal num centro que a gente tinha, o CTAQ. (Entrevista, março de 2020)

O projeto PTA foi uma referência importante, mobilizando não somente o debate em torno das tecnologias alternativas, mas também inspirações metodológicas e políticas para ação coletiva. Em 1988, o que era antes identificado como Projeto passou a se constituir como a Rede de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas (Rede PTA)¹⁰⁸, proposta que procurava se afastar da lógica de projetos com início, meio e fim bem definidos, e promover conexões, por meio de intercâmbios de conhecimentos, entre as múltiplas experiências identificadas no país. A oficialização da Rede se deu em um Seminário realizado em Campinas/SP, em 1988, que reuniu na oportunidade mais de 40 organizações, incluindo entidades de apoio e assessoria, STTRs, uma federação sindical, representantes de órgãos públicos e entidades profissionais. O objetivo do encontro era discutir os desafios colocados ao campo, assim como tecnologias alternativas e metodologias associadas a racionalidades distintas das promovidas pelos atores e instituições engajados no processo de modernização da agricultura (PETERSEN; GOMES DE ALMEIDA, 2006; NIEDERLE *et al.*, 2019).

De acordo com os debates de Dias (2004) a partir deste momento é possível identificar uma nova estratégia de ação do Projeto PTA. Além de acompanhar, identificar e sistematizar as tecnologias alternativas ou experiências com agricultura alternativa, se dedicaria a fortalecer a utilização de tecnologias apropriadas para os/as pequenos/as agricultores/as, considerando as especificidades econômicas, ecológicas e sociais; a estruturar uma rede nacional de informações e cooperação mútua entre as ONGs e os movimentos sociais dos pequenos/as agricultores; e a prestar assessoria nas áreas de produção da pequena agricultura (DIAS, 2004).

era fundamental na orientação do trabalho da Rede e dos assessores/as, que precisavam, então, ‘fazer corpo’ com as dinâmicas experienciadas pelos/as agricultores/as.

¹⁰⁸ A Rede PTA atuou até o início dos anos 2000, os acúmulos no campo político e técnico mobilizados pela agricultura alternativa, as tecnologias alternativas e a ação coletiva entre agricultores/as e assessores/as levaram à realização de um grande encontro nacional em 2002, o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). A partir daí a Rede PTA deixa de existir, tornando-se a ANA. Vale destacar, contudo, que não é um simples processo de transformação, a base da ANA, por exemplo, é bem mais abrangente do que era a da Rede PTA. Para uma análise apurada sobre os antecedentes, os processos associados à agroecologia no Brasil e a conformação da ANA, ver Bensadon (2016).

No que se refere mais especificamente à organização da rede nacional, a Rede PTA esteve presente em 10 estados do Brasil¹⁰⁹ e “estabeleceu entre suas equipes locais e entidades autônomas que dela faziam parte um fecundo processo de interação voltado ao aprendizado mútuo sobre aspectos metodológicos, conceituais e técnicos do trabalho com agricultura alternativa” (PETERSEN; GOMES DE ALMEIDA, 2006, p. 21). Essa inspiração organizativa aparece refletida na proposta de projeto elaborado pelo Esplar para o período 1990-1992, colocando em cena uma nova estratégia de atuação para os Bancos de Sementes:

Considerando que as experiências dos Bancos de sementes existentes servirão como dinamizadoras da ampliação da abordagem do tema recursos genéticos, nossa ideia é extrapolar, através da “Rede de Sementes”, o alcance das organizações específicas, os Bancos de Sementes, e atingir organizações mais amplas, tais como: Sindicatos, Associações de Produtores e Cooperativas. (ESPLAR, 1990, p. 7)

Esse fragmento do projeto indica a necessidade de estabelecer ‘novos’ vínculos a partir dos Bancos. Percebidos pelos técnicos como “experiências dinamizadoras”, a ideia era instituir um sistema de responsabilidades compartilhadas na gestão e implantação dos Bancos, articulando outros atores. Conforme discutido na seção anterior, em muitos casos, os/as agentes envolvidos/as na criação dos Bancos se tornavam líderes sindicais. Assim, a estratégia traçada era garantir que essa pauta não arrefecesse e que, ao contrário, os STTRs passassem a estar continuamente implicados nessas ações, inclusive, nos processos de gestão continuada destas estruturas de armazenamento coletivo.

Ao mesmo tempo em que havia uma inspiração a partir da estratégia de ação e governança da Rede PTA, havia entre suas propostas metodológicas a constituição das chamadas redes de intercâmbio (DIAS, 2004). Nessa ótica, o projeto supracitado, diz, também, sobre o que deveria ser o escopo de atuação das próprias equipes da Rede nos estados e como a constituição de redes, orientadas a partir das experiências identificadas, era também uma ‘atividade a ser executada’. Foram criadas redes de intercâmbio no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. De acordo com Dias (2004), embora

¹⁰⁹ No final da década de 1980 e inícios da década de 1990, o enfoque proposto pela agroecologia foi, aos poucos, introduzido no Brasil. De acordo com Petersen e Gomes de Almeida (2006), mais do que uma inovação semântica, a entrada da agroecologia proporcionou uma ruptura epistêmica na chamada agricultura alternativa e, também, nas formas de concepção das tecnologias alternativas para a agricultura. O enfoque sistêmico da agroecologia, tendo o agroecossistema como unidade mobilizadora, permitiu uma nova abordagem das tecnologias. Trata-se como discutido em Gomes de Almeida (2009) de uma ciência dos lugares, que afastando-se da ideia da replicação, vale-se de uma passagem do geral para o específico. É a partir da realidade das famílias agricultoras que se coloca a busca por soluções técnicas e tecnológicas, aquilo que importa no cotidiano do fazer agricultura.

guiadas pelo mesmo objetivo, as redes assumiram formatos específicos, devido às contingências enfrentadas por cada grupo e o embate com a realidade vivenciada.

Na atuação do Esplar, a constituição da rede deu-se em referência às sementes e aos Bancos. Uma ação planejada no referido projeto 1990-1992, foi a promoção de encontros anuais de abrangência estadual abarcando a temática das sementes. O I Encontro foi realizado em novembro 1992 e levou à criação oficial da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará (RIS-CE). Os/as convidados/as para o encontro eram representantes dos Bancos, agricultores/as e organizações representativas. Em parceria com a Rede PTA, o I Encontro mobilizou, também, agricultores/as e assessores/as de outros estados incluindo a Paraíba, o Maranhão e Pernambuco. Estavam presentes 59 pessoas, representantes das organizações, elencadas no Quadro 4.

Quadro 4. Organizações coletivas presentes no I Encontro da RIS-CE, 1992

Banco de Sementes	Localidade	Organizações de agricultores/as	Localidade	ONGs	Localidade
Campo Nobre	Tamboril/CE	Assentamento São João Joaquim	Madalena/CE	PTA – Centro Josué de Castro	Recife/PE
Jatobá	Senador Pompeu/CE	STTR de Tacima	Tacima/PB	Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS)	Patos/PB
Gavião	Parambu/CE	STTR de São João de Belmonte/PE	São João de Belmonte/PE	Associação Cristã de Base (ACB)	Nova Olinda/CE
Barra do Vento	Tauá/CE	STTR Solânea	Solânea/PB	Centro Piauiense de Ação Cultural	Piauí
Sítio Triunfo	Nova Olinda/CE	Assentamento Macéio	Itapipoca/CE	Caatinga	Ouricuri/PE
Altamira	Nova Olinda/CE	STTR de Parambu	Parambu/CE	AS-PTA	Curitiba/PR
Lagoa dos Cavalos	Russas/CE	DETR – CUT/CE*	Ceará	Associação Agroecológica a Tijupá	São Luís/MA
Serrote Feio	Madalena/CE	STTR de Óros	Óros/CE	Centro de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA)	Sobral/CE
Viração	Tamboril/CE	Cooperativa Agropecuária - COSENA	Senador Pompeu/CE	Programa De Aplicação De Tecnologias Apropriadas	Campina Grande/PB

				(PATAC)	
Currais Novos	Boa Viagem/CE			Esplar	Fortaleza/CE
São Gerado	Madalena/CE				
Aroeira	Tamboril/CE				
Ipueira da Vaca	Canindé/CE				
Sobradinho	Santana do Cariri/CE				
Santa Luzia	Independência/CE				
Lagoinha	Parambu/CE				
São Mateus	Senador Pompeu/CE				
São Manoel	Tamboril/CE				
Cacimba Nova	Madalena/CE				
Engenho da Serra	Crato/CE				
Tiracangá	Canindé/CE				
Guaribas	Tauá/CE				

*Departamento Estadual de Trabalhadores/as Rurais (DETR) da Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT-CE)

Fonte: elaborado pela autora a partir de Esplar (1992).

Um aspecto importante a ser destacado sobre o Quadro 4 é a quantidade de Bancos que participaram do evento, o que indica também a presença de seus/as representantes, agricultores/as de diferentes comunidades do Ceará. São 22 Bancos de 12 municípios diferentes. Isso coloca em evidência que embora a ideia de reformulação do armazenamento coletivo e da própria ação em rede tenha sido desenhada a partir de projetos do Esplar, ela criava vínculos nas comunidades. As pessoas se mobilizaram para estarem presentes em um Encontro que durou três dias, num contexto dos anos 1990, quando a comunicação era completamente distinta da de hoje e as condições seja das estradas ou dos transportes públicos eram mais precárias. Os Bancos aparecem, assim, como algo realmente importante, seja porque sua constituição foi traçada a partir de um problema real retratado pelos/as agricultores/as ou porque “nunca se falou só em semente”.

Ao mesmo tempo que as sementes eram insumos locais fundamentais, conforme identificado pelo Diagnóstico realizado pelo Esplar em relação às restrições pelos/as agricultores/as, elas também vinham influenciado diretamente a Rede PTA. Uma das

maiores evidência disso é a constituição em 1993/94 da Rede Sementes, uma rede temática e pertencente à Rede PTA. Os precedentes da Rede Sementes associam-se ao 1º Ensaio Nacional do Milho Crioulo (ENMC)¹¹⁰ realizado em 1991 numa parceria entre a Embrapa e entidades de assessorias do Sul do Brasil, devido à contaminação das variedades tradicionais de milho pelas convencionais¹¹¹ e a necessidade de preservação dos recursos fitogenéticos dos/as pequenos/as agricultores/as. Ainda que iniciada no Sul do Brasil, na avaliação da Rede PTA feita por Leroy e Abromovay (1998), eles apontam que a Rede Sementes se tornou, desde o ENMC, a maior expressão da Rede PTA e destacam “mesmo que não estivessem no ENMC, as entidades da Rede Nordeste¹¹² participavam ativamente da Rede Sementes e realizavam suas próprias atividades: Encontros de Bancos de Sementes (Ouricuri), Encontros da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará” (s/p).

Sob essa ótica de atenção compartilhada às sementes na Rede PTA, tem-se uma possível explicação para a presença de diversas ONGs no I Encontro da RIS-CE, era mais um dos momentos de convergências sobre o tema. Este tipo de espaço se revela como central ainda para a formação e intercâmbio entre os/as assessores/as, que enfrentavam desafios cotidianos no desenvolvimento das tecnologias alternativas, como apresentou Elzira em referência à constituição dos Bancos. Além disso, observa-se entre as entidades presentes uma atuação referenciada pelas dinâmicas do Semiárido¹¹³. Os Bancos de Sementes iam se revelando como uma possibilidade de garantia de sementes e de produção nos roçados mais ampliada do que o Ceará. A conexão com as tecnologias alternativas, suas metodologias e ação em rede desencadeada pela Rede PTA permitiam adaptações sucessivas pela região semiárida, fomentando os fazeres locais e as conexões entre experiências, assessores/as e agricultores/as.

¹¹⁰ Para maiores detalhes ver a seção 3.1.1.

¹¹¹ No Sul do país isso ocorreu de forma abrupta, devido à intensificação da produção de *commodities* de milho em sistemas de monocultura difundidos via Revolução Verde. A contaminação referida pode ser entendida enquanto um processo amplo associado aos enormes incentivos por parte do Estado e de empresas do setor para que os/as pequenos/as agricultores/as adquirissem, em sistemas de créditos, sementes convencionais, vendidas como ‘mais produtivas’, abandonando as variedades tradicionais; e, ao mesmo tempo, se refere à contaminação que acontece dentro do próprio sistema de cultivo (lavoura), sobretudo, nas plantas de polinização aberta, como é o caso do milho, e também entre os sistemas de cultivo.

¹¹² Refere-se à estrutura de governança da Rede PTA organizada por regiões do Brasil.

¹¹³ Na década de 1990, essas ONGs passaram ainda a conformar a rede ASA.

As fotografias (Foto 10) ilustram diferentes momentos do Encontro, incluindo espaços de debate e a feira de trocas de sementes. A logo da RIS também compõe o mosaico, um dos produtos criados no âmbito da própria rede:

Foto 10. Momentos do I Encontro da RIS-CE, 1992



Fonte: Acervo histórico do Esplar.

Uma das principais temáticas debatidas durante o I Encontro diz respeito às práticas de armazenamento. Havia uma espécie de busca coletiva por compreender as melhores formas de gestionar os Bancos, armazenar e fazer circular as sementes, mantendo sua qualidade. A título de exemplo, no espaço de debate do Painel 1, intitulado “Bancos de Sementes da década de 1970 na região de Crateús”, que relatou as motivações para a criação dos primeiros Bancos, identifiquei 19 questões feitas pelos/as presentes. Desse total, 13 eram sobre o funcionamento dos Bancos.

Para mim, um dos aspectos mais importantes do relatório do I Encontro diz respeito ao resgate das narrativas sobre a trajetória de estruturação dos Bancos na região dos sertões dos Inhamuns e do Crateús. Todavia, para os participantes do evento, parece que o objetivo central era pensar as dinâmicas de gestão. Diversos desafios estavam sendo vivenciados. Tinha-se, por meio do Encontro, a oportunidade de aprender com experiências que vinham desenvolvendo o armazenamento coletivo há quase 20 anos, entre idas e vindas. O evento buscava, portanto, responder aos desafios do presente,

estabelecendo, ao mesmo tempo, uma conexão com as práticas de armazenamento coletivo historicamente instituídas.

Analisando as dinâmicas de constituição de redes pelas ONGs brasileiras, Pinto (2006) ressalta que essa estratégia se encontra associada às formas como essas organizações se movem no espaço público, articulando esferas locais, regionais e globais, incluindo em seu ‘ecossistema’ organizações internacionais, como o sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU) e fundações financiadoras¹¹⁴. Para a autora,

A noção de rede em relação às ONGs pode ser pensada de duas formas: uma é a rede entre ONGs, incluindo também os movimentos sociais, na qual cada organização é ponto de transmissão para outras, maiores ou menores, locais ou globais. Outra forma de pensar a rede é como um espaço tridimensional, onde as ONGs funcionam não apenas como pontos de transmissão, mas como pontos nodais, que acumulam e distribuem informações, acumulam poder, credenciam-se como representantes fazendo a ligação entre o Estado e a sociedade em geral. (PINTO, 2006, p. 658)

A divisão proposta pela autora parece no âmbito da discussão aqui colocada mais relevante do ponto de vista conceitual do que em termos práticos. No caso da RIS-CE, por exemplo, essas duas formas vão se sobrepondo. A Rede se realiza pela mobilização de atores coletivos desde as comunidades até às organizações representativas, incluindo também a presença das ONGs, como apresentado no Quadro 4. Além disso, tem-se a relevância do Esplar como um “ponto nodal”, capaz de acumular distintos ‘recursos’ (econômicos, humanos e informações) e associado a outras redes, como a Rede PTA. Essa espécie de fluidez é discutida por Schmitt (2011) quando analisa os desafios de precisar a noção de rede no próprio âmbito das ciências sociais. Ainda que para as ONGs o conceito de redes seja mais conciso, envolvendo muitas vezes uma governança própria e até mesmo uma morfologia, as muitas formas como isso pode ocorrer, a depender de onde e de quem são os/as envolvidos/as, recoloca a fluidez.

No caso da RIS-CE, durante o I Encontro, realizado em 1992, ficou decidido que o Esplar seria responsável pela coordenação da Rede. O inverno subsequente foi de seca, o que promoveu uma desestabilização do estoque de sementes armazenado nos Bancos. De acordo com o Relatório de 1994, a situação desse período se caracterizava por um quase esvaziamento dos estoques. Dentre as passagens mais destacadas no documento,

¹¹⁴ Vale destacar as análises de Laval e Bülow (2014) sobre os intermediários ou *brokers* e do papel fundamental desempenhado por eles na ação coletiva. Os autores ressaltam como tal leitura não deve ser feita a partir de uma perspectiva de horizontalidade, como se as redes da sociedade civil não estivessem imersas em relações de poder. Os impactos das intermediações são contingentes e precisam ser compreendidos à luz dos desafios aos quais estão expostos.

lê-se: “faltou inverno” (ESPLAR, 1994b). Era preciso, mais uma vez, comprar sementes e encher os Bancos.

Nesse contexto delicado, a estratégia implementada pela RIS-CE foi engendrar múltiplas parcerias, desde a cooperação internacional até organismos governamentais, em níveis estadual e municipal. Essas estratégias e as possibilidades de parceria visando reestabelecer os estoques foram mapeadas entre agosto e dezembro de 1993 e, durante o II Encontro da RIS, nesse mesmo ano, os/as presentes se organizaram para colocá-las em vigor. A Cáritas foi uma das entidades consultadas e passou, a partir desse Encontro, a integrar a RIS-CE e a apoiar, por meio de recursos de suas Dioceses, os Bancos de Sementes.

No que se refere ao governo estadual, havia entre os atores da RIS-CE uma compreensão compartilhada dos inúmeros problemas associados ao Programa Hora de Plantar, sobretudo no que diz respeito ao atraso na distribuição das sementes. A ação em rede tentou resolver o problema. A busca pelas sementes disponibilizadas pelo governo estadual não se daria de forma individualizada, nos escritórios da Ematerce, mas via Bancos. Cada Banco procuraria o escritório local da Empresa, de forma a obter as sementes em tempo hábil e faria a distribuição, garantindo que as sementes estariam disponíveis na safra seguinte e na “hora certa” – já que, como entoa o violeiro Manga Verde, “o nordestino é do inverno dependente” (ESPLAR, 1992, p. 38). Outra tomada de posição nesse período envolveu um estímulo para que os/as agricultores/as resgatassem aquelas variedades de sementes armazenadas em casa, mesmo que em pequenas quantidades pois, como já identificado, elas tornavam a aparecer nos momentos de plantio e devolução de sementes aos Bancos.

As estratégias traçadas entre agricultores/as e assessores/ revelam uma característica importante sobre os Bancos. As sementes da Hora de Plantar, do armazenamento doméstico e mesmo aquelas adquiridas nos comércios locais não podem ser tratadas como externas ao armazenamento coletivo. Ao contrário, elas vão viabilizando esse processo, permitindo que os/as agricultores/as possam cultivar roçados a cada safra e separar sementes para os plantios subsequentes. Isso é importante porque não se trata da constituição de uma instância puramente blindada a determinados tipos de sementes, mas, sobretudo, de garantir condições de reprodução da vida por meio da agricultura. Importante que tal ponto seja destacado, considerando, ao mesmo tempo, que

desafios são inerentes como o risco de desaparecimento de variedades cultivadas por gerações pelos/as agricultores/as¹¹⁵, conforme destacado anteriormente.

Enquanto o Esplar assumia a coordenação, havia também ações descentralizadas em curso envolvendo, inclusive, a entrada de outros atores. É possível acompanhar uma transformação da ação dos próprios Bancos de Sementes, que foram assumindo papéis diferenciados ao longo do tempo. Um primeiro elemento a ser observado é que existe uma convergência da atuação da Rede para que esses funcionem de forma efetiva. Nas leituras dos relatórios e projetos do Esplar (ESPLAR, 1992; 1994a; 1994b) é notável que o tema de maior debate, ao longo das páginas, envolve estratégias de gestão dos Bancos. O segundo ponto a ser reforçado se refere à presença dos Bancos na vida cotidiana dos agricultores/as.

Para além da existência da Rede, que estabelece conexões entre diferentes esferas e atores, articulando comunidades, agências internacionais e organizações com atuação em diferentes estados, é na localidade, nas comunidades, que o Banco ganha vida, ou seja, é na sua utilidade ordinária que reside sua potência. Com o estoque viabilizado dos Bancos, o armazenamento doméstico, por exemplo, tornou-se uma questão a ser tratada coletivamente, quando uma variedade de sementes era emprestada, mas várias eram devolvidas. Sementes que eram dadas por desaparecidas tornavam a aparecer, demonstrando também como o armazenamento de sementes é uma prática integrante do ser agricultor/a no Semiárido. É emprestando e recebendo sementes que o Banco se realiza, ainda que suas ações nunca terminem e comecem aí. Isso explica o engajamento de tantos atores na RIS-CE, que se dispõem a achar recursos, elaborar projetos, conectar distintas organizações, definir regras compartilhadas e estratégias de gestão, além de plantar e colher.

No já referido II Encontro da RIS, realizado em 1993, os Bancos foram batizados como Casas. Em conversas com Malvinier, assessora do Esplar, ela me explicou que havia uma impressão compartilhada entre os/as participantes da RIS-CE de que a palavra banco se aproximava de uma perspectiva bancária, baseada em credores e dividendos, e que isso não era o que movia o que estavam fazendo com as sementes. Casa, por sua vez, representava um lugar seguro, de cuidado. Vale destacar que isso permanece como uma presença marcante no próprio estado do Ceará. Em nenhum momento do trabalho de

¹¹⁵ Na seção 3.3 discuto como isso se dá de forma muito específica quando se trata de sementes transgênicas.

campo alguém se referia às Casas como Bancos, e se eu porventura cometesse tal gafe a correção vinha imediatamente: “aqui no Ceará é Casa”. As fotografias (Foto 11) trazem um ato simbólico da constituição das Casas, quando os/as presentes no II Encontro compartilharam pincéis para gravarem na parede o novo nome.

Foto 11. De Banco para Casa



Fonte: Acervo histórico do ESPLAR, organizado pela autora.

A RIS-CE funcionou por aproximadamente 20 anos, por meio de uma coordenação descentralizada que envolvia, sobretudo, o Esplar, os STTRs do Ceará, as regionais da Cáritas, as Casas de Sementes e outros grupos ou coletivos dos/as agricultores/as, como por exemplo as associações. Com uma ferramenta de organização em nível ‘mais localizado’, a Rede contava com comissões regionais como a da Zona Norte, a do Sertão Central e a do Cariri. Essas comissões paulatinamente foram sendo concebidas como RIS regionais, a depender do número de Casas e da capacidade de atuação local, sendo grande parte de suas ações mobilizadas através das Dioceses de

atuação da Cáritas, ONGs¹¹⁶ e a parceria com os STRRs. Hoje, a RIS não existe como uma instância estadual, mas segue funcionando a partir dos arranjos instituídos nas regiões. Atualmente, encontram-se em funcionamento sete RIS regionais, com atuação em 50 municípios, envolvendo 231 Casas de Sementes e mais de 5.000 sócios/as. A Tabela 1 apresenta as informações sobre cada uma dessas RIS:

Tabela 1. RIS regionais do Ceará

	RIS Ibiapaba	RIS Inhamuns	RIS Cariri	RIS Centro Sul	RIS Vale do Jaguaribe	RIS Sobral	RIS Três Climas	Total
Nº de municípios	06	05	09	05	04	11	10	50
Nº de Casas de Sementes	18	44	22	16	16	81	34	215
Nº de sócios/as	162	878	468	314	143	2.345	413	4.723

Fonte: Arquivos da RIS Sobral, organizado pela autora.

3.2.1 A emergência da RIS Sobral/CE

Começo essa seção refletindo sobre certos conceitos, sobretudo, aqueles que parecem fruto de determinados consensos e aplicáveis a qualquer realidade. O que, contudo, não se sustenta e obriga mais uma vez a tratar da ciência e seus fatos como um devir. Estes ‘sustos’ – ou momentos que colocam em dúvida certas posições tomadas como verdades – reiteram que as práticas científicas se transformam pelo encontro de mundos e que mais do que ‘fazer caber mundos’ a partir de determinadas conceituações é preciso se deixar afetar por aquilo que o mundo tem a dizer sobre esses conceitos.

Tudo começou em uma oficina realizada em 2017, no âmbito da consultoria que fiz com a ANA. O momento coletivo contou com coordenadores/as da RIS Sobral, representantes de STTRs e da Cáritas Diocesana de Sobral e agricultores/as. A escolha dos/as presentes se deu em parceria com a Cáritas¹¹⁷, em um esforço de convidar as pessoas responsáveis pela Rede, hoje, e também aqueles/as que historicamente estão

¹¹⁶ Destaca-se a atuação do Cetra, Desenvolvimento, Solidariedade e Sustentabilidade, na ação com as Casas de Sementes, atuando na RIS Ibiapaba e Itapipoca.

¹¹⁷ Entidade proponente do projeto Ecoforte (coordenado pela ANA, FBB e BNDES) executado na RIS Sobral e por isso responsável pela atividade.

imbricados em sua organização. O objetivo principal era construir uma *linha do tempo do território* no qual a Rede atua. A oficina foi realizada durante um dia inteiro, porém boa parte do tempo acabou sendo investida em compreender o que era esse “tal território”, conforme me foi colocado.

O estranhamento enfrentado pelo grupo não estava relacionado à complexidade do território, no que se refere ao pertencimento das pessoas a um determinado contexto ecológico e social, mas a uma dificuldade de compreensão de como contar a história *da Rede* a partir dessa referência. Falavam para mim: “Helena, a gente veio aqui para fazer a linha do tempo da RIS. Do território a gente não sabe fazer”. O marco para quem ali estava era o 1º Encontro de Sementes ocorrido na região de Sobral/CE, em 2003, quando foi formalmente instituída a RIS Sobral.

Tentei, então, explicar a proposta da atividade a partir do território de uma outra rede que eu conhecia, a Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais¹¹⁸. Elementos associados à trajetória dessa Rede, como a atuação das CEBs, formação dos STTRs e a luta pela terra ajudaram a inspirar e a elaborar a linha do tempo da RIS Sobral. Ao finalizarmos a atividade, os/as presentes reconheceram esse exercício como importante, por permitir a conexão de processos que de certa forma já faziam parte da RIS Sobral, especialmente os que remetem às décadas de 1970 e 1980, e que, no entanto, não eram tão frequentemente tratados como tal. Isso me chamou muito a atenção. O primeiro motivo, como já destacado, é essa delimitação conceitual *a priori*, que concebia que a toda rede, precede um território, o que me deu um “banho de realidade”. O segundo foi uma vontade de compreender quais eram os laços históricos ‘mais alargados’ da RIS Sobral ali na região.

Ao analisar a conformação da RIS-CE ao longo do tempo, foi possível identificar uma espécie de irradiação da Rede. Nas primeiras ações havia uma dimensão estadual, que tinha como objetivo conectar os diferentes locais onde havia Bancos de Sementes. Isso se dava pela compreensão que o agir em rede contribuía para a construção de conexões entre as experiências, sobretudo, quando havia poucas organizações de assessoria técnica atuantes, como explicado na seção anterior pela interlocutora Elzira. O aumento do número de Bancos de Sementes e das então chamadas Casas de Semente (em algumas das regiões do estado, como apresentando na Tabela 1), possibilitou processualmente a constituição de redes regionais. O marco de 2003, da “oficialização da

¹¹⁸ Para um trabalho sobre esse tema, consultar Charão-Marques, Schmitt e Oliveira (2017).

RIS Sobral/CE”, menos do que indicar a ausência de uma história prévia, constituía-se como um ponto de convergência das múltiplas as ações que levavam até essa referência. Não era só RIS-CE, tampouco somente a ‘linha do tempo da rede no território’.

Joelton, amigo e anfitrião nas estadias do Ceará, ficou decepcionado e acreditava que a oficina que havíamos organizado para discutir a trajetória do território não tinha realmente funcionado. À época ele trabalhava na Cáritas, e, assim como eu, era responsável pela atividade. Ficamos pensando. Depois de um tempo, Joelton chegou à conclusão de que um acontecimento importante deveria ser a criação da primeira Casa de Sementes da região de Sobral/CE e que isso poderia contribuir para a história da Rede. Mais uma narrativa entrava aí.

Dona Suzete, moradora da comunidade Bulandeira, no município de Santana do Acaraú/CE, com mais de 80 anos, era a guardiã dessas memórias. Fomos ao seu encontro. Posso dizer que ela era uma senhora um ‘pouco fechada’ e não soltou as informações tão facilmente. Fomos nos achegando e ela começou a narrar:

[...] naquele tempo as pessoas viviam numa situação muito difícil [década de 1980]. Se alguém ficava doente a gente colocava numa rede, juntava quatro pessoas para carregar e podia gastar até dias para chegar à cidade. Era muito difícil, mas essas dificuldades todas juntavam as pessoas¹¹⁹.

Essa referência à “união das pessoas”, dona Suzete explicou-me ainda que era o cuidado coletivo que tornava possível superar as dificuldades e garantir que uma pessoa doente pudesse chegar ao hospital, por exemplo. A própria história de vida de Dona Suzete expressa essa dimensão. A interlocutora conta que na década de 1980, em sua comunidade, ela era uma das poucas pessoas “letradas” e que, por isso, assumia um papel de educadora comunitária.

Em nossa conversa, perguntei à Dona Suzete como se iniciou o trabalho com a Casa de Sementes. Para me contar sobre isso, ela rememorou a seca de 1979-1983. De acordo com a interlocutora, “essa foi muito dura no Ceará”. Outras lembranças associadas a essa seca e acionadas por agricultores/as com quem conversei reforçam essa percepção: “não há ninguém que não conheça um anjinho”. “Anjinhos” é uma referência utilizada de forma recorrente para se referir a crianças que morreram durante as secas, antes de serem batizadas. Além do Batalhão de Emergência, principal resposta do Estado à situação, Dona Suzete rememora que, devido à intensidade da seca e sua longa duração, diversas

¹¹⁹ Para uma aproximação do que foi apresentado por Dona Suzete, recomendo a animação “Morte e Vida Severina” dirigida por Afonso Serpa, baseada no texto de João Cabral de Melo Neto.

organizações pastorais se tornaram mais presentes na região de Sobral, sobretudo as CEBs e o Movimento de Educação de Base (MEB)¹²⁰. Vale destacar, como analisado no Capítulo II, que a atuação dessas entidades não se esgotava em respostas à seca: tinha como ponto de partida uma visão crítica da estrutura fundiária vigente e das relações de poder a ela associadas, em um contexto em que a terra era controlada por um número reduzido de proprietários e a água era objeto de barganha política e social.

Dona Suzete conta que uma série de ações começaram a ser desenvolvidas nas áreas de saúde e educação em sua comunidade, por meio da parceria entre o MEB, as CEBs e a Cáritas Diocesana de Sobral¹²¹: “como eu era letrada na época e envolvida nas questões políticas, me convidaram para atuar diretamente”. Ela explica que trabalhou como professora e coordenadora em atividades associadas à educação de crianças, jovens e adultos. Além disso, a comunidade passou a contar com profissionais itinerantes de saúde, que cuidavam da “saúde básica” das famílias, como controle de doenças e fornecimento de medicamentos.

Em 1983, o MEB e a Cáritas conseguiram um financiamento por meio da Oxfam para a compra de sementes que haviam desaparecido quase por completo na comunidade devido à seca. A partir da efetivação desta compra, formou-se na comunidade da Bulandeira o primeiro Banco de Sementes da região de Sobral/CE. Esta iniciativa pioneira não contava com espaço físico próprio, assim como não havia entre os membros da comunidade atividades de gestão, como processos de seleção das sementes e controle de estoques (empréstimo e devolução). As sementes, armazenadas em sacos eram acondicionadas na casa de Dona Suzete e disponibilizadas aos/às agricultores/as no momento das primeiras chuvas.

O Banco funcionou por algum tempo, Dona Suzete não se recorda a duração exata. A permanência da seca e a fragilidade da gestão impediram a renovação e a garantia de estoques, levando a sua desativação. Em 1998, a partir de uma ação de parceria entre a

¹²⁰ Organização com atuação no campo da educação popular através de programas de rádio criada no começo do governo Jânio Quadros, em 1961, como resultado de acordo entre a Presidência da República e a CNBB. Teve entre seus quadros um número relevante de membros da JUC (Juventude Universitária Católica), ou ex-jucistas. Foi ainda uma importante organização da fundação das primeiras entidades que viriam a ser reconhecidas como ONGs, nas décadas de 1970 e 1980 (LANDIM, 2002). Enquanto articulação nacional o movimento foi interrompido em 1966, continuando a existir em algumas localidades devido à atuação das Dioceses. No início dos anos 2000, o Movimento foi retomado, aliando-se principalmente aos governos de alguns estados. Para maiores informações, ver: <https://www.meb.org.br/>.

¹²¹ Vale lembrar que a própria Cáritas Diocesana de Sobral foi criada no contexto da seca referida por Dona Suzete, mais especificamente, em 1983.

Cáritas Diocesana de Sobral, o Esplar e o STTR de Santana do Acaraú/CE, o Banco da comunidade foi reativado, já com a nomenclatura de Casa, e passou a se chamar Casa de Sementes Cultura da Gente da Bulandeira. Segundo levantamento feito na comunidade em 2017, a Casa envolvia 83 sócios/as (47 mulheres e 36 homens) e as sementes armazenadas totalizavam 508 garrafas *pet*. Um total de 204 garrafas *pet* guardavam variedades de milho: Agulha, São Paulo, Palha Roxa, Baé, do Governo, Sabugo Fino e Milho Misturado; 304 garrafas variedades de feijão: Ligeiro, Casca Fina, Quebra Galho, Baija Roxa, Santo Antônio, Caroço Branco, Caroço Pequeno Branco, Costa Verde e Vermelho. Além das sementes de cultivos agrícolas, a Casa armazena sementes de espécies “nativas” (como Sabiá e Imburana) e outros “legumes”: Jerimum de Leite, Jerimum Caboclo, melancia, arroz, ata, Fava Branca e Fava Preta.

Hoje, Dona Suzete não atua mais na Casa de Sementes, mas suas memórias são parte da vida dali. Durante a nossa conversa, parentes e vizinhos/as se aconchegaram à sombra do “alpendre” para compartilhar da escuta, acompanhada de doce de caju.

Foto 12. Comunidade Bulandeira e o primeiro Banco de Sementes da região de Sobral/CE



Fonte: Arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Além das narrativas de Dona Suzete, as conversas com os sócios/as da RIS Sobral/CE foram trazendo novos elementos sobre o período “antes de ser Rede”. Em 1998

foram criadas, também no contexto de parceria entre a Cáritas, o Esplar e os STTRs, a Casa de Sementes Alvaça, em Santana de Acaraú/CE, e as de Ouro Branco e Recreio, em Sobral/CE. Como pude entender, juntas, essas são identificadas como as primeiras Casas de Sementes da região de Sobral/CE e que se integraram, então, em 2003, à Rede. Como aprendi com os/as agricultores/as e lideranças durante a oficina da linha do tempo, pensar a história da Rede não necessariamente requer pensar em um território ou reconstituí-la a partir dos eventos de Criação das Casas ou daquilo que começou ainda no final dos anos 1980 com as tecnologias alternativas, conforme compartilhou Elzira.

A Tabela 2 apresenta a atual configuração da Rede, organizada de acordo com as Casas de Sementes, o número de participantes e as RIS municipais.

Tabela 2. RIS Sobral/CE

Municípios	Nº de Casas de Sementes	RIS Municipal?*	Número de sócios/as
Massapê	18	Sim	650
Santana do Acaraú	17	Sim	446
Forquilha	09	Sim	228
Sobral	18	Sim	721
Frecheirinha	06	Sim	121
Pacujá	02	Não	41
Alcântara	03	Sim	48
Morrinhos	04	Sim	68
Marco	01	Não	22
Bela Cruz	02	Não	57
Santa Quitéria	01	Não	31
Total	81		2.433

*Constituída quando no município há mais do que 03 Casas de Sementes

Fonte: Arquivos da RIS Sobral/CE, organizado pela autora.

Em termos da distribuição dos sócios por gênero, de um total de 2.433 sócios/as, 1.149 são mulheres (47%), 1.121 são homens (46%), 82 são mulheres jovens (3,3%) e 84 são homens jovens (3,4%)¹²². Essa distinção é importante e foi a mim apresentada em vários momentos do trabalho de campo. Embora a participação de homens e mulheres seja similar numericamente, as agricultoras e sócias da RIS Sobral/CE me explicaram que é preciso considerar as diferenças existentes no que diz respeito à trajetória e à qualidade desta participação. Elas destacam, por exemplo, como têm assumido tarefas: “são as

¹²² A faixa etária para a juventude adotada pela Rede é entre 15 e 29 anos.

mulheres quem ocupam a maioria dos espaços de coordenação da Rede e de gestão das Casas de Sementes”, ao mesmo tempo que trazem para o debate outros usos fundamentais das Casas de Sementes, como discutirei ao longo do Capítulo IV.

A partir da composição atual da Rede e das muitas histórias necessárias, o que se percebe são composições daquilo que se convencionou, em um momento específico, como sendo a RIS Sobral. O termo ‘RIS’ envolve todo um processo prévio organizado em nível de estado e cultivado em referência ao armazenamento coletivo iniciado no Ceará ainda nos anos 1970, nos sertões dos Inhamuns e de Crateús. Esse termo ganha vida na região de Sobral/CE, mesmo em um período em que a ‘RIS-CE’ já não mais atuava. Ao mesmo tempo, e ainda que de forma dispersa, essa historicidade é acionada quando vão aparecendo nas conversas com os/as sócios/as da RIS Sobral/CE sobre o início da Rede, ali na região, afirmações como “teve o pessoal do Esplar”, “tinha o Padre Holmes”. A Rede da região de Sobral poderia ser analisada à luz da RIS-CE; contudo, também possui uma história própria que começa em 2003, assim como encontra na narrativa de Dona Suzete, em referência à primeira Casa de Semente da região, uma de suas trajetórias.

Metodologicamente, isso chama a atenção para as implicações da tecitura de uma ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. A própria Rede é uma das emergências dessa ecologia, o que permite compreendê-la como composta de muitas histórias emaranhadas aos vínculos que ali vão sendo tecidos. Isso é interessante porque abre possibilidade de exercitar o que Stengers (2015) define como uma necessidade urgente de novas histórias, sobretudo daquelas que possam ser apreendidas pelas suas divergências, pelas distintas formas de praticar o que importa para aqueles/as que se dispõem a estarem juntos/as. Trata-se, sob essa perspectiva, de entender a ecologia das práticas em *meio* a realizações distintas que vão constituindo os pertencimentos (STENGERS, 2005).

Assim, por exemplo, as tecnologias alternativas ou o CTAQ não fazem sentido para todos/as na RIS Sobral, como fazem na narrativa do Esplar. Da mesma forma, para o Esplar, pode soar estranho o ano de 2003 como demarcador do início da RIS Sobral. Na comunidade da Bulandeira, em Santana do Acaraú/CE, Dona Suzete guarda a memória da primeira Casa de Sementes da região, o que pertence também à narrativa de alguns/as sócios/as da RIS Sobral. Na oficina da ANA, o território não era óbvio à linha do tempo da Rede, o que também acionou outros laços, ainda que não tenha sido uma proposição tão simples a quem ali estava. A ecologia das práticas das Casas de Semente

da RIS Sobral conduzem, assim, a muitos lugares e tempos, depende de quem conta e dos vínculos aos quais esse contar estão associados.

3.2.2 Rede Sementes da Vida e a atuação da ASA

A atuação da ASA foi destacada pelos/as sócios/as da RIS Sobral/CE em diferentes oportunidades durante a pesquisa. Poderia afirmar que mais do que associada às sementes, a importância da Articulação é referida devido às políticas públicas de acesso à água no Semiárido, especificamente, a P1MC e a P1+2. Ainda que parte de processos complementares essas políticas possuem especificidades, inclusive, na relação com o armazenamento coletivo de sementes. A P1MC é direcionada à construção de cisternas de primeira água, visando garantir, por meio da captação de água da chuva, água para o consumo humano básico das famílias, “água de beber”, como trabalhado por Rodrigues (2016), e relacionado à higiene e à cocção de alimentos. Não se trata, portanto, de água para produção, seja agrícola ou animal. Como parte da estratégia de ampliar a base de recursos das famílias do Semiárido, a ASA passa a estabelecer, a partir de 2004, diálogos com o poder público, que se configurariam, então, na política P1+2, a “água de comer” (RODRIGUES, 2016).

Nessa ótica, fica evidente como a emergência da P1+2 se dá integrada aos processos produtivos da pequena agricultura da região semiárida. Em relação ao acrônimo vale destacar a explicação de Gnadlinger *et al.* (2007, p. 67) – “o “1” significa a luta pela terra. Quem tem a terra, tem a água; quem tem terra e água, tem o poder econômico e político”. Afirmação que reitera o debate sobre “terras do patrão” trazido ao longo da tese, de como o controle da terra, se estende, também, a ‘quem’ ou ao ‘que’ ali habita. “O “2” são dois tipos de água, sendo uma para o consumo humano e a outra para a produção de alimentos” (GNADLINGER *et al.*, 2007, p. 69). A água para o consumo humano estaria garantida pela política pública P1MC, assim, novas tecnologias de acesso à água foram incorporadas à P1+2, como: a cisterna calçadão, o poço (ou cacimbinha), a barragem subterrânea; o barreiro trincheira; o pequeno açude; o caldeirão; a mandala; o tanque de pedra; e a barraginha¹²³ (RODRIGUES, 2016).

Durante o trabalho de campo não faltaram elogios para expressar a importância da cisterna, sobretudo, a da “água de beber” para as famílias do Semiárido. Tecnologia

¹²³ Descrições detalhadas e fotos destas tecnologias podem ser encontradas em Gnadlinger *et al.* (2007).

tida, inclusive, pelos/as agricultores/as que conheci, como um dos acontecimentos mais importantes da região. A cisterna de primeira água, assim como as Casas de Sementes, permite a constituição de estoques, prática fundamental durante os períodos de estiagem. São, dessa forma, complementares na garantia da produção e reprodução da vida da agricultura. Longe de estabelecer comparações, destaco, contudo, que a P1MC está mais presente no discurso e na vida dos agricultores/as do que a P1+2, o que se dá pelo alcance específico destas políticas¹²⁴. A ação da ASA, tal como discutido sobre a criação das Casas de Sementes e os múltiplos vínculos a que vão se associando, ratificam um projeto político específico, a convivência com o Semiárido, em contraposição ao que outrora era chamado de “combate à seca”, balizado, como discutido no Capítulo II, pela política de açudagem e de grandes obras hídricas, beneficiando grandes proprietários de terra (SILVA, 2006; MELO, 2015).

A criação da ASA também é parte dos processos de reabertura democrática do país, salientados ao longo do presente capítulo. Embora o surgimento oficial se dê em 1993, muitas das organizações e entidades que compõe a ASA já estavam atuando no Semiárido desde às décadas de 1970 e 1980, estando envolvidas, inclusive, na Rede PTA. Atualmente a ASA reúne mais de três mil organizações da sociedade civil, como sindicatos rurais e federações de trabalhadores/as rurais, associações de agricultores/as, cooperativas, ONGs de desenvolvimento rural e ambientalistas, comunidades eclesiais católicas e evangélicas, entidades comunitárias, movimentos sociais e organismos de cooperação internacional. Em análise à criação da ASA, Rodrigues (2016, p. 23), apresenta que:

Um dos efeitos do processo de criação da ASA diz respeito à capacidade desenvolvida pela organização no resgate, valorização e geração de uma série de tecnologias e metodologias de convivência com o Semiárido, tornando-se um espaço proffico e altamente dinâmico na identificação, desenvolvimento e circulação de tecnologias e práticas inovadoras de convivência com a região.

Hoje, a governança da ASA é constituída por Fóruns estaduais, que em alguns dos estados também possui esferas atuantes nas microrregiões. No Ceará, foi criado em 1999 o Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVSA), que é identificado pelos/as interlocutores/as da pesquisa como assessores/as e agricultores/as com um espaço

¹²⁴ Foram construídas mais de 1,2 milhões de cisternas de primeira água, atingindo 92% dos municípios do Semiárido. No âmbito da P1+2 foram construídas mais de 104 mil tecnologias para garantir água para a produção das famílias. Para maiores informações: <https://www.asabrasil.org.br/>

estadual para a proposição no âmbito da convivência com o Semiárido e, também, da agroecologia.

Em relação ao armazenamento coletivo de sementes, destaco as estratégias constituídas pela ASA no âmbito dos Bancos e Casas de Sementes. As secas, mais uma vez, aparecem como elementos fundamentais de análise. Diante da seca de 2012-2016, considerada a mais longa da região desde a década de 1980 (PESQUISA FAPESP, 2018), a ASA lançou em 2015 o “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido”¹²⁵. Mais de 850 Bancos e Casas de Sementes foram construídos no Semiárido graças a essa ação, sendo que 122 deles localizam no Ceará. No estado, o Esplar, a Cáritas e a ONG Cetra foram alguns dos executores do Programa junto às comunidades. Além da construção propriamente de Casas, o Programa previa a aplicação de testes de transgenia para a detecção de proteínas transgênicas nas sementes de milho¹²⁶ armazenadas pelos/as agricultores/as¹²⁷.

Como uma ação voltada à integração entre os Bancos e Casas em cada estado, o Programa teve como estratégia a criação de redes estaduais de sementes, que têm como referência organizativa os Fóruns estaduais. No Ceará, foi criada em 2016 a Rede Sementes da Vida¹²⁸, que tem como objetivo mapear e conectar as Casas de Sementes do estado. Na ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, isso tem um efeito curioso. Das 81 Casas da Rede, 15 foram criadas pelo Programa Sementes do Semiárido. Contudo, devido à dinâmica da região e, sobretudo, ao processo de “oficialização” da criação da RIS Sobral em 2003, a designação Rede Sementes da Vida, como se fosse uma nova rede, não faz muito sentido ali. Alguns sócios/as afirmam: “é que para a gente é RIS, é RIS. A gente já está acostumado”. Essa interpretação varia, todavia, em relação ao nível de participação na própria RIS Sobral. As pessoas que estão mais próximas das instâncias de coordenação da RIS Sobral entendem a relação da Rede Sementes da Vida, com o FCVSA e com a proposta de conexão estadual, mas para quem vive a RIS Sobral ali, na sua dimensão mais local ou comunitária, isso não faz tanto sentido.

¹²⁵ Programa financiado pelo BDNES. Atualmente o trabalho da ASA com os Bancos e Casas de Sementes tem sido desenvolvido em parceria com a Embrapa, no Projeto “Agrobiodiversidade no Semiárido”, no âmbito do Programa Inova Social e apoiado pelo BNDES. No entanto, o Ceará não é parte dos territórios de atuação.

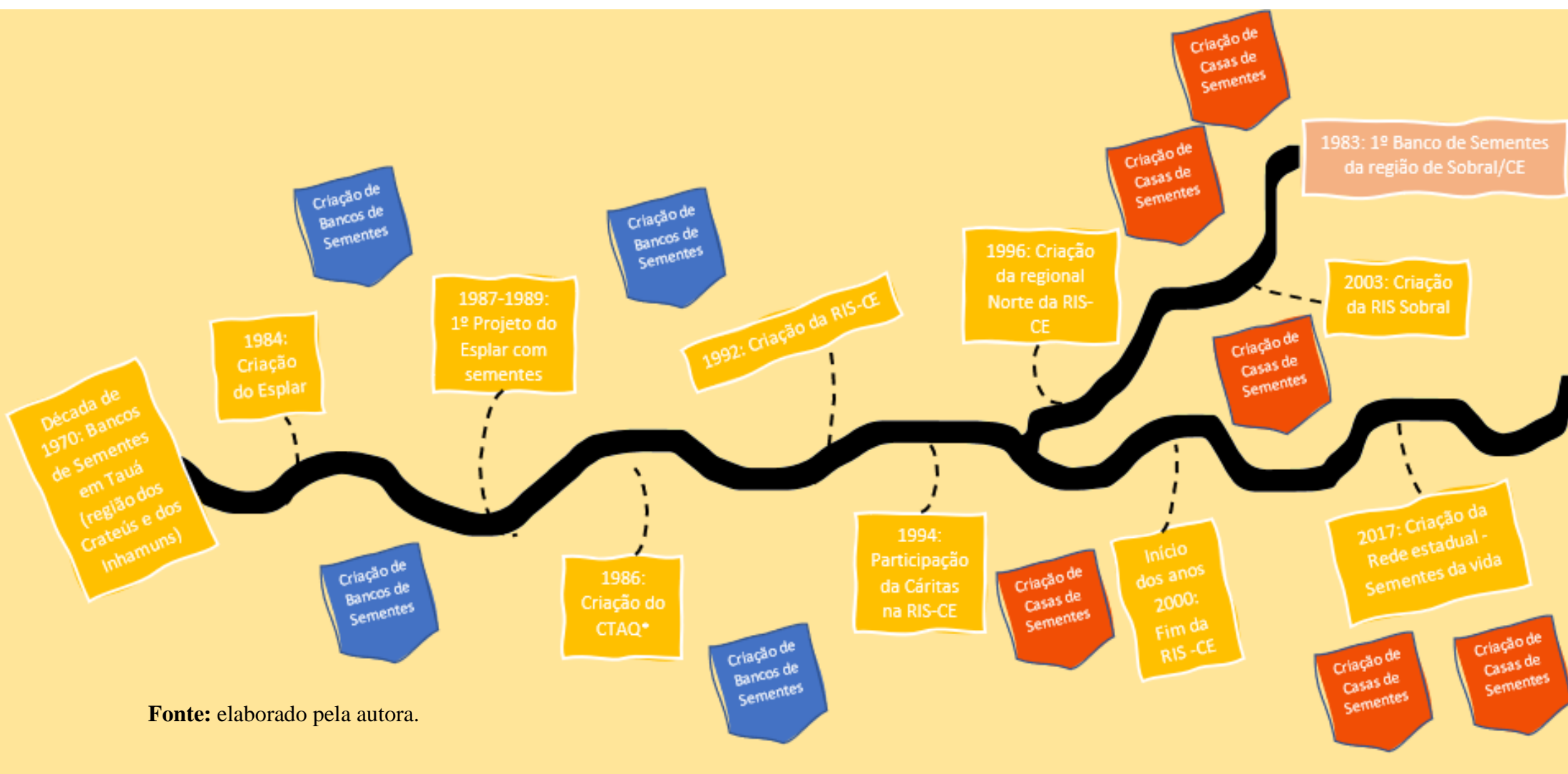
¹²⁶ Testes feitos com fitas sensíveis a proteínas modificadas geneticamente. Para ver o uso desses testes na prática, ver AS-PTA (2019).

¹²⁷ Apresento algumas dimensões associadas a este debate na seção 3.3.2.

¹²⁸ Para uma publicação específica, ver Calaméo (2022).

Isso não indica, contudo, que a Rede Sementes da Vida não tenha sua importância. Na verdade, o que busco destacar é como as redes vão, ao longo do tempo, constituindo vitalidades em conexão com os fazeres cotidianos mobilizados pelos/as agricultores/as no âmbito do armazenamento coletivo. A pertença a uma rede ou a várias é processual e acontece orientada, sobretudo, pelas ações realizadas nas Casas de Sementes. A Figura 4 busca reproduzir as muitas redes que se conectam à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, destacando, também, momentos importantes da trajetória apresentada ao longo de toda a seção. As linhas que se encontram e se separam na narrativa que busquei construir acerca deste percurso relembram que não se trata de uma única origem ou de acontecimentos lineares. Ao contrário, os vínculos que vão aí se emaranhando combinam muitos tempos e espaços. Assim, a leitura da direita para à esquerda é apenas uma das possíveis.

Figura 4. Casas de Sementes no tempo, um olhar a partir da RIS Sobral/CE



Fonte: elaborado pela autora.

3.3 “Misturar jegue e cabaça”: leis de sementes, biotecnologias e biodiversidade

O economista norte-americano David Hathaway, que vive no Brasil desde a década de 1980, é um dos meus principais interlocutores nesta seção. Li o nome de David pela primeira vez em documentos produzidos pela ONG AS-PTA, Agroecologia e Agricultura Familiar¹²⁹, arquivados no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP)¹³⁰. Ali, ele figurava como um ator importante na atuação da Rede PTA, na década de 1990, especialmente nas discussões travadas sobre o patenteamento de seres vivos¹³¹ no Brasil, nos imbróglis relativos ao Projeto de Lei 824/91 (PL 824/91), que buscava regular direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e na defesa das sementes manejadas pelas famílias agricultoras. David ‘reapareceu’ para mim em dois momentos importantes. O primeiro foi durante a entrevista com a ex-assessora do Esplar, Elzira. Ela se referiu às repercussões dos debates relativos ao patenteamento na atuação da RIS-CE e ao importante papel de David no acompanhamento a esse processo, como representante da sociedade civil, na Câmara dos Deputados. Esse tema reapareceu, novamente, na leitura dos relatórios e projetos do Esplar, sobretudo, no referido relatório do I Encontro da RIS-CE em 1992. Entre as atividades, havia um momento específico para falar sobre patentes e o PL 824/01, o que conduzia de volta à entrevista de Elzira e aos próprios documentos que outrora eu havia lido no NMSPP.

De forma mais ampla, rondaram a elaboração desta tese as discussões associadas ao patenteamento das técnicas de melhoramento genético das sementes¹³², às

¹²⁹ A AS-PTA, acrônimo de Assessoria ao Projeto de Tecnologias Alternativas, era responsável pela gestão do Projeto PTA à época. Embora o PTA não exista mais, a sigla da ONG permaneceu. Para maiores informações, ver: <https://aspta.org.br/>.

¹³⁰ Pertence ao CPDA/UFRRJ e é coordenado pela professora Leonilde Medeiros. Para maiores informações, ver: <https://nmspp.net.br/>.

¹³¹ De acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços “Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Com este direito, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patentado. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente” (INPI, 2021).

¹³² Trata-se de uma nuance, pois, ainda que a patente seja sobre as técnicas, elas se estendem, também, à própria materialidade das sementes e das plantas.

biotecnologias, à contaminação por Organismos Geneticamente Modificados (OGM)¹³³, às leis nacionais e acordos internacionais relacionados a este tema. O debate aqui proposto remete mais diretamente às biotecnologias desenvolvidas no início da década de 1990, associadas, sobretudo, ao sequenciamento de genomas, à identificação de genes importantes para a agricultura, a agropecuária e a produção de alimentos e às tecnologias de modificação genética¹³⁴. Contudo, tais mudanças seguem em curso, combinando legislações, o Estado e a ciência, e atravessam as sementes imersas em circuitos coletivos, que têm como principal referência o trabalho realizado por agricultores/as de base familiar, como são as Casas de Sementes. Nem sempre, porém, tal problemática é vivida de forma factual pelos/as agricultores/as, seja porque as legislações que cerceiam as sementes parecem parte de um mundo distante, seja pela própria linguagem mobilizada neste debate, pelo fato de que ele ocorre, muitas vezes, em espaços aos quais os/as agricultores/as não têm acesso direto (como o Congresso Nacional) ou porque as biotecnologias são invisíveis demais, no sentido que o gene é conceitualmente distante da vida cotidiana. No caso dos/as agricultores da RIS Sobral, isso se evidencia quando ambos os assuntos são tratados no plano do “existe”, a problemática é identificada, mas não se sabe ao certo as implicações.

Um exemplo importante é apresentado na pesquisa de Fernandes *et al.* (2022), que coletou 1.098 amostras de sementes de milho de agricultores/as familiares da região Nordeste que não eram *a priori* tidas como transgênicas – ao contrário, algumas delas estavam há gerações sendo manejadas pelos/as agricultores/as. Dentre essas, os/as pesquisadores/as constataram que 34% estavam contaminadas por alguma proteína transgênica. Para se ter uma ideia do que isso pode representar, reproduzo uma passagem da entrevista com o agricultor e representante do STTR de Remígio/PB, Euzébio Cavalcanti, organizada por mim e Gabriel Fernandes (AS-PTA, 2021a, s/p) sobre o tema¹³⁵, nas palavras dele:

A gente tinha que dar a notícia [da contaminação do milho por uma proteína modificada] para o agricultor, é como se um parente tivesse morrido e só a gente soubesse e tivesse que dar essa notícia. Foi esse o sentimento de ter que

¹³³ Os OGM são parte das técnicas de transgenia, na qual o material genético (DNA ou RNA) é modificado por qualquer técnica de engenharia genética, por meio do recebimento de genes provenientes de outro organismo (genes exógenos) (FERNANDES, 2019).

¹³⁴ São conhecidas como a primeira Geração de transgênicos, desenvolvidas entre as décadas de 1980 e 1990, reúne as plantas que foram modificadas geneticamente para serem resistentes a herbicidas e a outras doenças (EMBRAPA, 2022).

¹³⁵ Para a entrevista completa, ver AS-PTA (2021a).

dizer a seu Biruquinha que aquela semente não era mais o milho Pontinha dele, foi invadido por genes desconhecidos e o agricultor nem sabia o que era transgênico. É realmente um choque. Nós tivemos em Lagoa Seca um agricultor que trouxe uma variedade do Paraná, seu Zé Paraná, e ele jamais imaginaria que aquelas sementes que há mais de 50 anos ele vinha plantando ali, ele não plantava outra e nem deixava ninguém plantar outra, pudesse ter sido invadida por transgênicos. Quando o teste apontou contaminação, ele chorou muito na reunião. Ele perguntou “e agora, como vou fazer para recuperar essa semente?”.

As conclusões do trabalho de Fernandes *et al.* (2022) apontam como esses desafios e desalentos enfrentados pelos/as agricultores/as têm sido tratados com desprezo pelo Estado. Para os/as autores/as isso ocorre tanto por meio das políticas públicas, que não têm sido efetivas no tratamento da temática, quantos pelo prevalecimento dos interesses das empresas produtoras de sementes, colocando em risco o trabalho de melhoramento desenvolvido pelos/as agricultores/as por meio dos processos de seleção e armazenamento a cada safra.

Assim, me detenho nessa seção a debates que, de certa forma, podem parecer distantes das preocupações mais imediatas dos/as agricultores/as, como o desenvolvimento das biotecnologias e as ações do Estado, que, contudo, interferem diretamente nos fazeres cotidianos. Nessa ótica, conversar com David foi enriquecedor. Sua gentileza me permitiu acessar os entremeios dessas disputas e suas vivências nessa atividade que ele define como “lobby”¹³⁶, os muitos interesses, inclusive concorrentes, que estavam em jogo durante a tentativa de aprovação do PL 824/91. De forma genérica, o PL previa a extensão de patentes aos produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos, assim como em relação aos processos de obtenção ou modificação, mecanismos que não era previsto na legislação brasileira, então vigente, que institui o Código de Propriedade Industrial, Lei 5.772/71 (PACKER, 2009).

O caráter inédito da proposta no Brasil, como discutido em Reis (2015), encontra-se associado ao chamado “projeto”. Como explica a autora, trata-se de um conjunto de reformas econômicas organizadas pela cúpula do Executivo do Governo Collor (1990-1992) que, entre suas propostas, percebia a antiga lei de propriedade intelectual como pouco estável e de reformulação urgente. No que concerne mais especificamente às sementes, uma vez que o PL era mais amplo, Hathaway (1996, p. 12) reforça que:

¹³⁶ Conforme entendi, David usa essa palavra para designar a participação da sociedade civil no processo. Por isso, ainda que seja uma palavra em inglês não usarei o itálico, mas as aspas duplas, destacando que é uma categoria específica mobilizada por ele. Acredito que a referência de David é equivalente à noção de ‘incidência política’.

No que diz respeito às biotecnologias, o projeto inicial propunha que apenas “variedades vegetais” e “linhagens animais” fossem excetuadas do patenteamento, com legislação própria a ser elaborada para a proteção dos direitos em ambas essas áreas. Os processos biotecnológicos não eram mencionados, nem se faziam exceções a eles. Apenas “materiais biológicos encontrados na natureza” seriam excluídos da categoria de “invenções” na versão inicial do projeto de lei apresentado pelo executivo.

A primeira pergunta que fiz ao David foi o que ele pensava ou como entendia que as sementes haviam se tornado um problema na esfera do Estado, um objeto de atenção por parte do Executivo, do Legislativo e de disputa entre distintos atores, como a sociedade civil e empresas do setor. Na compreensão do interlocutor, isso se dá em relação direta às denúncias feitas contra os agrotóxicos. No final da década de 1980, na compreensão de David, os riscos ou os maléficos causados por estes produtos já estavam colocados para sociedade¹³⁷, em meio a uma série de controvérsias que ainda persistem nos dias de hoje. A publicização da problemática dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente foi uma das principais formas de denunciar o modelo propagado pela modernização da agricultura.

Esse tema funcionou como uma ponte entre ambientalistas e diferentes agentes, sobretudo profissionais das ciências agrárias, envolvidos na promoção de uma agricultura alternativa (BRANDENBURG, 2002; PINHEIRO *et al.*, 1998). Grígolo (2016), em análise semelhante, observa que o núcleo central dos debates sobre agricultura alternativa foi se redesenhando ao longo do tempo. Na compreensão do autor, foi na década de 1980 que as práticas de melhoramento genético utilizadas para selecionar variedades mais produtivas ou com outras características específicas tornaram-se proeminentes no âmbito da modernização da agricultura, emergindo, ao mesmo tempo, numa relação intrínseca com os agrotóxicos e os adubos químicos.

A própria trajetória do trabalho de David contribui para pensar a combinação temporal entre sementes e agrotóxicos. Seu primeiro trabalho no ‘campo’ da agricultura foi como tradutor de um livro para a Fase¹³⁸. Como me explicou David, antes mesmo de iniciar efetivamente a tradução desta publicação, chegaram à conclusão de que o conteúdo era muito voltado a uma análise sobre o mercado de agrotóxicos nos países europeus, o

¹³⁷ Destaca-se, por exemplo, a entrada em vigor da Lei nº 7.802/1989, que regularizou a fabricação e o uso de agrotóxicos no Brasil e que tornou o processo de registro desses produtos bem mais exigente do que a norma de 1934.

¹³⁸ Uma nota explicativa se faz importante. Como me explicou David, seu trabalho sempre se associou às ONGs, devido a convergências políticas, o que levou a aproximações entre um economista e os debates mobilizados no âmbito da agricultura alternativa.

que faria pouco sentido no contexto brasileiro. A Fase fez, então, uma contraproposta à agência financiadora, a Oxfam. Além de uma tradução, o acordo estabelecido passou a ter como escopo a investigação das especificidades dos agrotóxicos no chamado Terceiro Mundo. A pesquisa levou à publicação, em 1986, do livro *Pragas e venenos: os agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo*, escrito por David Hathaway e David Bull.

Durante o percurso de elaboração do livro, David explica que já era possível identificar o domínio das indústrias de agrotóxicos sobre a produção e comercialização das sementes:

O próximo passo que a gente encontrou foi de pesquisar sobre a indústria de agrotóxicos que estava começando a comprar as empresas de semente no mundo, em meados dos anos 1980. Com diferentes propostas a [nome da empresa] queria completar sua rede mundial de vendas e aproveitar que tinham uma rede de varejo mais ou menos sobre seu controle e aí as sementes seriam vendidas no mesmo lugar. O agricultor já compra na mesma loja, por que não comprar da mesma marca? E aí ao mesmo tempo a tecnologia estava avançando com a transgenia e as empresas começaram a ver que podiam ser donas das sementes, ia ser tanta pesquisa publica que [...] para atender os interesses de ter sementes mais independentes de nitrogênio, que enfraquecia a planta, mas tinha agrotóxico para cuidar disso, para fungo, insetos, de uma planta mais fraca. (Entrevista, abril de 2021)

As argumentações de David sobre o mercado de sementes em meados da década de 1980 se associam, por sua vez, a uma história mais alargada. Na genealogia feita por Wilkinson e Castelli (2000), os autores identificam na técnica de hibridização, ainda no começo do século XX, uma das estratégias tecnológicas responsáveis pela contínua consolidação desse mercado. Além disso, todo o processo de modernização da agricultura, em curso no Brasil desde pelo menos a década de 1960, já tinha entre os componentes desse pacote tecnológico a difusão das sementes melhoradas, sobretudo as variedades híbridas de milho e de trigo¹³⁹. A primeira lei brasileira que versa sobre as sementes é a Lei nº 4.727, de 1965, substituída, posteriormente, pela Lei nº 6.507, de 1977, ambas editadas do processo de modernização conservadora da agricultura no

¹³⁹ Vale destacar o papel que o melhoramento genético do trigo ocupou na Revolução Verde, como foi o caso do Mexican Agricultural Program (MAP) instalado no México na década de 1940 para desenvolvimento de variedades melhoradas de trigo, embora o milho fosse a base alimentar desse país (PATEL, 2012). Esse é o contexto no qual o jovem agrônomo norte-americano Norman Borlaug desenvolveu o chamado “milagre do trigo”, variedades de alto rendimento difundidas durante a Revolução Verde, acarretando uma substituição acelerada das variedades antes cultivadas pelos/as agricultores/as (FAO, 1996). Outro destaque importante, já na década de 1980, é a publicação do livro *First the Seed: the political economy of plant biotechnology* de Jack Ralph Kloppenburg, (KLOPPENBURG, 1988). O autor discute como as práticas de manipulação genética das plantas e sementes foram constituindo a indústria de biotecnologias que teve como sustentação fundamental o uso das estruturas públicas e o apoio do Estado.

Brasil. Segundo Santilli (2012), a edição de tais marcos regulatórios é parte de uma estratégia jurídica de apoio ao setor privado agrícola, constituída sob um “paradigma do produtivismo e da modernização da agricultura, da padronização dos produtos agrícolas e da fragmentação das várias etapas da produção agrícola” (SANTILLI, 2009, p. 97).

Nesses termos, é possível identificar no Brasil um movimento de constituição do mercado de sementes como uma área de atuação das grandes corporações, envolvendo tanto o Estado quanto as indústrias. Segundo a Associação Brasileira de Sementes (ABRASEM, 2022)¹⁴⁰, a principal conquista da legislação na década de 1960 foi proporcionar à iniciativa privada a estrutura necessária à produção, o que possibilitou o surgimento dos primeiros produtores de sementes que buscavam atender a esses requisitos legais, substituindo ‘práticas arcaicas’ que antes estavam a cargo, sobretudo, dos governos estaduais e do Ministério da Agricultura.

Esse período histórico que se inicia no pós-Guerra e se estende até meados da década de 1970 foi identificado por Bonneuil *et al.* (2000) como os “Trinta Anos Gloriosos”. Para os/as autores/as, dentre os principais eventos que marcam essa etapa de desenvolvimento da produção industrial de sementes, destaca-se o investimento massivo, tanto do Estado quanto das empresas, na estruturação das cadeias dos chamados *commodities*: trigo, milho e soja. Para os/as autores/as, essas culturas irão se constituir como “o motor do modelo produtivista e as maiores consumidoras de ajudas públicas [apoio do Estado]”(p. 177)¹⁴¹.

As transformações que se identificam, a partir de 1980 no que diz respeito à produção e comercialização das sementes, tomando como referência a sequência temporal que organiza a narrativa de David, podem ser pensadas por meio de duas lentes. A primeira se refere à emergência da economia de qualidade. Bonneuil *et al.* (2000) chamam atenção, ainda em meados da década de 1970, para uma transição de uma economia de oferta para uma economia de qualidade, que se configura em:

¹⁴⁰ Fundada em 1972, a ABRASEM “congrega as Associações Estaduais de Produtores de Sementes e Entidades Representativas de todo o setor de sementes do Brasil, de obtentores a usuários; passando pelos setores de pesquisa, produção, multiplicação, beneficiamento, armazenamento e comercialização, e objetivando uma representação institucional forte e atuante [...] É também função da ABRASEM a coordenação e gerenciamento de assuntos em âmbito nacional, de interesse de suas associadas e do agronegócio brasileiro”. Vale destacar que é espaço privilegiado de participação das empresas de sementes como a Monsanto, Bayer, Syngenta, Dow AgroSciences e BASF. Consultar: <http://www.abrasem.com.br/>.

¹⁴¹ Em análise do modelo da Revolução Verde, Patel (2012) chega a semelhante conclusão. O autor discute que a importância do Estado se dá à medida que esse, além de ser o ente orientador dos investimentos em pacotes tecnológicos, é responsável por inculcar, através da difusão, o uso das diferentes tecnologias na vida cotidiana das instituições governamentais e nos hábitos dos/as agricultores/as.

Em vez de tentar aumentar a estabilidade no espaço de um genótipo para atingir vastas áreas em uma condição intensiva, e de economias de escala através da padronização - o que ilustra maravilhosamente a eliminação da sensibilidade ao fotoperiodismo nas variedades da revolução verde – procede-se de outro modo. Trata-se de aumentar a adaptação específica de um genótipo a um conjunto “ambiente x prática x uso” muito particular, mas com uma estabilidade no tempo para equilibrar as variações temporais do meio ambiente, o que implica a manutenção de uma heterogeneidade intravarietal. (BONNEUIL *et al.*, 2000, p. 192)

A emergência de uma economia de qualidade, que buscava responder a um novo momento do desenvolvimento capitalista, requereu ajustes na conformação do mercado. Em complementariedade ao que David aponta sobre as fusões entre as indústrias de agrotóxicos e sementes, Wilkinson e Castelli (2000, p. 22) destacam que foi sobretudo a partir dos anos 1990 que “ocorreram as maiores transformações mediante fusões e aquisições por parte das grandes companhias agroquímicas e biotecnológicas”. Esse *boom* pode ser evidenciado na perspectiva dos/as autores/as por meio de uma articulação entre quatro movimentos: i) a fusão entre as indústrias de sementes e agroquímicos; ii) o estabelecimento de relações com os mercados industriais de alimentos; iii) a conversão das biotecnologias agrícolas em componentes críticos no desenvolvimento das empresas químicas e farmacêuticas como parte do desenvolvimento das “Ciências da Vida”¹⁴²; iv) o desenvolvimento de novas biotecnologias, buscando atender mercados agrícolas não convencionais, abrindo leques de possibilidades para companhias pertencentes a novos setores industriais¹⁴³.

Em consonância com os quatro eixos apontados por Wilkinson e Castelli (2000), Bonneuil *et al.* (2000, p. 188) destacam que os mercados alimentares e varietais segmentados foram sendo redesenhados, buscando atender determinados agrupamentos tecnológicos. De acordo com esses/as autores/as,

controlar determinadas patentes buscando acrescentar uma propriedade chave às melhores variedades de espécies múltiplas [diversas] cultivadas no planeta simboliza maravilhosamente esta estratégia de reconstrução de grandes inovações-padrão ante à diferenciação dos mercados varietais. É nessa ótica que o mercado de sementes e mudas que se configura nesse período, adota como padrão de qualidade a *inovação varietal*, baseada na diminuição de espécies trabalhadas e na explosão dos direitos de propriedade.

¹⁴² De acordo com a Associação Brasileira de das Empresas de Ciências da Vida, criada em 2002, “o setor de Ciências da Vida compreende empresas que oferecem tecnologias na forma de hardware, software e reagentes para estudos de células e moléculas ligadas aos processos biológicos, além de serviços de capacitação de pesquisadores no uso destas tecnologias”. Entre as associadas estão empresas farmacêuticas e do ramo das biotecnologias. Mais informações em: <http://www.abcv.org.br/>.

¹⁴³ Vide o caso envolvendo agricultura orgânica e sementes transgênicas: Matsuura (2016).

Seguindo a conversas com David, busquei até aqui apresentar algumas das dimensões que vão compondo a problemática do patenteamento das técnicas de melhoramento genético das sementes que aparecem registradas no relatório do Esplar (1992) e na conversa que tive com Elzira, assessora do Esplar à época. É fundamental ter em mente que se trata de uma tentativa de entrada em um mundo repleto de componentes invisíveis, de problemas relativos à identificação e sequenciamento de genes, em contraposição a um desafio diretamente pertencente à vida cotidiana dos/as agricultores/as, como a disponibilidade de sementes no momento do plantio, o domínio das terras e dos bens hídricos pelos “patrões” e a desestabilização dos estoques de sementes pela seca. Sob essa ótica, Elzira destaca: “e aí a gente aqui [Ceará] [...] os agricultores que nunca nem tinham ouvido falar nisso, a gente começou a discutir isso [patenteamento e a problemática associada à possível aprovação do PL 824/91]”.

Em nossa conversa, David explicou que a possibilidade de aprovação do PL, considerando especialmente o interesse das empresas de sementes, levou a uma reorganização dentro da Rede PTA. Enquanto consultor, David se tornou responsável por acompanhar o debate no âmbito do parlamento e, junto com as ONGs, produzir distintos materiais, incluindo informações que abordassem as implicações desses dispositivos no que diz respeito às práticas associadas às sementes desenvolvidas pelos/as agricultores/as, envolvendo-os/as, também, de forma ativa. O interlocutor se recorda que fez muitas viagens pelo interior do país, conversando com redes, organizações e com grupos de agricultores/as, procurando discutir o que estava em jogo para os/as agricultores/as caso a legislação fosse aprovada. Nesse percurso, também aprendeu com as práticas de manejo das sementes desenvolvidas por eles/as.

No relatório do I Encontro da RIS, em 1992, identifiquei esses esforços de construção de entendimentos coletivos sobre o tema. Dois momentos do encontro se dedicaram a esse debate: o painel “Patenteamento de sementes e outros seres vivos”, sob responsabilidade de Ângela Cordeiro¹⁴⁴ e a palestra “As biotecnologias e seu potencial para a pequena produção”, ministrada pelo pesquisador Dr. Francisco Campos Paiva¹⁴⁵.

O espaço de debate coordenado por Ângela visava explicar o que era o PL 824/91 e o que ele representava na sua relação com as as práticas de armazenamento coletivo

¹⁴⁴ Referi-me no Capítulo I à Ângela Cordeiro (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002). Ela é engenheira agrônoma e foi integrante da Rede PTA à época, trabalhando, sobretudo, com a temática das sementes e dos Bancos de Sementes.

¹⁴⁵ Professor Titular do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da Universidade Federal do Ceará (UFC).

desenvolvidas por meio dos Bancos de Sementes. Uma das questões levantadas pelos/as agricultores/as, após a explicação, era “caso seja passada a lei de patentes no Brasil e se por exemplo a semente de feijão for patenteada. Esse trabalho do Banco passa a ser ilegal?”. Ângela responde: “Se por exemplo você pegar semente da Arrancada da Produção e repassar para os grupos e essa semente estiver patenteada, os agricultores que receberam não podem replantá-la. Então essa perspectiva nossa do trabalho de autonomia vai para o lixo” (ESPLAR, 1991, p. 33).

A curta transcrição do texto extraído do relatório expõe a ameaça de novas restrições às sementes manejadas pelos/as agricultores/as, como se outras dimensões fossem sendo adicionadas à problemática das sementes. No Capítulo II busquei discutir os desafios relativos à presença, ainda hoje, do “patrão”, devido à sua capacidade de controle do meio, produzindo assimetrias na relação entre os agricultores/as, as sementes, a água e a terra. Inflexões que se articulam à emergência dos primeiros Bancos de Sementes. Nas vivências reconstituídas nesta seção, aos Bancos passaram a se conectar com imposições via legislações, atuação das empresas de sementes e múltiplos interesses. Conforme me explicou Elzira, rememorando o trabalho desenvolvido à época pelo Esplar, “era uma discussão política grande de enfrentamento da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a questão da lei de propriedade intelectual”¹⁴⁶.

Analisar de forma combinada essas dimensões é como voltar ao tempo e se transportar aos aparatos legais relacionados à posse, uso e propriedade da terra discutidos por Marx, em 1842, em *Debates sobre a lei referente ao furto da madeira*. A semelhança entre diferentes marcos legais associados às condições de acesso e produção pelos/as agricultores/as, ainda que separados por séculos, chega a ser assustadora. Em um exercício de aproximação, a palavra madeira, objeto de análise da obra de Marx (2017), poderia ser ‘substituída’ por semente – “ajuntar a madeira seca e o mais bem planejado furto da madeira! Uma determinação é comum a ambos. A apropriação de madeira alheia. Portanto, as duas coisas são furto. Nisso se resume a lógica míope que há pouco se converteu em lei” (MARX, 2017, p. 80).

Stengers (2015) também se apoia nos debates de Marx chamando atenção para a erradicação no século XVIII dos direitos consuetudinários, quando as terras foram cercadas e apropriadas exclusivamente pelos proprietários ‘legais’. Isso acarretou severas

¹⁴⁶ Refere-se aos debates promovidos pela OMC sobre os acordos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs, acrônimo em inglês de *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights Agreement*) discutidas na Rodada Uruguai (1986 a 1993).

consequências, já que o uso comum de florestas, bosques e cursos d'água, era essencial à subsistência das populações do campo. Para a autora, os *enclosures*, como ficou conhecido esse momento, seguem acontecendo, privatizando serviços e bens essenciais à sobrevivência. Há, contudo, necessidade de atualizações no que diz respeito a essas privatizações ou cercamentos, sendo a referência dos *enclosures* diretamente ativada, na concepção de Stengers (2017), pela “economia do conhecimento”. Trata-se, de forma sumariada, de cerceamentos e mercantilização dos conhecimentos, sustentados pelo desenvolvimento da ciência, das indústrias e do Estado, conforme argumentam Wilkinson e Castelli (2000) em relação ao mercado de sementes.

A referida palestra ministrada pelo professor Dr. Francisco Campos Paiva, no I Encontro da RIS de 1992, reiteira esse olhar limitado da genética na sua compreensão acerca da vida. Incubido de apresentar aos/às presentes o que são as biotecnologias, inicia: “hoje com uma nova técnica, que é chamada às vezes de Engenharia Genética e de maneira mais geral Biotecnologia, de certa maneira é possível fazer um cruzamento entre um jerimum e um jumento” (ESPLAR, 1991, p. 54). Pode-se considerar que a fala do palestrante buscou dar um tom de descontração ao que estava sendo dito, mas a utilização de um exemplo extremo e que remete ao cotidiano da vida dos/as agricultores/as – jerimum e jumento – soou também como algo desrespeitoso. A resposta dos/as agricultores/as à palestra sobre as biotecnologias veio nas palavras de Miguel Almeida, agricultor de Senador Pompeu/CE, que em versos aviva a ecologia das práticas dos Bancos de Sementes, destacando o que conectava pessoas e sementes, assim como aquilo que eles/as não tolerariam. Foi “um dos momentos marcantes do Encontro”, compartilhou comigo a assessora Malvinier, enquanto olhávamos as fotos e líamos juntas a poesia.

Box 1. Poesia e biotecnologias

Nascemos da natureza Como os outros animais, Sempre dela precisando Porque não somos capazes De inventar alimentos Para ter sustento, Desde nossos ancestrais	Segundo seu Amarílio Que cismou como ninguém “É melhor ajeitar a terra Que produz por nosso bem” Isso é mesmo uma trapaça: Misturar jegue e cabaça Eu mesmo não faço empenho.	As tais das evoluções Que os arautos sugerem, Como os venenos de mato Que no ambiente interferem São drogas repugnantes Sem nada de importante Somente à vida ferem
Mas o professor Chico Campos Lá de uma Universidade Que visitou nos livros científicos, a realidade Tentou falar da ciência Que diz ter competência De melhorar a variedade	O professor Chico Campo Disse para Dona Raimunda Que as sementes do sertão Não passam de vagabundas Mas o Chico pode ouvir O protesto de Ouricuri Que lhe jurou pé na bunda	Porém tirou-se o recado Da biotecnologia: Pode ser aproveitada Por esse lado eu opino Que a gente fique ouvindo, Pois só assim se avalia
A biotecnologia interessa Sobretudo a quem produz E ao desejo de lucro. E a própria natureza Com toda sua riqueza Pode até morrer sem luz	A tal da ciência nova Segunda seu Chico conta, Avança na agricultura Para o povo sempre aponta Mas será que no futuro Não irá para o monturo Como uma grande afronta?	Reflita seu Chico Campos Não seja grosso, seu chato Respeite as nossas crioulas, Respeite o nosso mato Pois a nossa agricultura Não se rende à impostura Desse modelo ingrato.

Por Miguel Almeida,

1992

Fonte: ESPLAR (1992).

A poesia reiteira a ecologia das práticas dos Bancos de Sementes como parte de uma inteligência coletiva, uma resistência aos *enclosures* seculares ou atualizados pela economia do conhecimento. Após o painel apresentado por Ângela e Dr. Francisco, os/as presentes partiram para trabalhos em grupo que objetivavam a construção de estratégias de enfrentamento às propostas de patenteamento em curso. É interessante observar que é como se tivesse sido concebido espaço para ouvir o que são as biotecnologias e como elas poderiam se associar à vida ou à agricultura, mas que não havia dúvidas sobre o que unia as pessoas que ali estavam.

Segundo Hathaway (1996), o Brasil não conseguiu levar às ruas centenas de agricultores/as e militantes para protestar contra os acordos da OMC associados às patentes de seres vivos. Conseguiu, porém, operar um movimento composto de militantes que:

visitavam frequentemente os parlamentares e participavam, panfletando e/ou falando em audiências públicas, além de usar a mala direta (por correio normal e eletrônico) para enviar mensagens a centenas de organizações, além de percorrer o país dando palestras e incentivando as pessoas a enviarem cartas, faxes, resoluções etc. (HATHAWAY, 1996, p. 21).

Após cinco anos de discussões, o PL 824/91 se tornou a Lei 9.279/96. Segundo David, não há dúvidas de que a aprovação atendeu todas as reivindicações dos países do Norte, sobretudo dos Estados Unidos, por meio da adesão aos preceitos do TRIPs, abarcando como patenteáveis medicamentos e alimentos, bem como as biotecnologias e os microrganismos transgênicos classificáveis como invenções. Ao mesmo tempo, ele reconheceu como efetiva a ação conduzida pela sociedade civil na figura de movimentos sociais, ambientalistas e representantes da Igreja Católica progressista. Embora destaque que não se trate de uma grande vitória, as organizações da sociedade civil tiveram uma conquista ao “conseguir manejar o que as indústrias propunham”. Isso se expressa, sobretudo, nos artigos sobre as patentes que tratam dos produtos e dos processos biológicos naturais, assinalando que todas as plantas e animais não são patenteáveis – ao menos, não diretamente, já que são as técnicas o objeto das patentes. Comparando com as legislações de outros países da América Latina, Hathaway (1996) salienta que na maioria deles não há sequer menções sobre as formas de vida. Em um olhar retrospectivo durante nossa conversa, David afirma: “aí estamos há 25 anos com uma lei que não pode ter patentes sobre seres vivos naturais, só que está cheio de patentes [de seres vivos]”. Isso é “encorajador e frustrante”, como assinalado em Hathaway (1996).

Excluídas das patentes, na compreensão das indústrias do setor, as culturas agrícolas careciam de proteção. Se o hibridismo impedia a transferência dos genes melhorados à geração seguinte, conferindo uma espécie de proteção biológica, era preciso de uma proteção legal para as outras espécies. Assim como nos debates do que se tornou a Lei 9.279/96, os acordos e interesses internacionais também foram definidores dos caminhos da legislação sobre as cultivares, a saber: a Convenção da União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) promovida pela Organização Mundial para Propriedade Intelectual (OMPI)¹⁴⁷, firmada na França em 1961 e reeditada em 1972, 1978 e 1991. O paradigma fixista, formulado por Jean Bistarret em um artigo publicado em 1944, é o que delimita os princípios da UPOV a partir de proteção àquelas variedades que se apresentem como “homogêneas, estáveis e distinguíveis”. São três condições que, como discutido por Packer (2009), afastam-se da adaptabilidade local e da dinamicidade relativa às sementes pertencentes aos/as agricultores/as.

Embora reconhecida como um ganho para as indústrias de sementes e para os setores do chamado agronegócio, ao conferir proteção legal às culturas agrícolas, a Lei

¹⁴⁷ Organismo pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU).

de Cultivares, a Lei nº 9.456/1997, assegura o uso próprio de sementes por agricultores/as, camponeses/as e povos indígenas. Tal aspecto garante, assim, a multiplicação de sementes de uso próprio, e de sementes protegidas para doação ou troca no âmbito de programas de financiamento ou apoio a pequenos/as agricultores/as. Santilli (2009) identifica o respaldo como brecha ou como exceção, não como real reconhecimento por parte do Estado dos direitos dos/as agricultores/as, sendo a própria incorporação fruto de lutas travadas por mobilizações políticas de diferentes organizações de pequenos/as agricultores/as (MACHADO *et al.*, 2008).

Essa linha tênue entre brecha e reconhecimento de direitos pode ser pensada ainda a partir das tentativas em curso desde 2007, por parte do Governo Federal e das empresas do setor, para que o Brasil abandone os princípios de 1978 da UPOV¹⁴⁸ e siga os de 1991, o que proibiria o uso próprio e o intercâmbio de sementes por e entre agricultores/as (ALMEIDA; SCHIMITT, 2010). Packer (2009), em análise das edições de 1978 e 1991 das convenções da UPOV, destaca que a última promove aproximações com as prescrições das patentes, o que restringiria o uso de variedades protegidas sem autorização do obtentor, tensionando o núcleo que torna o sistema UPOV um sistema *sui generis*. Nas conversas com David, apesar das debilidades que a Lei impõe às práticas das famílias agricultoras associadas às sementes, o maior ganho foi conseguir a adoção da edição de 1978. Ele rememora:

a sociedade civil queria lutar contra uma lei de cultivares, mas sabíamos que certos setores da Embrapa eram a favor da UPOV 1978 e eles não queriam ficar sem lei de cultivares. A gente teve que abrir mão de nossa luta contra lei de cultivares para lutar junto com a Embrapa a favor da UPOV 1978.

Refletindo sobre os processos de luta contra os agrotóxicos e na defesa das sementes, David avalia:

Na minha experiência, nisso na primeira metade dos anos 1990 e com a tramitação da lei de patentes e depois de cultivares, o que nos percebíamos no Brasil é que as ONGs, e esses movimentos com essas histórias e conhecimentos coletivo de luta acumulada [sobre sementes], a gente nos anos 1990 tinha mais noção e preocupação com o patenteamento do que a própria indústria. [...] Isso foi interessante porque foi o que permitiu que fizéssemos uma lei de cultivares nos moldes da UPOV 78 e conseguimos colocar vários anteparos, não todos, mas muitos, na lei de patentes, contra o patenteamento das biotecnologias de seres vivos. (Entrevista abril de 2021)

¹⁴⁸ Para assistir a uma animação sobre o assunto, consultar Grain e Alianza Biodiversidad (2021).

Com base nas considerações do interlocutor, é possível identificar como as sementes foram potentes em agregar lutas e construir narrativas coletivas, combinando das esferas locais e comunitárias à arena internacional. Diferentemente das sementes, David avalia que a luta contra os agrotóxicos à época teve dificuldades de se tornar efetiva e integrada à vida dos/as agricultores/as. Pode-se considerar que as diferenças de estruturação, o nível de consolidação e a capacidade de articulação política das indústrias de agrotóxicos eram superiores às das sementes no mesmo período, conforme discutido, o que impunha maiores desafios e assimetrias. Ao mesmo tempo, essa reflexão permite destacar a “vitalidade das sementes” ou sua propulsão em instituir vínculos, sobretudo por meio da ação coletiva como a praticada nas Casas de Sementes, mobilizando afetos, conectando pessoas, alimentos e localidades e ampliando, ao mesmo tempo, seu espaço de circulação, de materializar memórias e histórias produzindo, simultaneamente, novas narrativas e performances (LOPES *et al.*, 2019).

3.3.1 Sementes e a invenção da biodiversidade

Müller (2014) discute que os seres humanos por milhares de anos transportaram, selecionaram e cultivaram plantas pelos diferentes cantos do planeta, ao mesmo tempo que as trouxeram para o centro do debate político. De acordo com a autora,

as transformações políticas reconfiguram os limites das memórias culturais associadas aos gostos, às relações sociais e às identidades históricas, bem como à categorização científica, burocrática e econômica de sementes e plantas que se deslocam ao longo da história. (MÜLLER, 2017, p. 7)

É sob essa ótica que proponho compreender a entrada da biodiversidade no mundo das sementes, esse ente que precisou ser apresentado aos/às agricultores/as, assim como outrora foram as patentes e as legislações associadas às sementes. Escobar (1998) discute que embora a biodiversidade possua referências concretas biofísicas, ela é também uma invenção discursiva recente e sua origem narrativa pode ser identificada com precisão em duas publicações: a *Estratégia Global da Biodiversidade* (FAO/UNESCO, 1992) e a *Convenção da Diversidade Biológica (CDB)*¹⁴⁹, assinada em 1992 na Eco-92 no Rio de Janeiro/RJ.

¹⁴⁹ Acordo internacional no âmbito da ONU assinado por 196 países em 1992 e ratificado por 168. Possui três objetivos centrais: a) a conservação da diversidade biológica; b) a utilização sustentável de seus

Ambos os documentos, assim como o evento da Eco-92, são contemporâneos às discussões elencadas na seção anterior sobre a lei de patentes e a lei de cultivares, e dizem, também, sobre a ação travada na defesa das sementes. David rememora quando a biodiversidade se tornou uma questão para os trabalhos que realizava: “a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 passei de ser a pessoa dos agrotóxicos para o cara da biodiversidade, isso a partir das sementes”. Além disso, destacou como a temática da biodiversidade foi se conectando aos trabalhos que as ONGs, especificamente no âmbito da Rede PTA, estavam realizando:

A rede PTA tinha um papel em 1988, 1989 e nos preparativos para ECO-92, eu acabei representando a AS-PTA por alguma razão, indo nas reuniões, articulações. Como eu estava no meio desse estudo sobre sementes. As ONGs ou eram muito envolvidas com preservação, e tinha o debate político entre preservação e conservação, ou trabalhava com os povos indígenas, e quem trabalha com indígenas não trabalhava com o meio ambiente, ou tinha uma noção, mas o foco eram os povos indígenas, os direitos indígenas [...] Mas, no meio dessa da Eco-92, tinha duas coisas que estavam rolando de biodiversidade no mundo que era o capítulo da biodiversidade para a Eco-92 que os governos estavam negociando e tinha Convenção da Diversidade Biológica que estava sendo negociado junto a convenção de clima. E que as duas convenções foram assinadas no Rio em 1992. Agora nas ONGs, no Fórum Brasileiro de ONGs, quem mexia com biodiversidade era eu. [...] Em 1991, particularmente um ano antes da Eco-92, já tinha o PL sobre direito de patentes, e já tínhamos percebido essa luta contra o patenteamento da vida. Isso para nós era proteger as sementes. A biodiversidade surgiu no âmbito das ONGs muito a partir do nosso trabalho, a Rede Sementes, e eu era a pessoa que era a face política disso [...] Todas olhavam pra mim para falar de biodiversidade e eu tive que começar a estudar o que eram essas coisas, Mata Atlântica propriamente, não só pra agroecologia, mas pra agrofloretação, e a Amazônia não tinha noção, já havia ido na Amazônia como interprete pra a produção de um filme sobre meio ambiente. Tive que estudar e ver. Mas, as ONGs tinham muitas articulações com ONGs internacionais, que a gente desde os anos 80 descobriu afinidade e passamos a depender para muita troca e orientação sobre o que rolava no mundo em termos de sementes, e o que se pensava do Terceiro Mundo. (Entrevista abril de 2021)

As considerações de David sobre a emergência do debate da biodiversidade vão ao encontro das análises de Escobar (1998). Para o autor, além de um componente discursivo, a biodiversidade é forjada numa rede de atores, que combina ONGs, organizações internacionais, cientistas, movimentos sociais e comunidades de agricultores/as, indígenas e povos tradicionais. Essa configuração relacional permite que as práticas locais possam ter origens e consequências extra locais, ao mesmo tempo que cada localidade possui suas ações próprias, combinando ali suas singularidades. Sob essa

componentes e c) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos (TERRA DE DIREITOS, 2018).

ótica, David afirma que as lutas pela proteção das sementes foram animadas pela conexão com a biodiversidade, ao garantirem convergências para pautas amplas, como denúncias da perda de biodiversidade, em questão em 1992, e pela relação com as práticas associadas às sementes desenvolvidas pelos/as agricultores/as. Essa dimensão reforça que a identidade de cada um dos diferentes atores envolvidos “é afetada por, e afeta a rede” (ESCOBAR, 1998, p. 55).

As memórias de Elzira, assessora do Esplar à época, sobre a entrada da temática da biodiversidade, conduzem a dois debates: o trabalho de resgate de variedades com os/as agricultores/as e as relações que passam a ser estabelecidas com os Centros Internacionais de Germoplasma. Um dos elementos centrais nos discursos acerca da biodiversidade naquele momento é que ela estava sob ameaça. No âmbito das discussões relativas às sementes, é marcante a publicação em português do livro *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos* (MOONEY, 1987), escrito por Pat Money, ativista e fundador do Grupo de Ação em Erosão, Tecnologia e Concentração (Grupo ETC)¹⁵⁰. O autor denuncia o desaparecimento de espécies e variedades e a concentração da produção de sementes e de alimentos em um número reduzido de indústrias.

No que se refere aos processos de desaparecimento das variedades, de acordo com o Relatório sobre o Estado dos Recursos Genéticos de Plantas do Mundo da FAO, publicado ainda em 1996, nos últimos 100 anos agricultores/as de todo o mundo perderam entre 90% a 95% de suas variedades agrícolas. As análises de Santilli (2009) sobre o relatório da FAO (1996) são assertivas ao identificarem que a principal causa do desaparecimento de espécies e variedades vegetais, citada em 81% dos relatórios nacionais apresentados pelos países, relaciona-se ao estreitamento da base genética devido à introdução das variedades modernas. Zeven (1998) identifica na sua genealogia uma completa ausência de definições sobre variedades tradicionais (*landraces*) nas publicações científicas durante o período de 1953 a 1974. Na concepção do autor, o desaparecimento do termo nesse período se deve exatamente ao investimento no desenvolvimento de novas variedades genéticas (alto rendimento) e novas cultivares.

Ao mesmo tempo, no final dos anos 1960 já era possível identificar movimentos da FAO dedicados a tratar da conservação de recursos genéticos e vegetais (ZEVEN, 1998). A entrada da biodiversidade, todavia, teria intensificado esse debate ao colocar na

¹⁵⁰ Para maiores informações ver: <https://www.etcgroup.org/es>.

ordem do dia diferentes possibilidades de conservação que podem ser lidas, ainda que de forma reduzida, em dois planos distintos a conservação *ex-situ* e a *on-farm*¹⁵¹, a última incorporada como um dos preceitos de proteção da biodiversidade pela CDB.

Dentre as ações conduzidas pela Rede PTA no âmbito da biodiversidade, Elzira destaca a pesquisa conduzida pela Rede PTA e pela Embrapa na safra de 1990/1991, o referido ENMC, que levou, posteriormente, à constituição da Rede Sementes. Os ensaios com o milho crioulo eram embasados no melhoramento participativo, no uso e na conservação da diversidade genética dessas sementes (BUSTAMANTE *et al.*, 2014). De acordo com Machado (2014), a necessidade de outro tipo de melhoramento era evidente diante da perda de biodiversidade promovida pela agricultura convencional, o que se propunha a partir da combinação de conhecimentos no melhoramento participativo tinha por metas:

[...] o ganho de produtividade (comum ao melhoramento convencional), a conservação e promoção do aumento da biodiversidade (promoção da variabilidade genética), obtenção e uso de germoplasma de adaptação local (variedades modernas ou locais, dependendo dos objetivos), seleção dentro de populações, avaliação experimental de variedades (também denominada seleção participativa de variedades), lançamento e divulgação de novas variedades, diversificação do sistema produtivo e produção de sementes. A organização é totalmente descentralizada, o trabalho é desenvolvido com grupos de produtores e/ou comunidades agrícolas, podendo ou não haver o lançamento formal de variedades e a difusão das sementes ocorre no plano formal e/ou local. (MACHADO, 2014, p. 44)

É interessante destacar que os primeiros trabalhos de melhoramento participativo se deram com variedades de milho, espécie pioneira no melhoramento convencional, sobretudo, com as técnicas de hibridismo (WILKINSON; CASTELLI, 2000). Não se trata de coincidência, ao menos três elementos conectados entre si estão associados a essa análise. Primeiro, o fato de o milho ser uma planta que faz parte dos modos de vidas dos/as agricultores/as e, também, de forma ampla das populações do Brasil e da América do Sul. Neste sentido, é central a discussão de Kistler *et al.* (2018), que, por meio de análises linguísticas, arqueológicas e dos genomas de populações ancestrais de milho, identificaram o México como centro de origem dessa espécie, que se inicia há 9.000 anos

¹⁵¹ A conservação *on farm* é definida como conservação sob cultivo, teve sua primeira definição elaborada na década de 1990, sendo depois difundida pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em 1992. Anteriormente, a ciência operava somente com as conservações *ex situ* - as plantas cultivadas são conservadas em bancos de germoplasmas, ou seja, fora do habitat natural - e, *in situ*, compreendida como a conservação de todo um ecossistema sem ajuda humana. (BUSTAMANTE; SANTONIERI, 2016).

antes do tempo presente. De acordo com as pesquisas, diferentes ondas de dispersão mobilizadas por humanos, há 6.500, anos teriam trazido as sementes de milho até a América do Sul. No que se refere ao Brasil, os autores discutem a relação entre os troncos linguísticos e a domesticação do milho:

Muitas variedades crioulas e dois arqueogenomas (aproximadamente 700 anos antes do tempo presente) no leste do Brasil mostram estreitas relações genéticas com o milho andino próximo ao sudoeste da Amazônia. Esse padrão espelha de perto os padrões linguísticos que ligam o cultivo de milho andino, amazônico e oriental do Brasil e sugere uma segunda grande expansão cultural das tradições do oeste para o leste. Uma palavra emprestada para o milho com possíveis origens andinas foi transmitida a partir da língua Arawak da Amazônia – provavelmente originada no sudoeste da Amazônia – em línguas de estoque Macro-Jê e na savana brasileira e na costa atlântica. (KISTLER *et al.*, 2018, p.04).

O segundo elemento abarca os sucessivos experimentos de melhoramento (hibridismo e transgenia) imputados ao milho, que geraram um processo acelerado de erosão genética e desintegração da biodiversidade dessa espécie, o que voltou a atenção à necessidade urgente de resgate e conservação das variedades do milho (PANTALEÃO; FREITAS SOBRINHO, 2017). Por fim, o terceiro se refere à condição biológica reprodutiva do milho, a polinização aberta, que facilita processos de interferência gênica, tanto no melhoramento científico quanto nos participativos.

Nas nossas conversas, Elzira ressaltou que a atuação da Rede Milho se dava mais fortemente no eixo Sul-Sudeste e que a articulação com as ações de armazenamento desenvolvidas no Nordeste levou à efetivação da Rede Sementes. De acordo com a interlocutora, isso foi importante ao permitir aprendizados sobre melhoramento participativo e rever práticas que não estavam sendo desenvolvidas de maneira correta. Bustamante *et al.* (2014, p. 385) destacam que projetos internacionais passaram a seguir o exemplo do Brasil, quando as “estratégias de manejo da diversidade genética de milho com enfoque participativo construídas pela Rede foram incorporadas ao Relatório Mundial sobre o Estado da Arte da Conservação de Recursos Genéticos (FAO, 1995)”.

A segunda dimensão mobilizada pela biodiversidade apontada por Elzira foi a relação estabelecida entre as ONGs envolvidas com o debate das sementes e os Centros Internacionais de Germoplasma. Ela se recorda das viagens realizada ao México, ao Chile e à Colômbia para conhecer os Centros de Germoplasma desses países. O objetivo era compreender como se dava a conservação de biodiversidade nesses espaços e quais eram as combinações possíveis com as práticas desempenhadas pelos/as agricultores/as. Um acontecimento inédito nesse sentido foi a parceria estabelecida entre o povo indígena

Krahô e a Embrapa em 1997 para garantir acesso aos indígenas, que haviam perdido espécies e variedades de suas sementes¹⁵², ao Banco Ativo de Germoplasma (BAG) da Embrapa (LONDRES *et al.*, 2014).

Outro ponto importante da visita aos Centros, como me foi relatado por Elzira, associava-se a uma nova forma de compreender os Bancos: eram vistos também como repositórios gênicos, que armazenavam não só sementes, mas uma “base genética” da biodiversidade aliada à conservação *on-farm*. A interlocutora rememora que as discussões promovidas pela lente da biodiversidade, assim como das patentes, anteriormente apresentada, foram criando “conexões diferenciadas porque você tem esse trabalho mais local, por exemplo, na RIS Zona Norte, quando digo mais local é porque tem a comunidade, a Casa de Semente da comunidade e tem as articulações mais, digamos, amplas, no sentido territorial”.

A afirmação acima permite compreender que dimensões como a da biodiversidade, ao mesmo tempo que influenciam as práticas, são influenciadas por elas. É importante destacar que isso não se dá de uma forma neutra e formatos específicos passam a ser ‘cobrados’ também das práticas cotidianas. Escobar (1998) discute que a biodiversidade é um construto dos países do Norte, no qual prevalecem concepções ocidentais ou modernas de natureza, que operam por meio de categorias binárias. Assim, embora eu tenha focado aqui em como a biodiversidade passa a ser manejada por ONGs sensíveis ao que é feito pelos/as agricultores/as e suas formas de vida, ela é também objeto de disputas, referência, por exemplo, das práticas de conservação defendidas por grupos da chamada “natureza intocada”¹⁵³.

Aproximando das Casas de Sementes da RIS Sobral, identifica-se que a palavra biodiversidade não é parte da narrativa cotidiana ali mobilizada. Fala-se em sementes, seleção, mistura de variedades, formas de armazenamento, características sobre as sementes e os frutos e as preferências alimentares. Essas dimensões permitem visualizar ou identificar a biodiversidade por meio de práticas desenvolvidas nas comunidades e

¹⁵² Para trazer uma consideração, ainda que pontual, sobre a atuação controversa da Embrapa no âmbito das sementes, pode-se citar que assim como a parceria com o povo Krahô, a empresa é uma importante aliada da empresa de sementes Basf e atuaram juntas no desenvolvimento da variedade de soja transgênica, Cultivance®, resistente a herbicidas.

¹⁵³ Refiro-me aqui ao trabalho *O mito da natureza intocada*, de Antônio Carlos Santana Diegues, que tem como eixo a crítica à ideia de que a conservação da natureza somente seria possível em áreas desabitadas. Esse argumento contraria todo o trabalho de conservação ambiental realizado pelas comunidades em diferentes cantos do mundo, seja manejando sementes, plantas, espécies animais ou produzindo conhecimentos sobre o meio onde habitam.

coletivamente pelos/as agricultores/as. De acordo com Escobar (1998), a biodiversidade, sobretudo na perspectiva dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que se dispõem a aprender junto com os/as agricultores/as, realiza-se a partir da pluralidade que pode assumir a partir das diferenças culturais, das dinâmicas de cada territórios e dos significados tecidos socialmente e politicamente pelos grupos. Para o autor, essa dimensão é fundamental à medida que aponta como a biodiversidade se associa à autonomia, seja pelo direito dos povos de utilizarem os bens garantindo seus modos de vida, seja pela compreensão necessária às muitas formas que a biodiversidade assume, o que requer compreendê-la, também, caso a caso.

Além disso, fica evidente ao longo da seção como as ações em defesa da biodiversidade e a luta contra o patenteamento permitiram conexões entre o campo jurídico, o campo técnico e científico e os fazeres cotidianos da agricultura de base familiar. Assim, se de certa maneira identifico tais temáticas como distantes ou de difícil acesso pelos/as agricultores/as, é possível, por outro lado, afirmar que a forma como a estratégia política foi organizada, tendo como elo os fazeres cotidianos dos/as agricultores/as com as sementes, permitiu conexões sofisticadas entre as esferas mais localizadas e aquelas que se passavam no Congresso Nacional, na redação das legislações, nos acordos internacionais ou nos aprendizados coletivos sobre o que eram as biotecnologias e a própria biodiversidade.

3.3.2 Transgênicos e mentiras

A primeira vez que me deparei com a questão dos transgênicos nas Casas de Sementes da RIS Sobral/CE foi em uma conversa com Joelton, ex-assessor da Cáritas. Perguntei a ele se tinham vivenciado situações de contaminação entre as sementes armazenadas nas Casas, e ele me respondeu:

Começamos a fazer alguns testes com os *kits* e tínhamos muito medo de encontrar variedades transgênicas no milho. Isso foi dando um certo desespero na gente. Até que um dia o Erivan [ex-assessor da Cáritas à época] falou uma coisa bonita e que fez muito sentido: “que a semente é o encontro entre o grão e o agricultor/a”. Então o fato de ter transgênico não queria dizer que o que estávamos fazendo era tudo uma mentira ou que estávamos falando uma coisa, mas na verdade o que tínhamos nas Casas era outra. Tudo isso era um processo de aprendizado do que era a semente. Isso acalmou a gente. (Relato, julho de 2019)

As palavras de Joelton expõem a complexidade das práticas de uma ecologia entrecortada por problemas biológicos e morais. Não se trata somente do que as pessoas fazem com as sementes, reiterando que as práticas transbordam sua intencionalidade e dizem, também, sobre o que as sementes e as pessoas se tornam em relação. A entrada invasiva da transgenia, todavia, promove rupturas e leva os/as envolvidos/as a duvidarem de si mesmos/as e do trabalho em curso.

A realização de testes de transgenia nas sementes de milho foi parte das ações da ASA no Projeto “Sementes do Semiárido”, discutido na seção 3.2.2. No Ceará, esse trabalho foi realizado de forma coletiva entre o Esplar, a Cáritas e o Cetra. Durante o trabalho de campo pude conversar com Nacélio, assessor do Esplar, que assim como Joelton esteve envolvido na realização dos testes. Nacélio compartilhou comigo o processo, assim como a sistematização dos resultados. Durante o período de 2015 a 2018 foram realizados 269 testes em 50 municípios cearenses, com o objetivo de investigar se havia contaminação por proteínas transgênicas¹⁵⁴ no milho armazenado nas Casas de Sementes. Em 36 dos testes, cerca de 13% das amostras, houve identificação de contaminações.

A metodologia do trabalho, além de testagem, envolvia processos de formação coletiva, buscando apresentar aos/as agricultores/as o que era transgenia, como acontece a contaminação e a procedência das sementes contaminadas. Segundo o rastreio feito pelos/as agricultores/as dos diferentes municípios, as sementes com resultados positivos para contaminação eram provenientes: da comunidade (14); do comércio local (05); do programa de distribuição de sementes, Hora de Plantar, (05); não informada (04); e de herança de família (05). Esses números revelam uma preocupação imediata: o desaparecimento de variedades de milho pertencentes aos/as agricultores/as devido à contaminação, como aquelas de origem comunitária e de herança familiar.

Além das sementes exógenas, provenientes da política pública estadual e do comércio local, corresponderem a quase 30% das sementes contaminadas (o que não é propriamente uma surpresa devido a estarem associadas à lógica industrial de produção), elas têm atuado como vetores de contaminação das sementes pertencentes à agricultura de base familiar. Essa dimensão sustenta uma das hipóteses levantadas pelas organizações

¹⁵⁴ Além do processo de contaminação das variedades dos/as agricultores pelas proteínas transgênicas levando ao desaparecimento de características, no caso das sementes transgênicas, isso pode acarretar também em cobrança de *royalties* devido ao patenteamento. No trabalho de Fernandes (2005), o autor apresenta um caso em que foi cobrado de um casal de agricultores/as do Sul do Brasil o pagamento de *royalties*, embora não tenham cultivado sementes modificadas, mas tiveram a safra contaminada.

envolvidas no Projeto “Sementes do Semiárido” de que uma das principais causas de contaminação está associada ao período de seca, enfrentando na região semiárida a partir de 2012, quando, então, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) intensificou a venda de balcão de milho transgênico, mesmo sem avisar que este era transgênico. Os dados levantados evidenciam ainda a proposição do Artigo 8º da Lei do Programa Hora de Plantar do Governo Federal (CEARÁ, 2021), que veta a aquisição e distribuição de variedades transgênicas, chamando a atenção de que essas tanto podem ter sido contaminadas após a distribuição quanto podem ter sido adquiridas com contaminações prévias.

Joelton me explicou que nas conversas que fizeram com os/as agricultores/as no município¹⁵⁵ onde foi detectada a contaminação, foi unânime a afirmação de que eles/as “nunca tinham adquirido sementes transgênicas”. A testagem positiva para transgenia, menos do que contradizer o que os/as agricultores/as afirmavam, levanta como as variedades transgênicas invadem o espaço cotidiano da agricultura numa combinação genética que escapa aos olhos e às vezes ao próprio entendimento, e assim reconfigura o trabalho realizado. Faz pensar ainda que diante de tamanha violência, agricultores/as e assessores/as se dispõem a aprender, a se acalmar e a pensar em como seguir, não sem dor – como demonstram as palavras de Joelton.

Nas conversas com David, ele rememora como os transgênicos não eram uma realidade quando se iniciou o debate sobre o PL 842/91. Segundo ele, foi entre 1997 e 1998 que as tecnologias de manipulação genética, mais especificamente a transgenia, se tornaram uma questão para a defesa das sementes e da própria biodiversidade, já que abria novas concepções sobre vida. No texto final da Lei, como discutido anteriormente, a compreensão foi de que os seres vivos não poderiam ser patenteados, mas os microrganismos geneticamente modificados, sim. Assim, uma brecha foi aberta ao separar a unidade genética dos microrganismos, ou seja, as técnicas de melhoramento, das formas de vida.

Na análise dos documentos do Esplar, é possível identificar no VIII Encontro da RIS realizado em 1999 (ESPLAR, 1999), um momento dedicado à compreensão do que são os transgênicos e os riscos que essa biotecnologia representa às sementes armazenadas nas Casas de Sementes. Para fomentar o debate, foi lida uma propaganda da

¹⁵⁵ Prefiro ocultar o nome do município, devido à sensibilidade do tema.

Monsanto¹⁵⁶, empresa alemã e pioneira no desenvolvimento das variedades transgênicas de soja resistente ao herbicida glifosato¹⁵⁷, *Roundup Ready*, agrotóxico também produzido pela empresa, que, apesar disso, anunciava:

Acreditamos em oportunidades iguais, independente de raça, credo, sexo, reino, tribo, classe, ordem, família, gênero ou espécie. Os seres vivos são interdependentes. Desta forma, sem o apoio de milhões de espécies, a sobrevivência humana não estaria garantida. Biodiversidade é o nome que se dá a essas variedades de espécies, e isso interessa especialmente à Monsanto. (Veja *apud* ESPLAR, 2000, p.08)

As críticas que se seguem no VIII Encontro levantam que não há dúvidas de que se trata de um estratagema inserido em uma dinâmica de geração de lucros em um mercado globalizado e concentrado (WILKINSON; CASTELLI, 2000; FERNANDES, 2005; 2007; 2019; PACKER, 2009; LONDRES, 2006). Nas análises de Fernandes (2007), o caso de liberação do milho transgênico no Brasil, por exemplo, representa um novo ciclo de aprofundamento do modelo de modernização da agricultura propagado na primeira metade do século XX, produzindo maior dependência entre agricultores/as e empresas multinacionais. De acordo com o autor, um dos pontos centrais é que a inovação das sementes transgênicas não reside apenas no deslocamento de genes, mas na instauração de um sistema de patentes que reforça o monopólio, aprofundando o domínio e o controle na era da economia do conhecimento, nos termos de Stengers (2005). Aprofundamento que pode ser identificado nas fusões de empresas perpetradas nos últimos anos, como é o caso da Bayer e da Monsanto, da Dow e da Du Point, da Syngenta e da ChemChina, as quais, junto com a Basf, controlam 60% das sementes comercializadas no mundo e 65% dos agrotóxicos (BITTENCOURT, 2018).

No Brasil, a introdução da transgenia se deu em 1998 com a soja *Roundup Ready*, cujo processo foi aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)¹⁵⁸. O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), contudo, ajuizou a ação cautelar devido à ausência de relatórios de impacto ambiental (EIA/Rima) e da regulamentação da segurança alimentar do produto. Como reforço, o Greenpeace também aderiu à ação (FERNANDES, 2005). Seguido a isso, como discutido pelo autor, o Idec ingressou, também, com uma ação civil pública para que nenhum organismo transgênico

¹⁵⁶ Uma das maiores empresas do ramo das sementes, hoje, pertencente à Bayer.

¹⁵⁷ Princípio ativo do agrotóxico Roundup. Em fevereiro de 2019 a empresa Monsanto contava com mais de 11 mil ações judiciais associadas aos efeitos nocivos desse produto (FRANCE PRESSE, 2019).

¹⁵⁸ Órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), responsável pela emissão de pareceres técnicos sobre a biossegurança de organismos transgênicos

fosse liberado no Brasil sem os devidos estudos de impacto ambiental, assim como avaliações de riscos à saúde humana e implementação de regras de rotulagem.

Como narrado em Fernandes (2005), a partir de longas disputas judiciais, no ano 2000, a Justiça Federal de Brasília determinou em primeira instância que os organismos transgênicos deveriam obrigatoriamente ser submetidos a estudos sobre riscos ambientais e à saúde antes de serem comercializados. Vale destacar que a União se juntou à Monsanto para recorrer dessa decisão. Julgamentos continuaram ocorrendo para impedir a liberação dos transgênicos no Brasil, que esteve suspensa no Brasil até 2005. Todavia, em 2003 foi editada uma Medida Provisória (MP), liberando a soja transgênica da empresa Monsanto, artifício utilizado para garantir a comercialização de uma safra de soja plantada ilegalmente no Rio Grande do Sul¹⁵⁹.

A Lei nº 11.105/05, a Lei de Biossegurança (BRASIL, 2005b), enfim regulamentou a pesquisa, produção e a comercialização dos transgênicos, permitindo sua introdução no meio ambiente e na alimentação, com dispensa de estudos de impacto ambiental e sobre a saúde. Segundo Almeida e Schmitt (2010), a Lei concede ainda amplos poderes a CTNBio e ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), permitindo a liberação comercial dos produtos transgênicos mesmo quando há recomendações contrárias por outros órgãos federais relacionados à temática, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Somado a isso, em 2007, foi aprovada pelo Congresso uma alteração na Lei de Biossegurança que reduziu o quórum para deliberações na CTNBio.

Em análise da Lei de Biossegurança, é possível observar que a palavra ‘semente’ aparece apenas duas vezes nos seguintes Artigos (grifos meus):

Art. 35. Ficam autorizadas a produção e a comercialização de **sementes** de cultivares de soja geneticamente modificadas tolerantes a glifosato registradas no Registro Nacional de Cultivares - RNC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁵⁹ Nesse período havia 400 trabalhadores/as rurais de todas as regiões do Brasil participando do Acampamento Nacional contra os Transgênicos, pela Soberania Nacional e pela Alimentação Saudável, em Brasília (FERNANDES, 2005). O que indicava que a liberação de uma MP favorável à comercialização da soja seria completamente antipopular para o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) recém-eleito. Sabendo disso, Lula viajou ao exterior e deixou a tarefa ao vice-presidente, José Alencar.

Art. 36. Fica autorizado o plantio de grãos de soja geneticamente modificada tolerante a glifosato, reservados pelos produtores rurais para uso próprio, na safra 2004/2005, sendo vedada a comercialização da produção como **semente**.

Vale notar que a presença da palavra semente é para i) validar a produção e comercialização de soja transgênica e ii) dispor que após o cultivo de soja transgênica, as sementes não poderão ser comercializadas como sementes. A palavra ‘soja’ também aparece apenas duas vezes na referida Lei, exatamente nas duas passagens destacadas e acompanhada da descrição “geneticamente modificada”. Nesse sentido, é possível considerar que a concepção de semente por essa Lei se limita a uma só espécie e a legislar sobre sua circulação. Esse arranjo fortalece ainda uma dicotomia entre sementes e grãos, conferindo que as sementes armazenadas não são mais sementes, mas sim grãos, uma das tantas estratégias de deslegitimação das sementes armazenadas e replantadas pela agricultura de base familiar.

3.4 Aprendizados ou para seguir pensando

Durante muitos momentos de elaboração deste capítulo me detive pensando em como as coisas permanecem no tempo, como os anos passam, mas aquilo que conta como importante continua sendo feito. Não se trata, sem dúvidas, de um fazer retilíneo. No caso da Casas de Sementes, é possível perceber contínuos ajustes nos fazeres e aprendizados. As sementes desaparecem nos invernos “ruins”, outras precisam ser compradas, as sementes do armazenamento doméstico quase que como escondidas nas casas dos agricultores/as são cultivadas, as variedades se misturam, a gestão é repensada. Essa espécie de homeostase das Casas é importante ao colocar em perspectiva que não se trata de algo que se resolve de uma vez por todas, o armazenamento coletivo é um constante devir. Além disso, como se buscou explorar ao longo do capítulo, problemas outros vão também atravessando as Casas, como as transgenias e legislações que colocam em risco o trabalho de armazenamento coletivo desenvolvido pelos/as agricultores/as.

A partir de três dimensões – tecnologias alternativas, ação em rede e biotecnologias – busquei exercitar como foram constituídos novos vínculos à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. Destaco, sobretudo, o engajamento no âmbito da Rede PTA e da ASA. Partindo de uma pesquisa localizada nessa região, a discussão do capítulo conduziu a múltiplos espaços-tempos, envolvendo diferentes origens para uma história que em princípio parecia a mesma, a emergência da RIS Sobral.

A investigação sobre essa ecologia das práticas requereu, nos termos de Latour (2020), *mundificar*, conectar solo e mundo para compreender os vínculos constituídos, colocando em evidência as possibilidades emergentes e interdependentes.

A constituição de vínculos a partir das três dimensões anteriormente destacadas permitiram às Casas de Sementes transbordar as “terras do patrão”, como se os desafios outrora ali enfrentados passassem a ser tramados por estes novos laços. As tecnologias alternativas colocavam em questão não somente os debates tecnológicos no âmbito da difusão de pacotes agrícolas pela modernização da agricultura. Ao serem exercitadas pela parceria entre assessores/as e agricultores/as embebiam-se dos problemas que cotidianamente a agricultura de base familiar enfrentava, como a falta de terra, de água e de sementes. Ao mesmo tempo, tinham como característica a permeabilidade, sendo afetadas e repensadas a partir das soluções que vinham dos diferentes locais.

As Casas de Sementes eram uma dessas soluções. Foram uma estratégia frente a um problema real vivenciado pelos/as agricultores/as ainda na década de 1970 (quando ainda eram chamadas de Bancos) e que na primeira oportunidade do trabalho com as tecnologias alternativas mobilizado pelo Esplar, tornaram-se a se fazer presente. Conexão que se entremeou a outras, como à cooperação internacional e aos debates no âmbito da Rede PTA. Aqui se evidencia uma dimensão interessante sobre mundificar. Se para os/as agricultores/as o problema das sementes era sua disponibilidade quando as chuvas chegassem – o que passou a ser uma preocupação dos/as assessores/as das ONGs e da ação em rede –, as sementes e o armazenamento coletivo se tornaram também um problema da cena pública a partir dos acordos internacionais e da elaboração de legislações alinhadas aos interesses das indústrias do setor. Ao destacar a atuação da Rede PTA e o trabalho de David Hathaway junto à Câmara dos Deputados, por exemplo, a tentativa vai no sentido de demonstrar vínculos que se tornam parte das Casas, já que o PL e tantas outras sanções normativas poderiam prejudicar as ações ali realizadas.

Contudo, nem sempre os vínculos são vividos com clarividência por todos/as. A interlocutora da pesquisa e ex-assessora do Esplar, Elzira, aponta isso ao rememorar que os problemas da legislação e das biotecnologias tiveram que ser explicados para os/as agricultores/as, que, talvez, tinham preocupações muito diferentes. As distintas assimilações sobre determinados vínculos, a princípio, poderiam soar como um problema. Quando se imagina um ecossistema, o ponto nevrálgico não é que todos saibam o que cada um/a faz, mas que se reconheça que é pela de interdependência que se torna possível

o estar juntos/as. As muitas ações discretas, mas orientadas pela mesma causa, criam a ambiência possível da ecologia das práticas.

Uma ressalva, contudo, é necessária. O mundo complexo das leis e o mundo invisível das biotecnologias é ativamente mantido distante dos/as agricultores/as, tanto pelo Estado quando pelas indústrias sementeiras. É sob essa ótica que Santilli (2009) destaca, por exemplo, que por mais que na Lei de Cultivares tenha havido disputas travadas pela sociedade civil, garantindo um inciso que prevê que agricultores/as possam armazenar suas sementes, esta é uma brecha. A manutenção do ‘não saber’ sobre as biotecnologias ratifica uma divisão entre aqueles/as que, mobilizando a ciência moderna e as indústrias, entendem-se no direito de solapar todos os vínculos tecidos por um único vetor unidirecional que fluiria de ‘quem sabe’ para aqueles/as que ‘têm crenças’ nessas “sementes vagabundas”.

Sob essa ótica, ainda que determinados vínculos que se emaranham à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral sejam interiorizados de formas muito distintas pelos/as envolvidos/as, eles ‘dão corpo’ à “autonomia das sementes do patrão” ao sustentarem a contínua possibilidade de realização dessa ecologia.

A ação em rede, assim como a conformação de redes, como a Rede PTA que depois se tornou a ANA¹⁶⁰, a RIS-CE, a RIS Sobral e a Rede Sementes da Vida, é também uma estratégia identificada no âmbito da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. O que se evidencia é a emergência de múltiplas redes, que são constituídas como estratégias de organização coletiva e de circularidade de informações, conhecimentos e materialidades, sobretudo, como me alertou Elzira, em um momento em que não havia “500 organizações [de assessoria técnica] por aí”.

Um problema curioso aparece aqui: a conexão entre os conceitos de rede e de ecologia das práticas. Como apresentado ao longo do capítulo, a discussão de rede no âmbito das ONGs e da ação com as Casas de Sementes é bem menos fluida do que nas Ciências Sociais e possui objetivos bastante concretos, como a constituição de uma estrutura de governança. Assim, não me proponho a pensar essas redes a partir de debates mais conceituais como os mobilizados pela TAR (LATOURETTE, 2012), e sim a pensar como essas redes constituem vínculos nessa ecologia ao proporem formas mais horizontais de organização, possibilidades de compartilhamento de conhecimentos e de tecnologias.

¹⁶⁰ Faço aqui uma simplificação, uma vez que, por exemplo, a base da ANA é bem mais abrangente do que era a da Rede PTA. Envolve movimentos sociais, instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, representações dos/as agricultores/as e povos e comunidades tradicionais.

A própria noção de vínculos tem sido trabalhada por Latour (2015, 2020) como uma passagem analítica das redes aos efeitos de distribuição da rede, na busca de reforçar a compreensão da ação dos atores. Na ecologia das práticas, Stengers (2005) ressalta que os vínculos são aquilo que constituem pertencimento, a interdependência compartilhada e obrigações. Quando me dedico a refletir sobre a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, as muitas redes poderiam, então, ser pensadas como um ‘vínculo de vínculos’, emergências temporais e espaciais daquilo que foi se emaranhando à essa ecologia das práticas.

CAPÍTULO IV

“AS MAIS BONITAS”: A VIDA COTIDIANA COMPARTILHADA ENTRE AGRICULTORES/AS E CASAS DE SEMENTES

Ao longo deste capítulo, dedico-me a apresentar e analisar como as Casas de Sementes se conectam à vida cotidiana dos agricultores/as. Como elas são experienciadas na escala da comunidade, no preparo dos roçados, no cultivo dos quintais, na colheita, e como possibilitam distintas formas de habitar, a depender de quem ou o ‘que’ ali frequenta. Assim, busco refletir sobre os locais onde as Casas de Sementes habitam e como são constituídos vínculos nessa ecologia das práticas no âmbito das escalas da comunidade e da vida, numa articulação com o modo que elas são, ao mesmo tempo, habitadas pelos/as agricultores/as.

Discuto, sob essa ótica, os muitos armazenamentos que cabem nas Casas de Sementes. É sabido que um de seus principais papéis é salvar as sementes para o momento do inverno, todavia, aprendi que várias outras coisas cabem ali dentro. Desafiam, inclusive, as dimensões físicas, uma vez que as Casas possuem muitas formas e formatos. Além disso, é na tecitura de relações de afetos que as Casa também se realizam, habitando os planos simbólicos e o ‘lado de dentro’ dos/as agricultores/as. A “autonomia das sementes do padrão” se corporifica a partir da compreensão dos muitos vínculos que permitem novas formas de habitar a comunidade, as Casas e a própria casa dos/as agricultores/as. Destaco como isso se dá de maneira distinta, sobretudo entre homens e mulheres. Para elas, as Casas passaram a anunciar possibilidades de acessarem, além de sementes, documentos e direitos, se perfazendo ainda como um lugar seguro para compartilharem os desafios, medos e alegrias de serem mulheres, trabalhadoras, mães e agricultoras.

A apreensão da vida cotidiana compartilhada entre agricultores/as e Casas de Sementes contribui ainda para compreender como a RIS Sobral atua na ecologia das práticas aqui em análise. Nessa perspectiva, se no capítulo anterior exercitei os processos de constituição da Rede enquanto uma emergência da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, trago aqui as dimensões que foram também se associando à Rede a partir daquilo que os/as agricultores/as identificam como importante entre seus fazeres com as sementes.

Não se trata, contudo, de relações estritamente harmônicas, ou de contos de fadas, como diria Stengers (2015). Coloco em evidência também os inúmeros desafios apresentados pelos/as agricultores/as nos fazeres com as Casas de Sementes e como suas estratégias vão sendo tecidas, combinando de manuais coletivos a festas.

4.1 Habitar e os muitos armazenamentos que cabem nas Casas de Sementes

Na garupa da moto da Cleide, agricultora e responsável pela Secretaria de Mulheres do STTR de Forquilha/CE, vamos em direção ao nosso destino: comunidade Sítio Cajueiro, em Forquilha/CE. Embora eu ainda não tivesse ido até lá, já conhecia algumas moradoras, então era de certa forma um reencontro. O convite se estendia ainda à participação em uma atividade prévia à VI Marcha das Margaridas¹⁶¹. A nossa tarefa seria confeccionar um dos retalhos¹⁶² que seriam levados pela Comissão de Mulheres do Ceará para a Marcha, que aconteceria em agosto de 2019. Aceitei com alegria por dois motivos. Em primeiro lugar porque isso me possibilitaria colaborar, de alguma maneira com as mulheres que haviam me acolhido com tanta generosidade durante o trabalho de campo. Isso me dava um certo acalento, na medida em que me permitia retribuir, minimamente, do tanto que faziam por mim. Além disso, me animava a possibilidade de rever as agricultoras participantes da RIS Sobral em Brasília/DF, durante a Marcha, o que de fato aconteceu.

A arte que deveríamos produzir correspondia ao eixo “Autonomia econômica, trabalho e renda”. Havia um consenso entre as mulheres de que esses elementos estavam associados às Casas de Sementes e de que “não tinha nem para onde correr”. Essa afirmação, feita pelas agricultoras, me despertava para a importância de saber olhar para as Casas no esforço por compreender tudo aquilo que elas são capazes de armazenar. Apresento na sequência (Foto 13) o retalho que fizemos juntas. Embora minhas habilidades artísticas sejam limitadas, foi bonito compartilhar de um momento lúdico e criativo com as agricultoras.

¹⁶¹ Ação estratégica das mulheres do campo, da cidade e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos, que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de organizações parceiras como os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, além de centrais sindicais e organizações internacionais. Veja mais em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/>.

¹⁶² A confecção artística (pintura, desenho, colagens etc.) em retalhos de pano é parte do processo preparatório da Marcha e acontece de forma descentralizada nas regiões dos estados.

Foto 13. Casas de Sementes e autonomia das mulheres



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Na comunidade Sítio Cajueiro se localiza a Casa de Sementes Grão de Trigo, uma construção de alvenaria, diferente de quase todas as moradias ali existentes, que eram de taipa em sua maioria. A comunidade fica na beira do Açude Forquilha, área pública de responsabilidade do Dnocs, e os/as agricultores/as dali são também pescadores/as, especialmente de camarão de água doce. Atualmente, quando se entra na comunidade logo se avista a Casa, porém, ela nem sempre teve estrutura física. O primeiro lugar de armazenamento das sementes foi no galinheiro da família da agricultora Maria de Fátima. Nesse espaço, as garrafas *pet* ficavam à espera do plantio, enquanto os/as sócios/as se reuniam no alpendre da casa de algum/a morador/a, exemplo que demonstra como as Casas de Sementes existem para além de sua construção física ou material.

Ao longo do tempo, em função do acesso a determinados recursos, seja através de projetos ou por meio de ações coletivas voltadas à arrecadação de fundos, incluindo atividades como bingos e rifas, as Casas foram sendo estruturadas como um lugar específico, principalmente diante da inexistência, em muitas comunidades, de espaços coletivos. A Casa de Sementes Estevão Nascimento, no bairro Bandeira Branca, no município de Massapê/CE, a única localizada em área urbana, iniciou-se em 2010. Naquele momento, a casa da agricultora Tunilda, hoje coordenadora da Casa, era utilizada como um espaço de armazenamento coletivo de sementes. Somente em 2017, combinando recursos levantados pela Associação comunitária do bairro e de projetos acessados pela RIS Sobral, é que a Casa de Sementes passou a contar com construção própria, em um pedaço de terreno cedido por Tunilda.

As Casas edificadas para esse fim específico contam com uma planta semelhante, um espaço que armazena sementes, mas que também permite fazer reuniões entre os/as sócios/as. Com portas e janelas, as Casas possuem um único cômodo amplo e arejado, sem repartições, onde as prateleiras de metal acomodam as garrafas *pet* cheias de sementes. Uma mesa com gavetas funciona como arquivo, onde são guardados documentos relacionados à história da Casa, atas, memórias de reunião, ficha dos/as sócios/as e recibos de empréstimo e devolução (apresentados em detalhes na seção 4.2.1).

Para que uma Casa possa ser construída, torna-se necessário dispor de um terreno. Pelas andanças na região de atuação da RIS Sobral e nas comunidades, compreendi que quando a Casa está situada em assentamento, uma área de uso comum é cedida para esse fim. Quando a comunidade não possui uma área coletiva, geralmente por estar situada em terra de “patrões”, algum/a dos/as sócios/as que possua terra própria, doa uma área para a construção. A cessão da área é registrada em documento formal, em comum acordo entre os/as envolvidos/as¹⁶³.

A existência das Casas é, nessa ótica, imanente ao processo de organização coletiva das comunidades, envolvendo a identificação da área, a reunião de pessoas interessadas, a organização dos processos de gestão, o levantamento de fundos e o acesso a recursos. É preciso um desejo de fazer junto para que as Casas se tornem uma realidade, o que evidencia sua identidade coletiva, desde a concepção até o empréstimo e a devolução de sementes. É comum que aconteça nas comunidades um momento de

¹⁶³ No âmbito das Casas de Sementes da RIS Sobral não foi identificado nenhum conflito devido à implementação de Casas de Sementes, diferentemente do que a ex-assessora do Esplar, Elzira, compartilhou em relação ao trabalho realizado na década de 1990. Ver seção 3.1.2.

inauguração das Casas, envolvendo representantes da RIS Sobral, os STTRs, os/as sócios/as e os/as moradores/as. Essa é uma estratégia de celebração, mas também de reconhecimento recíproco das obrigações para com o armazenamento de sementes. As fotos a seguir apresentam um pouco das muitas Casas visitadas durante o trabalho de campo (Foto 14).

Foto 14. As muitas Casas da RIS Sobral/CE



Casa de Sementes Conquista de Nazaré,
(Assentamento Morgado, Massapê/CE)



**Casa de Sementes Francisco
Otaciano de Moraes,**
(Assentamento Ingá, Santana do
Acará/CE)



Casa de Sementes Grão de Trigo, (Comunidade Sítio
Cajueiro, Forquilha/CE)



**Casa de Sementes São José do Sapó de
Cima** (Comunidade Sapó de Cima,
Santana do Acaraú/CE)

Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), organizado pela autora.

Olhar para a diversidade de formas com que as Casas de Sementes existem e, sobretudo, como são constituídos seus significados e modos de funcionamento por meio das práticas coletivas, é importante para evitar uma compreensão equivocada de que as Casas prescindem de um tipo de construção específica. A agricultora Tunilda aponta para isso. Em uma das nossas conversas afirmou que não é suficiente “sair construindo Casa por aí”. Tal consideração chama a atenção para o fato de que, mais do que serem edificações, as Casas de Sementes devem estar vinculadas ao local em que habitam. É

preciso que façam sentido para aquelas pessoas, constituindo uma causa, um sentido de pertença. Não se trata, todavia, de um sentido unívoco. O que se identifica, ao contrário, é que o habitar propiciados pelas Casas se distingue, também, em função de quem habita.

Sobre esse último ponto, retomo à abertura da seção de “não ter para onde correr” a não ser para as Casas de Sementes, quando o assunto é autonomia das mulheres. A agricultora Tunilda, mais uma vez, contribui para a compreensão:

Às vezes passa na porta da Casa de Semente, a mulher vê uma reunião, mas não tem coragem de entrar, depois passa de novo e entra, volta e se envolve. Não é igual aos homens que só querem pegar sementes e pronto. A Casa de Sementes não é só sobre sementes, também é um lugar de apoio entre companheiras, de contar sobre a vida, sobre as dificuldades. É um lugar de autonomia que a mulher pode ter sua semente, plantar seu roçado sem depender de homem. (Relato, outubro de 2017)

A partir deste relato é como se as Casas de Sementes abrissem, de alguma maneira, formas de habitar distintas daquelas existentes na própria casa das mulheres. É um lugar onde elas podem, de forma mais desimpedida, falar o que sentem, o que pensam, tomar emprestadas as sementes e incorporá-las aos seus quintais e roçados, sem depender da intermediação dos maridos. Essa dimensão precisa ser tratada com cuidado, pois se os/as participantes das Casas de Sementes da RIS Sobral identificam, de forma generalizada, que as Casas de Sementes trouxeram “autonomia das sementes do patrão”, isso é vivenciado de uma forma específica pelas mulheres. As sementes do “patrão” eram entregues em grande parte aos homens, que podiam, então, cultivá-las nos “roçados” com a “ajuda” das mulheres¹⁶⁴. Isso me foi explicado na conversa na comunidade Sítio Cajueiro, Forquilha/CE, assim como nos momentos mais individuais que tive com as agricultoras.

As sementes eram dos “patrões” e, de certa forma, também, dos homens. Nas Casas de Sementes, as sementes são comunitárias e de todos/as os/as sócios/as. Embora pertençam a todos/as e isso seja instituído enquanto um princípio das Casas, isso não elimina a necessidade de espaços destinados especificamente às mulheres: “muitas têm vergonha de vir sozinhas, têm medo”, como me explicou Cleide, agricultora e representante da Secretaria de Mulheres do STTR de Forquilha/CE. Assim, além de armazenar sementes, as Casas têm propiciado oportunidades de “união” e “escuta” entre as mulheres, sobretudo, fortalecendo a presença “daquelas que o marido não queria que

¹⁶⁴ Isso não indica, no entanto, que as mulheres não estivessem constantemente manejando espaços produtivos, selecionando sementes, cuidando de pequenas criações e constituindo formas de habitar.

ela participasse”. Os grupos de artesanato e de beneficiamento da produção, cujas atividades acontecem dentro das Casas, fazem parte das estratégias de trabalho e vida das agricultoras, promovendo atividades de geração de renda. “Enquanto a gente vai fazendo nosso artesanato, vamos falando da vida, é também uma terapia, de dar coragem para as companheiras” – explica novamente a agricultora Tunilda.

Os aprendizados com as mulheres sobre o cotidiano delas com as Casas de Sementes incidem sobre uma dimensão que tenho reforçado ao longo de toda a tese. Apesar das muitas transformações que as Casas de Sementes foram passando, desde os primeiros movimentos ainda na década de 1970 até os dias hoje, um dos seus importantes entrelaçamentos é se conectar a um desafio imediato vivido pelos/as agricultores/as: a garantia de sementes na chegada do inverno. A ecologia de práticas das Casas tem permitido determinados enraizamentos na corrente da vida, garantindo o plantio, a constituição de estoques de alimentos e de sementes para a safra vindoura. Além disso, têm se constituído, ela mesma, possibilidades de questionar as condições desse viver, pois, para as mulheres, a importância reside no acesso às sementes, mas também em ter nas Casas um local seguro, onde podem exercitar de forma coletiva os desafios e desejos que as atravessam.

Assim, ao mesmo tempo que as Casas de Sementes fazem sentido porque dizem respeito a dimensões muito específicas do fazer agricultura, cultivar e armazenar sementes, abrem portas para questionar o *como* se vive, e é isso que as mulheres ensinam quando se referem à autonomia proporcionada pelas Casas de Sementes. A realização comunitária das Casas de Sementes é uma combinação de tempos e espaços, como discutido no capítulo anterior, e que têm, também, nas lutas travadas cotidianamente uma contínua constituição de vínculos. A discussão que vai sendo travada pelas mulheres, ainda que guarde distinções com os debates da década de 1970, ratifica como nas Casas os debates e fazeres não se restringem às sementes ou à garantia de acesso a elas. Contudo, é importante destacar que as distintas maneiras de experienciar as autonomias propiciadas pelo habitar e pelos vínculos constituídos pelas Casas não são pontuais ou imunes a discontinuidades, como apresentarei ao longo do capítulo.

A juventude do assentamento Leite, em Bela Cruz/CE, também constitui, entre desafios, suas formas de habitar a Casa de Sementes, ali nomeada de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Durante a visita ao assentamento, explicaram-me que antes achavam que as Casas de Sementes, assim como a RIS Sobral, “eram coisas de velho”, “a gente ia e as pessoas mais velhas ficavam falando todo o tempo e não deixavam a gente participar”.

Essa percepção que se espalhava pela Rede foi identificada pela coordenação. A estratégia encontrada foi o envolvimento dos/as jovens numa série de atividades de formação, combinando produção agroecológica e participação social e política. Alexandre, um dos jovens do assentamento, recorda que o envolvimento nessas formações possibilitou uma melhor compreensão sobre as atividades produtivas desenvolvidas na comunidade e como a juventude precisa se integrar à produção e à comercialização, o que foi se desdobrando, também, em uma maior participação na Casa de Semente, espaço no qual hoje participam ativamente, sendo ele o principal responsável¹⁶⁵.

A partir das atividades da RIS Sobral e devido à circulação nos espaços promovidos pela Rede, os/as jovens do assentamento Leite conseguiram acessar pequenos projetos, construindo um viveiro de mudas e um quintal produtivo. Nesses, produzem juntos/as, beneficiam parte da produção e comercializam na feira agroecológica do município e da comunidade: “muita gente de fora da comunidade vem comprar nossos produtos”.

A produção é destacada na fala dos/as jovens. Para eles/as, particularmente os grupos de jovens vinculados à Igreja Católica estão demasiadamente preocupados em rezar e se esquecem da produção ou da importância de “participar dos movimentos sociais”. Esse ponto é interessante, pois, como me disse Alexandre, eles são também um grupo católico, Jovens Querendo Jesus, e têm como um de seus lemas “agroecologia nós vamos implantar, mudando o pensamento para um projeto popular”. Foi na Casa de Sementes Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no diálogo com a juventude, que a palavra ‘agroecologia’ apareceu de forma mais explícita ao longo de todo o trabalho de campo. Recordo-me que na ocasião não escondi minha surpresa pela aparição da palavra, Alexandre percebeu e eu expliquei. Na compreensão dele, para muitos adultos, a adoção de práticas agroecológicas pode demandar um esforço grande de mudança, envolvendo uma transformação difícil de certos fazeres que estão sendo reproduzidos há gerações, como o uso fogo e de agrotóxicos para eliminar os matos. Para a juventude, contudo, isso não é tão dispendioso, pois estão ainda se encontrando e “abertos ao mundo”, me explica.

A participação em atividades de formação é considerada pela juventude como fundamental nesse processo de “conhecer a agroecologia” e também foi destacada em

¹⁶⁵ Segundo as informações colhidas a campo e de acordo com os materiais compartilhados comigo pela Cáritas e pelos/as participantes da RIS Sobral, em 2017 participavam da Rede 166 jovens. Durante a pesquisa de campo, pude conversar com alguns deles/as, contudo, o grupo de jovens do assentamento Leite é bastante organizado e atuante, o que fez com que aparecesse em destaque nesta análise. No âmbito da RIS Sobral, contudo, esse tipo de organicidade da juventude não é exatamente uma regra.

diferentes momentos pelos/as agricultores/as participantes das Casas de Sementes. Um aspecto associado a isso diz respeito a um acordo coletivo engendrado na RIS Sobral desde aproximadamente 2012. Conforme me explicou o assessor da Cáritas à época, Erivan, “os/as sócios/as das Casas de Sementes devem de forma processual adotar a produção agroecológica”. Assim, segundo me foi dito em diferentes oportunidades, a “RIS e as Casas adotam princípios agroecológicos”, aspecto discutido em maior profundidade nas seções 4.2.1 e 4.3. Seguindo essa diretriz, o acordo estabelece que os/as sócios/as das Casas deverão iniciar uma transição envolvendo o uso do fogo nos roçados, abandonando-o gradualmente, enquanto o uso de agrotóxicos é completamente vedado. As sementes armazenadas nas Casas podem ser provenientes de roçados que utilizaram fogo, mas não de roçados manejados com o uso de agrotóxicos.

Esse tratamento distinto relacionado ao fogo e aos agrotóxicos permite uma leitura da prática da agroecologia como uma “ciência dos lugares” (GOMES DE ALMEIDA, 2009). Trata-se de compreender como, em realidades distintas, a agroecologia cria raízes, e como ela só se realiza estando imersa na vida dos/as agricultores/as. O uso de fogo nos roçados, ainda que envolto em uma série de críticas referentes aos efeitos nocivos sobre a fauna, a flora e os bens hídricos, identificados pelos/as próprios/as sócios/as das Casas, é parte dos fazeres da agricultura do Semiárido. Uma proibição taxativa, menos do que fortalecer, poderia afastar os/as agricultores/as. Mais uma vez, as Casas de Sementes aparecem como entes capazes de combinar aquilo que importa para os/as agricultores/as, com devires que anunciam transformações não imediatas, mas processuais. Tal ponderação afasta a análise de um certo romantismo, que teria nas Casas de Sementes ou nos envolvidos/as uma versão acabada e exemplar do que se espera da agricultura de base familiar ou da própria agroecologia.

4.1.1 O que os nomes também guardam

Distante cerca de 15 km do município de Massapé/CE, a estrada que leva ao Assentamento Morgado corta bairros que tornam dúbias as divisões entre rural e urbano. Avistando o assentamento, a paisagem é composta por uma casa grande na parte mais alta do terreno, contornada por varandas, com pé direito alto e pilastras largas, vestígios de uma construção antiga que, em outros tempos, era a casa do “patrão”. Da sede da antiga

fazenda, como designam os moradores do (hoje) assentamento, é possível avistar as casas, a igreja, o açude e a estrada que conduz à comunidade.

As lideranças dali são mulheres. Mães e filhas têm se envolvido nos STTRs, na Associação Comunitária ao longo dos últimos 30 anos e na RIS Sobral. Tia Nazaré, falecida, outrora também foi uma das figuras da luta pela terra e por direitos travada na antiga fazenda. Se a sede se localizava no ponto mais alto da propriedade, da casa da Tia Nazaré era possível avistar os “pistoleiros do patrão”, “jagunços” ou a polícia que vinha expulsar os/as ocupantes; soltando foguetes, ela avisava a chegada indesejada deles. Um dos estopins para as três famílias que residiam e trabalhavam a princípio na fazenda se deu devido à recusa do “patrão” à presença de uma vaca e um bezerro que as famílias tinham comprado coletivamente. Outra situação grave para as famílias que ali viviam era o cercamento do açude e a manutenção no portão de um cadeado, controlando, assim, a retirada de água do reservatório.

A situação enfrentada, contudo, não era exclusiva. Na região, a atuação das CEBs e do MST também vinha se dedicando a fortalecer processos de organização social voltados à garantia de direitos, como o acesso à terra, aos bens e a serviços públicos. Como estratégia de fortalecer a ação das três famílias residentes da fazenda, outras 25 famílias sem-terra se integraram a essa luta, em parceria com o MST e a ala progressista da Igreja Católica. Um dos primeiros momentos de enfrentamento em um processo mais longo que culminaria com a ocupação foi, então, a desobediência de “trazer a vaca para cá” e “quando ele viu a vaca aqui, chamou os capangas” e “foi todo mundo para a delegacia, com vaca e tudo”, como me contaram durante uma conversa coletiva.

Foto 15. “Com vaca e tudo”



Fonte: Laboratório da Memória e das Práticas Cotidianas (LABOME/UEVA).

Empenhados em encontrar um caminho coletivo que possibilitasse o acesso à terra, em 1991, cerca de dois anos depois, os/as envolvidos/as descobriram em uma notícia de jornal que a fazenda havia sido desapropriada devido a inúmeras dívidas. Apoiados/as pelo MST, pela CPT, CEBs e pelo MEB, as famílias sem-terra ocuparam, desta vez, a sede da fazenda. Nas palavras de Antônia, agricultora e residente do assentamento,

O primeiro acampamento durou um mês, fomos despejados pela polícia, botaram fogo nos barracos, levaram uns presos. Aí fomos para a beira da estrada, passaram 15 dias, voltamos para sede e aí o patrão mandou pistoleiros. E a Tia Nazaré, a casa dela ficava no alto, a gente era expulso, ia para as terras vizinhas, onde tínhamos famílias ou conhecido e aí voltava, ela fica vigiando quando via a polícia ou os capangas se aproximando soltava foguetes. (Relato, julho de 2019).

Depois de um ano de sucessivas ocupações e expulsões, os/as residentes conseguiram a emissão de posse da área que atualmente corresponde ao assentamento e “hoje a gente pode plantar tranquilo”¹⁶⁶. Conquista de Nazaré é o nome da Casa de Sementes do Assentamento Morgado, uma homenagem à mulher que, corajosamente, avisava quando os “capangas” se aproximavam. A estrutura da antiga sede é hoje voltada

¹⁶⁶ Para ver e ouvir essa história em detalhes e narrada pelos/as moradores/as do Assentamento do Morgado, sugiro assistir ao filme “Narrando a luta pela terra” (1992), produzido pelo Laboratório da Memória e das Práticas Cotidianas (LABOME) da Universidade Federal do Vale do Acaará.

à comunidade, como se pode ver nas fotografias (Foto 16). Nela estão abrigados vários espaços coletivos, como a Casa de Sementes, as salas de reuniões, o espaço de festa e encontros e o posto de saúde local, onde os/as residentes são atendidos/as por médicos/as que vão à comunidade mensalmente.

Foto 16. Assentamento do Morgado, Massapê/CE em julho de 2019



Fonte: arquivo pessoal da autora.

A história associada ao nome atribuído à Casa de Sementes do Assentamento Morgado, evocando a memória da luta pela terra, exemplifica uma prática coletiva: a escolha dos nomes das Casas, um quase batismo. Nas palavras da agricultora Tunilda, essas escolhas “contam uma história da comunidade, de um/a guardião/a de semente, de alguém que é importante para a comunidade, de algo que os/as agricultores/as acreditam ou que é importante para aquele lugar e também pode ser homenagem aos santos”. Como se pode perceber na fala dessa agricultora, o nome das Casas é definido a partir de referências comuns, nas quais os/as sócios/as se reconhecem.

Na sistematização organizada referente aos nomes das Casas de Sementes, é possível perceber que a maioria deles remete, a alguém importante para a comunidade. Um dos sujeitos homenageados é “Seu Estevinho, como era conhecido pelo povo”, nas palavras de Eduania, participante da RIS Sobral e filha de Tunilda. A já apresentada Casa

de Sementes Estevão Nascimento se localiza em um bairro do município de Massapê/CE. Segundo me explicaram os/as sócios/as da Casa, as pessoas ali residentes enfrentam diversos preconceitos por parte dos/as moradores/as do município, que identificam o bairro como perigoso e violento. Seu Estevinho foi líder comunitário e religioso nesta localidade por gerações. Dentre seus trabalhos se destaca uma contínua luta por moradia, envolvendo tanto a construção de habitações quanto a revitalização de casas de pau-a-pique, que foram substituídas por construções de alvenaria. A Casa de Semente foi criada em 2010. O nome foi definido pelos/as sócios/as em memória a quem, em outros tempos, defendia o direito à moradia adequada, promovendo o “desenvolvimento do bairro”, ajudando “a construir um salão comunitário e uma capelinha”, nas palavras de Eduania.

Mesmo considerando as particularidades de cada um dos contextos, as memórias incorporadas às Casas, com seu Estevinho e tia Nazaré, refletem similaridades das lutas que atravessam as populações residentes nas periferias e nas áreas urbanas – morar, ter uma casa ou terra, não é tarefa simples¹⁶⁷. Apesar de moradores/as da área urbana, os/as sócios/as da Casa de Sementes cultivam roçados, seja em áreas do próprio bairro, nos quintais ou em lotes, em terras de parentes ou nas “terras dos patrões”, onde ainda trabalham. Em certo sentido, é difícil determinar se são as pessoas que migraram do rural para o urbano, ou se a própria cidade foi cercando as áreas rurais.

Esse *continuum* de luta pela terra que extrapola fronteiras definidas reitera as estratégias de reprodução desenvolvidas pelo latifúndio em defesa da concentração de terras, impondo aos/às pequenos/as agricultores/as a expulsão do campo e a perda de “pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano” (WANDERLEY, 2014, p. 28). A Casa de Semente do bairro Bandeira Branca, nessa ótica, aparece como um esforço de constituição de vínculos, de manter o fazer da agricultura presente, ressignificando, assim, o lugar onde se vive, as próprias formas de viver e as lutas por direitos. Anuncia a importância de reconhecer a presença dos/as agricultores/as no ambiente das cidades que, como me explicou Tunilda, têm nos STTRs e na RIS Sobral referências fundamentais de organização coletiva.

Dentre as 81 Casas de Sementes da RIS Sobral, 17 possuem nomes de santos, além de uma 18ª nomeada como Grão de Trigo – referência bíblica, como me foi

¹⁶⁷ Não intenciono colocar em debate todas as especificidades associadas à cada uma dessas lutas, mas a apresentar aquilo que olhando para as Casas de Sementes é possível identificar em ambas as situações.

explicado. Essa informação traz para o debate as crenças que costuram a vida cotidiana. Um dos caminhos possíveis para tecer essa análise seria olhar para as práticas religiosas ligadas ao catolicismo no Semiárido, sobretudo ao catolicismo popular. Seguindo a conformação dos Bancos desde a década de 1970, isso se evidencia, por exemplo, pela associação de determinados segmentos da Igreja Católica às lutas pela terra a partir da atuação dos “Bispos camponeses”; a ação das CEBs; a atuação do Padre Bernardo Holmes nos sertões de Crateús e dos Inhamuns; a Paróquia de Parambu, que fez do agrônomo convencional, Pedro Jorge, um “sujeito político”; a atuação da Cáritas na parceria com as Casas e aos/às agricultores/as.

Para além da Igreja, que se engaja na construção de uma ‘vida melhor’ para as populações do Semiárido, a existência das Casas e seus nomes de Santos carrega também significados daquilo que, de forma mais ampla permeia a vida dos/as agricultores/as. Nomear a Casa com o nome de algum Santo é entendido, como pude perceber a campo, como uma forma de atribuir afeto, constituir um laço entre a Casa e aquilo que os/as agricultores/as acreditam de forma mais profunda. Em quase toda casa que pisei durante o trabalho de campo havia um Jesus Cristo ou uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, assim como em quase toda comunidade, uma pequena igreja ou capela. Eu não sou uma pessoa religiosa e, talvez, nunca tenha rezado tanto quanto durante o período do trabalho de campo.

É do céu que os/as agricultores/as interlocutores/as da pesquisa esperam boas notícias, onde vive Deus e onde em nuvens se forma o prenúncio das chuvas. Das 18 Casas de Sementes com nomes associados a santos ou referências bíblicas, sete são denominadas de São José. José, pai de Jesus, é reconhecido na Bíblia por ser um homem simples, um carpinteiro que foi escolhido por Deus para ser o pai de seu filho. A canonização de José é comemorada no catolicismo (e, também, no sincretismo) no dia 19 de março. O “dia de São José” marca o início do inverno ou a chegada das chuvas, como aprendi com os/as agricultores/as. José, além de homem de profissão humilde, é referência da estação chuvosa para os/as agricultores/as da RIS Sobral e, de forma ampla, das populações que vivem no Semiárido. Tem-se, aí, uma combinação entre materialidades e fazeres simbólicos. Símbolos que envolvem também as representações que fazemos de ‘nós mesmos’ e do mundo (CRAPANZANO, 2005).

Assim, o que se observa é que as fronteiras entre material e simbólico, real ou irreal, não podem ser simplesmente demarcadas, porque ao mesmo tempo que as coisas ocorrem, elas são também imaginadas. Tais discussões abrem a oportunidade de

compreender como as Casas habitam, também, aquilo que agricultores/as projetam, acreditam, desejam, aproximando o debate da ideia de um “deus ecológico”, implicado no ambiente e que se confunde com a propriedade das coisas e dos lugares (CARVALHO; STEIL, 2013). Sob essa ótica, embora tenha introduzido a discussão a partir da religião e das imagens importantes para os/as agricultores/as, o universo das Casas não se limita a este aspecto, como bem exemplificam as nomenclaturas da Casa Esperança do Futuro, da Casa da Fatura e da Casa Mulheres Guerreiras.

Algumas Casas têm no nome homenagens à Caatinga, sobretudo, às plantas. É o caso da Sabiá, da Umbuzeiro, da Aroeira, da Flor de Macambira, da Flor do Campo, que colocam em perspectiva a importância da vegetação para a produção da vida, digna de honraria ou de algo que deve ser lembrado. A madeira proveniente da árvore Sabiá, por exemplo, é muito importante para as construções feitas pelos/as agricultores, como as cercas dos currais, do quintal, dos paióis e galinheiro. Já a macambira é uma espécie de bromélia, que durante a seca pode ser queimada e serve de alimento para o gado.

Os nomes das Casas, assim como as diferentes formas e formatos que podem ter, guardam as lutas travadas por direitos, seja no acesso à terra ou à vida digna, aquilo que no íntimo os/as agricultores/as carregam, como suas crenças religiosas, suas expectativas e admirações pela Caatinga. Como me foi apresentado nas conversas com as mulheres e os/as jovens, elas também habitam o ‘lado de dentro’ dos/as agricultores/as. São um espaço seguro para as mulheres, mesmo numa sociedade que pode ser completamente hostil, fornecem sementes quando essas já foram moeda de barganha dos “patrões”, aliam-se a mudanças graduais na forma de produzir dos/as agricultores/as, nas quais a agroecologia vai sendo também incorporada. A sua capacidade de armazenar transborda as sementes à medida que a vitalidade reside na tecitura de tantos laços, permitindo, assim, as muitas formas pelas quais elas habitam a vida dos agricultores/as.

4.2 Leis, políticas públicas e manuais: as institucionalidades das Casas de Sementes

Transitando entre políticas públicas, leis e acordos coletivos, busco nesta seção compreender como a ausência ou a produção de determinados “papéis” se associam às ações das Casas de Sementes, informando distintas relações e interpretações sobre o Estado. Antes, contudo, gostaria de destacar a motivação disso. “Papéis” é o nome dado recorrentemente pelos/as agricultores/as a documentos necessários, seja de identificação pessoal, para abrir uma conta bancária, por exemplo, ou no momento de requerimento de

determinado direito ou acesso a políticas públicas. No caso daqueles/as agricultores/as que vivem em “terra de patrão”, os documentos se tornam uma questão específica. Isso se deve ao fato que, ainda que não precisem da mediação dos “proprietários” para a emissão de documentos como a Carteira de Identidade Civil, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou a Carteira de Motorista, negociações são necessárias, por exemplo, quando se trata de declarações de residência ou comprovação de atividades agrícolas a fim de acessar créditos e a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A concessão ou não, inclusive, é utilizada como marcador: um “patrão bom” ajuda quando os/as agricultores/as precisam de “algum papel”.

Na atividade de construção de linha do tempo realizada no âmbito da pesquisa conduzida pela ANA, em 2017, os/as presentes identificaram que uma das políticas públicas existentes na década de 1970 e 1980 era o “Programa Emergência”. A menção ao Programa, por sua vez, levou à discussão se o mesmo deveria ou não ser considerado uma política pública para a “pequena agricultura”. De um lado, destacou-se que essa era uma “política escrava”, já que, de forma generalista, previa que os pequenos/as agricultores/as trabalhassem nos períodos de seca extrema nas obras de infraestruturas estaduais (estradas, açudes, barragens), como forma de acessarem renda. Por outro, e o que levou os/as presentes a acatá-la como uma política importante no período, foi a concordância de que, como destacado ao longo da atividade, “foi um Programa pelo qual muitos/as agricultores/as conseguiram documentação para comprovação da atividade rural para a concessão de aposentadorias”. É complexa a combinação entre o que se apresenta como importante no âmbito da política e a palavra “escrava”, colocando em jogo o quão fundamental são, ao menos, dois pontos: a “documentação” e as “aposentadorias”.

Peirano (2006) discute como os documentos são emblemas de identidades cívicas que, emitidos por órgãos públicos, acabam por oficializar o/a cidadão/a, imputando, por sua vez, um não reconhecimento civil dos/as indivíduos que não possuem documentos. Sentada em uma das salas do STTR de Forquilha/CE, em julho de 2019, chamou-me a atenção como a Carteira de Identidade de vários/as agricultores/as que ali transitavam era nova – não quero dizer, necessariamente, recém-emitida, mas muito bem cuidada. Lembro de uma, inclusive, que a foto era preta e branca. Uma das cenas que acompanhei foi de uma agricultora que tentava fazer uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cleide, responsável no STTR, começou a ler, então, quais os documentos necessários.

Após escutar uma longa lista, a agricultora reagiu: “CAR¹⁶⁸ eu tenho, do proprietário da terra”. E complementou: “não sei nem o que são esses documentos todos. Volto aqui mais não, já fiz tanta viagem até aqui. Não venho mais não”. Levantou-se e foi embora. Cleide me olha e compartilhamos em silêncio os desafios impostos à agricultura de base familiar.

Combino o descrito anteriormente a uma outra lembrança da minha estadia em campo em 2017. Como estávamos fazendo registros fotográficos, era necessário preencher, com informações de documentos oficiais, os termos de autorização de uso de imagens. Quando pedíamos aos/às agricultores/as essas informações, eles/as entravam em casa iam até uma pasta, uma caixa, uma bolsinha e traziam, então, os documentos: Carteiras de Identidade e o cartão com o número do CPF, sem amassaduras e quase sem marcas do tempo. O aspecto de novo pode ser associado a datas recentes de emissão de primeira ou segunda via, porém, destaco como estavam guardados de forma cuidadosa. Não estavam dentro de bolsos, carteiras ou amarrotados, misturados a outras coisas, necessitando de uma busca ávida. Outro elemento importante é que ninguém sabia os números ‘de cabeça’. A resposta para “qual o número do CPF?” era: “vou pegar”.

As passagens acima registram de forma sutil o cuidado que os/as agricultores/as possuem com seus documentos, e explicitam como esses não são corriqueiros na vida cotidiana: estão guardados e precisam vir à tona quando solicitados, ao mesmo tempo que pertencem ao desconhecido ou de ‘difícil acesso’, como vivenciado no STTR de Forquilha/CE. Essas dimensões permitem compreender a importância atribuída ao Programa Emergência, embora também reconhecido como uma “política escrava”.

Ainda que as lutas dos movimentos sociais do campo pela extensão dos direitos trabalhistas aos/às trabalhadores/as rurais tenham se iniciado a partir da década de 1950, ou antes disso, foi somente na Constituição de 1988 que esses/as trabalhadores/as foram incluídos/as de uma forma mais efetiva no Regime Geral de Previdência Social, por meio do Sistema de Seguridade Social¹⁶⁹. Nas conversas, seja com representantes de STTRs ou com os agricultores/as, os Sindicatos são destacados como atores centrais nesse percurso de garantia de aposentadoria, instruindo os/as agricultores/as sobre os trâmites necessários para obtenção da aposentadoria, emitindo documentos que comprovam a profissão de trabalhador/a rural – como as fichas de filiação ao Sindicato e guias de contribuição social – e lutando junto aos órgãos responsáveis para remover um amplo

¹⁶⁸ Cadastro Ambiental Rural.

¹⁶⁹ Para uma análise detalhada dos processos associados à previdência rural no campo, ver Brugnara (2014).

conjunto de entraves burocráticos no acesso a este direito. Esses tipos de documentos são requeridos pelo INSS durante a solicitação de aposentadoria¹⁷⁰.

Nos entremeios da aposentadoria rural, uma outra política pública entra em cena, o já apresentado programa Hora de Plantar. Uma das críticas mais frequentes na narrativa dos/as agricultores/as é que essa política não consegue se orientar adequadamente pelo calendário das chuvas, por isso, “as sementes chegam sempre atrasadas”. Embora grande parte dos/as agricultores/as com quem conversei participe das Casas de Sementes no âmbito da RIS Sobral, eles/as identificam que as “sementes do governo”, como são chamadas aquelas distribuídas pelo Hora de Plantar, representaram por muito tempo, a possibilidade de comprovação da profissão de trabalhador/a rural, em função dos documentos que eram emitidos quando acessavam as sementes. As relações existentes entre o programa Hora de Plantar e o acesso a documentos capazes de comprovar o exercício da profissão de trabalhador rural tem conotações diferentes para homens e mulheres, já que, muitas vezes, apesar das sementes se destinarem à família, o nome grafado no documento era o do homem: “eles faziam os documentos que poderiam ser utilizados na hora de aposentar só no nome do homem. E a gente ficava como?”, rememoram as agricultoras.

Em conversas com sócios/as de diferentes Casas de Sementes, eles/as me explicaram como em cada Casa de Semente havia, em algumas mais e em outras menos, hábitos de controle do estoque. Esses provinham de diferentes iniciativas. Em alguns casos, da própria organização dos/as sócios/as, anotando dados referentes à circulação das sementes em blocos de recibo e cadernos; em outros de tentativas da Cáritas Diocesana de Sobral, instituindo modelos que poderiam ser adotados de forma coletiva. Frente às estratégias traçadas pela Cáritas e pelos STTRs de animação das ações da RIS Sobral, especialmente a partir de 2011, com a criação de várias novas Casas, uma das ações foi padronizar os recibos de empréstimo e devolução de sementes, fomentando ações de organização e gestão das Casas. Tal proposta, historicamente, tem sido identificada como desafiadora no âmbito dos Bancos e Casas de Sementes, como já discutido no Capítulo III. Reproduzo os documentos hoje utilizados (Foto 17), com destaque para a logo da Rede, também criada à época.

¹⁷⁰ A lista completa de documentos que podem ser utilizados ao se requerer a aposentadoria rural está disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seus-direitos-e-deveres/atualizacao-de-tempo-de-contribuicao/documentos-originais-para-comprovacao-de-tempo-de-contribuicao/documentos-trabalhador-rural>. Acesso em: 11 set. 2021.

Foto 17. Recibos de empréstimo e devolução da RIS Sobral/CE

The image shows two forms from the RIS Sobral/CE. The top form is titled 'RECIBO DE EMPRESTIMO' with number 2001. It contains fields for the recipient's name, the quantity and type of seeds, and a declaration of the loan terms. The bottom form is titled 'RECIBO DE DEVOLUÇÃO' with number 1953. It contains fields for the donor's name, the quantity and type of seeds, and a declaration of the return terms. Both forms have a RIS logo and a footer indicating the first and second copies.

RECIBO DE EMPRESTIMO Nº 2001

Recebi da Casa de Sementes _____
a quantidade de _____ de sementes de _____
para plantio. Declaro estar ciente do compromisso que tenho de devolver à Casa de Sementes a quantidade de sementes recebida com um percentual de _____%
(_____) de acréscimo, logo após a colheita, em perfeitas condições de armazenamento, conforme as normas definidas pelos/as sócios/as.

Por assumir inteira responsabilidade sobre o que acima declaro, assino abaixo.

_____, de _____ de _____

Coordenador (a) da Casa de Sementes Assinatura do Sócio (a)

Representante Legal da Associação ou STTR

Dados do/a Sócio/a da Casa de Sementes:
Nome Completo: _____
Documento: _____
Profissão: _____
Município: _____ Localidade: _____

1ª via: Casa de semente / 2ª via: sócio (a)

RECIBO DE DEVOLUÇÃO Nº 1953

Recebi do (a) sócio (a) _____
a quantidade de _____ de sementes de _____
referente ao empréstimo por ele (a) feito em ____/____/____. Declaro
estar ciente de que as sementes foram devolvidas com um percentual de _____%
(_____) de acréscimo, e que as sementes estão em
perfeitas condições de armazenamento, conforme as normas definidas pelos (as) sócios
(as).

Por assumir inteira responsabilidade sobre o que acima declaro, assino abaixo.

CASA DE SEMENTES _____

_____, de _____ de _____

Coordenador (a) da Casa de Sementes Assinatura do Sócio (a)

Representante Legal da Associação ou STTR

1ª via: Casa de Semente / 2ª via: sócio (a)

Fonte: arquivo pessoal da autora.

Não tardou para que os/as agricultores/as comesçassem a levar os recibos emitidos pelas Casas de Sementes às Agências da Previdência Social nos diferentes municípios de atuação da RIS Sobral. O INSS, contudo, não os aceitava, sobretudo porque, como me explicou em uma das nossas conversas o ex-assessor da Cáritas, Erivan, “os documentos de sementes que o INSS conhecia são os do programa Hora de Plantar”. Ele se recorda de como este foi um momento inspirador e de reconhecimento do trabalho realizado nas Casas de Sementes:

Então foi muito legal isso porque as pessoas começaram a levar e aí começou a voltar. Lembro que a coordenação da RIS de Massapê/CE reuniu com o INSS pra poder contar a histórias da Casa de Sementes, “olha isso aqui é uma Casa

de Semente está ligado a isso”. Aí eu lembro que várias reuniões, outras pessoas de outros municípios, “mas Sobral/CE não aceitou, Forquilha/CE não aceitou”. Aí eu lembro que foi feita uma reunião com representantes daqui da região com representantes do INSS, foi feita aqui em Sobral, em Forquilha e nos lugares todos. Sei que isso foi de certa forma foi uma vitória, uma conquista para fazer com que o INSS reconhecesse que o recibo da Casa de Sementes é um recibo e que pudesse valer como um reconhecimento que aquela pessoa, mulher, homem, é um agricultor. (Entrevista, agosto de 2021)

Nesse ponto, é possível analisar como as Casas de Sementes vão constituindo vínculos com o Estado, que se expressam, especialmente, a partir dos fazeres desenvolvidos pelos/as agricultores/as e, também, pelos arranjos coletivos iminentes a este tipo de armazenamento de sementes. Reside aí uma espécie de desautorização do desengajamento do Estado para com essas populações, no sentido discutido por Sabourin *et al.* (2005). Ao mesmo tempo, não se trata de uma ingerência do Estado sob as formas de organização das Casas.

A política das Casas de Sementes, que de certa forma se estabiliza institucionalmente nos recibos, ainda que só se realize nos fluxos da vida cotidiana dos/as agricultores/as por meio do armazenamento, plantio, colheita e devolução das sementes, cobra do Estado a responsabilidade de reconhecer aquilo que se produz de forma ‘extra-oficial’ e no seio da vida comunitária. Além disso, se historicamente os/as agricultores/as engajados nas Casas de Sementes e na RIS Sobral têm identificado que um dos importantes feitos do programa Hora de Plantar esteve associado à documentação para aposentadoria, a entrada dos documentos emitidos pelas Casas, preenchendo essa mesma função, revela as fragilidades da política pública, quando constituída alheia à ecologia das práticas tecida entre os/as agricultores/as, as sementes e o meio onde habitam.

Conforme anteriormente mencionado, a relação com o Estado por meio das Casas de Sementes e pela própria política pública Hora de Plantar possui significados específicos para as agricultoras que conheci ao longo da pesquisa. Em diferentes momentos pude compartilhar com elas conversas e histórias, situações em que elas me explicaram a “importância da Casa de sementes para os documentos das mulheres”. Em uma conversa coletiva realizada na comunidade Sítio Cajueiro, em Forquilha/CE, as agricultoras destacaram como a emissão de recibos de empréstimos e devolução de sementes, além de fichas de cadastro de sócios/as das Casas em nome das mulheres, foi uma importante estratégia para o envolvimento e reconhecimento da participação delas nas atividades agrícolas e políticas. De acordo com o que foi apresentado pelas agricultoras, isso se associa diretamente à autonomia, no sentido de não dependerem de

mediações para acessarem as sementes e de poderem, assim, também, representar a si mesmas, a partir da emissão de recibos em seus nomes, no momento de requisição da aposentadoria.

As Casas também chegaram ao Estado, posso assim dizer, a partir da aprovação da Lei n.º 17.179/20 (CEARÁ, 2020), na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A normativa “Dispõe sobre a política estadual de incentivos à formação de Casas e Bancos comunitários de sementes crioulas e mudas” de autoria do Deputado Moisés Braz (PT). Ao longo das duas etapas do trabalho de campo, nas visitas às comunidades, nas conversas com os STTRS e com a os/as representantes da Cáritas Diocesana de Sobral, os agricultores/as partilharam a expectativa existente em torno da aprovação da Lei. Isso fica também perceptível na fala de Erivan, ex-assessor da Cáritas, e que esteve envolvido na elaboração do PL ainda em 2017 Nas palavras dele:

Quando soube da tramitação da Lei das Sementes Crioulas na Assembleia Legislativa, inclusive, agora recentemente, com as emendas, acho que já é uma vitória histórica porque tínhamos pensado desde o princípio de que a gente tinha que chegar na instância pública. Isso é importante porque não é uma política pública pensada a partir de um governo, a partir de uma Câmara Municipal, de uma Assembleia Legislativa, mas é uma política pública pensada e gestada a partir dos agricultores e das agricultoras, ou seja, é mais do que nunca se qualquer gestor público pudesse se interessar de fato pra fortalecer isso seria uma coisa estrondosa, pois já é articulada, não precisaria de mais articulação, isso poderia virar uma coisa muito grande. (Entrevista, agosto de 2021)

A afirmação de Erivan sobre a relevância de um programa governamental pensado a partir do trabalho realizado nas Casas de Sementes pelos/as agricultores/as, traz para o debate o fato de que a edição final de uma lei, ou de uma política pública representa a estabilização de uma luta coletiva travada com o poder público em diferentes instâncias. Essa luta abarca tanto as práticas cotidianas exercitadas nas Casas de Sementes, como a atuação dos movimentos sociais e redes de organizações da sociedade civil em diferentes arenas. Na reunião que pude acompanhar do FCVSA em 2019, por exemplo, o Projeto de Lei foi um dos temas de debate: “é inacreditável que até hoje não tenha sido aprovado, tem que fazer isso acontecer”, afirmavam. O texto final da Lei não existe sem os agenciamentos que o constituem e, tampouco, sem as histórias que ainda serão contadas a partir daí.

Para os/as agricultores/as, a lei representa um reconhecimento por parte do Estado do trabalho realizado por eles/as envolvendo as sementes e o armazenamento coletivo. Vale lembrar, conforme discutido ao longo do Capítulo III, que as lutas dos anos 1990 contra as biotecnologias diziam fortemente também das restrições impostas pelas

legislações, abrindo margens para criminalizar as práticas das Casas de Sementes. Assim, os chamados “papéis”, vão também constituindo suas histórias na ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral/CE, ao mesmo tempo que as Casas vão se enlaçando nas lutas por acesso de direitos pelos/as agricultores/as, seja na aposentadoria ou na cobrança de reconhecimentos por parte do Estado.

4.2.1 Mangoris: gestão e princípios comuns

O uso dos recibos de empréstimos e devolução das sementes emitidos pelas Casas de Sementes para solicitação da aposentadoria se tornou, também, uma questão a ser equacionada no âmbito das próprias Casas: “muita gente só está na Casa de Semente para pegar o documento da aposentadoria”, explicaram-me os/as agricultores/as. Tunilda, coordenadora da Casa de Semente Seu Estevão do Nascimento, em Massapê/CE, considera que existe, muitas vezes, um uso instrumental das Casas de Sementes:

na Casa a pessoa armazena dois litros [duas garrafas *pet*], mas no armazenamento doméstico tem 01 hectare. Só quer o papel para usar na aposentadoria. Eu estou fazendo um levantamento de quantos hectares o agricultor plantou e quanto armazenou na Casa, as coisas têm que ter coerência.

Analisando tal questão, a interlocutora complementa que a “Casa só existe se houver colaboração”. Ainda que nem todos os desafios tenham sido superados e no âmbito da Rede os/as sócios/as sigam buscando soluções, uma tentativa de equalizar os ruídos existentes no que diz respeito aos compromissos dos sócios/as com esse espaço coletivo de organização, foi a elaboração, entre 2016 e 2017, de um documento guia, que apresenta os “princípios” de organização, não de cada Casa individualmente, mas das Casas que pertencem à RIS Sobral. Conforme o ex-assessor da Cáritas, Erivan, sobre os desafios dos recibos de empréstimos e devolução,

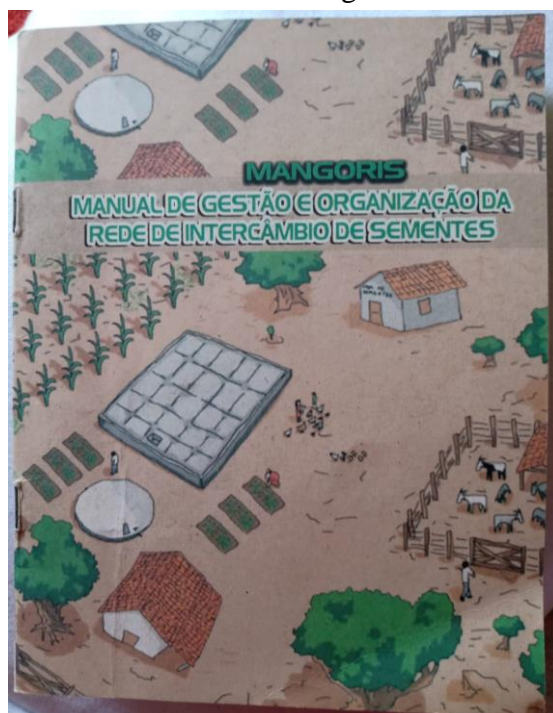
Foi a partir disso que surgiu a ideia de ter uma cartilha de princípios, de quem poderia ser sócio ou sócia das Casas de Sementes. Isso com ideias do povo, quem pode ser sócio, isso, aquilo, quem não pode, assim pode, aquilo não. Lembro que uma das coisas que se tem lá naquela cartilhazinha, simples, inclusive, mas que foi uma reflexão bem legal feita em assembleias, aliás em várias, é o seguinte - as pessoas podem até entrar na Casas de Sementes ser sócios e sócias, queimando o roçado, porque vai passar por um processo de transição, mas usar veneno ninguém pode, era uma coisa vetada [...] Teve várias outras coisas que está lá na cartilha, que é um pouco dos princípios gerais, claro que cada Casa de Sementes, inclusive, foi encaminhado para que se quisesse poderia fazer o seu na sua Casa de Semente, no município. Aquilo também é muito genérico, na verdade, deixou muita brecha, mas eu lembrei

disso porque foi a partir das pessoas com relação aos recibos, as pessoas ficarem de olho porque tem um documentozinho, quer dizer que a pessoa tem que conhecer a história da Rede, pra poder dizer, conhecendo a história da Rede, “eu quero ser sócio sim mesmo que tenha me livrar de alguma coisa também”. (Entrevista, agosto de 2021)

Ao olhar de forma retrospectiva para as considerações de Erivan e para a história dos Bancos e Casas de Sementes, fica nítido como a gestão sempre foi um desafio. Sementes e pessoas são coisas vivas. Recordo-me de uma cena em que um agricultor com a cartilha em mãos dizia “gente, está escrito aqui. Tem que fazer conforme está aqui. Está falando quando tem que devolver, como faz para pegar [as sementes]. Está falando o que deve ser feito”. A contra-argumentação, porém, era: “mas isso é o que está escrito, na prática não funciona assim, você sabe”.

A referida cartilha é o Manual de Gestão e Organização da Rede de Intercâmbio de Sementes (Mangoris), que regulamenta a organização das Casas, da Rede, a participação dos/as sócios/as e a circulação das sementes. Na sequência, a foto da capa do Manual:

Foto 18. Mangoris



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Cada Casa de Semente possui uma cópia deste documento arquivada para ser consultada em caso de dúvida. O Manual, dessa forma, pode ser entendido como um documento que normatiza o funcionamento da Rede e das Casas, ou como uma tentativa

de estabelecer formas coordenadas de governança, estabelecendo responsabilidades e obrigações compartilhadas entre aos/às sócios/as.

Como destacado anteriormente, um dos princípios que orienta as Casas e as ações da Rede é a agroecologia. Conforme aparece no Manual, “uma vez sócio/a, os/as agricultores/as iniciarão o processo de transição agroecológica nos níveis de desmatamento, queimada e uso de agrotóxicos” (p. 8). Nesses termos, as Casas de Sementes e a Rede funcionam estabelecendo conexões com as práticas dos/as agricultores/as, inclusive as que acontecem no roçado, no quintal ou nas moradias de cada um/a.

Em momentos distintos, perguntei aos/as agricultores/as o que entendiam por agroecologia. As compreensões deles/as vieram associadas ao fazer: “é não queimar”, “é preservar a natureza”, “é não passar veneno”, noções que fazem parte dos princípios da agroecologia previstos no Mangoris e exercitados pelos sócios/as nas Casas e na RIS Sobral. Assim, a referência à agroecologia não se dava por uma identificação com o termo, ou com a palavra propriamente, mas era expressa nas práticas dos/as agricultores/as, que têm no armazenamento coletivo das Casas de Sementes um ponto nodal, atravessado por muitos vínculos. As conexões estabelecidas com esse espaço lhes permitem, inclusive, ressignificar formas de fazer situadas para além das Casas propriamente ditas.

O Manual prevê que as Casas de Sementes funcionarão por meio de Associações. Vale destacar que essa forma de organização comunitária é ainda bastante presente nas comunidades visitadas ao longo da pesquisa, sendo um reflexo, em boa medida, da atuação das CEBs e dos STTRs desde as décadas de 1970 e 1980. As Associações são responsáveis pela constituição do corpo de gestão das Casas, formado por um/a coordenador/a, um/a secretário/s, um/a selecionador/a, um tesoureiro/a, um/a animador/a de roçado comunitário¹⁷¹ e seus/as respectivos/as suplentes. As RIS municipais são formadas por uma coordenação eleita a cada dois anos (ver Tabela 1). As regionais, por sua vez, são constituídas por representantes das RIS municipais e por outras entidades, como a ASA. A Cáritas e os STTRs possuem, como descrito no Mangoris, “assento de

¹⁷¹ Segundo informações do Mangoris, o roçado comunitário funciona como um campo de produção de sementes, as quais serão, por fim, armazenadas nas Casas. A produção nesse sistema é importante, pois garante a possibilidade de empréstimos para os sócios/as de variedades diversificadas e renovar o suprimento armazenado nas Casas em caso de perda de estoque. O roçado deve ser desenvolvido de forma agroecológica, sem uso de fogo ou agrotóxicos e respeitando as especificidades de gênero e geração.

honra na mobilização política e organizativa da RIS” (p. 11). Os documentos que todas as Casas devem organizar são os já referidos recibos de empréstimo e devolução, além de etiquetas para as garrafas *pet*, fichas de sócios/as, cartilha da Festa da Colheita e recibos sobre a partilha mensal.

A partilha mensal refere-se diretamente ao item III do Manual, que trata do funcionamento financeiro da Rede. Uma das temáticas abordadas nesse item diz respeito à arrecadação de recursos para que as Casas de Sementes e a RIS Sobral funcionem de forma autônoma, embora o Mangoris reconheça, também, a importância da construção de parcerias, com universidades, ONGs, programas de políticas públicas ou outras redes. A estratégia de sustentabilidade econômica baseia-se na contribuição mensal de cada sócio/a das Casas, que atualmente é de R\$ 1,00. Dos recursos arrecadados, 58% se destinam às Casas de Sementes, 25% para as RIS municipais e 17% para a RIS microrregional. Com uma base de sócios/as de aproximadamente duas mil pessoas, a Rede tem um rendimento de R\$ 24 mil/ano, o que possibilita a participação dos sócios/as em intercâmbios, deslocamento dos/as coordenadores/as para engajamento em atividades diversas, organização das Festas da Colheita e manutenção da estrutura das Casas.

O item VIII do Mangoris é intitulado “DAS SEMENTES” e prevê que: “todas as sementes armazenadas serão crioulas e com qualidade máxima em relação à sua capacidade de germinação” (MANGORIS, 2017, p. 11). Esse é um ponto interessante, porque os/as sócios/as da RIS Sobral que pude conhecer, raramente utilizam a designação ‘crioula’ para acompanhar a palavra semente. Contudo, o armazenamento coletivo nas Casas, nos termos estabelecidos pelo Mangoris, é de sementes crioulas. Trata-se, como pude identificar, de uma definição por inclusão, uma forma de criar uma identidade capaz de dar conta da polissemia de designações mobilizadas pelos/as agricultores/as da Rede no que diz respeito às sementes, referidas como “naturais”, “da gente”, “adaptadas”, “do povo” e “da vida”. Na Paraíba, por exemplo, as sementes crioulas são denominadas “sementes da “paixão”, e no Rio Grande do Norte, da “resistência”. Dessa forma, o termo ‘crioula’ possibilita a articulação com uma rede de práticas coletivas mais ampla do que a RIS Sobral, sendo essa uma designação que é utilizada por agricultores/as, movimentos sociais e organizações em diferentes estados do Brasil e, também, no cenário internacional¹⁷².

¹⁷² Para ver essa dimensão no âmbito de América Latina, acesse: <https://www.biodiversidadla.org/>.

No âmbito internacional, consulte: <https://www.etcgroup.org/es> e <https://viacampesina.org/en/what-are-we-fighting-for/biodiversity-and-genetic-resources/seed-campaign/>.

Para se tornar sócio/a da Casa, é necessário fazer um investimento inicial com 10 “litros” de sementes crioulas. Na hora do plantio, 80% da quantidade armazenada pode ser retirada e 20% das sementes entregues permanecem no estoque, com o objetivo de garantir a perenidade da Casa de Semente, salvaguardando materiais, sobretudo no caso de eventuais secas, que podem prejudicar a colheita e, assim, a devolução de sementes. É essa ação que gera o recibo de empréstimo de sementes anteriormente referido. Após a colheita, o empréstimo deverá ser devolvido com adição de 20% de sementes, gerando, então, o recibo de devolução.

Todas essas regras são adaptáveis, no sentido de garantir, por exemplo, a participação de agricultores/as que não possuam um estoque inicial, ou de avaliar a impossibilidade de devolução de sementes em momentos críticos de seca. Como pude aprender, a flexibilidade das regras é fundamental para o fortalecimento da Rede e o envolvimento dos/as sócios/as nas Casas, como me explicou Cleide, agricultora e secretária no STTR de Forquilha/CE:

Já tivemos um caso aqui, por exemplo, de uma comunidade que queria criar uma Casa de Sementes, mas na comunidade o pessoal passava algum agrotóxico, como o barraginha e aí não pode armazenar essas sementes. Tem que ser crioula, não pode ser com agrotóxico ou aquelas que vieram do governo. Aí fizemos um acordo: uma Casa de Sementes ia emprestar o estoque necessário para que as pessoas plantassem na próxima safra e depois as sementes seriam devolvidas, de forma que fosse possível também fazer o estoque inicial da nova Casa.

Os/as responsáveis pela gestão das Casas de Sementes atuam, também, na integração das Casas e de seus/as sócios às atividades da RIS Municipal e da RIS Sobral. Um dos encontros anuais, que ocorre em cada uma das Casa de Semente, em cada uma RIS municipais e, finalmente, no âmbito da RIS Sobral, são as Festas da Colheita, previstas no item “IV. DAS CASAS DE SEMENTES”:

- 4.5 Cada Casa de Semente se organizará para celebrar a Festa da Colheita todo ano;
- 45.1. Os municípios que tiverem mais de três Casas de Sementes farão esforço para realizar a Festa da Colheita Municipal;
- 4.5.2. Anualmente acontecerá a Festa da Colheita da Microrregião Norte com a participação de todas as Casas de Sementes

Ao que pude compreender, as Festas de Sementes, uma das cláusulas do Mangoris, são tão importantes quanto, por exemplo, o empréstimo e a devolução de sementes ou os princípios agroecológicos. Segundo o ex-assessor da Cáritas, Erivan,

eu não conheci até então um outro processo de encontro que junta tanta gente. É claro que tem, por exemplo assembleia da Fetraece, que junta os sindicatos das regiões todas, estou falando de encontro do povo, encontro de pessoas que vão ali [...] porque tem um compromisso, uma vontade, uma animação para estar ali. (Entrevista, agosto de 2021)

O relato de Erivan se aproxima de outras narrativas dos/as sócios/as da RIS Sobral. As Festas podem ser compreendidas como promotoras dos vínculos e da identidade com base nos quais se constitui a Rede, ao celebrarem a sua unidade mais importante, as Casas de Sementes. Outro elemento a ser destacado no âmbito das Festas é que, além de figurarem no Mangoris, elas possuem um manual próprio: “Celebração da Festa da Colheita”. Trata-se de um guia que combina explicações sobre o porquê de realizar esses eventos, sugestões de cronograma e cantos, além de reunir diretrizes como a valorização da comida “típica camponesa”, da “cultura camponesa” e o agradecimento pela colheita, não só do roçado, mas pela “água da cisterna, o criatório, a colheita do mel, os frutos do quintal, as plantas alimentícias não convencionais, a forragem”. Assim, as Festas são momentos de comemoração daquilo que foi colhido, de pactuações dos/as sócios e de organização do próximo ano, a sua referida importância durante o trabalho de campo requereu uma seção específica no Manual, dedicada ao tema, a seção 4.4.

Apesar da colheita ser um dos momentos de maior alegria e de celebração, o agricultor Cleysson, coordenador da RIS municipal de Santana do Acaraú/CE, explicou-me que a tarefa mais delicada no funcionamento e gestão de uma Casa de Semente (e, também, sua maior preocupação) é “encher a Casa depois dos empréstimos, depois de encerrada a colheita”. As sementes para plantio são disponibilizadas pelas Casas de Semente a partir do mês de janeiro. A devolução acontece entre os meses de setembro e outubro, a depender também dos acordos e calendários estabelecidos por cada Casa. Como foi explicado pelo agricultor, é a devolução de sementes que garante a próxima safra e pode ser desafiador envolver os/as sócios/as nessa responsabilidade coletiva: “há pessoas que não atrasam, mas com muita gente é difícil”. A dificuldade aparece associada ao baixo engajamento: pegar as sementes emprestadas é mais fácil, já que parte de um interesse pessoal e definido pelo calendário das chuvas, mas a devolução possui um tempo mais dilatado e opera na escala do coletivo. Esse dado ratifica a afirmação anterior da agricultora Tunilda sobre a importância da “união” para que as Casas funcionem.

Após a colheita e a seleção realizada pelos/as agricultores/as, as sementes que chegam às Casas de Semente são vistoriadas por um/a selecionador/a, a fim de evitar que sejam incorporadas ao estoque sementes com doenças ou de proveniência duvidosa, como

as do governo ou do mercado. É também tarefa do/a selecionador/a etiquetar todas as garrafas *pet*, indicando a variedade das sementes, a data de armazenamento e a procedência, conforme previsto no Manual e apresentado nas fotos (Foto 19).

Foto 19. “Litros” etiquetados e armazenamento



Fonte: arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A agricultora selecionadora da Casa de Sementes Umbuzeiro, município de Marco/CE, explicou-me que a seleção das sementes é uma atividade delicada: “é preciso ter muita atenção e conhecer bem as sementes”. De acordo com ela, a participação na Casa de Sementes tem influenciado de forma positiva a atividade de seleção: “antes era comum pegar semente ruim, hoje é raro. As pessoas foram aprendendo, fazendo cursos e entendendo que tem que separar tudo bem separadinho”. Em diferentes momentos, os/as agricultores/as me explicaram que as Casas de Sementes qualificaram a prática de seleção das sementes: “hoje entendemos que semente tem que ser escolhida uma por uma, nossa semente é toda selecionada”, disseram-me, orgulhosos/as.

O Mangoris estabelece, assim, um guia de funcionamento e gestão do armazenamento coletivo e da RIS Sobral. Ao mesmo tempo, sua flexibilidade e adaptação às especificidades de cada Casa, visando garantir a participação de mais agricultores/as, é uma das virtudes importantes, sem deixar de anunciar de forma precisa o que é ou não aceito, como o uso de agrotóxicos. Ainda que exista um Manual e que esse seja um instrumento adaptável os desafios não cessam. Isso é evidenciado nas falas dos/as agricultores/as Tunilda e Cleysson, ao explicitarem que muitas vezes as sementes são devolvidas com atrasos ou que há agricultores/as que se envolvem com as Casas somente para acessar os recibos e não para uma participação efetiva. Pontos que suscitam o contínuo processo de composição inerente às Casas.

4.2.2 Adendo sobre o funcionamento das Casas de Sementes: as sementes de caju

Como apresentado, as sementes vinculadas às Casas possuem uma forma específica de circulação, prevista, inclusive, numa série de normativas que abarcam desde o empréstimo e a devolução, até as práticas que podem - ou não - ser utilizadas nos roçados. De forma complementar, busco apresentar nesta seção uma semente ou um cultivo que está fora do circuito das Casas e, assim, da esfera de atuação do próprio Manual, mas que pela sua vitalidade, identificada durante o trabalho de campo, contribui para manter esse ciclo.

O verão é a estação da estiagem no Semiárido: os roçados já foram colhidos, parte da colheita foi armazenada e um novo plantio irá acontecer, somente, com o retorno das chuvas. A Caatinga perde suas folhas e os espinhos da vegetação parecem ficar mais evidentes, o que não é uma completa surpresa já que são, em algumas espécies, adaptações morfológicas que evitam a perda de água durante a estiagem. O verde que se destaca na paisagem, por sua vez, pertence aos cajueiros. E são muitos cajueiros, quilômetros de grandes árvores.

A economia doméstica dessa espécie envolve a utilização dos frutos e castanhas na alimentação. Durante a estiagem, o caju integra a base alimentar das famílias, transformado em alimentos salgados e doces. É, também, uma das principais fontes de sustentação das criações animais neste período. Outro uso do caju se dá na comercialização de sementes cruas, sobretudo, por assentados/as, pois nos assentamentos é comum a presença de grandes áreas coletivas de cajueiros, “plantações antigas de quando as terras pertenciam a outros donos”, como me foi explicado no assentamento Lagoa João de Sá, no município de Marco/CE.

Os/as agricultores/as assentados/as coletam castanhas nessas áreas e em suas casas são armazenados vários sacos de 50 kg cheios de castanhas *in natura*. O produto é vendido a R\$ 1,70/Kg para intermediários, que passam dirigindo caminhões e recolhendo os sacos. Esses intermediários, muitas vezes, trabalham para “patrões” da região. No centro de Fortaleza, capital do Ceará, a castanha torrada custa em média R\$ 60/kg. Embora haja uma diferença considerável entre o preço de venda pelos/as agricultores/as e o preço de comercialização do produto final, as sementes de caju são reconhecidas como uma fonte de renda crucial, o que dá lugar a afirmações como “se não tem caju no verão, não tem renda”, conforme ouvi no assentamento Lagoa João de Sá.

Outras fontes de renda a partir do caju têm sido buscadas, sobretudo, através do seu beneficiamento na fabricação de doces e da bebida cajuína. No assentamento Leite, em Bela Cruz/CE, o jovem agricultor Alexandre compartilhou comigo que “antes da gente vir para o assentamento a gente plantou todos os cajueiros do patrão e toda a renda ficava para ele [...] hoje, a gente tem nossa própria produção de cajueiros, conseguimos produzir a cajuína, doces e até mesmo torrar a castanha”. Esse relato traz para a análise a importância dessa cultura, especialmente quando manejada de forma autônoma, sem o controle dos “patrões”. Em 2017, durante uma visita ao assentamento, acompanhei como os frutos eram destinados às criações, compunham a mesa de frutas das famílias e eram beneficiados, transformando-se em diferentes produtos, à espera do próximo dia de feira. Esta renda se converte na aquisição de produtos para a subsistência da família: arroz, cuscuz, itens de limpeza e higiene, roupas e materiais escolares.

Assim como as sementes, os cajueiros também guardam relações com as “terras dos patrões” e se integram aos fazeres dos/as agricultores/as de forma distinta, a depender da sua relação com a terra. Conforme me explicou Alexandre, antes produziam a riqueza do patrão “formando os cajueiros”, agora os utilizam para sua própria subsistência e geração de renda. As sementes de caju não são armazenadas nas Casas de Sementes por suas especificidades ecológicas, não precisam ser plantadas a cada safra como as culturas temporárias dos roçados e quintais, feijão, milho, jerimum; são, ao contrário, culturas permanentes. Ainda que não estejam imersas na circulação das Casas, todos os anos se espera o florescer dos cajueiros em sementes e frutos, que vão se incorporando pelo manejo dos/as agricultores à travessia do verão.

4.3. Da Casa à terra: o ciclo das sementes

A forma de armazenamento das sementes é fundamental para a garantia da germinação. Os/as agricultores/as da RIS Sobral me explicaram que a prática de guardar sementes que era utilizada por eles/as outrora, numa época anterior à existência das Casas, inclusive no tempo dos seus pais e avós, envolvia colocá-las em um tambor, uma lata ou recipiente disponível e vedar a tampa, utilizando cera de abelha e cinzas, para impedir a entrada de ar, umidade e predadores. Uma vedação de qualidade impede a reprodução de microrganismos (fungos e ácaros) que danificam as sementes e impossibilita a entrada de insetos, sobretudo, do “gorgulho”, como me explicaram.

Em uma das minhas visitas durante o trabalho de campo fui à comunidade Cacimbinha, em Forquilha/CE. Eu havia conhecido alguns/as agricultores/as residentes no STTR em Forquilha/CE que, nesta oportunidade, me convidaram para uma visita. Sentamo-nos para uma conversa no salão da comunidade, onde fica também a Casa de Sementes Raimundo Gomes da Silva. Nossa conversa se orientou por lembranças de outros tempos. Os/as agricultores/as recordaram de quando dependiam das “sementes” do patrão e tinham que pagar uma renda muito alta para eles. Indaguei sobre quais eram as estratégias para armazenar sementes que eles conheciam e, então, explicaram-me que “algo comum antigamente” era colocar o feijão de molho na banha de algum animal. Quando essa prática veio à tona, um burburinho se iniciou, alguns afirmando que isso não funcionava, outros se lembrando que era pouco higiênico e várias risadas tomaram conta do ambiente. Outra forma de armazenamento narrada como antiga era “amarrar as espigas de milho na altura do telhado, perto da chaminé, mas longe da quentura do fogo”. Embora reconhecidas coletivamente como práticas que eram frequentemente utilizadas, os/as agricultores/as demonstravam certa dúvida sobre a sua efetividade, mas afirmavam que “era o que dava para fazer”.

Seguindo nas conversas sobre as formas de armazenamento, o diálogo nos conduziu ao uso das garrafas *pet*, o chamado “litro”. Além do recipiente, a garrafa *pet*, mais especificamente o “litro”, é a unidade de armazenamento. Assim, é importante compreender que embora a garrafa possua dois litros, a medida é o “litro”, ou seja, o conceito tem a ver com o recipiente e não com o volume total de sementes contido na garrafa. De acordo as investigações desenvolvidas durante o trabalho de campo, conversando com agricultores/as e com os/as responsáveis pela articulação da RIS Sobral/CE, o uso do “litro” é recente, tendo sido incorporado a partir dos anos 2000¹⁷³.

Em análises sobre essa forma de armazenamento, um primeiro ponto destacado pelos/as agricultores/as é que o uso das garrafas permite a separação de sementes por espécies e variedades, de modo a evitar misturas indesejadas, o que poderia prejudicar o momento do plantio. Cada “litro” é também etiquetado, prática reconhecida pelos/as agricultores/as como a melhor forma de “saber a procedência das sementes e de quem é”. Em relação aos procedimentos de armazenamento, explicaram-me que a preferência é por garrafas transparentes, pois isso permite maior visibilidade, tornando possível monitorar,

¹⁷³ Temporalidade que pode ser associada, inclusive, à entrada e ao poder de compra desse tipo de produto na vida dos/as agricultores/as, especialmente, os refrigerantes. Refiro-me, por exemplo, às políticas de transferência de renda estabelecidas a partir do 1º Governo Lula (2003-2006).

por exemplo, se há sementes que estão estragando. As tampinhas devem ser as originais dos litros, pois isso também garante a vedação. “Uma coisa importante é encher a garrafa até a boca e não deixar ar dentro, porque isso protege as sementes”, como me explicaram os/as agricultores na comunidade Cacimbinha.

Outro ponto que guiou as conversas foi o potencial de germinação das sementes após o armazenamento. O agricultor Cleysson, do assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE, compartilhou comigo importantes ensinamentos sobre o manejo das sementes, sobre a garantia da germinação das espécies e variedades manejadas: “o que não pode acontecer é ter semente velha, com mais de três anos, por exemplo, porque aí não nasce, a semente tem que ir na terra e depois voltar para as Casas. Garantindo isso, elas vão germinar”¹⁷⁴. A observação de Cleysson destaca que o armazenamento praticado nas Casas de Sementes tem conexão direta com o trabalho de plantio realizado pelos/as agricultores/as, é essa conexão entre armazenar e cultivar que garante a vida longa das sementes. Nessa perspectiva, como me explicou, é importante que as etiquetas dos “litros” contenham informações sobre a data de entrada daquelas sementes na Casa, garantindo que sejam cultivadas em tempo hábil.

Na visita realizada à Embrapa Caprinos e Ovinos, localizada em Sobral/CE, meu objetivo era conhecer o engenheiro agrônomo Marcelo Araújo. Eu o havia ‘descoberto’ por meio de um Comunicado Técnico produzido por ele e por outro pesquisador, Jorge Farias (ARAÚJO; FARIAS, 2018), em que analisavam as variedades de sementes e práticas de melhoramento desenvolvidas pelos/as agricultores/as da RIS Sobral. Marcelo trabalha na Embrapa desde os anos 1980. Tem-se dedicado à genética, sobretudo, ao melhoramento de sorgo e de outras plantas. Mais recentemente, contudo, passou a se envolver em atividades participativas com agricultores/as familiares, desenvolvendo estudos sobre sementes e melhoramento, especialmente por meio do Núcleo de Agricultura Familiar da Embrapa Caprinos, do qual foi coordenador. Em nossa conversa, discutimos sobre as formas de armazenamento praticadas nas Casas de Sementes. Marcelo ratificou a eficiência dessa prática, trazendo para a discussão argumentos que

¹⁷⁴ A afirmação do agricultor encontra eco no estudo de Oliveira (2009), que analisou em laboratório a germinação de duas variedades de sementes de milho melhoradas de forma participativa, o Aliança no assentamento Aliança, Muqui/ES, e o Sol da Manhã, da comunidade Sol da Manhã, Seropédica/RJ. Na pesquisa foi avaliada a taxa de germinação dessas sementes em três condições de armazenamento – saco de algodão, caixa tipo *Tetra Pak* e garrafas *pet* – durante dois, quatro, seis e sete meses. Os resultados apontaram maior índice de germinação nas sementes armazenadas em garrafas *pet* em todos os períodos de armazenamento. Além disso, a porcentagem de germinação das sementes armazenadas nas garrafas *pet* foi igual ou superior à Câmara fria (20°C).

me pareceram muito alinhados com as ponderações dos agricultores apresentadas anteriormente:

O sistema de garrafas *pet* é completamente eficiente. Desde que seguidos os procedimentos como vedação e preenchimento das garrafas, elas protegem o potencial germinativo das sementes. A diferença nesse tipo de armazenamento é que as sementes precisam estar num processo cíclico de serem plantadas, colhidas, selecionadas e então retornar às Casas de Sementes. (Relato, julho de 2020)

De acordo com levantamentos realizados pela RIS Sobral em parceria com a Embrapa, no ano de 2018, envolvendo 76 das 81 Casas de Sementes e 10 dos 11 municípios que integram a Rede, foram contabilizados 13.087 “litros” de sementes armazenadas e distribuídas em 12 categorias, conforme organizado na Tabela 3.

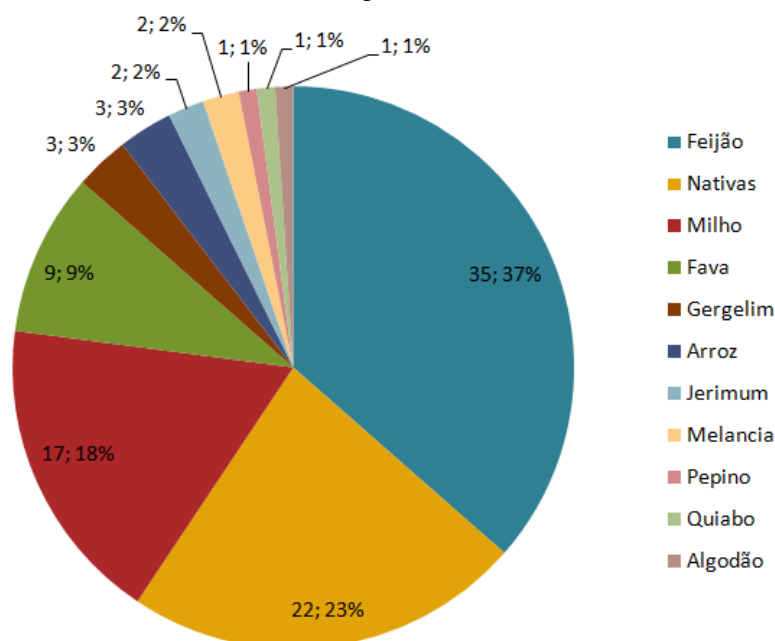
Tabela 3. Sementes armazenadas nas Casas de Sementes da RIS Sobral

Categorias	Litros
Milho	7.435, 20
Feijão	5.459
Fava	78,5
Sorgo	10,5
Gergelim	5,95
Arroz	1,3
Jerimum	12, 675
Pepino	0,1
Quiabo	2
Melancia	2
Algodão	0,3
Nativas e frutíferas	79
Total	13.087

Fonte: arquivo cedido pela Cáritas Diocesana de Sobral/CE, organizado pela autora.

Chama atenção a quantidade de sementes de milho e feijão, correspondendo a aproximadamente 98% das garrafas *pet* armazenadas nas Casas de Sementes. No que se refere às variedades de sementes, essas duas culturas representam mais de 50% do volume total armazenado nas Casas de Sementes, conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3. Quantidade (litros) de sementes armazenadas nas Casas de Sementes da RIS Sobral/CE segundo variedades



Fonte: documentos cedidos pela Cáritas Diocesana de Sobral/CE, organizado pela autora.

A partir das conversas com os/as agricultores/as e nas minhas visitas às diversas Casas de Sementes, fui compreendendo que a grande quantidade de variedades de milho e feijão se associa à dupla finalidade que essas espécies têm desempenhado na região do Semiárido: são alimento para as famílias e para as criações. Segundo os/as agricultores/as, as favas, historicamente, também têm desempenhado esse duplo papel, mas não tão centralmente, devido a não serem tão integradas à alimentação das famílias como o feijão e o milho.

Evidencia-se a expressividade da categoria ‘Nativas e frutíferas’. Estão reunidas sob essa descrição diversas espécies da Caatinga e não variedades de cultivos agrícolas, destoando, portanto, das demais especificações. São elas, por exemplo, o Sabiá, a Aroeira, a Mamona gigante, a Aroeira, o Jucá, o Mufumbo. Como me explicaram os/as agricultores/as, o armazenamento dessas sementes é feito com a função de “preservar a natureza, cuidando das plantas da Caatinga”. Essa ação é associada, também, a uma espécie de ‘autocuidado’, uma vez que tais plantas são utilizadas na produção de lenha, na construção de cercas, casas de taipa e telhados, servindo também de alimento para as criações e integrando ciclos ecológicos, sobretudo, o da matéria orgânica.

Apesar do volume de milho armazenado ser superior ao de feijão, a relação se inverte na análise da diversidade de variedades associadas a cada uma dessas culturas.

Através da sistematização das informações coletadas a campo, foi possível identificar 17 variedades de milho e 35 de feijão, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Variedades de feijão e milho da RIS Sobral

Feijão		Milho	
Variedades	Litros	Variedades	Litros
Feijão de Corda	3.423	Sabugo Fino	4.824
Feijão de Moita	355	Sabugo Grosso	1.632
Sempre-Verde de Corda	210	Sabugo Fino (Agulha)	237
Branco	194	São Paulo (Sabugo Fino)	172
Feijão Barrigudo (de Corda)	166	São Paulo	161
Manteguinha	124	Milho Massa (ou Milho Branco)	108
Quebra Galho (de Corda)	122	Milho Vermelho	83
Feijão de Corda Boi Deitado	113	Sabugo Fino - a	80
Feijão Branco (de Moita)	102	Milho Ibra (Sabugo Grosso)	44
Carioca	92	Milho Caatingueiro (Sabugo Grosso)	22
Santo Ant. Vermelho de Corda	84	São Paulo (Sabugo Grosso)	20
Baja de Coronha	68	Boqueirão	16
Feijão Costa Verde (de Corda)	50	Timbó	14
Canapum	35,5	Baé-a	12
Fígado de Galinha (de Corda)	40,3	Milho Vermelho (Sabugo Fino)	06
Corujinha	40	Milho de Pipoca Amarelo	2,5
Santo Antônio de Corda	30	Milho de Pipoca Branco	02
Corujinha (de Moita)	30		
De Corda Azulão	30		
Baja de Corda Roxa	26		
Mulatinho	24		
Feijão de Moita Vermelho	22		
Barrigudinho de Corda	22		
Baijão de Corda	17		
Preto	09		
Bico de Ouro	06		
Roxão de Corda	06		
Gurgutuba	04		
Moita 50 dias	04		
Feijão de Corda Sant. Ant. Azul	02		
Feijão Piojota	02		
Feijão de Corda Manelão	02		
Gurgutuba Pintado	02		
Quequém	02		
Guandu	01		

Fonte: documentos cedidos pela Cáritas Diocesana de Sobral/CE, organizado pela autora.

Olhando para as duas espécies, milho e feijão, é possível identificar a concentração em duas variedades: Feijão de Corda e Milho Sabugo Fino. De todo feijão armazenado, aproximadamente 63% corresponde a uma única variedade – Feijão de Corda. É possível afirmar que essa variedade não corresponde a uma única unidade, uma vez que a designação “Feijão de Corda” pode ser utilizada para diferentes variedades existentes na região. Todavia, é preciso ressaltar que a diferença é grande em relação ao Feijão de Moita (6,5%), designação também utilizada para identificar um amplo conjunto de variedades. O Feijão de Corda foi identificado como presente em 60 das 76 Casas envolvidas no levantamento e nos 10 municípios.

Para além desse esforço de quantificação dos diferentes tipos de sementes armazenados nas Casas, os estudos promovidos pela RIS Sobral e pela Embrapa também contam com uma seção intitulada “características”, na qual estão descritas as especificidades dos diferentes materiais – cor, usos, formas de manejo e o período em que elas têm sido armazenadas e cultivadas pelos/as agricultores/as, antes, inclusive, da existência das Casas de Sementes. A título de ilustração, vale lembrar que o Feijão de Corda é conhecido de forma ampla pelos agricultores/as por ser: “tardio”, “carregador”, “cozinhador”, “cozinha rápido”, “bom para consumo e para venda”.

A designação “tardio” diz respeito ao tempo de maturação da cultura. Essas variedades de feijão se caracterizam por demandar um tempo maior para o seu desenvolvimento, com cerca de 90 dias, diferença marcante se comparado com o Feijão de Moita, considerado pelos/as agricultores/as como “precoce”, podendo ser colhido em ciclo temporal menor (60 e 70 dias). As duas principais grandes categorias identificadas permitem, assim, uma organização das práticas agrícolas. Combinando variedades tardias e precoces, garante-se colheitas em momentos distintos ao longo da safra. O mesmo ocorre na relação entre Milho Sabugo Fino e Milho Sabugo Grosso: o primeiro é tardio e o segundo é precoce, e têm sido cultivados, ao que tudo indica, por gerações de agricultores/as por aproximadamente 100 anos. Ambos foram classificados nos estudos realizados através da parceria RIS Sobral/CE e da Embrapa como “bom para o consumo humano”¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Toda essa análise seria muito mais rica se construída em parceria direta com os/as agricultores/as e suas práticas cotidianas com as sementes. A pandemia de Covid-19 impossibilitou esse contato, mas fica aqui assinalado como um horizonte de pesquisa.

Foto 20. Milho Sabugo Fino e Feijão de Corda armazenados na Casa de Semente Conquista de Nazaré, no assentamento Morgado, em Massapê/CE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Outro aspecto que chama atenção é que ambos os tipos foram identificados como sendo cultivados pelos agricultores/as, através de ciclos sucessivos de armazenamento e colheita, por cerca de um século, o que indica uma completa adaptação às especificidades da Caatinga, tanto de solo, quanto de disponibilidade hídrica. A preservação *in situ* desses materiais reflete, também, o gosto dos/as agricultores/as. O trabalho desenvolvido por Araújo e Farias (2018) como pesquisadores da Embrapa, aponta a relação existente entre o tempo que uma variedade é cultivada e sua adaptabilidade ao ambiente, suas condições e singularidades. Na pesquisa realizada pelos autores, foram identificadas em quatro comunidades do município de Sobral/CE, 27 variedades de feijão e 11 de milho, armazenadas no âmbito doméstico e em Casas de Sementes, as quais foram analisadas no que diz respeito ao ciclo de produção, usos e o tempo de manejo¹⁷⁶. Foram identificadas variedades com mais de 50 anos, apresentando características fixadas nos diferentes genótipos, como é o caso de determinadas variedades de milho:

Os agricultores identificaram as variedades Agulha, Caroço Chato, Baiano, Sabugo Fino amarelo, Sabugo Fino vermelha e Sabugo Grosso que apresentam produção por apresentarem características relacionadas com a ausência de

¹⁷⁶ São números expressivos, especialmente quando comparados com o número de variedades identificadas de milho e feijão no levantamento feito pela RIS Sobral/CE e Embrapa. A diferença entre esses dois estudos pode ter ocorrido devido às distintas metodologias utilizadas. Araújo e Farias (2018) buscaram pelas variedades armazenadas nas comunidades como um todo, além daquelas dispostas nas Casas, enquanto o levantamento da RIS Sobral/CE se ateve àquelas armazenadas nas Casas de Sementes.

insumos externos, resistência à seca e outras adversidades ambientais, como solos de baixa fertilidade e pragas, com destaque a lagarta do cartucho (*Spodoptera frugiperda*, J. E. Smith). (ARAÚJO; FARIAS, 2018, p. 7)

Essa discussão é interessante porque sugere uma sinergia e até mesmo uma inseparabilidade entre as práticas desenvolvidas pelos/as agricultores/as, as Casas de Semente e o meio. A qualidade da germinação das sementes armazenadas nas Casas depende de ir à terra, transformar-se em frutos e então retornar ao “litro”. Nesse vai e volta sem fim, as sementes vão carregando para dentro de si as especificidades do meio, ao mesmo tempo que o expressam no brotar, rompendo o solo. As Casas se realizam, assim, pela sua vinculação ao lugar onde habitam, ao mesmo tempo que abrigam dentro de cada uma das sementes a inseparabilidade entre o meio e os fazeres dos/as agricultores/as.

4.3.1 Abrindo roçados

Uma vez armazenadas de forma adequada nas Casas de Sementes, quando as primeiras chuvas chegam, é hora das sementes ganharem a terra. Os roçados são um tipo de sistema produtivo que combina uma diversidade de culturas alimentares como feijão, milho, jerimum, batata doce e melancia. No que se refere à localização desses sistemas, eles estão geralmente distantes das casas dos/as agricultores/as. Assim, frases como “tenho que ir até o roçado” ou “lá no roçado” são recorrentemente empregadas. Essa distância está associada à identificação de uma área adequada para a abertura dos roçados, que pode mudar a cada safra ou de acordo com as necessidades identificadas pelos/as agricultores/as.

Quando não se vive em assentamentos ou em terras próprias – realidade da maioria dos sócios/as da RIS Sobral – o roçado é praticado na terra do “patrão” e a moeda de troca mais corriqueira para pagamento da concessão de uso da terra é deixar a forragem para as criações do “patrão”, o que implica um problema para os/as agricultores/as. Conforme me relataram, “muitos patrões ficam pressionando para colocar o gado, às vezes a roça ainda não maturou completamente e acaba tendo que colher antes, verde”. Pude perceber que isso acaba imputando aos roçados uma condição de muita transitoriedade – o tempo de plantar e de colher é às pressas – devido à pressão exercida pelos “patrões”.

Apesar da diversidade cultivada nos roçados, feijão e milho são as culturas mais frequentes. Essas espécies são plantadas buscando combinar variedades precoces e tardias, composição básica que permite que o sistema seja produtivo em momentos distintos ao longo da safra. Nas várias conversas com os/as agricultores/as, foi possível perceber que a “forma tradicional de abrir um roçado” é com o uso de fogo, sendo este o modo mais costumeiro entre os/as sócios/as da RIS Sobral.

De forma ampla, o trabalho nos roçados se inicia ainda no verão, entre os meses de setembro e dezembro. O primeiro passo é a “broca” [desmate]: “no mato fino a gente usa a foice, no grosso, o machado”, explicaram-me os/as agricultores/as. As madeiras retiradas são utilizadas como lenha; na construção de caibros de telhados, de cercas ao redor da casa, das hortas e na demarcação dos currais, chiqueiros, paióis e galinheiros. Após o desbaste, é feito o aceiro, o que implica em uma retirada completa do mato evitando que o fogo “pule”, e então “toca fogo”. Com “a terra limpa” as leiras são abertas e se inicia o plantio. Como assinalado, durante as duas etapas de trabalho de campo, a prática de “brocar e tocar fogo” foi a mais presente na narrativa dos/as agricultores/as. Porém, isso não se dá sem controvérsias.

Por ser uma prática difundida e incorporada ao fazer agrícola do Semiárido, a questão do uso do fogo precisa ser tratada de forma cuidadosa, pois combina percepções distintas tais como “é assim que se faz” e “se continuar colocando fogo e abrindo roçado logo não vai ter mais área e aí vai ter que cortar são os cajueiros”. Na visita à já mencionada comunidade Sítio Cajueiro, município de Forquilha/CE, essa questão apareceu de uma forma interessante. Os/as agricultores/as me contaram que há na comunidade um acordo coletivo no sentido de evitar o uso do fogo para a abertura dos roçados. A segunda etapa do trabalho de campo se deu em julho, no pós-colheita. Acontece que para os/as agricultores/as que vivem nessa área, a entrada do verão é o momento da vazante do açude. A baixa das águas expõe uma área onde é, então, realizado o cultivo. Assim, na minha visita, os roçados próximos ao açude estavam carregados de produção ou em fase de preparação, enquanto aqueles que obedecem ao calendário de plantio no inverno já estavam secos, como se pode observar nas fotografias (Foto 21).

Foto 21. Roçado de vazante (produzindo) e de inverno (já colhido)



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Os/as agricultores/as seu José Adécio, Adriana e Damares foram interlocutores/as especiais nos aprendizados sobre esses roçados. Seu José Adécio é um senhor de aproximadamente 70 anos e me convidou para uma visita aos seus roçados. Ele disse: “vou te mostrar uma forma de queimada que eu inventei”. Nessa oportunidade eu estava com minha câmera fotográfica e ele pediu: “tira fotos, leva para aquele povo da sua faculdade e diz que, para tocar uma terra dessa aqui, tem que ter coragem”. A mesma expressão foi utilizada numa conversa com o engenheiro agrônomo da Embrapa, Marcelo, que afirma: “o povo daqui, Helena, tem é muita coragem, estamos falando de solos que não têm nem 10 cm de Horizonte A, que não retêm quase nada de água da chuva”¹⁷⁷. Considerando os desafios da produção agrícola no que diz respeito às condições do solo apresentados por Marcelo, é possível compreender a dedicação de seu José Adécio em explicar para mim a diferença entre terra e areia.

De acordo com o agricultor, saber diferenciar esses dois substratos é fundamental para o plantio, pois “as plantas precisam de terra e não de areia”, me dizia. Mais uma vez ele me pediu que eu colocasse as fotos no trabalho para que as pessoas pudessem compreender as dificuldades, pois “na vazante só tem areia e para plantar tenho que levar a terra até lá”. Compreendida essa diferença, ele me explicou seu método de “botar fogo”, que envolve, em suas palavras, “podar as árvores maiores, deixar na rebrota e queimar áreas muito pequenas, misturar com a terra [as cinzas] e plantar”. A foto abaixo apresenta o produto final desse itinerário técnico.

¹⁷⁷ De forma generalizada, o Horizonte A é constituído de rocha alterada e húmus. É a região na qual se fixam as raízes e onde vivem os organismos decompositores e detritívoros. Os solos predominantes na região em estudo são os Luvisolos, caracterizados por cores fortes como vermelho e amarelo, pedras no horizonte superficial, baixa profundidade (raramente ultrapassam 1m) e suscetíveis à erosão. Outras informações estão disponíveis na página da Embrapa: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/inicial>.

Foto 22. Roçado do Seu José Adécio: a terra (acima) e a areia (abaixo)



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Compreendida a importância dessa técnica, passo agora para os aprendizados adquiridos com agricultores/as de duas comunidades localizadas no município de Santana do Acaraú/CE sobre o uso do fogo e agroecologia. Para Dedé, agricultor de aproximadamente 40 anos, residente no assentamento Ingá, município de Santana do Acaraú/CE, pensar e trabalhar com as sementes é se conectar com aquilo que “a gente mexe desde menino, que vem dos nossos pais e avós”. Ele me apresentou uma variedade de milho pertencente à sua família e que ele vem selecionando há 20 anos, por ser “mais adaptada ao nosso clima e ao nosso solo”. Sua fala vem acompanhada do orgulho de anunciar suas práticas: “têm dez anos que eu não coloco fogo para fazer roçado e não uso nenhum agrotóxico”. Em seguida, explicou que mudou a forma de fazer roçado, adotando, sobretudo, a poda seletiva, o chamado “roçado ecológico” ou “roçado agroecológico”, aprendido em formações oferecidas pelos STTRs e no âmbito da RIS Sobral.

No roçado agroecológico são retirados apenas os galhos que produzem sombra excessiva, a partir dos quais, combinados com outras plantas espontâneas capinadas, são feitas as leiras, onde a matéria orgânica vai lentamente sendo incorporada ao solo. Entre as leiras são plantadas variedades de leguminosas destinadas à adubação e que enriquecem o solo com nitrogênio. Para Dedé, a paciência é um dos principais requisitos para esse tipo de roçado, pois a incorporação de matéria orgânica, cumulativamente, faz a produtividade aumentar a cada safra, diferentemente do roçado tradicional, no qual a produtividade é maior no primeiro ano e depois decresce.

Apesar do orgulho de Dedé quando faz referência ao seu roçado, essa não é uma visão compartilhada entre todos/as os/as residentes do assentamento Ingá, que o criticam dizendo que seu roçado é sujo ou que ele é preguiçoso e por isso não “limpa a terra”¹⁷⁸. Dedé se mantém firme e explica como, através do abandono do uso do fogo em seus roçados, conseguiu controlar a “praga da jurema”. Entretanto, durante o trabalho de campo, ouvi de vários/as agricultores/as que o uso do fogo é a “solução para os espinhos da Caatinga”.

O orgulho e os adjetivos depreciativos se estendem à família composta por Terezinha, Pedro e seus cinco filhos/as, residentes na comunidade Sapó de Baixo, no município de Santana do Acaraú/CE. Nesse caso, todavia, estão em jogo também questões de gênero. Terezinha, de aproximadamente 40 anos, por meio de cursos estimulados pelo STTR de Santana do Acaraú/CE, conheceu a agroecologia e suas práticas e começou a promovê-la em sua unidade produtiva. Segundo a agricultora, as primeiras experiências agroecológicas não se deram no roçado devido à dificuldade de convencer Pedro a experimentar o roçado agroecológico, especialmente sem uso de fogo. Além do costume associado a essa forma de fazer, havia medo de que o roçado não fosse produtivo.

Com os esforços de Terezinha e pela percepção de Pedro de que a agroecologia estava funcionando na horta e nos quintais, espaços manejados pela agricultora, ele aceitou tentar o roçado sem fogo. “Aí, menina, falaram de tudo: que ele era preguiçoso, que aqui em casa era tudo sujo, que eu andava por aí pondo galho nele, que ele era pau mandado de mulher”, disse-me Terezinha. Ao contrário de Terezinha, que é falante, Pedro é calado, mas me explicou que já não se importa com o que dizem, pois a produção nos

¹⁷⁸ Há um vídeo sobre a RIS Sobral no qual agricultores e agricultoras compartilham as críticas recebidas quando se pratica esse tipo de roçado. Ver Cáritas Ceará (2013).

roçados agroecológicos é efetiva e, assim como Dedé, destacou a necessidade da paciência para esse tipo de produção. Para o casal, a motivação principal do abandono do fogo é que a queimada “mata o solo, todos os bichos que vivem ali e elimina a água que fica acumulada no solo, favorecendo que a água seque nas nascentes e nos olhos d'água”. A seguir, uma foto da família reunida no roçado (Foto 23), onde se identifica as madeiras deixadas ao solo para o processo lento de incorporação de matéria orgânica e diminuição da exposição do solo ao sol.

Foto 23. Terezinha, Pedro, seus/as filhos e o roçado



Fonte: arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

De forma complementar, a partir dos roçados, os exemplos de Dedé, Pedro e Terezinha trazem discussões sobre a agroecologia e a participação social. O agricultor e a agricultora se depararam com a agroecologia em espaços coletivos promovidos pelo STTR de Santana do Acaraú/CE e em “cursos de formação com o pessoal do Esplar, do Cetra, da Cáritas e de outros projetos”, como relatou Dedé. “Fui em um curso, gostei, voltei e depois não parei mais de envolver, agora já estou nas redes estaduais e circulando por aí”, complementou Terezinha. De acordo com Dedé, “a agroecologia foi uma coisa que a gente começou a ver em todo o espaço. Aonde a gente ia, estavam falando de agroecologia e eu comecei a fazer, a experimentar”.

Perguntei a Dedé o que entendia por agroecologia e ele respondeu: “é uma forma de preservar a natureza”. Embora estivéssemos o tempo todo falando sobre o roçado e

formas de produção, foi na preservação da natureza que Dedé identificou a maior importância da agroecologia e da transformação de suas próprias práticas.

Vale refletir sobre as críticas que recebe quem pratica os roçados agroecológicos. Refiro-me especialmente à oposição entre “sujo” e “limpo”. A primeira tarefa para a abertura de um roçado é “limpar” a terra com fogo. No roçado agroecológico, porém, isso não é feito. Como a forma de fazer com fogo se estende por gerações de agricultores/as no Semiárido, isso diz também sobre como se espera que um roçado que seja feito. Àqueles/as que porventura não seguem a forma como esse sistema ‘sempre’ foi implantado são taxados de “preguiçosos” ou “pau mandado de mulher”. Este último adjetivo é ainda uma afronta à masculinidade que deveria prevalecer no roçado, tipicamente identificado como um sistema produtivo masculino ou de responsabilidade dos homens. Assim, o que se diz do roçado agroecológico se dá em contraposição ao limpo, mas de certa forma também em relação ao que ser homem ou agricultor significa.

Além dos desafios associados aos roçados agroecológicos presentes na vida comunitária dos/as agricultores/as, é preciso também considerar as especificidades desse sistema produtivo quando instalados na terra dos “patrões”. Como me foi explicado, alguns agricultores/as chegaram a tentar, mas a impossibilidade de controlar ou de negociar o que o “patrão” entende por “sujo” acaba por inviabilizar o processo, pois “vê o roçado e bota as criações dentro”. Não é possível estabelecer um processo de produção alinhado à “paciência” e baseado no princípio de uma estruturação continuada dos roçados, em que os restos de uma safra são utilizados como nutrientes para a próxima, se, conforme destacado anteriormente, o “patrão mal espera colher”. De certa forma, os patrões cerceiam as possibilidades de escolha dos agricultores/as em ambos os roçados, tanto no “sujo”, como no “limpo”; contudo, o “limpo” é mais aceito, o que informa os limites das formas de fazer da agroecologia em “terras de patrão”.

4.3.2 Semear quintais

Quintais são subsistemas em cujo manejo as mulheres se destacam. Eles podem ser caracterizados como extensões das casas. Basta abrir a porta da cozinha ou sair no alpendre e já se está no domínio dos quintais, onde são plantadas espécies frutíferas diversas (acerola, goiaba, limão, laranja, manga, caju), medicinais (cavalinha, menta, erva Cidreira), de roça (mandioca, feijão, jerimum, batata doce) e de horta (coentro, salsicha,

cebolinha, tomate, berinjela, jiló, quiabo). No quintal também são criados pequenos animais como galinhas caipiras e de capoeira, porcos e cabras, devidamente cercados para não se alimentarem dos cultivos, mas que recebem como alimento as folhas e frutos não adequados para a alimentação humana, seja por estarem com “bichos”, passados ou velhos, ou por não serem comestíveis. A diversidade de espécies é um destaque desse sistema produtivo, que além dos alimentos e das medicinais, conta com flores e vegetação nativa da Caatinga. Como foi destacado, essa produção não utiliza agrotóxicos ou fogo e aparece recorrentemente associada à agroecologia, embora sua existência seja também anterior à chegada do termo “agroecologia” ao mundo dos/as agricultores/as.

As fotografias na sequência (Foto 24) apresentam alguns dos quintais que pude conhecer durante o trabalho de campo da pesquisa. Diferentemente dos roçados, que possuem um ciclo de início e de fim demarcado pela disponibilidade hídrica, os quintais são sistemas perenes. Como me explicaram as agricultoras, isso foi mais bem viabilizado a partir da integração desses sistemas produtivos com as cisternas de segunda água¹⁷⁹ (P1+2) utilizadas para o cuidado das plantas e das criações. A incorporação dessa tecnologia é tida como “maravilhosa” para as agricultoras, por permitir a travessia dos quintais na estiagem e, assim, a perenidade. Disse-me a agricultora Rita, do assentamento Leite, em Bela Cruz/CE: “está vendo aquele pé de mamão? Todo dia eu coloco um pouquinho de água para ele aguentar esperar pela chuva”.

¹⁷⁹ Essas estruturas são instaladas nas casas das famílias. Todavia, como me explicaram os/as participantes da RIS Sobral, são poucas famílias que dispõem dessa tecnologia.

Foto 24. Quintais e mulheres da RIS Sobral



Fonte: Arquivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Assim, mesmo no período de estiagem, os quintais possuem produção. Quando visitei as famílias em outubro, havia salsinha, cebolinha, coentro, mandioca, batata doce e jerimum, todos cultivados à beira das casas. De acordo com as agricultoras com quem conversei, os quintais são áreas especiais, porque produzem grande parte da alimentação da família ao longo do ano: “faço uma comida e posso pegar uma coisinha fresca para dar para o meu filho, uma verdura, uma fruta” como me explicou Rita. A constância dos quintais traz para a reflexão a sua importância para a segurança alimentar e nutricional das famílias e para a estruturação de um sistema de trocas – tanto as não monetárias, estabelecidas entre as famílias e a vizinhança, quanto as monetárias, por meio da comercialização em caso de excedente.

As mulheres compreendem que o espaço do quintal é onde são armazenadas “sementes vivas” na forma de vegetais e animais, especialmente, galinhas. Nesse sentido, o cuidado permanente com esse subsistema encontra-se associado à manutenção de um estoque vivo de biodiversidade e alimentos. Conhecer os quintais teve um papel político para essa tese no que se refere ao milho e ao feijão, predominantemente plantados nos roçados e tratados como um espaço de produção masculino. Essa divisão sexual do trabalho “fez com que nosso trabalho fosse chamado de ajuda quando estávamos

trabalhando no roçado, mesmo que durante dias”¹⁸⁰, explicavam-me as agricultoras. Nesses termos, milho e feijão carregam questões de gênero. Isso têm sido, no entanto, transformado, à medida que, pela participação nas Casas de Sementes, as mulheres podem cultivar essas espécies dentro dos quintais, associadas a uma produção diversificada.

A potência dos quintais é amplificada pelo trabalho compartilhado entre agricultoras e as ONGs que executam projetos específicos envolvendo esses subsistemas, os chamados quintais produtivos. As mulheres com quem conversei relatam que elas têm reaprendido a importância de seu trabalho devido à participação e envolvimento em espaços de promoção da agroecologia. Esses diferentes encontros dedicam-se ao reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres, fazendo com que os quintais extrapolem o espaço doméstico. O desenho das Casas de Sementes a partir de 2016, como é o caso do Projeto Ecoforte e do Programa Sementes do Semiárido da ASA, por exemplo, foi modificado e a arquitetura passou a envolver, além da Casa, um quintal coletivo formado por espécies cultivadas coletivamente pelos sócios/as. Além disso, na Casa de Sementes Grão de Trigo, na comunidade Sítio Cajueiro, Forquilha/CE, durante minha visita, a agricultora Adriana me alertou: “não tem só planta para comer não, é todo enfeitado com flores. É para ser bonito”.

Foto 25. Casas de Sementes Grão de Trigo na comunidade Sítio Cajueiro, em Forquilha/CE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

¹⁸⁰ Para mais um exemplo da caracterização do trabalho feminino como “ajuda” e estratégias de ressignificação, ver o Boletim de Tecnologias Sociais em Agroecologia sobre Caderneta Agroecológica (ANA, 2019).

A simbiose produzida entre Casas de Sementes, participação política e quintais (domésticos e coletivos) estimulou a organização de grupos produtivos de mulheres, como é o caso do grupo existente hoje na comunidade Sítio Cajueiro, que utiliza o espaço da Casa de Semente como cozinha coletiva para o beneficiamento de diferentes produtos, incluindo pães, bolos, doces e geleias. Juntas, as mulheres têm comercializado sua produção em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além da feira agroecológica do município de Forquilha/CE. A emergência da própria feira em 2017, assim como a participação no PNAE são resultado do processo de organização coletiva feminina. Nas palavras das agricultoras, “a gente percebeu o tanto de coisa que produzíamos e que também podíamos processar, e aí nos animamos”.

A Feira Agroecológica de Forquilha/CE acontece uma vez por semana, às quartas-feiras, das 06h às 10h, e possui cinco barracas, divididas entre as diferentes regiões rurais do município (Foto 26). Assim, as/os representantes de cada barraca são responsáveis pelos produtos de uma série de pessoas. No dia de minha visita, havia aproximadamente 12 mulheres e um homem envolvidos na atividade de comercialização. Em conversas com uma das feirantes sobre o porquê dessa diferença, ela me disse: “homem não tem paciência para isso, não”. Sua resposta se referia à organização que antecede à feira como a separação dos produtos, o preparo dos alimentos para serem levados e a responsabilidade coletiva pelos produtos de outras pessoas.

Foto 26. Feira agroecológica do município de Forquilha/CE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Seria impossível fazer aqui uma descrição dedicada ao que ‘há dentro dos quintais’, pois o que pude identificar juntamente com as mulheres é que os mesmos têm transbordado seus limites ao acionarem uma complexidade de práticas que apenas recentemente encontraram autonomia de circulação. A relação entre quintais, reconhecimento do trabalho feminino e geração de renda permite, ainda, um diálogo com a noção de agroecologia feminista (HILLENKAMP; NOBRE, 2018). Uma forma de feminismo que busca valorizar os conhecimentos sobre a biodiversidade e a agricultura produzidos pelas mulheres, assim como fortalecer as economias monetária e não monetária e a expressão política das agricultoras. Essa menção ao feminismo, ainda que completamente pontual, é necessária, pois falar de quintais e das muitas formas de vida que ali habitam, implica, invariavelmente, em uma atenção para com o papel das mulheres na agricultura e em tantas outras esferas políticas e econômicas, assim como às desigualdades de gênero que ainda cerceiam seus fazeres.

4.3.3 Colheita e comida

A colheita não acontece toda de uma só vez, pois a escolha das sementes no plantio também se associa, como me foi explicado pelos/as agricultores/as, “a poder ir colhendo, primeiro as ligeiras e depois as tardias”. O milho colhido é armazenado no paiol e serve de alimento para a família e para as criações. Dentre os usos desse milho para a alimentação humana está o cuscuz, sendo o Milho Branco, conforme me disseram os/as agricultores/as, uma das melhores variedades para esse fim. Como me explicaram os/as agricultores/as da comunidade Cacimbinha, em Forquilha/CE, para se obter a massa de cuscuz com milho armazenado é preciso “molhar com água quente e passar no moinho”.

A partir das primeiras conversas, perguntei se era comum entre eles/as fazer o cuscuz com a própria produção e a resposta foi negativa. Recordo-me que essa conversa sobre o preparo artesanal do cuscuz despertou a seguinte afirmação em uma das agricultoras presentes: “Deus me livre de ter que preparar massa de cuscuz”, referindo-se à facilidade da compra e, então, ao preparo¹⁸¹. Indaguei, então, se não tinham medo ou

¹⁸¹ Vale destacar a experiência do Polo da Borborema na Paraíba, onde a estratégia traçada entre cooperativas, organizações de assessoria, STTRs e agricultores/as tem sido o beneficiamento das sementes de milho armazenadas nos Bancos de Sementes em flocão (cuscuz) e fubá. Produtos que além de incorporados ao consumo das famílias, promovem agregação de valor à produção e geração de renda, estimulando o contínuo plantio, assim como o armazenamento de sementes (AS-PTA, 2021b).

preocupações pelo fato de ser transgênico, e as respostas foram: “não dá nada, não” e “não tem perigo, não”¹⁸².

O consumo de cuscuz de milho transgênico, identificado em diversos momentos do trabalho de campo, entre os/as sócios/as das Casas de Sementes da RIS Sobral pode ser uma das maiores expressões encontradas nessa pesquisa de como as variedades transgênicas se assentaram na vida cotidiana. De certa forma, é como se a questão dos transgênicos fosse vivida distintamente entre o armazenamento nas Casas de Sementes e a alimentação¹⁸³. No âmbito das Casas, o problema da contaminação assume uma espécie de identidade ‘trans-local’, como problematizado ao longo do Capítulo 03. É mediado por uma série de atores organizados em rede, disputado no âmbito das legislações, objeto de acordos internacionais e das ações das ONGs de assessoria técnica. Já na casa dos/as agricultores/as, os debates me pareceram outros. É a facilidade e praticidade na hora da aquisição e do preparo, sobretudo para as mulheres, as principais responsáveis pela alimentação das famílias. Além disso, identifico que os transgênicos operam nessa esfera da alimentação como algo à parte das preocupações, seja porque se trata de um debate realmente desconhecido ou porque comida é importante demais para ficar sendo questionada, sobretudo para as populações que já enfrentaram inúmeros desafios associados à seca e à insegurança alimentar e nutricional.

Ao mesmo tempo, porém, parece que existe, também, uma memória afetiva em relação ao preparo do cuscuz. Meu primeiro sentimento foi de que, nessas conversas, os/as agricultores/as e eu estivéssemos falando de algo que havia sido esquecido. Isso foi expresso pela agricultora e secretária do STTR de Forquilha/CE, Cleide, em uma de nossas conversas: “foi bom sua visita aqui, Helena, fez a gente recordar de outros tempos, de quando a gente fazia a massa [cuscuz], em que cada um fazia a sua”. Em sua fala, a prática da produção do cuscuz aparece como algo associado ao passado. O agricultor Aloísio, do assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE, também se referiu ao preparo do cuscuz nesse sentido de tempo ido: “a gente colheu o milho e fizemos o cuscuz igual antigamente, mesmo: ralamos, fizemos a massa toda e ficou maravilhoso”. O carinho acionado nas recordações parece indicar não um esquecimento, conforme eu havia

¹⁸² O tema do ‘perigo’ das transgenias é imerso em controvérsias e não seria possível tratá-lo, aqui, em profundidade. Minha pergunta aos/as agricultores/as foi feita no sentido de identificar como eles compreendiam a ‘problemática’ dos transgênicos, o fato de serem modificações feitas em laboratório, associados, por exemplo, ao aparecimento de alergias e resistências a antibióticos, ou a relação dessas tecnologias com o alto consumo de agrotóxicos nas lavouras. Nodari e Guerra (2003) são autores de um artigo sobre o assunto.

¹⁸³ Para um estudo cuidadoso do tema, ver: Fagundes (2020).

sentido, mas uma espécie de ‘adormecimento alimentar’ de como se fazia “antigamente” ou em “outros tempos”, suplantado pela entrada do cuscuz transgênico comercializado nos mercados.

Nessa ótica, o consumo de milho proveniente do roçado se dá, especialmente, quando ele está maduro ou recém-colhido e pode ser cozido, assado ou transformado em outras receitas. A parte armazenada, por sua vez, é destinada à alimentação das criações animais, como porcos, ovinos e galinhas, os quais podem vir a servir como alimento para as famílias. Não se trata, portanto, de uma eliminação do milho da vida alimentar dos/as agricultores/as, mas da entrada, um tanto discreta, ainda que abrupta, do cuscuz transgênico. Em conversa com o agricultor Aloísio, perguntei se a quantidade de milho armazenada no paiol era insuficiente para a travessia no período de estiagem, o que poderia ser uma justificativa para a alimentação baseada no alimento transgênico. Sua resposta foi: “se tiver uma seca brava aí não armazena muito, mas em condições normais dá para passar, sim, até as próximas chuvas”.

Outro ponto a ressaltar diz respeito à relação estabelecida entre a seca e as políticas públicas de transferência de renda. No Capítulo I, sobretudo, apresentei como as conexões existentes entre a seca e o domínio dos “patrões” sobre as sementes e a terra produziu uma espécie de estrangulamento do armazenamento de semente. Uma hipótese é de que a seca, as dificuldades de acesso às sementes e a necessidade de se alimentar, possibilitada em tantos casos pelas políticas de transferência de renda, especialmente via o Programa Bolsa Família¹⁸⁴, tenham colaborado para a estabilização do que anteriormente foi definido como ‘adormecimento alimentar’, ou seja, a substituição de alimentos produzidos antes tradicionalmente pelos/as agricultores a partir de seus cultivos, por produtos comprados no mercado. Faço essa reflexão tomando uma série de cuidados. Os quase dois meses em que estive circulando pela Caatinga cearense me proporcionaram a possibilidade de desenvolver uma compreensão cada vez mais sensível sobre a importância do Programa Bolsa Família, ali. Todavia, em termos analíticos, é fundamental ponderar sobre os ‘efeitos colaterais’ desse Programa e o tipo de comida que passa a ocupar a mesa dos/as agricultores/as quando o cuscuz¹⁸⁵ se torna item de compra.

Vale destacar que o uso do milho armazenado para alimentação animal não é trivial. Os animais são identificados pelos/as agricultores/as como fundamentais na

¹⁸⁴ Para maiores informações, ver Brasil (2019).

¹⁸⁵ É maior do que o cuscuz em si, mas o consumo de cuscuz transgênico se faz mais presente ao longo da pesquisa.

produção da vida. Galinhas, porcos e ovinos são utilizados como alimentos das famílias, principalmente durante a estiagem. Além disso, constituem uma espécie de estoque – “é uma poupança”, como me explicaram os/as agricultores/as, uma vez que esses animais podem ser comercializados e garantir renda à família no momento de precisão.

Quando se trata de comer feijão, as dinâmicas são distintas. Essa cultura é utilizada como alimento das famílias durante toda a estiagem. De fato, eu me alimentei de feijão, baião ou puro, em todas as casas em que estive nas duas etapas de trabalho de campo. O ato de cozinhar o feijão ou o trabalho associado ao preparo desse alimento pode ser considerado bastante similar – se não o mesmo – entre o feijão comprado e o proveniente do roçado, diferentemente do preparo do cuscuz. Além disso, nos mercados, o feijão é um item cujos preços são altos, e depender de sua compra poderia elevar o custo de vida das famílias.

Os alimentos mais perecíveis do roçado (jerimum, melancia, quiabo, melão e mandioca) são consumidos frescos ou “verdes”, como referido pelos/as agricultores/as, e não entram, portanto, na lógica de estocagem de períodos longos, como o milho e o feijão, por exemplo. Vale reforçar o papel dos quintais, que possuem seus ápices de produção após o período chuvoso, inclusive de variedades de roçados, como feijão, milho e jerimum, mas são subsistemas que seguem produzindo alimentos diversificados também durante o verão. Os quintais garantem alimentos “verdes” continuamente às famílias agricultoras.

4.3.4 Seleção de sementes e o retorno para as Casas

Como apresentado na seção referente ao Mangoris, entre setembro e outubro, excluídas as variações ambientais imprevistas, as sementes começam a retornar para as Casas de Sementes. Tem-se assim um ciclo completo de sua circulação: armazenadas nas Casas de Sementes, são tomadas emprestadas na “hora certa”. No encontro com a terra, nos roçados e quintais, transformam-se em frutos e, novamente, em sementes armazenadas. O retorno das sementes às Casas é marcado pela prática de seleção. Em diferentes momentos, pude conversar com os/as agricultores/as sobre esse fazer e a fala mais recorrente foi “a gente escolhe as melhores de cada espiga [em referência ao milho]”.

As melhores são aquelas que não apresentam nenhum tipo de dano. A qualidade visual representa características ecológicas selecionadas pelos/as agricultores/as,

indicando ausência de *stress* hídrico (plantas adaptadas à seca), de doenças ou de ataques por insetos ou outros seres. Uma das estratégias acionadas para garantir a ótima qualidade das sementes me foi explicada pelo agricultor Dedé, do assentamento Ingá, em Santana do Acaraú/CE, “pega uma espiga e tira só as sementes do meio, são as mais bonitas” e “nunca as da ponta”. Esse é um dos cuidados fundamentais associados à seleção do milho, pois as sementes da ponta da espiga ficam mais expostas às variações do ambiente externo, são menores e, em grande parte, são tortas ou não completamente desenvolvidas.

Na escolha das sementes do feijão, do jerimum e de outras culturas de horta como quiabo, berinjela e coentro, o quesito de “escolher as melhores” continua valendo. No caso do feijão, não se pode simplesmente abrir a vagem e colocar as sementes dentro do “litro”, “é preciso colocar as sementes todas juntas, deixar secar um pouco e depois fazer a seleção, catar uma a uma” – nas palavras da agricultora Tunilda, residente no município de Massapê/CE, em uma de nossas conversas.

Devido a essas condições de trabalho cuidadoso, os/as sócios/as das Casas de Sementes identificam que os materiais aí armazenados são sementes, enquanto os grãos com avarias, ou que não foram considerados bons, por outros motivos, pelos selecionadores/as, são destinados à alimentação. Sementes emergem, aqui, através da prática de seleção e pelo fato de retornarem às Casas de Sementes. As regras de escolhas de sementes são dotadas de uma objetividade voltada à garantia de qualidade para o próximo plantio. Trata-se de um fazer que se transforma em devir, garantindo a continuidade da vida e no qual o empenho dos/as agricultores/as não está inscrito em um tempo imediato, mas àquilo que virá. O agricultor Dedé me explicou que as “espigas mais bonitas”, “as sementes melhor formadas” e as “sementes mais saudáveis” são as que devem ser selecionadas, ou seja, são para depois, pertencem ao ciclo que ainda será anunciado pelas chuvas de inverno.

Isso reforça uma dimensão fundamental da ecologia das práticas: o pertencimento ou os vínculos que cotidianamente são constituídos pelos/as agricultores/as na relação com as Casas e com as sementes. São vínculos que se realizam de forma imediata, enraizados no correr da vida, como possibilidade de poder cultivar no momento preciso da chegada do inverno, ao mesmo tempo em que preparam e anunciam o que virá. O devir das sementes emana como um acordo coletivo de que tudo aquilo que se fez – o trabalho do plantio, da colheita e da seleção – *pertence* ao acontecimento perene do nascer, do brotar.

4.4 Preparando festas: organizando a Rede e as Casas

Um dos objetivos da segunda etapa do trabalho de campo, além de visitar a Caatinga antes do início do verão, como me sugeriram diversas vezes os/as agricultores/as, era participar da Festa da Colheita regional, momento de encontro coletivo da RIS Sobral, de organização do próximo ano, de celebração e agradecimento pela produção, que reúne todas as Casas de Sementes. Em 2019, a VIII Festa foi realizada durante três dias no anteriormente apresentado assentamento Morgado, no município de Massapê/CE.

Entre as conversas com os/as agricultores/as, não somente a Festa regional, mas as Festas que são realizadas em cada uma das Casas de Sementes nas comunidades, assim como as que acontecem em celebração às RIS municipais, foram frequentemente referenciadas. No município de Forquilha/CE, como me explicou Cleide, a Festa faz parte do calendário da Prefeitura Municipal. As Festas das comunidades e dos municípios antecedem a festividade regional. São momentos tanto preparatórios quanto de celebração. Como pude perceber, além de serem um encontro das Casas de Sementes, que reforça, também, a organização da Rede, são importantes porque são momentos de festa, diversão, comida e dança.

As conversas e relatos do ex-assessor da Cáritas Erivan, trazem aspectos interessantes de como as Festas vão se tornando estruturantes para a RIS Sobral e para as Casas. A chegada dele em 2011 para trabalhar na Cáritas Diocesana de Sobral tinha como objetivo acompanhar os/as agricultores/as e os processos produtivos adaptados às especificidades do Semiárido. Nas andanças pelas comunidades, as Casas de Sementes e o armazenamento apareciam para Erivan como um processo já em curso e que guardava, nas palavras dele, “animação” por parte de quem estava envolvido/a ou outrora esteve. Esse reconhecimento coletivo do armazenamento coletivo fez com que grande parte do seu trabalho à época na Cáritas fosse destinado ao fortalecimento das ações realizadas nas Casas e na Rede.

Erivan se recorda que juntos, a Cáritas Diocesana de Sobral e os STTRs da região, passaram a pensar em como disparar um processo coletivo na RIS Sobral, que embora existente desde 2003, encontrava-se um tanto desarticulado naquele momento. Buscaram inspirações na comunidade Bulandeira, em Santana do Acarú/CE, onde foi construída a primeira Casa de Semente da região. As memórias de Dona Suzete, importante substrato do Capítulo III, seus relatos sobre as dificuldades de viver no Semiárido e o que foi a

tentativa do primeiro Banco de Semente ainda na década de 1980, levaram à realização de um evento da Rede com objetivo de resgatar esta caminhada e pensar em formas de seguir.

Segundo me relataram Erivan, Cleide e José Maria (hoje, assessor da Cáritas Diocesana de Sobral), foi possível reunir aproximadamente 60 pessoas nesse primeiro encontro. Um dos principais encaminhamentos construídos foi de que os/as residentes das comunidades retornariam com a função de atuar como “animadores e animadoras das Casas”, convocando reuniões, cadastrando sócios/as e estabelecendo fluxos de empréstimo e devolução das sementes. Para afinar a costura, foi decidido que em cada um dos municípios haveria também um animador/a. Esse/a seria responsável por visitar cada Casa, entender as especificidades e pensar em soluções, não individualizadas, mas mediadas pela relação estabelecida entre as Casas daquela municipalidade, para que se fortalecessem entre si. Na compreensão de Erivan, “as pessoas levaram isso a cabo”, e veio, então, a ideia de fazer um evento maior que trouxesse mais pessoas das comunidades, uma Festa regional. Em suas palavras:

[...] um outro aspecto que nos delegamos na época que foi muito importante para a história da RIS, da organização da Rede aqui na região foi esse lance de que a gente se encontra para fazer festa e, às vezes, faz festa para os outros, ou, então, a gente faz a festa dos outros. A ideia de fazer uma festa bonita da gente mesmo, onde todo mundo possa participar e que essa festa pudesse revelar o potencial alimentício da cozinha sertaneja, do Semiárido [...] como a gente preparou uma festa como essa? A gente começou a pensar que a festa na comunidade tem que ser o princípio, organizar uma festa comunitária, e como vai ser organizado a festa? Tem que envolver os jovens, mulheres, homens. Aí tem um momento de escolher o local da festa, quem vai enfeitar, colar as coisas sertanejas, bandeirolas, e fogueira, quem vai cuidar, por exemplo, da alimentação. Têm várias formas, a formas que as pessoas trazem tudo para um local só e faz uma comida coletiva, mas aqui na região se configurou muito a ideia de que todo mundo poderia fazer em casa, e, então, preparar aquela grande mesa e botar lá e ser uma diversidade. Isso pegou muito, aí tem a parte da celebração também, que é o ápice. (Entrevista, agosto de 2021)

A primeira Festa regional foi realizada em 2011 e é identificada de forma coletiva como um processo que disparou novos arranjos nas Casas de Semente e na Rede, como pude compreender durante a participação na VIII Festa, em 2019, ao conversar com alguns/as agricultores/as que estiveram em quase em todas as edições. Como eles/as me explicaram, havia comunidades, à época, que não tinham Casas e começaram a procurar nos STTRs e nas comunidades vizinhas estratégias para constituí-las. As Casas que estavam desorganizadas começaram a repensar seu funcionamento e, com esse objetivo, instrumentos de gestão foram criados, como os recibos de empréstimo e devolução. Nesse

processo, as Casas passaram a atuar de forma mais efetiva na RIS Sobral que estava, também, naquele momento, com um novo “ânimo”. As Festas, sejam as das comunidades, das RIS municipais ou a festa regional, foram se tornando motivo de participação nas Casas e na Rede: “muita gente, chegou primeiro nas Festas do que nas Casas”, como me disse Erivan.

Essa curta retrospectiva fornece elementos acerca da importância das Festas para organização da Rede e das Casas, inclusive, revigorando a própria ação coletiva em momentos de desarticulação. Chamo atenção para o trabalho envolvido nesse festejo. Além do preparo prévio envolvendo a organização das Festas nas comunidades, é preciso considerar, também, o transporte coletivo até o local e a ausência de casa durante esses dias. A VIII Festa no assentamento Morgado, em Massapê/CE, acolheu quase 200 pessoas de 10 municípios, que dormiram, alimentaram-se do café da manhã ao jantar, tomaram banho no açude e transitaram pela comunidade durante três dias. Nada nesse grande dispêndio de energia e trabalho é motivo para desanimar, a Festa vale mais. A cozinha não parou um minuto sequer. Em qualquer momento que eu ali entrava havia café quente, risadas e um ‘puxão de orelha feminista’ para os companheiros: “pode lavar o copo, paga não”.

4.4.1 Dias de Festa: participação na VIII Festa da Colheita da RIS Sobral

O primeiro dia foi de acolhimento dos/as visitantes. Vale destacar que a Festa não consegue envolver todos/as os/as participantes da RIS Sobral. As RIS municipais e as Casas de Sementes definem juntas quem irá participar e são priorizados/as os/as responsáveis pela gestão das Casas, que terão, após a Festa, a tarefa de replicar as informações em suas comunidades. Conforme pude entender, isso serve também de estímulo, ou seja, o envolvimento nas Casas de Sementes abre oportunidades de participar da Festa regional.

A antiga sede da fazenda do assentamento Morgado, em Massapê/CE, foi tomada por redes de dormir coloridas, que acolhiam os corpos e também enfeitavam o lugar. Esse efeito causado pelas redes, numa espécie de encantamento do mundo, afetava-me e ao mesmo tempo influenciava a impressão que as pessoas tinham sobre mim. A minha rede era a única diferente, uma rede pequena, de acampamento. Fui ‘acusada’, então, de levar “uma rede de criança”. Não satisfeita, eu também levei um saco de dormir que causou

alvorço e risadas: “Helena dorme com plástico”. Esses momentos dos ‘bastidores da Festa’, embora vergonhosos, foram muito importantes porque me renderam convites para visitar as comunidades e boas amizades, que se transformaram em insumos fundamentais de toda a tese.

Foto 27. Rede e redes



Fonte: arquivo pessoal da autora.

O segundo dia começou cedo. Às 5h quase todos/as já estavam de pé. Durante o dia foram organizados momentos coletivos e temáticos em grupos menores. Pela manhã, a atenção foi dedicada a pensar o papel das mulheres na soberania e na segurança alimentar e nutricional no sertão cearense. Foi também pensado como as Casas de Sementes e a RIS Sobral podem atuar e contribuir para a valorização e fortalecimento das ações empenhadas pelas mulheres. Dentre os temas debatidos, pode-se citar: a participação das mulheres nas coordenações das Casas de Sementes (pois “isso puxa outras mulheres”); a importância de se realizar atividades no roçado comunitário apenas nos dias em que elas possam participar; a garantia de espaços de formação que contribuam para o seu envolvimento nos trabalhos, fortalecendo sua participação e reconhecimento nas comunidades, nas Casas e além.

A parte da tarde contou com a mediação da ONG Cetra, que trouxe um resgate histórico da transformação das agriculturas, tratando dos processos desencadeados pela Revolução Verde, e o esforço de contraposição a esse modelo de produção a partir das críticas e práticas promovidas pela agricultura alternativa e pelo que hoje se conhece como agroecologia. Em seguida a essa discussão, foi apresentado o Projeto de Indicação nº 160/2015, do deputado Moisés Braz, do Partido dos Trabalhadores (PT), que trata da

Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças. Atualmente já foi transformado na Lei nº 17.179/20, como discutido na seção 4.1.

Ao final do dia aconteceu um evento esperado com ansiedade: o “Futebol das Margaridas”. Além da atividade que relatei na abertura do capítulo, a realização da Festa antecedeu a VI Marcha das Margaridas em Brasília/DF, sendo que as mulheres representantes das Casa de Sementes e da RIS Sobral estavam se organizando para participar desse evento. Assim, o Futebol foi um momento de divulgação dos preparativos para a participação na Marcha. Metodologicamente, meu envolvimento nessa partida foi fundamental para a pesquisa porque eu passei para um ‘novo nível de reconhecimento’. Por ter jogado descalça em um campo ‘rústico’, sob o sol das 16h da Caatinga, apesar das minhas bolhas, deixei de ser vista como uma pessoa “mole”. Ninguém acreditava que eu jogaria, ficavam sempre rindo. Não fiz um gol, mas joguei os dois tempos e fui do time vencedor.

Foto 28. Futebol das Margaridas, assentamento Morgado, em Massapê/CE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Durante a noite foi realizada a “celebração”. Um elemento fundamental desse momento é a constituição do ofertório, confeccionado como forma de agradecer a Deus pela colheita e ao mesmo tempo saudar quem a produz. Por isso, como me foi explicado, é importante a presença de elementos que caracterizem o “trabalho do agricultor/a” e a

produção (por exemplo, enxadas, chapéus, “legumes”, frutas e sementes). Outro elemento comum nesses ofertórios são miniaturas das Casas de Sementes ou maquetes das comunidades. Em termos de religião, a celebração segue os ritos do catolicismo, com missa e padre. Nesse momento, agricultores/as que conheci que eram evangélicos não estavam presentes, embora estivessem participando da Festa em seus outros espaços. Isso coloca em destaque que a motivação de participar da Festa passa também por uma convivência de credos. Apesar da presença predominante do catolicismo, os/as agricultores/as evangélicos/as estão presentes, ajudando, inclusive, nos processos organizativos, o que expressa esse universo coletivo e enraizado na vida cotidiana que as Casas de Sementes fazem habitar.

A própria Festa é entendida como uma prática associada às sementes e ao armazenamento coletivo. Sob essa ótica, não deve ser compreendida como substantivo; a fim de ser descrita, deve ser tomada em perspectiva. As festas podem ser vistas como operadoras de ligações ou de constituição de laços, abertas à experimentação, às percepções coletivas sobre a vida, seus anseios, medos e excessos (PEREZ, 2019).

Na discussão de Perez (2019, p. 15), as festas envolvem “o ato mesmo de produção da vida, e, não simplesmente, sua mera reprodução”, pois são eventos destinados a viver a existência coletiva, de perceber o mundo e com ele se relacionar. Acredito que meu maior sentimento durante a Festa vai ao encontro de tais dimensões, reforçando as percepções compartilhadas pelo ex-assessor da Cáritas Diocesana de Sobral, Erivan, sobre o quão importantes foram as Festas para a retomada das Casas e da Rede. Uma espécie de espírito comunitário preenchia as pessoas que, cantando, entoavam em coro: “é na comunidade, é na comunidade, é na comunidade que eu sou feliz”. Por um momento foi como se eu pertencesse àquele lugar, como se fosse parte também daquele mundo das Casas de Sementes.

Em seguida à celebração, saímos da Igreja da comunidade e fomos para o pátio da antiga sede. Era o momento do jantar. Ali foram benzidos os alimentos e quem os preparou. Segundo levantamento feito pela RIS Sobral, de 2011 a 2017, foram identificadas 125 receitas diferentes servidas nas Festas, elaboradas a partir dos frutos dos roçados e dos quintais. Isso representa, nas palavras dos sócios/as, a “cultura do povo do Semiárido”, ou quando me diziam: “vai e leva essas fotos para que as pessoas não pensem que o Semiárido é um lugar que só tem seca”. Com a ‘barriga cheia’ veio a ‘festa da Festa’. O “paredão”, como é conhecido o sistema de som ali no Ceará, entoava ritmos de forró transformados em danças pelo pátio. Nos arredores também estavam montadas

barracas de feira nas quais as agricultoras comercializavam os “produtos das Margaridas”, vendas que custeariam parte da participação delas na VI Marcha. Em outra barraca havia sementes para intercâmbio.

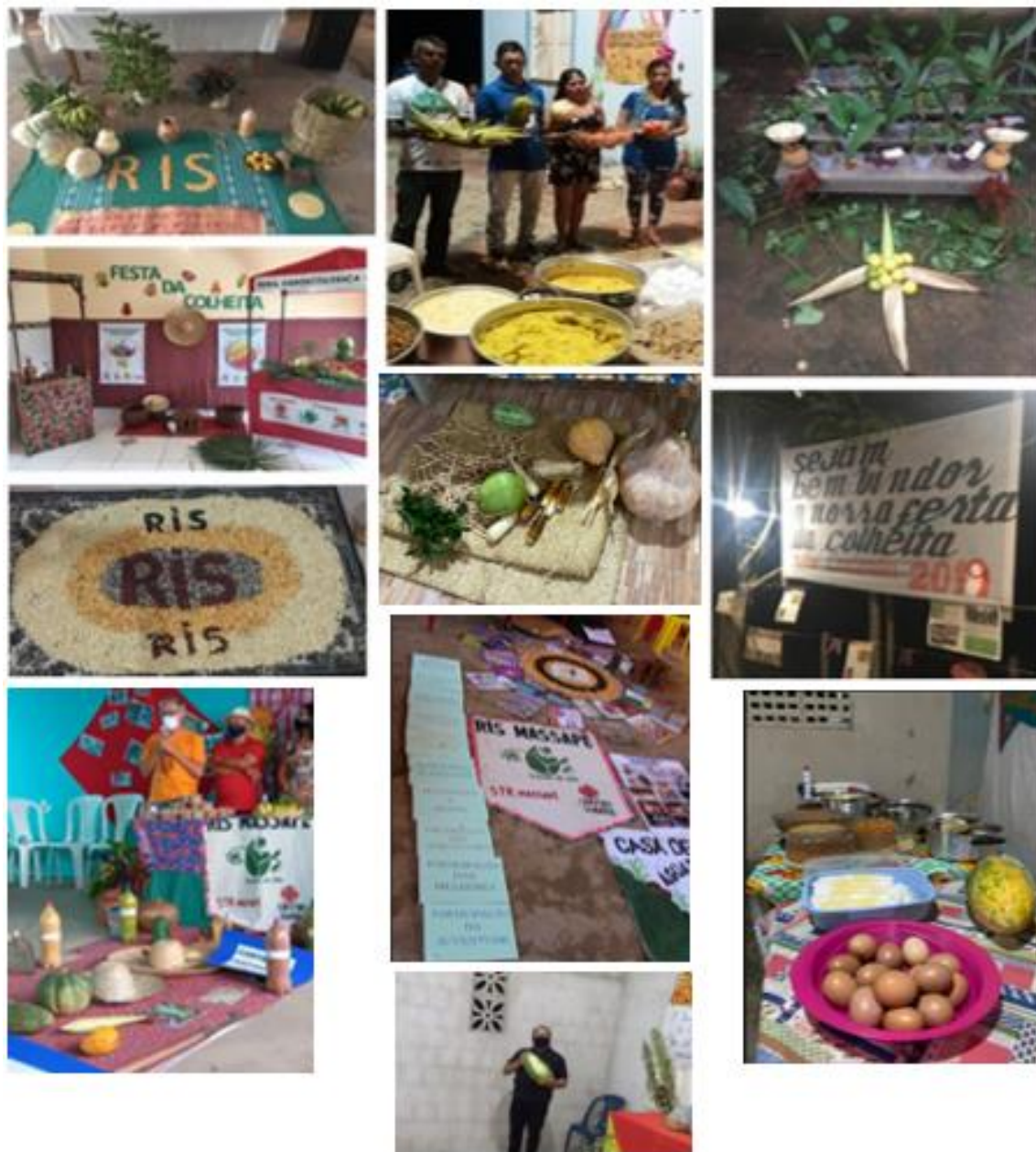
Chamou-me a atenção que eram poucos “litros” e que a circulação de pessoas por ali também estava baixa. Fiquei ao redor dessa barraca conversando com os/as agricultores/as que foram passando e chegando. Os tipos de sementes que estavam ali eram: Gergelim Preto, Feijão de Corda, Arroz Crioulo, Jerimum Caboclo, Milho Sabugo Fino, Milho Sabugo Grosso, amendoim, Milho Baé, Feijão Branco. Havia bastante interesse por uma semente em especial, o Arroz Crioulo levado pelo agricultor Cleysson, do assentamento Ingá, Santana do Acaraú/CE. Nas conversas ali com os/as agricultores/as, explicaram-me que é difícil encontrar sementes de arroz, pois elas foram sendo perdidas ao longo do tempo, especialmente, pela facilidade da compra. Alguns/as agricultores/as carregaram seus bolsos com as variedades ali presentes.

Detive-me um tempo pensando sobre o que considere como baixo envolvimento na barraca de intercâmbio de sementes. Um primeiro ponto é que Festa é também uma saída do cotidiano, de modo que as sementes, que são materialidades presentes nos fazeres diários dos/as atores, podem ter sido relegadas a uma segunda instância. Além disso, as pessoas presentes na Festa não são necessariamente as mais empenhadas no melhoramento genético das sementes e entusiastas dessa prática, podendo ser consideradas, de forma genérica, como parte do ‘corpo organizativo da RIS Sobral/CE’. Não é minha intenção criar polaridades em relação aos participantes da Rede, mas foi possível identificar tipos distintos de atuação.

De toda forma, seria pretencioso de minha parte fazer uma análise sobre o que identifiquei como baixa presença no âmbito da barraca de intercâmbio de sementes, uma vez que fui em apenas uma Festa da Colheita e na de nível regional. Detenho-me, nesse sentido, mais em pensar a Festa como uma dimensão de exercício das Casas e da Rede, como constituidora de um momento coletivo no qual agricultores/as, sócios/as da Rede e das Casas e representantes dos STTRs se dispõem a construir e a estarem presentes. Uma semelhança que pude identificar por meio de uma análise das fotografias das Festas que foram compartilhadas comigo durante o trabalho de campo e através de uma conversa com José Maria, assessor da Cáritas Diocesana de Sobral, são as muitas maneiras de se escrever RIS ou de saudá-la durante os eventos, conforme as imagens (Foto 29). Se de alguma forma identifico nas Casas uma espécie de ‘começo’, ali onde uma semente espera

pela hora de brotar e onde autonomias múltiplas se constituem, as Festas são um brinde ao enredamento contínuo da Rede.

Foto 29. As sementes e a RIS Sobral/CE



Fonte: arquivo pessoal da autora.

4.5 Aprendizados ou para seguir pensando

No cotidiano dos/as agricultores/as e das Casas de Sementes, a autonomia se realiza de distintas maneiras. O ciclo das sementes garantido pelas Casas explica como não é necessária a mediação dos “patrões” para o acesso às sementes, ainda que distintas

escalas da vida ainda estejam sob o controle deles, como acontece no controle exercido na produção dos roçados ou em documentações que porventura os/as agricultores/as que vivem em suas terras necessitem. Essas dimensões devem ser compreendidas como parte da própria ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, anunciando a continuidade das lutas e como as sementes e, sobretudo, o armazenamento coletivo, seguem se constituindo como elementos dinamizadores dos fazeres coletivos dos/as agricultores/as, como apresentado em destaque pelas mulheres.

É fundamental olhar com atenção para os modos através dos quais a vida cotidiana explicita as formas singulares pelas quais as agricultoras vivem a “autonomia das sementes do patrão”. Isso se dá pela possibilidade de acesso às sementes sem intermédio dos homens, pais, irmãos e, sobretudo, maridos. As sementes dos “patrões” eram entregues aos homens, e às mulheres cabia, em grande parte dos casos, o papel de “ajuda”, mesmo que trabalhassem tanto quanto eles. No âmbito do programa Hora de Plantar, além dos frequentes atrasos no momento da distribuição de sementes, como relatado pelos/as agricultores/as, o documento de recebimento das sementes emitido pelo Programa era feito somente em nome do homem. Isso implicava limitações no momento de requerimento da aposentadoria, já que a possibilidade de comprovação era mais restrita para elas, uma vez que não dispunham de provas suficientes sobre sua profissão.

Nesse contexto, as Casas de Sementes têm constituído múltiplos vínculos com as agricultoras, ao garantirem sementes em suas mãos para o plantio e a emissão de documentos de empréstimo/devolução e de filiação à Casa em nome de todos/as os/as sócios/as, sejam eles homens ou mulheres. Além disso, um ponto essencial é o habitar que as Casas permitem enquanto locais de acolhimento, diante às desigualdades de gênero ainda correntes, seja nas comunidades ou nas casas das agricultoras, e de auto-organização das mulheres. Habitar as Casas de Sementes suscita, assim, novas formas de habitar as próprias casas dos agricultores/as, oportunizando o reconhecimento das disparidades existentes e o cultivo das sementes, especialmente nos quintais, que passam a ser compostos por espécies que antes se destinavam somente ao roçado, como o milho e o feijão.

Importa frisar que a autonomia experienciada pelas mulheres – a qual compreendo como uma forma específica pela qual elas vivem a chamada “autonomia das sementes do patrão” – não é um processo que pode ser lido somente a partir das Casas de Sementes da RIS Sobral. O exercício necessário passa pela identificação de constituição de novos vínculos, como demonstra o envolvimento e a participação das agricultoras na VI Marcha

das Margaridas, o trabalho especificamente orientado às demandas das mulheres desenvolvido pelas ONGs e pelos STTRS, como é o caso dos quintais produtivos, da organização de ações de comercialização, seja nas feiras ou por meio das cooperativas e associações. No entanto, não foi durante a investigação do processo histórico das Casas, ou dos temas e fazeres que vão se emaranhando à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, que a forma como as mulheres vivem e ressignificam a chamada “autonomia das sementes do patrão” apareceu para mim, mas ali escala do cotidiano, nos fazeres com as Casas.

Tal aspecto chama a atenção, pois se é possível identificar alguns temas que não ‘colam muito’ na esfera da vida dos/as agricultores/as, como é o caso dos OGMs ou a problematização do consumo de cuscuz transgênico¹⁸⁶, a autonomia experienciada pelas mulheres fornece elementos daquilo que tem sua maior significância devido às possibilidades cotidianas. O que se aponta dessa forma é que não existe uma dicotomia entre local e global, mas um encontro constante entre essas diferentes ‘escalaridades’, que vão constituindo sentidos a partir das múltiplas relações tecidas entre agricultores/as e armazenamento coletivo.

Torna-se importante compreender as cores da Caatinga, suas mudanças ao longo do inverno e do verão e como as Casas conectam de forma cíclica as sementes à terra. Trata-se da efetividade do armazenamento coletivo ali onde os/as agricultores vivem, das sementes que se tornam frutos, alimentos, e mais uma vez são armazenadas como sementes. Ao mesmo tempo, as Casas vão armazenando tantas outras coisas, inclusive os afetos registrados em seus nomes ou as histórias que cada um deles guarda. Essas dimensões, entre emaranhados, permitem apreender os vínculos e as relações de dependência que constituem novas formas de habitar a vida cotidiana e ressignificam o próprio meio, seja pela disponibilidade de sementes ou pelas novas obrigações coletivas que vão sendo constituídas, como discutido em relação às restrições ao uso de agrotóxicos e a maior permeabilidade quando se trata do uso do fogo nos roçados. Isso se dá não sem tensões. Além das atividades de produção, há casos em que, como mencionado ao longo da tese, não ocorre a devolução das sementes após o plantio, e há também aquelas pessoas que só participam das Casas para acessarem documentos que podem ser utilizados no momento de requerimento da aposentadoria.

¹⁸⁶ Fundamentais, no entanto, no fortalecimento da ação nas Casas de Sementes, como debatido no Capítulo III.

Como tratado no Capítulo III, a RIS Sobral é uma das emergências da ecologia das práticas das Casas de Sementes aqui em análise. Assim, ela é identificada como uma estratégia de constituição de referências comuns entre as Casas. A vitalidade da Rede é experienciada pelos/as agricultores/as não somente pela estrutura de governança, mas pela instituição de caminhos que todos/as devem seguir, ainda que completamente adaptáveis, como é o caso do Mangoris e da própria realização das Festas. Assim, a Rede também incide na ecologia das práticas pelos princípios que vão sendo ali constituídos e que dizem sobre todas as Casas. Adotar a agroecologia, não usar agrotóxicos, abandonar gradualmente o uso do fogo, realizar as festas da colheita são alguns dos exemplos de como a Rede incide sobre a vida cotidiana compartilhada entre agricultores/as e Casas de Sementes. Como se trata de uma interdependência entre a RIS Sobral e as Casas, os princípios são embebidos, também, pela forma como os/as agricultores/as os praticam, aquilo que conta como importante: “preservar a natureza”, escolher as “mais bonitas”, saber diferenciar terra e areia, se defender das críticas de “preguiçoso” quanto ao roçado “sujo” e as muitas formas de saudar a existência da Rede nas festas da colheita.

Ao longo das páginas, com atenção na esfera da vida e na composição da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, é possível identificar, entre os distintos vínculos constituídos, formas de experienciar a “autonomia das sementes do patrão”. As Casas habitam as comunidades, os/as agricultores habitam as Casas, as Casas habitam a vida dos/as agricultores/as. Há um emaranhado de interdependências e de pertencimentos, ainda que em meio a divergências. Seguindo os aprendizados com os/as agricultores/as e com Stengers (2005; 2015) é preciso saber honrar as divergências, as experimentações que, por mais precárias que possam parecer, têm sua importância pela abertura de horizontes políticos e iluminam o pensar e agir juntos/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos importantes aprendizados dessa tese é que ao se propor a olhar para uma determinada ecologia de práticas é ela também parte dessa composição. A tese ou a ciência é inescapavelmente parte daquilo que se propõe a estudar. Sob essa ótica assumo uma perspectiva parcial de como as histórias sobre autonomia, Casas de Sementes, lutas por direitos sociais no campo foram aqui narradas. O que os ensinamentos com os/as agricultores/as e as sementes despertaram, aquilo que faz com que determinados aspectos do mundo se tornem dignos de reflexões, pensamentos e dúvidas, ganham contornos específicos e me fazem crer que essa tese, sim, poderia ser um tanto diferente com os acúmulos que aqui, nessa última, seção ela agora possui. Definitivamente um ser animado, como diria Isabelle Stengers. As considerações apresentadas pertencem, dessa forma, a um emaranhado específico, ao mesmo tempo que colocam tantas outras possibilidades, alargando e animando horizontes futuros de pesquisa.

Entre um emaranhado de vínculos, envolvendo lutas por direitos sociais, tecnologias, legislações e vida cotidiana, as Casas de Sementes da RIS Sobral promovem “autonomia das sementes do patrão”, como destacam os/as agricultores/as. Elas são *lócus* de reserva, salvaguarda e garantia de acesso às sementes a cada prenúncio da estação chuvosa. Desta ótica, as Casas evidenciam a relação assimétrica de poder estabelecida entre “patrões”, agricultores/as e sementes. Assimetria que, contudo, se configura de forma mais ampla à medida que o controle do *trabalho* e do *meio*, das matas, dos cursos d’água e dos solos férteis, pelos “patrões” imputou (e ainda imputa) formas específicas de viver e habitar aos/às agricultores/as.

O domínio da terra, configurando o que ao longo da pesquisa se apresenta como “terra dos patrões”, se estende, assim, a tudo que ali habita, dos bens da natureza às pessoas. Com as sementes não era diferente, conforme destacado em relação às décadas de 1970 e 1980 e na emergência dos primeiros Bancos de Sementes nos sertões cearenses do Crateús e dos Inhamuns. Controladas pelos “patrões”, que podiam comprá-las nos mercados, as sementes se transformavam em objetos de barganha e para acessá-las os/as agricultores/as deveriam, então, trabalhar primeiro para o “patrão”. O trabalho a ser prestado se confundia com desespero, uma vez que as dimensões ecológicas do Semiárido e o calendário bem demarcado das chuvas não correspondiam às exigências dos “patrões” e os/as agricultores/as, inúmeras vezes, acabavam perdendo o momento do plantio.

As Casas, ou os Bancos, como eram chamados à época, foram uma tentativa de romper com este “cabresto curto” nas palavras de Padre Bernardo Holmes, importante ator do contexto da criação dos primeiros Bancos. Ainda que enfrentado através do acesso às sementes, este cabresto não se restringe somente a elas. É por isso que nos Bancos “nunca se falou só sobre sementes”. Os “patrões” são, assim, parte da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, seja devido às motivações da própria emergência delas ou porque as “terras dos patrões” e o controle de tudo que ali habita segue sendo uma realidade na vida de grande parte dos/as agricultores/as que integram as Casas e a Rede. As sementes ganham habitação segura com as Casas de Sementes, mas essa segurança não se dá da mesma forma com os solos férteis e com os bens hídricos.

O “patrão” cerca o açude e não deixa tirar água. O “patrão” obriga a colheita prematura nos roçados, algumas vezes até mesmo quando os “legumes” estão ainda “verdes”. Ambas as afirmações proferidas pelos/as agricultores/as interlocutores/as da pesquisa expressam a presença dos “patrões” na vida cotidiana. Entre os/as assentados/as participantes das Casas isso é vivido de forma específica. Para alguns/as os “patrões” foram deixados no passado, em um período no qual tudo que era feito pelos/as agricultores/as não se destinava a uso próprio. Para outros/as, no entanto, os “patrões” são personagens importantes, com quem não houve indisposição e que seguem presentes na vida dos/as agricultores/as, como é o caso dos assentamentos que comercializam sementes de caju para os/as antigos “patrões”.

Essa espécie de ambiguidade anteriormente retratada chama a atenção à medida que não se trata de um processo unívoco de transição de ‘com’ os “patrões” para ‘sem’ os “patrões”. Isso é vivido de formas múltiplas e o “patrão”, por exemplo, é identificado também pelos/as agricultores/as como alguém que ajuda, que é padrinho ou que é provedor. Tais dimensões não podem ser subsumidas da ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, ao contrário, precisam ser honradas (STENGERS, 2015). Não no sentido de honraria aos “patrões”, mas reconhecendo os desafios e as assimetrias que estão colocados e de como isso é experienciado de forma distinta entre os/as agricultores/as, o que sugere que não há uma resposta que se atente à complexidade de ‘uma vez por todas’. As Casas de Sementes são a possibilidade de constituição de novos vínculos, quando as sementes eram exclusivamente associadas aos “patrões”.

Ao mesmo tempo, tais vínculos não dizem respeito somente ao laço – “patrões” e agricultores/as – pois o armazenamento coletivo foi se emaranhando a uma série de lutas por direitos sociais. Assim, a “autonomia das sementes do patrão” é vivenciada pela

ruptura do que outrora era moeda de barganha numa relação assimétrica combinando o domínio do meio e do trabalho. Uma autonomia que envolta em precariedades, como a contínua restrição de acesso aos bens hídricos e as condições impostas às colheitas nos roçados, abre possibilidades de compreender as conexões estabelecidas entre terra, mais precisamente no âmbito do acesso à terra, e ao que nela habita.

Vale destacar nessa lógica como a ação da ASA e, sobretudo, a construção de cisternas, possibilitando o estoque de água das chuvas, foram continuamente ativadas nas falas dos/as agricultores/as como “uma das melhores coisas que já aconteceram aqui no sertão”, obrigando a pesquisa a compreender as sementes na trama associada à água e a seca no Semiárido. Viver a “autonomia das sementes do patrão” requer conexões que não se encerram com as Casa de Sementes.

Nessa perspectiva, é importante frisar que ao se atentar às Casas de Sementes e, mais especificamente à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, a pesquisa evidencia singularidades na apreensão sobre autonomia. Apesar das Casas de Sementes modificaram os laços antes estabelecidos com os “patrões”, funcionando, por exemplo, como espaços que propiciam debates políticos como o direito do acesso à terra, elas não disputam diretamente as “terras do patrão”. Imagino como isso poderia ser lido como ‘pouco’ por algumas correntes das Ciências Sociais ou por atores políticos, no sentido de não promoção de transformações estruturais na questão agrária do Brasil. O ponto nevrálgico da análise e que sustenta a própria pesquisa, todavia, é que não há dúvidas sobre a importância de um acesso seguro às sementes entre os/as agricultores/as. A ecologia das práticas das Casa de Sementes precisa ser composta e obrigações e responsabilidades são assumidas coletivamente. O que alerta e ensina como é possível pensar a partir daí o acesso à terra e aos bens naturais, quais são as disposições e indisposições em questão.

A necessidade dessa composição deve-se ao que as sementes representam na vida cotidiana dos/as agricultores/as, cultivar roçados e quintais, colher alimentos e recomeçar o armazenamento, selecionando “as mais bonitas”. Tais sutilezas, ao mesmo tempo tão elementares, contribuem para explicar o engajamento pelos/as agricultores/as nas Casas de Sementes ao longo do tempo. Contudo, a pesquisa mostra que é preciso se atentar à explosão de vínculos que passaram a integrar essa ecologia, sobretudo, com a reabertura democrática do país. À ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral emaranham-se ao menos três dimensões que vão também a encorpando. São elas, as tecnologias alternativas e o que depois seria identificado como agroecologia; a ação em

rede; e a entrada das biotecnologias, das legislações sobre sementes e dos debates relativos à biodiversidade.

O armazenamento coletivo praticado nas Casas de Sementes se entrelaça às tecnologias alternativas como parte da intervenção das ONGs. Na ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, o Esplar se torna um ator fundamental, elaborando projetos, captando recursos, se relacionando com a cooperação internacional, compreendendo os desafios associados ao acesso às sementes e à gestão do armazenamento coletivo. Diversas Casas de Sementes são, então, criadas no estado do Ceará., ao mesmo tempo em que as controvérsias do encontro entre agricultores/as e assessores/as vão também emergindo. Dimensão que abre necessidades de revisitar o arcabouço metodológico das tecnologias alternativas e de compreender as complexidades nas quais as Casas de Sementes se inserem, seja no âmbito das disputas imanentes às comunidades, na mistura de sementes à cada safra ou na escassez delas em momentos de seca.

O agir em rede é também incorporado à ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral. Tomando como objeto as Casas de Sementes, as redes são aqui compreendidas como uma emergência dessa ecologia, mobilizando tanto uma série de vínculos, como uma forma de ação dos atores. Sob essa ótica é que a ecologia de práticas aqui em análise não pode ser tomada somente como *das* Casas de Sementes, mas das Casas de Sementes *da* RIS Sobral, porque a unidade da sua existência é coletivamente referenciada na Rede. O desafio, então, foi compreender como as redes compõem essa ecologia. Isso requereu percorrer o estado do Ceará e atuação em rede do Projeto PTA, que tinha como premissa a combinação de recursos humanos, ecológicos ou econômicos. A RIS-CE foi uma primeira configuração, hoje, já não existe, mas tem sua vitalidade nas distintas RIS regionais que foram sendo criadas, como é o caso da RIS Sobral. Todavia, não é somente nas dimensões da RIS-CE que a RIS Sobral se realiza. Muitas histórias e formas de contá-la vão se associando, incluindo como ela é experienciada na vida cotidiana dos/as agricultores/as, sobretudo, nos fazeres com as Casas de Sementes.

Este último ponto conduz a uma análise importante. Embora eu tenha identificado as tecnologias alternativas e a ação em rede como constituidoras de vínculos na ecologia de práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, isso não é vivenciado de forma única ou objetiva pelos seus/as participantes. Assim, os vínculos operam também em uma espécie de invisibilidade ou de um ‘não saber’. A estruturação das Casas de Sementes como parte das tecnologias alternativas e do agir em rede incide sobre sua existência até os dias de hoje, ainda que isso não seja evidentemente observado. É possível afirmar o

mesmo em relação à entrada das biotecnologias, as lutas contra os patenteamentos no âmbito legal e a invenção da biodiversidade. Isso não implica, contudo, que os efeitos não sejam sentidos na escala da vida dos/as agricultores/as, o que ficou perceptível a partir do “desespero” vivido devido à contaminação das sementes dos/as agricultores/as por proteínas transgênicas.

Esses vínculos, que chamei também de ‘mais alargados’, no sentido que vão emaranhando a ecologia de práticas das Casas de Sementes a uma escala mais ampliada, incluindo, as convenções e acordos internacionais, por exemplo, ‘mundificam’ as práticas dos/as agricultores/as realizadas nas Casas. Nas palavras de Latour (2020, p. 113) “cada um dos seres que participam da composição de um terreno da vida tem sua própria maneira de identificar o que é local e o que é global e de definir seu entrelaçamento com os outros”. Nessa ótica, não é preciso escolher ente o local e o global. Existe uma espécie de global que faz sentido na vida cotidiana dos/as agricultores/as, que é experienciado nas Casas de Sementes e nas comunidades onde eles/as habitam. A importância da identificação e análise destes vínculos ao longo da tese se dá, além de compreender como o armazenamento das sementes vai se tornando um problema de múltiplas dimensões quando comparado à década de 1970, em apreender como eles se tornam parte das próprias Casas, daquilo que é feito cotidianamente. O que vai, assim, povoando de laços a “autonomia das sementes do patrão”, devido à entrada de novos atores, sejam eles humanos ou não humanos, de novas formas de ação e novos temas.

Na ecologia das práticas a “autonomia das sementes do patrão” se realiza não somente pelo acesso garantido às sementes, mas pelo emaranhamento de vínculos que as Casas são capazes de mobilizar ou pelas dependências que vão se articulando. Sob essa ótica, é indispensável a atenção aos distintos tempos e espaços mobilizados por essa ecologia de práticas. É assim que Stengers (2015) afirma a necessidade urgente de novas histórias, não as fadadas à tragédia como outrora bradavam os defensores do progresso e do crescimento ou as de conto de fadas, onde tudo é possível para as mentes e corações puros. Mas, sim, de histórias inspiradoras, nas quais mudar é preciso para resistir à barbárie que se aproxima, reconhecendo, ao mesmo tempo que a ‘mudança’ para alguns/as (tantos) foi sempre a opção:

Mas, há também aqueles que lutam, que não se submetem às evidências da primeira história [do progresso e crescimento] e para quem essa história, produtora de exploração, de guerras, de desigualdades sociais que crescem incessantemente, já define a barbárie. Não se trata, de modo algum, de persuadi-los de que a barbárie que se aproxima é outra [...] (STENGERS, 2015, p. 13)

A partir desta reflexão, gostaria de destacar a presença da palavra ‘coragem’ ao longo do Capítulo 04, como me disse o agricultor José Adécio da comunidade Cajazeira, Forquilha/CE, “para tocar uma terra dessa aqui, tem que ter coragem”. É neste terreno da coragem, onde é preciso “tocar a terra”, levar as sementes ao solo, cuidar do cultivo, colher e tornar armazenar as sementes, que as Casas de Sementes habitam. As possibilidades de habitar se revelam também a partir da diversidade de armazenamentos que cabem aí. Os nomes das Casas carregam lutas e homenagens, guardam memórias de pessoas queridas ou importantes para as comunidades. Batismo que é uma espécie de entrelaçamento das Casas ao plano afetivo e simbólico, fazendo-as habitar também o ‘lado de dentro’ dos/as agricultores/as, suas religiosidades, esperanças e expectativas.

Assim, no cotidiano, as Casas continuam tecendo novas obrigações e responsabilidades, ressignificando a causa compartilhada entre os/as agricultores/as, como apresentado no âmbito do Mangoris, nas celebrações das festas da colheita, nos fazeres dos roçados, no florescimento dos quintais, nas controvérsias do uso do fogo, e no acesso a documentos para requisição da aposentadoria rural junto ao INSS. Tudo isso se dá em meio a divergências e tensões – as sementes que não retornam às Casas, sócios/as que participam somente para acessar os documentos emitidos, as inequidades de gênero ou o domínio da terra pelos “patrões”.

Para as mulheres agricultoras e participantes das Casas a “autonomia das sementes do patrão” é experienciada de forma distinta do que para os homens. Ali é onde elas acessam sementes e constituem espaços de auto-organização, seja para partilhar angústias e alegrias de ser mulher ou para sua organização produtiva. Os quintais manejados por elas conquistam o meio, que por muito tempo esteve dominado pelo roçado e pela depreciação do trabalho delas como “ajuda”. As sementes eram também elementos de inequidade, quando na maioria das vezes eram entregues aos homens, pelos “patrões” e, também, pela política Hora de Plantar. Na trama da autonomia, as mulheres identificam as Casas como um ente fundamental, “não tem nem para onde correr”, me relataram. Vale destacar como as mulheres agricultoras se tornaram fundamentais para contar a história dessa tese, fazendo-me muitas vezes segui-las. A presença delas abriu possibilidades para questionar o *como* se vive e as relações estabelecidas com as Casas de Sementes, diante as desigualdades de gênero ainda tão presentes.

A partir dos apontamentos aqui suscitados, acredito, que a tese também aponta uma oportunidade de agenda de pesquisa. Destaco as possibilidades suscitadas pela ecologia das práticas e pela tessitura dos vínculos para pensar a agroecologia e as práticas

desenvolvidas pelos/as agricultores/as. Trata-se de colocar atenção, a partir de um novo arcabouço conceitual, às distintas estratégias que vão sendo organizadas, no sentido de compreender a constituição de vínculos ou as tecituras necessárias para que a agroecologia “ganhe corpo” em referência ao meio no qual ela se realiza. Contribuindo, assim, com os debates que fomentam que a agroecologia não deve ser tratada como algo encerrado ou ‘puro’, mas imersa nas próprias complexidades socioecológicas iminentes à sua emergência.

Sob essa ótica, os aprendizados, reflexões e fazeres contínuos inerentes às Casas de Sementes seguem em *meio* a tantos vínculos compondo a ecologia das práticas das Casas de Sementes da RIS Sobral, permitindo experienciar em complementariedade, com ‘quem’ e ‘onde’ se habita, a “autonomia das sementes do padrão” e suas múltiplas formas. Uma ecologia de práticas que, contudo, não se acaba. Ao contrário, suscita que é preciso sempre “fazer pegar novamente”, porque como ensinam os/as agricultores/as das Casas de Sementes da RIS Sobral, as sementes “mais bonitas” pertencem ao que virá, anunciando possibilidades de criar mundos, ciências e resistir às crises que assolam a Terra.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. *Revista Estudos Avançados*, v. 13, n. 36, 1991.

ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. *Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido*. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.

ALMEIDA, P.; SCHMITT, C. *Construção de conceitos e marcos de referência de garantia dos direitos dos agricultores sobre a biodiversidade*. Relatório final do Projeto: Constituição e monitoramento de políticas públicas de uso e conservação da agrobiodiversidade através da articulação em rede de experiência (Projeto PDA Mata Atlântica Chamada 5: Apoio a Projetos em Rede). São Luiz: Associação Agroecológica Tijupá, 2010. 80 p.

ALVES FILHO, J. P. *Receituário agrônomo: a construção de um instrumento de apoio à gestão dos agrotóxicos e sua controvérsia*. 2000. Dissertação (Pós Graduação em Ciência Ambiental) – Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

AS-PTA. Comissão de Sementes da Borborema se mobiliza para conter o avanço dos transgênicos na região. *AS-PTA*, 2019. Disponível em: <http://aspta.org.br/2019/01/29/comissao-de-sementes-da-borborema-se-mobiliza-para-conter-o-avanco-dos-transgenicos-na-regiao/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

AS-PTA. Sementes da Paixão: ação coletiva na defesa da agrobiodiversidade no território da Borborema, na Paraíba. *AS-PTA*, 30 mar. 2021a. Disponível em: <http://aspta.org.br/2021/03/30/sementes-da-paixao-acao-coletiva-na-defesa-da-agrobiodiversidade-no-territorio-da-borborema-na-paraiba/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

AS-PTA. Semente crioula gera comida de verdade: experiências de beneficiamento do milho livre de transgênicos e agrotóxicos no Nordeste. *AS-PTA*, 4 ago. 2021b. Disponível em: <https://aspta.org.br/2021/08/04/semente-crioula-gera-comida-de-verdade-experiencias-de-beneficiamento-do-milho-livre-de-transgenicos-e-agrotoxicos-no-nordeste/>. Acesso em: 19 set. 2021.

BARBOSA, M. *Casas de sementes comunitárias: estratégia de resistência e manutenção da vida camponesa*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARBOSA, M. *et al.* Sementes da vida é festa garantida. *Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, v. 8, n. 2, Porto Alegre, p. 25-28, nov. 2013.

BARBOSA, M. *et al.* As Mulheres Semeando Autonomia: A importância das Casas de Sementes Comunitárias na busca pela emancipação feminina. *Anais do 18º REDOR*, Pernambuco, 24-27 nov., 2014.

BARBOZA, P. Sertões, fatos, imagens, representações: espaços e identidades em tempos de globalização. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 8; n. 1, p. 96-116, jul. 2014.

BARREIRA, C. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fund Ed., 1992.

BARROS, J. Desenvolvimento e narrativas do atraso: a campanha contra Canudos e as veredas da resistência. In: BARROS, J.; PRIETO, G.; MARINHO, C. *Sertão, Sertões – repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 18- 35.

BENSADON, L. S. *Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia*. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2016.

BESERRA, B. L. R. *Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BITTENCOURT, N. Fusão entre Monsanto e Bayer aumenta monopólio do veneno e da transgenia no mundo. *Terra de Direitos*, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/brasil-de-fato-fusao-entre-monsanto-e-bayer-aumenta-monopolio-do-veneno-e-da-transgenia-no-mundo/22810> Acesso em: 28 jul. 2021.

BLANCO, G.; ARCE, A.; FISHER, E. Becoming a Region, Becoming Global, Becoming Imperceptible: Territorialising Salmon in Chilean Patagonia. *Journal of Rural Studies*, v. 42, p. 179-190, 2015.

BLASER, M. *Un relato de globalización desde el Chaco*. Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

BLOOR, D. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: UNESP, 2009.

BONNEUIL, C. *et al.* Outra forma de inovar? A pesquisa ante o surgimento e um novo regime de produção e regulamentação do conhecimento em genética vegetal. In: ZANONI, M.; FERMENT, G. *Transgênicos para quem?* Agricultura, ciência, sociedade. Brasília: MDA, 2011, p.172-224.

BRAGA NETO, E. *Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores no semiárido*. 2017, 290f. Tese (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2017.

BRAGA NETO, E. O algodão e a ‘estrutura de prestígio’ dos moradores: crítica a história econômica do semiárido. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), 2019, 98f. Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 2019.

BRANDÃO, R. L.; FREITAS, L. C. B. (orgs). *Geodiversidade do estado do Ceará*. Fortaleza: CPRM, 2014.

BRANDENBURG, A. *Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*. Curitiba: Departamento de Ciências Sociais/UFPR, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005a.

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, [...] e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, p. 1, 28 mar. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm Acesso em: 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Programa Bolsa Família*. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRITO, A. P. *O ideal Católico Progressista na Ditadura Militar (1964-1985) presente nas cartas de Dom Fragoso*. 2013. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013.

BRUGNHARA, A. C. *A previdência social rural e os quilombos: uma análise desse direito no Vale do Ribeira/SP*. 2014. (Dissertação em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2014.

BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, p. 5-31, 1995.

BUSTAMANTE, P.; LIMA, D. B.; VASCONCELOS, M. Conservação de recursos genéticos junto aos povos tradicionais da região Norte do Norte de Minas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, maio/ago. 2014, p. 381-400.

BUSTAMANTE, P.; SANTONIERI, L. Conservação *ex situ* e *on farm* de recursos genéticos: desafios para promover sinergias e complementaridades. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 11, n. 3, p. 677-690, set.-dez. 2016.

CALADO, A. J. F. A Teologia da Enxada como ação do espírito no povo de Deus pelos caminhos da História. *Teologia Nordeste*, 10 jun. 2018. Disponível em: <https://bitlybr.com/dr8Au>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CALAMÉO. Sementes do Semiárido. *Calaméo*, 2021. <https://pt.calameo.com/read/0042908919e02401be12d>. Acesso em: 29 jun. 21.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Briec Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986.

CÁRITAS CEARÁ. *Juventudes e Comunicação para Mobilização no Semiárido Cearense*. Doc. Sertão e Rede Cáritas Ceará, 2013. DVD. 14 min. https://www.youtube.com/watch?v=vgl_w7bdgQ. Acesso em: 19/09/2021.

CARVALHO, I. C.; STEIL, C. A. Natureza e imaginação: o deus da ecologia no horizonte moral do ambientalismo. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVI, n. 4, p. 103-120, out.-dez. 2013.

CEARÁ. Lei n.º 17.179, de 15 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a política estadual de incentivo à formação de casas e bancos comunitários de sementes crioulas e mudas. *Diário Oficial*, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/Wq5uj>. Acesso em: 12 set. 2021.

CEARÁ. *Lei Ordinária nº 17534, de 22 de junho de 2021*. Dispõe sobre o Projeto Hora de Plantar como política pública de estado destinada ao fomento à produção rural cearense, proporcionando resultados socioambientais e econômicos relevantes para a população do campo. Fortaleza, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17534-2021-ceara-dispoe-sobre-o-projeto-hora-de-plantar-como-politica-publica-de-estado-destinada-ao-fomento-a-producao-rural-cearense-proporcionando-resultados-socioambientais-e-economicos-relevantes-para-a-populacao-do-campo>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. CEBI-CE: 35 anos de história. *CEBI*, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://cebi.org.br/cebi-em-destaque/cebi-ce-35-anos-de-historia/>. Acesso: 03 jun. 2021

CENTRO ECOLÓGICO. *Biodiversidade: passado, presente e futuro da humanidade*. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/cartilha_agrobiodiversidade.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

CHARÃO-MARQUES, F.; SCHMITT, C. J.; OLIVEIRA, D. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata Mineira. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, p. 15, jul. 2017.

CLIFFORD, J. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

COMISSÃO THE LANCET. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. *Alimentando Políticas*, jan. 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA (CNRBCAA). Brasil. *Cenário para o Bioma Caatinga*. Recife: SECTMA, 2004.

COSTA, A. Ecologia e resistência no rastro do voo da bruxa: a cosmopolítica como exercício de filosofia especulativa. *Análogos*, n.1, p. 24-34, 2017.

CRAPANZANO, V. Horizontes imaginativos e o aquém e além. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, p. 363-384, 2005.

CUKIERMAN, H. L. O tapete de Eudóxia: A história das ciências e a narrativa das multiplicidades. *Tempo Brasileiro*, v. 189/190, p. 155-172, 2012

CUNHA, G. H. M. Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX. *Revista Economia Política do Desenvolvimento* Maceió, v. 5, n. 7, p. 98-111, jun. 2018.

CUNHA, O. M. G. Tempo Imperfeito: uma etnografia no arquivo. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

CUNHA, O. M. G. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, 2005, p. 7-32, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DESCOLA, P. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

DESCOLA, P.; SCARSO, D. *A ontologia dos outros*. Entrevista com Philippe Descola. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 28, n. 43, jan./abr. 2016, p. 251-276.

DIAS, C. Os sertões, a ideia de Nordeste e a Bahia. In: BARROS, J.; ESPLAR. *Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria*. Fortaleza: ESPLAR, 2015.

DIAS, M. M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) – Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica*, 2004.

DIASSIS PIRES Produtor Cultural. Vladimir Carvalho - Palestra: O País de São Saruê e Suas Origens. Sousa (PB), 2014. 27 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cmu7wSkVNW4>. Acesso em: 04 jun. 2022.

EMBRAPA. Transgênicos – Perguntas e respostas. *Embrapa*, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-transgenicos/perguntas-e-respostas>. Acesso: 15 jun. 2022.

ESPLAR. Sistema Coletivo para Guarda e Fomento de Sementes (1987-1989). Projeto apresentado a Oxfam. Fortaleza: Acervo documental do ESPLAR, 1989.

ESPLAR. *Programa de resgate, conservação e controle de recursos genéticos*. Projeto apresentado a Novib. Fortaleza: Acervo documental do ESPLAR, 1990.

ESPLAR. *I Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS-CE)*. Relatório de Projeto (Programa de resgate, conservação e controle de recursos genéticos) Novib. Fortaleza: Acervo documental do ESPLAR, 1992.

ESPLAR. *I Projeto Sementes* – Relatório de Atividades. Relatório de Projeto (Projeto Sementes) Novib. Fortaleza: Acervo documental do ESPLAR, 1994a.

ESPLAR. *II Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará*. Relatório de Projeto (Projeto Sementes) Novib. Fortaleza: Acervo documental do ESPLAR, 1994b.

ESPLAR. VIII Encontro da Rede de Intercâmbio de Sementes do Ceará, dezembro de 1999. Relatório de Projeto Novib. Acervo documental do ESPLAR. Fortaleza, 1999a.

ESPLAR. Memórias do Esplar: Carta do agricultor Antônio Sabino (1976). *Esplar*, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://Esplar.com.br/imprensa/memorias-do-Esplar/item/208-memorias-do-Esplar-carta-do-agricultor-antonio-sabino-1976>. Acesso em: 01 mar. 2020.

EVANGELISTA, J. D. Objetividade para além do imperialismo do olho: uma perspectiva intersubjetiva como proposta metodológica para a narrativa visual. *Desenvolvimento Rural Interdisciplinar*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, dez. 2018 – abr. 2018.

FAGUNDES, R. C. *A produção e o consumo de milho entre agricultores familiares do Semiárido sergipano e o cuscuz nosso de cada dia*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2020.

FERNANDES, G. O companheiro liberou: o caso dos transgênicos no governo Lula. Relatório final de Projeto (MAPAS| monitoramento ativo da participação da sociedade), 2005.

FERNANDES, G. Chega de Manipulação. In: VEIGA, J. (Org.). *Transgênicos: sementes da discórdia*. São Paulo: Senac, 2007.

FERNANDES, G. *Novas biotecnologias, velhos agrotóxicos: um modelo insustentável que avança e pede alternativas urgentes*. Edição Maureen Santos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Biodiversity for food and agriculture. *FAO*, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/cgrfa/topics/biodiversity/en/>. Acesso: 23 set. 2019.

FRANCE PRESSE. Monsanto enfrenta 13,4 mil ações judiciais por conta do herbicida glifosato. *GI*, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/04/25/monsanto-enfrenta-134-mil-aco-es-judiciais-por-conta-do-herbicida-glifosato.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Manuel Camilo dos Santos*: Acervo. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/ManuelCamilo/manuelCamilo_acervo.html. Acesso em: 04 jun. 2022

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GIRÃO, V. C. As charqueadas. *Revista do Instituto do Ceará*, 1996. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1996/1996-AsCharqueadas.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

GNADLINGER, J.; SILVA, A. S.; BRITO, L. T. L. P1+2: Programa Uma Terra e Duas Águas para um Semiárido sustentável. In: GAMA, G. F. B. (Org.). *Potencialidades da água de chuva no Semiárido brasileiro*. Petrolina-PE: Embrapa Semiárido, 2007, p. 63-77.

GOMES DE ALENCAR, F. *et al.* *O Pulsar da Vida no Campo*: FETRAECE 50 anos. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro/AS-PTA, (n. esp. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro), 11 maio 2009.

GOMES, A. M. A. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. *Revista USP*, São Paulo, n. 82, p. 54-67, jun./ago. 2009.

GRAIN; ALIANZA BIODIVERSIDAD. Animação UPOV: o grande roubo das sementes. *Grain*, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6619-animacao-upov-o-grande-roubo-das-sementes#>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GRÍGOLO, S. C. *A renovação das estratégias de lutas na agricultura o caso das Festas das Sementes Crioulas no Sul do Brasil*. 2016. 249f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Santa Maria (RS), 2016.

HADDAD, S. Paulo Freire e o papel das Agências de Cooperação Europeias no apoio à Educação Popular no Brasil. *Pro-Posições*; v. 25, n. 3 (75); p. 123-141; set./dez, 2014.

HARAWAY, D. O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (orgs.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARAWAY, D.; GOODEVE, T. Fragmentos: quanto como uma folha. Entrevista com Donna Haraway. *Mediações*, Londrina, v. 20, n.1, jan./jun., 2015, p. 48-68.

HATHAWAY, D. *Biodiversidade, biotecnologia e patentes no Brasil*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

HATHAWAY, D. *Impactos de patentes e de direitos de melhorista sobre setores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

HOLLOWAY, J. *Fissurar o Capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

INSAURRALDE, P. A. *et al.* Casas de Sementes Comunitárias: relato de Experiência da Comunidade do Riacho do Meio, no Município de Choró-CE. *Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade*, Dourados, v. 15 n. 4, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Manual do Recenseador: Censo Agro 2017*. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário: resultados definitivos. *Censo agropecuário*, Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf Acesso: 18 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Patentes. *INPI*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes>. Acesso em: 25 jul. 2021.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. v. 20, n. 1, p. 133-163. jan.- jun. 2012.

KISTLER, L. *et al.* Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America. *Science*, v. 362, n. 6420, 2018.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017 (Debates, 115).

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011a.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34, 2011b.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUSC, 2012.

LATOUR, B. Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. *Ilha*, v. 17, n. 2, p. 123-146, ago./dez. 2015.

LATOUR, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. Qual cosmos, quais cosmopolíticas? Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 68, p. 428-441, abr. 2018.

LATOUR, B. *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Tradução Marcela Vieira; posfácio Alyne Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR B.; WOOLGAR S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEROY, J. P.; ABROMOVAY, R. *Avaliação da Rede PTA - Relatórios*. FASE: Rio de Janeiro, 1998.

LONDRES, F. *A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar*. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Outubro, 2006.

LONDRES, F. *et al. As sementes tradicionais dos Krahô: uma experiência de integração das estratégias on farm e ex situ de conservação de recursos genéticos*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

LOPES, H. R. *Agrotóxicos no cotidiano dos agricultores familiares produtores de olerícolas na região de Barbacena/MG: práticas, legitimação e incertezas*. 2015. 201f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LOPES, H. R.; SCHMITT, C.; VASCONCELOS J. Ordens, práticas e fluxos na constituição das sementes crioulas: apontamentos a partir do tecido mundo da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) na região de Sobral-CE. *Revista Rural Interdisciplinar*. Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.144-175, 2019.

LOPES, H. R. *et al.* Agro, um mau negócio. *Le Monde – Diplomatie Brasil*, edição 166, 3 maio 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agro-um-mau-negocio/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. Tese (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, A. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao participativo *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 1, p. 35-50, 2014.

MACHADO, A. T; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. *A agrobiodiversidade como enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MAGNAVACA, R.; PARENTONI, S. *Cultivares x Híbridos*, conceitos básicos. *Informativo Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 14, n. 165, 1990.

MANUSCRITO UFPB. Manuscritos culinários. *Manuscrito UFPB*, 12 nov. 2012. Disponível em: <http://manuscritoufpb.blogspot.com/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

MATSUURA, S. Geneticista defende uso da engenharia genética em orgânicos. *O Globo*, 04 jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/geneticista-defende-uso-da-engenharia-genetica-em-organicos-18402530>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MEDEIROS, L. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. *Caderno Temático*, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1994.

MELLO, P. C. *Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST*. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2011.

MELO, L. A. S. *O trabalho em tempos de calamidade: a Inspeção de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932)*. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

MENESES, V. *Saudade e rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano*. 2009 (Tese em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2018.

MILANÊS, R. Seguindo as redes de Bruno Latour: um ensaio sobre a antropologia simétrica e a teoria do ator-rede. *Revista Inter-Legere*, v. 4, n. 31, p. c21470, 26 abr. 2021.

MISSE, M. *et al.* Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. *DILEMAS Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 2, p. 335-356, abr./jun. 2012.

MONTE, C. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 5, n. 2, dez. 2019.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, DF: IPEA, 2017, p. 53-83.

MÜLLER, B. Seeds – grown, governed, and contested. *Focaal - Journal of Global and Historical Anthropology*, n. 69, p. 03-11, 2014.

MÜLLER, M. Assemblages and Actor-networks: Rethinking Socio-material, Power, Politics and Space. *Geography Compass*, p. 27-41, 2015.

NARRANDO a luta pela terra. Direção: Eliomar Brito; Pesquisa: Marcos Melo; Produção: Gabriela Vitorino, Renato Linhares, Jefferson Martins. 1992. 13' 34". Disponível em: <https://vimeo.com/95389502>. Acesso em: 08 ago. 2020.

NEVES, D. P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M (orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: UNESP, 2008.

NIEDERLE, P. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270 - 291, jan.-abr. 2019.

NUNES, Vitor, L. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Schwarcz S.A., 2012.

OLIVEIRA, R. C. de. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 25, 1995.

O PAÍS de São Saruê. Direção: Vladimir Carvalho. João Pessoa, 1971/1979. 83 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBYHhBhr15U&t=353s>. Acesso em: 31 jul. 2021.

PACHECO, J. Angiospermas. *Todo Estudo*, 2022. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/biologia/angiospermas>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PACKER, L. A. *Da monocultura da lei às ecologias dos direitos: pluralismo jurídico comunitário-participativo para afirmação da vida concreta camponesa*. 2009. 351 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2009.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C. A.; MELAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. *Camponeses brasileiros*, volume 1. São Paulo: UNESP; Brasília; DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PANTELEÃO, M.; FREITAS SOBRINHO, J. Sementes da vida: camponeses resgatando as sementes crioulas em Goiás. *Revista Agriculturas*, v. 4, n. 3, out. 2007.

PATEL, R. The long Green Revolution. *Journal of Peasant Studies*, p. 1-63, 2012.

PENONI, I.; KOGUT, S. O jogo da cena contemporânea: notas sobre um filme de Coutinho In: ALTMANN, E.; BACAL, T. (orgs.). *Jogo de cena visto por Isabel Penoni e Sandra Kogut*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

PEREZ, L. F. Festa, religião e cidade: experiência e expertise. *NAEA*, v. 28, n. 1, 2019.

PESQUISA FAPESP. *A seca mais intensa desde os anos 1980*. Pesquisa Fapesp, ed. 269, jul. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/19/a-seca-mais-intensa-desde-os-anos-1980/> Acesso em: 16 dez. 2019.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA* (versão provisória). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006. 54 p.

PINHEIRO, D. Oligarquia irritada. *Revista Piauí*, edição 6, mar. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/oligarquia-irritada/>. Acesso em: 15 maio 2022.

PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. *A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Juquira Candiru, 1998.

PINTO, R. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-613, 2006.

PLOEG, J. D. *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRIETO, G. Coronelismo e Campesinato na formação territorial d’Os Sertões. In: BARROS, J.; PRIETO, G.; MARINHO, C. *Sertão, Sertões – repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 36-57.

QUEIROZ, R. *O Quinze*. 66. ed. São Paulo: Siciliano, 1999.

RIVAT, M.; BERLAN, A. O preço do progresso – conversa com Isabelle Stengers. *Revista DR*, 2015. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/o-preco-do-progresso-conversa-com-isabelle-stengers/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RODRIGUES, R. S. *O caminho das águas: tecnologias de convivência com o semiárido e transições sociotécnicas no sertão brasileiro*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

SABOURIN, E. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2011.

SABOURIN, E. *et al.* O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e Direitos dos agricultores*. 2009. 409 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba (PR), 2009.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 50, n. 3, p. 503-524, set. 2012.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, maio-ago. 2011.

SCHMITT, C. J. *et al.* Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 312-338, jun. 2020a.

SCHMITT, C. J. *et al.* *Redes: Redes de Agroecologia para o desenvolvimento dos territórios. Aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2020b.

SILVA, R. M. A. *Entre o Combate a Seca e Convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 2009. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2006.

SILVA, R. M. A.; AQUINO, J. R.; COSTA, F. B.; NUNES, E. M. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens*, v. 55, p. 314-338, dez. 2020.

SIMÕES, P. E. M. *Entre a alma missionária e o espírito mercador: um estudo das mudanças na cooperação internacional para o desenvolvimento e suas repercussões na atuação da NOVIB no Brasil*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

STEIL, C.; CARVALHO, I. C. M. A. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. esp., p. 59-79, 2013.

STENGERS, I. Introductory notes on an ecology of practices. *Culture Studies Review*, v. 11, n. 1, p. 183-196, mar. 2005.

STENGERS, I. *Cosmopolitics I, includes volumes I, II, III*. Tradução Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010a.

STENGERS, I. *Cosmopolitics II, includes volumes IV, V, VI, VII*. Tradução Robert Bononno. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010b.

STENGERS, I. *No tempo das Catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 160 p.

STENGERS, I. *Reativar o animismo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. Caderno de Leituras n. 62. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2017a.

STENGERS, I. Autonomy and the Intrusion of Gaia. *The South Atlantic Quarterly*, v. 116, n. 2, April, 2017b.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, I. A Maldição da tolerância. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2020.

STENGERS, I. *We are divided*. *E-flux Journal*, 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/114/366189/we-are-divided/>

SZTUTMAN, R. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

TAVARES, M. C.; ANDRADE, M. C.; PEREIRA, R. (entrevistadores). *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TERRA DE DIREITOS. O Brasil e a 14ª Convenção da Diversidade Biológica: a tragédia anunciada à biodiversidade. *Terra de Direitos*, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/boletins/49/o-brasil-e-a-14-convencao-da-diversidade-biologica-a-tragedia-anunciada-a-biodiversidade/22992>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TSING, A. L. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). Tradução Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. *Cadernos do Lepaarq*, v. XV, n. 30, p. 366-382, jul-dez. 2018.

VARGAS, F. “Você precisa estar na mata”: entre-saberes e modos de enajamento nas práticas de conservação da biodiversidade no norte-amazônico brasileiro. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

YOSHIE, K. M. K.; PEREIRA LEITE, S. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista Da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 458–489, 2020.

WANDERLEY, M. N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista Economia e Sociologia Rural*, v. 52, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. G. *A Transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade*. Rio de Janeiro, 2000.

ZEVEN, A. C. Landraces: a review of definitions and classifications. *Euphytica*, Wageningen, n. 104, p.127-139, 1998.

ZIEGLER, H. R. S. *et al.* Sabedoria na Seleção e Armazenamento de Sementes no Ceará, Brasil. *Resumos do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Belém, v. 10, 28-01 dez. 2015a.

ZIEGLER, H. R. S. *et al.* Semeando autonomia e preservando a biodiversidade agrícola no Ceará. *Anais do Congresso Latinoamericano de agroecologia*, La Plata, 2015b.